

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA-UFSC-  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ANTROPOLOGIA SOCIAL  
NÍVEL MESTRADO

NORA EPIFANÍA MURILLO ESTRADA



Fotografia 1 “As mulheres de Rio Negro” antes dos massacres e a construção da usina hidrelétrica Chixoy. Fonte: Arquivo Museu Comunitário “Rabinal Achí”.

**NÓS CONTINUAMOS LUTANDO AQUI:**  
Identidades Coletivas e Estratégias de Luta pelo Reconhecimento da  
comunidade indígena maia Achí, vítimas sobreviventes dos massacres  
de Rio Negro, Rabinal (Guatemala)

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2010

NORA EPIFANÍA MURILLO ESTRADA

NÓS CONTINUAMOS LUTANDO AQUI:  
Identidades Coletivas e Estratégias de Luta pelo Reconhecimento da  
Comunidade Indígena maia Achí, vítimas sobreviventes dos massacres  
de Rio Negro, Rabinal (Guatemala)

Dissertação apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do título de Mestre pelo Programa  
de Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientador: DRA. ILKA BOAVENTURA LEITE  
Co-Orientador: DR. THEÓPHILOS RIFIOTIS

FLORIANÓPOLIS, AGOSTO DE 2010

NORA EPIFANÍA MURILLO ESTRADA

NÓS CONTINUAMOS LUTANDO AQUI:  
Identidades Coletivas e Estratégias de Luta pelo Reconhecimento da  
comunidade indígena maia Achí, vítimas sobreviventes dos massacres  
de Rio Negro, Rabinal (Guatemala)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título  
de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA:

---

Profª. Dra. Ilka Boaventura Leite (UFSC – Orientadora)

---

Prof. Dr. Theóphilos Rifiotis (UFSC – Co-Orientador)

---

Dra. Maria José Reis. Coordenadoria de Ciência Política, Cejurps,  
(Universidade do Vale do Itajaí.)

---

Prof. Dr (a) Oscar Calavia Sáenz. /Titular (PPGAS – UFSC)

Florianópolis, SC. \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2010.



Dedico esta dissertação à memória das vítimas maia Achí, assassinadas nas cinco massacres de Rio Negro, no final de século passado na Guatemala. Sei que, para os sobreviventes, colocar os nomes dos seus mortos é muito importante porque contribui a arrombar o cerco de silêncio e resgatar a memória dessas vidas silenciadas. Porém, o mínimo que posso fazer é colocar simbolicamente os sobrenomes dos troncos e unidades familiares que formam esta comunidade Maia Achí vitimada. Assim, na memória dos **CHEN**: Chen Sanchez, Chen Uscap, Chen Ixpata, Chen Osório, Chen Lopez, Chen Tecu, Chen Iboy, Chen Chen. **TECU**: Tecu De León, Tecu Osório, Tecu Sanchez. Tecu Chen. **SANCHEZ**: Sanchez Sic, Sánchez Chen, Sanchez Lopez, Sanchez Iboy, Sánchez Pérez, Sánchez Osório, Sánchez González, Sánchez Sánchez. **OSÓRIO**: Osório Iboy, Osório Sánchez, Osório Pérez, Osório Chen. Osório Sic, Osório Mendoza, Osório Alvarado, Osório Lajuj, Osório Osório, Osório López. **CUXUM**: Cuxum Osório, Cuxum Lajuj, Cuxum Sanchez. **TUM**: Tum Osório, Tum Sanchez. **LAJUJ**: Lajuj Sanchez, Lajuj Iboi, Lajuj Chen, SIC, Sic Ruís, Sic Sanchez. **LOPEZ**: Lopez Ixpata. Lopez Osório. **IBOY**: Iboy Chen, Iboy Osório. Iboy Uscap, Iboy Sic, Iboy Sanchez. **USCAP**: Uscap Chen, Uscap Teletor. **PEREZ**. Pérez Osório. **CAHUEC**: Cahuec Osório. **ALVARADO**: Alvarado González e González Tecu.



Fotografia 2: Inumação das vítimas mortas no 2º maior massacre de Rio Negro no dia 13 de março de 1982. 12 anos depois, a Equipe de Antropologia Forense de Guatemala -FAFG- exumou um cemitério clandestino, onde se localizaram os corpos de 107 meninos e 70 mulheres.

Fonte: Coleção do Museu Comunitário “Rabinal Achí.

“Aqueles que passam por nós não vão sós.  
Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.  
Antoine de Saint-Exupéry.

Agradeço à vida, por cada minuto aqui neste lado do Sul do Brasil, frente às dunas e o mar...

A meus anjos Camilo e José Eduardo, cuja luz faz com que eu assumo e supere retos, embora isso represente uma grande dívida de tempo para vocês.

Imensamente grata às famílias Maia Achí de Rio Negro, tanto as que retornaram a desafiar o espelho que forma o lago da barragem, quanto as que ficaram no casario periférico urbano de Pacux, por permitir minha pesquisa, nossa interação e o estabelecimento de trocas de saberes por meio da acolhida sempre cordial e solidária nesses significativos três meses de campo. Às lideranças da COCAHICH, ADIVIMA, Fundação Nova Esperança e equipo do Museu Comunitário Rabinal Achí': Joaquín Caj'bón, Ana Emanuel, Juana Aj, Antonio López, Rafael Xitimul.

Especialmente grata à generosidade de Paulina Chen e sua família quem me acolheram um tempo na sua casa e cuidaram de Camilo como se fosse seu filho.

Profundamente grata pela direção, solidariedade estímulo, amizade, respeito e paciência de meus professores, orientadora da pesquisa Ilka Boaventura Leite e orientador acadêmico e co orientador da pesquisa Théophilos Rifiotis. Além de realizar um acompanhamento judicioso respeitando sempre o meu lento ritmo de produção, e sobre tudo seus conselhos sobre a importância da distancia crítica frente a meu objeto de pesquisa, antes que a emotividade militante melindrada. Portanto, qualquer excesso neste sentido é de minha total responsabilidade.

Ao Programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFSC e ao seu corpo docente e funcionárias Karla e Adriana. Especialmente a Oscar Calávia, no tempo de suas funções na direção, por ter apoiado o processo para eu fazer parte do programa, tendo em conta as limitações na comunicação pela de distancia desde meu país de origem.

Aos professores com os quais estabeleci interações em salas de aula: Jean Langdon, Sônia W. Maluf, Miriam Hartung, Rafael J. de M. Bastos.

À Fundação FORD e a sua contraparte na Guatemala: Centro Investigações Regional Mesoamericana -CIRMA- pela bolsa de estudos que possibilitou todo o meu processo acadêmico. Especialmente ao

Equipo conformado por Anabella Acevedo, Aracely Teleguario e Susana López. Aqui no Brasil, à Fundação Carlos Chagas, por seu apoio pontual

Aos colegas e às colegas, alunos (as) do PPGAS, com os quais tive oportunidade, em distintos momentos, compartilhar leituras, discussões e amizades: Especial foi para mim a solidariedade, em distintos momentos da pesquisa, de Luis F. Cardoso, Waleska Aureliano, Jimena Massa, Fernanda Marcon, Maíra Marchi Gomes; Andrea Pérez, Danielli Vieira, Camila Sissa, Nádia Heusi, Denia Román Solano, Rosa Rodríguez, América Larrain, Carolina Portela

Muito grata a Inês Bernal pela amizade e parceria solidaria na revisão do Português, melhor dito meu *Portunhol!* Também, a Raquel e Murilo; Alba, Natalia, Adrianne, Clarita, Hugo, Juca e Sara por me mostrar seu coração e compartilhar-me sua alegria.

Aos amigos e irmãos espirituais, Ana M. Ardón Irma Jerez. Kachi Lou, Rodrigo Carrillo Juan Alvarez, Lilo Euler, Liliana Aldai, Emanuel Bran, Claudia Anleu, Carmen Monterroso, Jorge Diaz, Magaly Arrecis, Maco Garavito, Francisco Garzaro, E especialmente às famílias Revenga Herrán; Ruiz Morales; e, Alburez Ruiz, por me mostrar, desde longe, seu apoio irrestrito e amizade.

Annie Bird, de Direitos em Ação. Alfonso Huet de ADICI, pelas oportunas sugestões no início do trabalho de campo. E, o James Rodriguez por seu trabalho documental e fotográfico, sobre a hidrelétrica Chixoy e Rio Negro, para mim, bastante inspirador.

Aos meus irmãos e suas famílias, especialmente o apoio concreto de minhas irmãs Dalila, Oscar, Carlos e Carola sem cujo suporte eu não teria logrado caminhar até aqui. O Álvaro, pela sua parceria inconclusa e no tempo que deu certo.

A todos os que olharão este documento com espírito de crianças, interessados em histórias e paisagens próximos, mas desconhecidos.





(...) Patria, naciste de los leñadores,  
de hijos sin bautizar, de carpinteros,  
de los que dieron como un ave extraña  
una gota de sangre voladora,  
y hoy nacerás de nuevo duramente  
desde donde el traidor y el carcelero  
te creen para siempre sumergida.  
Hoy nacerás del pueblo como entonces.  
Hoy saldrás del carbón y del rocío.  
Hoy llegarás a sacudir las puertas  
con manos maltratadas, con pedazos  
de alma sobreviviente, con racimos  
de miradas que no extinguió la muerte,  
con herramientas hurañas  
armadas bajo los harapos.

“América insurrecta” (1800)  
Pablo Neruda – Fragmentos do poema

## RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa com a comunidade indígena Maia Achí de Rio Negro, localizada no município de Rabinal, província de Baja Verapaz, Guatemala. A problemática central é discutir sobre as identidades coletivas dos sujeitos que lutam por reconhecimento, depois de ter sobrevivido a cinco massacres, no contexto de sua resistência organizada ante a implantação da usina hidrelétrica “Chixoy” em seu território. Na abordagem, se considera a categoria nativa “vítima sobrevivente” como forjadora da identidade dos sujeitos, cuja luta e protagonismo têm origem num sentimento coletivo de injustiça. Assim, sob a perspectiva de Axel Honneth, a luta é analisada a partir da gramática moral dos conflitos, pois detrás de muitas reivindicações fica sempre uma condição que tem a ver com o plano da reparação moral. No entanto, o reconhecimento centrado na reparação moral não nega as exigências legítimas de reparação material (conforme a abordagem compartilhada entre A. Honneth e N. Fraser), que são, além da busca da justiça, demandas exigidas pelos sujeitos.

**Palavras chaves:** Violências políticas. Indígenas-vitimização. Identidade coletiva. Usina Hidrelétrica. Luta por reconhecimento.

## ABSTRACT

This work is the result of research with the Indigenous community Maia Achí of Rio Negro, located in the municipal district of Rabinal, province of Baja Verapaz, Guatemala. The central problem is to discuss the collective identity of the citizens who struggle for recognition after have suffered five massacres, in the context of their organized resistance the deployment of the “Chixoy” hydroelectric dam in their territory. In the approach, the native category "surviving victim" is as a forger of the identity the individuals, whose strength and leadership comes from in the collective feeling of injustice. Thus, under the perspective of Axel Honneth, this struggle analyzed by the moral grammar of the conflicts, because behind for many claims of these movements, there is always a condition associated with the issue of the moral reparation. However, the recognition centered in the moral reparation not deny the legitimate of the material reparation (according to the shared approach between A. Honneth and N. Fraser), which are, beyond the quest for justice, demands required by the subjects.

**Key words:** Political violence's. Collective identity. Hydroelectric dams. Struggle for recognition.

## ÍNDICE DE SIGLAS (Tradução nossa)

- ADIVIMA:** Associação para o desenvolvimento das vítimas de vítimas Maya Achí das Verapaces.
- AIDPI:** Acordo Identidade e Direitos dos Povos Indígenas
- ALMGT:** Academia de Línguas Maias de Guatemala
- AVANCSO:** Associação para o Avance das Ciências Sociais
- ASCRA:** Associação Comunitária Maia Achi Rio Negro 13 de Março.
- BM:** Banco Mundial.
- BID:** Banco Interamericano de Desenvolvimento.
- B.V.:** Baja Verapaz.
- CAI:** Confronto Armado Interno.
- CALDH** Centro de Ação Legal para os Direitos Humanos.
- CEH:** Comissão do Esclarecimento Histórico.
- CEG:** Centro Ecumênico de Guatemala.
- CEPAL:** Comissão Econômica para América Latina.
- CIA:** Agencia Central de Investigação. (norte americano).
- CIEPAC** Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria.
- CLOC** Coordenadora Latino americana de Organizações Camponesas.
- CNOC:** Coordenadora Nacional de Organizações Camponesas.
- COCAHICH:** Coordenadora de Comunidades atingidas pela Hidrelétrica de Chixoy.
- COCODES:** Comitê Comunitário de Desenvolvimento.
- COHRE:** Centro dos Direitos à Habitação e contra os despejos.
- CUC** Comitê de Unidade Camponês.
- CONAVIGUA:** Coordenadora Nacional de Viúvas de Guatemala.
- COPMAGUA:** Coordenadora de Organizações do Povo Maia de Guatemala.
- CIDH:** Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- EAFG:** Equipo Antropologia Forense Guatemala.
- EGP:** Exercito Guerrilheiro dos Pobres.
- FAG:** Fundação Antropologia Forense Guatemala.
- FAR:** Forças Armadas Rebeldes.
- FLACSO:** Faculdade Latinoamericana Ciências Sociais
- GAM:** Grupo de Apoio Mutuo.
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano.
- INE:** Instituto Nacional de Estadística
- INCIDE:** Fundação Iniciativa Civil para a Democracia.

**INDE:** Instituto Nacional de Eletrificação.  
**MINUGUA** Missão de Verificação das Nações Unidas para Guatemala.  
**MLN** Movimento de Liberação Nacional.  
**MP** Ministério Público.  
**ODHAG:** Oficina de Direitos Humanos do Arcebisado de Guatemala.  
**OEA** Organização de Estados Americanos.  
**OIT:** Organização Internacional do Trabalho  
**ONU** Organização das Nações Unidas.  
**ONGs:** Organizações não governamentais.  
**ORH:** Oficina de Re-assentamento Humano  
**ORPA:** Organização do Povo em Armas  
**PAC:** Patrulhas de Autodefesa Civil.  
**PDH** Procurador dos Direitos Humanos.  
**PGT:** Partido Guatemalteco do Trabalho  
**PNUD:** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.  
**PNR:** Programa Nacional de Ressarcimento.  
**REMHI:** Informe do Projeto de Recuperação da Memória Histórica.  
**RENAP:** Registro Nacional de Pessoas Jurídicas.  
**URNG:** Unidade Revolucionaria Nacional Guatemalteca.  
**USAC** Universidade de San Carlos de Guatemala

## SUMÁRIO

A VIAGEM DE FAZER DO FAMILIAR, O ESTRANHO. ....	21
INTRODUÇÃO. ....	29
a) Localização geográfica do estudo e os atores.	
b) Os referenciais teóricos e os caminhos da discussão.	

### PARTE I: CONTEXTO SÓCIO- HISTÓRICO-POLÍTICO

<b>CAPITULO 1: OS MASSACRES, A CONSTRUÇÃO DA VÍTIMA, SUA REPARAÇÃO E A RECONCILIAÇÃO. ....</b>	<b>49</b>
1.1 Os dez anos de democracia no país da eterna tirania (1944 – 1954). ....	56
1.2. Conflito Armado Interno (1960 - 1996): Antagonistas nacionais, políticas contra-insurgentes e os problemas recorrentes. ....	62
1.3. A aurora vai chegar: Vítimas-vitimadas: reparação e reconciliação. ....	92

### PARTE II: OS FIOS DA MEMÓRIA E A LUTA PELO RECONHECIMENTO

<b>CAPITULO 2: OS MASSACRES NO CASO DE RIO NEGRO RABINAL E A EMERGÊNCIA DOS SUJEITOS DE DIREITOS. .</b>	<b>101</b>
2.1. A hidrelétrica de Chixoy: a origem de um conto mal contado. .	106
2.2. A memória sobre a árvore que estava bem plantada: massacres deslocamento e assentamento forçado. ....	129
2.3. A comunidade dividida entre o paraíso perdido e o território imposto. ....	166
2.4. A emergência de sujeitos de direitos: as vítimas sobreviventes e os novos significados da identidade coletiva. ....	200
<b>CAPITULO 3: A LUTA PELO RECONHECIMENTO.....</b>	<b>215</b>
3.1. O movimento social e os fios que o tecem. ....	221

3.2. ADIVIMA, ator coletivo principal e os atores coletivos secundários. ....	231
3.4. As tensões e os conflitos entre líderes e as organizações do movimento.....	245
CONSIDERAÇÕES FINAIS. ....	251
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS. ....	263
ANEXOS. ....	287





## A VIAGEM DE FAZER DO FAMILIAR O ESTRANHO...

Regresé con la ilusión de una niña que retorna a su cuarto de juguetes. / Con el recuerdo de nuestra última travesura. / Esperaba verte montada en tu vieja bicicleta /despeinada y rebelde contra la vía... /Pensaba que esta tarde podrías sorprenderme con un abrazo huracanado. or eso me arreglé. / Compré las flores que te gustan y abrí todas las puertas /Buscándote desesperada las horas se esfuman /el sol agoniza y vos ausente... ¿Por dónde busco tus huellas, las cicatrices de tus heridas? ¿Cuál es el camino que me lleva a tus ojos? ¿Qué ruta debo tomar para encontrarme con tu abrazo?... / El amanecer me encuentra acurrucada en esta orilla del miedo /Y vos, aún sin aparecer... ¡Rio Negro! (N. Murillo, 2008).

Eram 7 horas da manhã de um dos primeiros dias bem gelados do inverno na Guatemala<sup>1</sup>, no mês de dezembro de 2008 e estava por encontrar Rogelio, o prefeito auxiliar da aldeia reassentada de Panimá Rio Negro, escolhida como outro dos cenários de meu trabalho de campo. Segundo os planos, sairíamos do parque municipal de Rabinal para a aldeia Xococ, logo percorreríamos um caminho que, segundo Rogelio, se faz em 5 horas, para escalar e descer dois cerros até a beira do açude logo após, pegar uma rústica embarcação, num trajeto de 20 minutos, até chegar à aldeia.

---

<sup>1</sup> Aliás, Guatemala, localizada no hemisfério norte, tem uma extensão territorial de 109 mil km<sup>2</sup> e 14 milhões e meio de habitantes, dos quais pouco mais dos 50% são indígenas. Deste total, pouco mais da metade vive nas áreas rurais (INE, 2000; PNUD, 2005). Para fins administrativos a Guatemala se divide em 8 regiões, 22 departamentos e 331 municípios (ver mapa no anexo). No entanto, esta divisão político-administrativa não concorda com a divisão do país por povos e comunidades lingüísticas. De fato, os indígenas guatemaltecos, pertencem a três povos distintos: Maia, Garífuna e Xinka. Os maias, que são a maioria estão integrados em 30 comunidades lingüísticas e territoriais diferentes, localizadas em Guatemala, Sul de México, norte de Belize e Honduras. Conforme o Instituto de Estudos Interétnicos da Universidade de San Carlos de Guatemala (IEIUSAC, 2003) destas expressões socioculturais, 21 está assentado no país, sendo as etnias com maior número de população: *Achi, ixil, itza', k'aqchikel, k'iche', mam, poqoman, poqomchi', q'anjob'al, q'eqchi', tzutujil, uspanteko*. Os Maias, Garífunas e Xinkas definem sua pertinência étnica frente à outra metade conhecida como “ladina” ou no - indígena, que é substancialmente população produto da mestiçagem colonial espanhol; no entanto, sucessivas migrações têm produzido um mosaico cultural importante. (PNUD, 2005).

Paulina, amiga de antes, membro da comunidade<sup>2</sup>, me recomendou levar bastante água, uma capa plástica, pois nesta época a chuva imprevista é freqüente, e devia calçar botas compridas, na qual sempre é bom botar uns alhos descascados, para espantar as serpentes. Assim foi. Cheguei ao parque, na hora combinada, procurando Rogelio. Baseada em suas características físicas, que Sebastian, presidente do comitê de desenvolvimento comunitário – COCODES - me descrevera, o distingui rapidamente. Ali estava ele, jovem, pequeno, extremamente magro, com sua *machete* (faca grande usada para cortar mato) e um boné com um logotipo do legendário Che Guevara. Acerquei-me dele, perguntei se era Rogelio, ele me confirmou; cumprimentamo-nos. Ele tinha a cara afilada, me contou que sua filha estava doente. Explicou-me que a febre intermitente é recorrente na menina, desde seu nascimento e nenhum médico conseguiu explicar o que poderia ser. Segundo o planejado, ele, sua mulher e sua filha iriam me buscar, mas naquelas condições, a mulher ficaria com a filha, em Rabinal, para levá-la ao centro de saúde, pois lá, na aldeia, não tem nenhum atendimento médico freqüente, nem a mínima estrutura para estes fins.

Sugeri a Rogelio que, se ele quisesse, poderíamos mudar a viagem para outro dia. Não aceitou! Queria cumprir com seu compromisso que era levar-me até sua aldeia, onde estava programada para esse mesmo dia, uma reunião com os membros do COCODES. Era a primeira vez que eu viajava a Panimá Rio Negro. Era, também, a primeira vez que eu iria visitar a grande usina de Chixoy, projeto hidrelétrico que muito dano causou a varias comunidades da região que habitavam no vale do mesmo nome. Rio Negro seria a mais sacrificada.

Muitos anos antes, eu tinha percorrido parte dessa geografia, nos anos quando a barragem estava ainda em construção, por isso minhas lembranças que eram vagas, remotas, voltariam como num filme gravado numa velha fita VHS, já embolorada, que começa a reproduzir imagens turvas. Naquela primeira oportunidade, a trilha foi muito produtiva, mas também, cansativa, realmente fatigante. Rogelio se mostrou paciente comigo, pois trajeto finalmente nos levou 7 horas. No caminho se reuniram a nós, Mário, o pai de Rogelio e outros meninos da família.

---

<sup>2</sup> Com Paulina estabeleci uma amizade especial quando trabalhei num programa de procura de crianças desaparecidas durante o Confronto Armado Interno na Guatemala: CAI. Nossa amizade tem me beneficiado muito no processo de inserção comunitária, pois morei com meu filho Camilo, na sua casa no casario periférico urbano de Pacux, também local de minha pesquisa, onde está assentada a maioria das famílias da comunidade de Rio Negro. Assim, a família de Paulina foi uma ponte para estabelecer relações com outros atores e nos diferentes espaços, âmbitos e níveis de relacionamento comunitário.

Durante o trajeto eles foram me contando sua história de organização e luta, depois dos massacres e o deslocamento forçado. Ao chegar ao açude, meu coração começou a bater e, na medida em que cruzávamos o lago entre aqueles grandes cerros, uma forte emoção ia se apoderando de mim.

Ora, é importante fazer um pequeno parêntesis para contar que desde minha saída de Guatemala para este mestrado em julho de 2007, a pesquisa de campo, era um sonho finalmente possível. Mas desde meu retorno, em outubro de 2008, aconteceram vários transtornos no processo de negociação e entrada no local planejado para fazer minha observação participante<sup>3</sup>. Concentrada nessa negociação, não deixava de sentir medo e confusão pelo inesperado, e uma sensação de desamparo, pelo início do que considerava uma grande tarefa. Porém, outros sentimentos de identidade, como a euforia e alegria do reencontro com minha família, as amigadas mais próximas, e o meu país, em geral, estiveram na tona todos esses dias. Assim, antes de meu ingresso direto aos locais de pesquisa, andei, não só reconhecendo os rastros escritos da memória dos massacres vivenciados pela comunidade Maia Achí, mas também, me reencontrando com todos os cheiros, sabores e cores dos quais sentia muita saudade em Florianópolis. Estes retornavam a meus sentidos com maior intensidade, como a memória desse genocídio passado, que me parece, ninguém pode esquecer.

Por outro lado, iniciava esta viagem antropológica (LEITE, 1998) assumindo-me como uma antropóloga nativa, com seus nativos; não só no sentido geertziano (1997, 1999, 1989), mas considerando minha própria biografia, tecida de experiências próximas àquelas dos sujeitos da pesquisa<sup>4</sup>. Experiências que me permitiam pensar que os meus inter-

---

<sup>3</sup> Segundo meus planos, esta etnografia ficaria limitada ao espaço da Associação das Vítimas das Verapaces Maia Achi ADIVIMA, o que não foi possível; por isso, decidi trabalhar diretamente com as outras estruturas organizativas da comunidade de Rio Negro e suas lideranças, considerando que estas são parte da Coordenadora de Comunidades atingidas pela Hidrelétrica Chixoy - COCAHICH-, da qual ADIVIMA é a que têm a representatividade Política de negociação e interlocução com o Estado e outros organismos e instituições externas ao movimento.

<sup>4</sup> Desde 1996, estou vinculada ao trabalho com populações afetadas diretamente pelas violências políticas do confronto militar interno. Comecei participando de um Programa de Saúde Mental Comunitária com população indígena que retornou ao país logo após de seu exílio forçado no México. Posteriormente (1998) fiz parte da equipe de um projeto de pesquisa e logo de busca e re encontros familiares, dos casos documentados de crianças desaparecidas, também durante esta guerra. E, dentro deste processo, trabalhei, nos últimos cinco anos, com famílias indígenas dos três grupos ou comunidades étnicas que habitavam o vale Chixoy, antes da construção da hidrelétrica, entre as quais se encontravam algumas famílias Achies de Rio Negro. Assim, tive a oportunidade de fazer um primeiro contato com esta comunidade e ter uma aproximação aos problemas derivados dos massacres e a implantação da hidrelétrica.

locutores não podiam ser nem estranhos, nem distantes, nem exóticos ou desconhecidos. Mas esta familiaridade com o campo e seus atores teria que ser pensada considerando a proposta geertziana de “fazer estranho o familiar e familiar o estranho,” porque sentir ou pensar que uma situação é familiar não implica, necessariamente, que seja conhecida; (GEERTZ, 1989, p. 11-34); é preciso realizar um distanciamento crítico ou estratégico na observação e na análise daquilo que nos parece familiar, aconselha Gilberto Velho, (1978, p. 39-45). De modo que o campo me convocava, não só a pensar minha própria subjetividade<sup>5</sup>, como também, a construir a alteridade considerando, o papel político e ético na pesquisa. Mas a intenção de conseguir o “distanciamento crítico” dessa realidade sócio cultural da qual nos sentimos e pensamos íntimos ou familiares, era para mim, um grande desafio. Depois, “*me entraria por la piel*”, que em cada localidade, “a cultura se recompõe, inventa, produz ou resignifica de maneira particular pelas pessoas que nela habitam” (DA CUNHA, 1986, p. 101). Efetivamente, aquela cultura local se foi apresentando-me tão desconhecida e estranha, quanto eu para eles. De modo que, construir a familiaridade é talvez, uma tarefa menos difícil do que fazer estranho aquilo que percebemos e sentimos muito familiar.

Desta primeira viagem<sup>6</sup>, cheguei com meus pés intumescidos, mas muito contente. Impressionei-me de tanta criança que me abordou saindo da pequena barca, como se eu fosse uma extraterrestre. Fixavam seus olhos e me sorriam timidamente, logo corriam e gritavam. Elas acompanharam nosso trajeto até a casa do presidente de Sebastian e enquanto tomava café de milho tostado, elas me sugavam com profunda curiosidade, que fora mantida por eles até o final de meu campo. Isso favoreceu uma relação intensa e muito próxima entre nós. Sei que a linguagem das crianças e a forma de se relacionar comigo, além da sua importante colaboração nesta pesquisa, mereceriam um informe aparte, assim que estarei em dívida com elas.

Tal como o planejado, nesse mesmo dia, participei da reunião com os membros do COCODES; tendo como tema principal, minha

---

<sup>5</sup> Aliás, no paradigma Hermenêutico gerador duma antropologia interpretativa (GEERT, 1973; 1998), Roberto Cardoso (1988) aponta, interpretando a Geertz, que o pesquisador hermeneuta deve admitir que a sua posição histórica (perspectiva diacrônica) jamais é anulada; “ao contrário, ela é resgatada como condição do conhecimento. Conhecimento que, abdicando de toda objetividade positivista, realiza-se no próprio ato de “tradução”. Ao explicar sobre a fusão de horizontes (nós, antropólogos; eles, nativos) Cardoso anota que, na penetração do horizonte do outro, não abdicamos de nosso próprio horizonte. Assumimos, com tudo, nossos pré-conceitos (1988, p. 21).

<sup>6</sup> Nesta viagem fiquei 2 semanas, logo fiz uma segunda e última viagem, ficando um mês.

visita e permanência lá. O líder Sebastian apresentou-me como amiga de Any Bird<sup>7</sup> e em seguida, me pediu que explicasse a todos o motivo de minha visita. Falei sobre o meu mestrado, sobre os objetivos da pesquisa. Além de compartilhar minha íntima participação na edição de alguns diagnósticos sobre as comunidades que foram atingidas pela implantação da barragem de Chixoy. Eles agradeceram e não perguntaram nada específico sobre a pesquisa. Sebastián referiu-se que são poucos os visitantes e pesquisadores nacionais que chegam até lá; Julián, também falou sobre a forma como eles estavam considerando atender minhas necessidades, sendo que a primeira coisa a definir comigo o lugar onde eu iria dormir e comer nos dias seguintes. Apresentaram-me uma opção que, para eles, era a mais comum: instalar-me no prédio do Centro Histórico Educativo Rio Negro: "*Rij Ib 'ooy*".<sup>8</sup> Este centro é um projeto de turismo cultural de autogestão comunitária, apoiado pela Cooperação Alemã na Guatemala. Por ironia, uma corporação alemã, a "Hochtief", a qual, ainda forma parte do consórcio Lahmeyer International (LAMI), ergueu a grande represa de Chixoy.

Fiquei impressionada ao conhecer, naquele contexto, este aprimorado e grande complexo arquitetônico do Centro histórico, localizado distante do núcleo da aldeia e de outros assentamentos de casas comunitárias. Informaram-me que ali se hospedam todos os visitantes, sejam estes pesquisadores ou turistas, que neste lugar 'ninguém iria me incomodar', principalmente as crianças. Lá eu poderia dormir bem, e contar com luz proveniente de um painel solar que fornece a energia elétrica só neste centro. Isso me pareceu extremamente injusto, pois na aldeia, não há luz, embora estejam morando no lugar que a gera. Ao contrário do discurso do Instituto Nacional de Eletrificação, INDE, "*La mayor parte de la energía que mueve el progreso de nuestro país viene de la Hidroeléctrica Chixoy*" ou "*todas las comunidades rurales próximas a la represa, tienen energía eléctrica gratuita*", na aldeia Panimá Rio Negro, as noites são iluminadas com o manto de vagalumes.

Em suma, explicaram-me todas as vantagens que teria se me hospedasse no espaço do projeto: desde um computador, até uma cozinha equipada e se eu quisesse algumas senhoras da comunidade poderiam cozinhar para mim. Também, todos os dias alguém viria me buscar e

---

<sup>7</sup> Diretora de "Direitos em Ação", uma ONG norte-americana com escritório na Guatemala, que apóia a comunidade e o movimento das "vítimas sobreviventes" há vários anos. Any apadrinhou minha inserção na comunidade.

<sup>8</sup> Escrito na língua Achí, que traduzido ao Espanhol significa: "*lugar de los venados*" ou lugar dos veados. Pode se consultar a página eletrônica deste centro: <http://www.rio-negro.info/che/index.html>

acompanhar nas entrevistas que eu, seguramente, iria fazer. Eu escutava sem entender, mas bem desconcertada.<sup>9</sup> Parecia que eles estavam me vendendo um produto com todos seus serviços. Certamente era. Consideravam que eu aceitaria, porque essa era a dinâmica que marcava as visitas. Depois compreendi que o projeto gera alguma renda, por isso, cada visitante é visto como um possível cliente. Além deste centro, tinham somente outra opção, mesma que não disseram. Este é um grande e velho salão de madeira, com uma cama beliche sem colchão. Este salão, localizado no caminho principal da aldeia, serve para múltiplos usos, como ser o local de reuniões do COCODES e dormitório temporal do professor da escola.

Assim, o fato de eu não aceitar sua proposta e de mudar aquela dinâmica - dos que chegam para conhecer a comunidade através de uma janela- lhes pareceu até esquisito. Em função disso, naquela noite de negociação, tomei uma decisão acertada, o que definiria positivamente o caminho de minha pesquisa, isto é as relações de “*nativa com seus nativos*”. Perguntei se não os incomodaria se ficasse ali, no salão comunitário. Disse que eu tinha chegado até ali para estar “dentro” e não “fora”, portanto, minha intenção era de compartilhar no cotidiano deles, ou mais perto possível. Propus também, se possível, comer todos os dias com uma família diferente, e, logicamente, pagaria pelos alimentos. Expliquei que não necessitaria fazer “entrevistas” como eles estavam pensando e poderia trabalhar duas horas à tarde, com as crianças. Disse isso, como uma mostra de minha reciprocidade ou pagamento moral frente a sua aceitação de meu trabalho. Logo viriam mais troca de saberes, como apreender deles, tudo sobre as serpentes, e ensinar a um líder, a usar o computador do projeto, que ninguém estava treinado para usá-lo.

Por último, o presidente consultou a todos; o ambiente ficou em silêncio, um silêncio que me pareceu eterno como o das mulheres.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> Desconcertada ao conhecer todo o discurso com o qual se apresenta este projeto. Um discurso faccioso essencialista, sobre identidade étnica e, a comunidade, construído me parece para o negócio do chamado ecoturismo cultural. Discurso produzido pela cooperação internacional e internalizado pelos próprios líderes, que me incomoda até hoje.

<sup>10</sup> Neste espaço e outros de participação e organização política, percebi a voz quase nula da mulher; elas só participam das reuniões para escutar e validar as decisões os líderes que são homens. O lugar de participação pública das mulheres é nas organizações tipicamente femininas: comitê de mulheres para os tecidos, para os projetos de apoio doméstico: como criação de animais e projetos de saúde comunitária. Certamente, sua participação ou inclusão naquele espaço político, considerado tipicamente masculino, como o COCODES, por exemplo, tem sido produto, mais das exigências de políticas municipais para favorecer a cidadania das mulheres, do que das demandas internas de inclusão das próprias mulheres da comunidade.

Pensei, nesse momento, que tinha cometido um erro com minha proposta. Mas para meu alívio, um a um começaram a falar e agradecer por ter esta vontade de compartilhar e a se desculpar porque sentiam que não tinham as condições às quais eu deveria estar acostumada. Depois, que falaram e se mostraram receptivos por minha decisão, só agradei. Mas nessa mesma noite receberia minha primeira lição e decepção. Fui ingênua em me querer situar como uma mais, igual nativa daquele contexto, onde as pessoas não deixariam de me ver como diferente, exótica ou estrangeira. Cada dia que passei lá me descobria diante de uma sociedade local, para mim, desconhecida.

Naquela noite, como nas seguintes, dormi no salão comunitário, em condições, como as de meus nativos, igualmente precárias, porém, humana e profissionalmente satisfeita. Fiquei convencida que minha escolha foi acertada. Pois, convivendo perto, no dia a dia, fomos ganhando confiança, até chegar a identificarmos vizinhos, companheiros de uma mesma caminhada, porém distintos, co-habitantes de um país profundamente diverso, profundamente complexo.

Por outro lado, todas aquelas longas noites que passei lá à luz das velas, tive tempo e condições para pensar sobre o andamento da pesquisa e reorganizar minhas idéias, particularmente preocupada sobre o problema de indefinição de foco, ou seja, a necessidade de delimitar as perguntas norteadoras. Penso que se precisa de agudeza e mais assertividade, para não ser “tão inocente” ou “ambiciosa” ao ponto de querer dar conta de todas as questões que o campo nos provoca. Perguntas que agitam nossa cabeça, como luzes de faróis descontrolados. Mesmo, mergulhei no ambiente daqueles atores, compartilhando seu cotidiano, como antropóloga nativa e exótica, com espírito militante e cidadão, que se pensa sensível frente a um país que não termina de cultivar seu próprio calvário; assim, descobrindo isso, de fazer estranho o familiar e vice-versa, como parte da dialética do conhecimento.





## INTRODUÇÃO:

A primeira vez que escutei sobre os massacres<sup>11</sup> durante a guerra ou confronto armado interno, identificado com as siglas CAI (1960-1996), na Guatemala, foi em 1982, quando um companheiro de escola, levou à aula um velho diário mexicano, onde se falava sobre matanças de camponeses indígenas que reclamavam terras no município de Panzos, na zona norte do país. O massacre de Panzos foi um dos primeiros cometido pelo Exército guatemalteco, na sua luta contra-insurgente durante a guerra civil. Logo após, continuariam com as execuções como o massacre na embaixada da Espanha a mais divulgada internacionalmente. As notícias, dessas chacinas eram muito esporádicas na minha cidade, pois tínhamos uma censura da informação que não nos permitia saber o que acontecia nas outras regiões. Nesse tempo, o que sabíamos pelas conversações, quase secretas, era que os assassinados eram “guerrilheiros comunistas”<sup>12</sup> e que tinham morrido em combate.

Na verdade, com o tempo, internalizei bem este discurso sobre os “guerrilheiros comunistas”; assim, pensava que os mortos que apareciam frequentemente flutuando no rio que cruza minha cidade, eram dos guerrilheiros... Com certeza, alguma coisa de “ruim” tinham feito, o que era uma boa justificativa para aceitar e legitimar, socialmente, a morte deles. Não lembro nenhuma reação da população ante esse quadro quotidiano, ao ver aqueles corpos que seguiam seu caminho para o mar, para terminar na boca dos peixes e das aves de rapina. A explicação simples dos adultos era: *esses que aparecem mortos no rio, em alguma coisa estavam metidos*. Tudo era silêncio. Tínhamos o código bem claro: sobre isso, nem se fala, nem se pergunta, nem se comenta porque é perigoso!

---

<sup>11</sup> Conforme o Equipo de Antropologia Forense de Guatemala, EAFG (1997; doc. fotocopiado, sd.), o termo “Massacre”, é um galicismo equivalente a “matança”; ainda que, em países da América Latina tem um significado político e se inscreve dentro do conceito de “genocídio” o qual se entende como aniquilamento massivo, parcial ou total de grupos nacionais, raciais ou religiosos.

<sup>12</sup> No discurso oficial, ou seja, do governo militar, ser “guerrilheiro comunista” era ser “inimigo da pátria”, uma pessoa que não ama nem a Deus, nem sua família; portanto, um ser que deveríamos condenar, desprezar e denunciar às autoridades. Lembro-me que este discurso era reproduzido pelos meios de comunicação e também através dos chamados “mosquitos” no linguajar espanhol local, pequenos cartazes reproduzidos massivamente e lançados de helicópteros do exército, que sobrevoavam os bairros, fazendo este tipo de propaganda “anti-subversiva”.

Foi nos anos posteriores (1986), quando estudante na universidade, me sensibilizei sobre a realidade social, política e econômica do país, sobre os problemas medulares que atravessam esta realidade e ainda se constituem em detonadores dos confrontos sociais “maiores” ou centrais<sup>13</sup>. Compreendi sobre as “violências” (RIFIOTIS, 1999) no marco do CAI, particularmente as que são caracterizadas como “violências políticas”,<sup>14</sup> porque abrangem aqueles fatos de uso da força física, cometidos pelo Estado e outros autores não estatais, que justificam ou sustentam suas ações a serviço de seus propósitos ou interesses propriamente políticos.

Aliás, teóricos como Adolfo Sánchez Vásquez (1977) e Hannah Arendt (1969; 1994) discutem a violência e sua relação com o uso da força e o poder. A “violência” verifica-se justamente numa atividade humana que detém, desvia e finalmente altera uma legalidade natural ou social. A “Violência não se define apenas pela presença da força”. Na natureza há forças naturais, mas a “violência” não é a força em si, ou em ação, mas sim o uso da força. “Por isso dizemos que a força em si não é violência, e sim apenas a força usada pelo homem”. (VASQUEZ, 1977, p. 374). Segundo Hannah Arendt (1969, 1994) a violência é um meio, não um fim; e tanto o poder quanto a violência aparecem juntos, manifestam-se na mesma ordem, embora seja o poder o aspecto “primário predominante” (p. 41), pois,

(...) a violência é sinônimo de opressão quando há uma distribuição desigual do poder, como ocorre no capitalismo ou nas demais sociedades baseadas na exploração e na subordinação. Não se pode definir esse poder apenas por tais estruturas, mas muito mais pelas relações desiguais em que se funda e pela dinâmica das oposições e conflitos que o põem de manifesto. (BALANDIER, 1969, p. 57).

---

<sup>13</sup> Coloco a palavra “maiores” entre aspas para destacar o caráter, o impacto e efeitos quantitativos e qualitativos destes problemas sociais.

<sup>14</sup> Conforme a nota acima, o mesmo ocorre em relação à categoria “violências políticas” que estará sendo acionada ao longo deste trabalho e que está diretamente associada àquela exercida pelo Estado guatemalteco. Assim, os fatos de violências políticas que estudamos respondem diretamente à aplicação de políticas militares contra-insurgentes delineadas pelo Exército guatemalteco durante o conflito ou guerra interna no final de século passado, sendo chamada de “Terra arrasada” a mais impactante. Esta política demonstrou a incapacidade dos governos da época, de resolver por outras vias não violentas, um acúmulo de problemas de natureza estrutural, que ainda vêm afetando, principalmente, as populações indígenas no país.

Neste contexto, deparei-me com o discurso da “guerrilha comunista” sobre a justificativa da “guerra popular revolucionária” (PAYERAS, 1991; OSÓRIO, 1994) como o único caminho para que a população pobre e marginalizada possa gozar plenamente de seus direitos sociais econômicos e políticos. Em suma, a guerra, se dizia, era para acabar com o sistema opressor, racista e excludente, contra a militarização, a desigualdade que gera pobreza, pela conquista do poder popular (CASTAÑEDA, 1994).

Assim, neste confronto armado, o que vimos e internalizamos foi o uso desmedido da força por parte dos aparelhos de segurança do Estado, que definiam, segundo seu sistema de classificação, quem era seu inimigo e quem não era. Identidades políticas, étnicas, de classe, entre outras categorias, eram conjugadas para essa definição de possíveis vítimas das operações, definidas, naquele contexto como “contra-insurgência”. O uso da força física expressa em vários fatos de violências foi apoiado numa aparente legalidade, estabelecida pelos regimes militares.

É neste contexto que se compreende ou explica o caso aqui abordado, da comunidade de Rio Negro, que mostrou sua oposição aberta ao projeto de construção de uma hidrelétrica que o governo militar daquela década (1980) impôs em seu território. Esta oposição comunitária local se conecta com o emergente movimento nacional indígena campesino e popular, agrupado no Comitê de Unidade Campesina CUC. Este, por um lado, fortalece suas ações de organização e resistência perante as políticas econômico-sociais do Estado e por outro, faz com que a comunidade de Rio Negro se defronte, de maneira consciente, com uma política indigenista oficial (CASAUS, 2002). Política que sustentada por um paradigma étnico racista<sup>15</sup>, vê e apresenta essa comunidade, como atrasada e culpada pela falta de desenvolvimento na região.

Segundo a memória social de meus interlocutores, como veremos no cap. 2, o Estado representado, pelo Instituto Nacional de Eletrificação - reconhecido por sua sigla, INDE - não acreditou que eles poderiam agir contra tal empreendimento, considerado, no discurso estatal, de importância nacional. Agravou-se o conflito, pois a comunidade estava determinada a não abandonar suas terras, a não aceitar os termos de re-

---

<sup>15</sup> Segundo Águeda Gómez Suarez (2005, p. 3) as políticas indigenistas baseadas nesta ideologia racista podem se classificar em três tipos: (1) as destinadas ao *exterminio* das populações indígenas; (2) as *segregacionistas*, com a criação de povoados- de índios, baseadas num racismo cultural, que julga estas culturas, como insuficientemente desenvolvidas e civilizadas. E, (3) O etnocentrismo que é o eixo das convicções discriminatórias em respeito às culturas e costumes não ocidentais.

assentamento e continuar com as exigências de uma saída negociada, que levasse em conta os interesses comunitários. O Estado sinaliza o desenlace final, ao classificá-los como “inimigos”. A partir disso, Rio Negro sofreu como nenhum outro lugar da Guatemala. Foram 5 massacres consecutivos, no período de um ano, onde morreram 444 pessoas, um pouco mais da metade da sua população (800 pessoas), sem contar outros inumeráveis danos: perseguições políticas, militarização, execuções extrajudiciais, sequestros, tortura e desaparecimentos forçados de seus líderes, destruição de seus bens materiais e de seu patrimônio cultural, deslocamento forçado e apropriação indevida de seu território. Por isso, Rio Negro, é um caso paradigmático, que não só nos mostra cruamente as dimensões e efeitos das violências políticas na implantação de uma usina hidrelétrica, mas também, a conseqüente e histórica violação dos Direitos dos povos indígenas, na Guatemala. Também Rio Negro, um dos exemplos da luta pela defesa de direitos territoriais legítimos, pelo reconhecimento e reivindicação destes Direitos, historicamente negados, violados ou postergados. “En este país pequeño, todo queda lejos, la comida, las letras la ropa...” disse com razão, um verso de Humberto Ak’abal (poeta Maia Kaqchikel) ao se referir à Guatemala.<sup>16</sup> Como bem escreveram Jesús Ruvalcaba e Sergio Eduardo Carrera (2009, p. 143),

Os problemas que aquejan a las poblaciones indígenas (...), en general en toda América, se deben en parte al rezago histórico en atender sus demandas, en contextos donde la explotación económica, la opresión social e la represión armada han prevalecido como las formas de relación entre aquellas y la sociedad dominante; problemas cuyo origen se remonta a los periodos colonial e independiente y que, al mismo tiempo se han agravado o ampliado afectando a las sociedades rurales (...). En definitiva los pueblos indios no han sido integrados al reparto de la riqueza, pese a que, paradójicamente, gran parte de ésta se genera en su

---

<sup>16</sup> Os índices de desenvolvimento humano e suas diversas análises colocam a Guatemala como um dos países mais desiguais e, por conseguinte, pobres, da América Latina. Segundo os parâmetros de medição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Guatemala estava no ano 2007, no lugar 177, quer dizer, no último lugar de menor desenvolvimento da América Central e o penúltimo lugar no continente, só acima do Haiti. Isto se traduz em quase 8 milhões de pessoas sobrevivendo na pobreza e destes a metade em condições de miséria com rendimentos inferiores a 70 dólares ao mês. Esta pobreza recai significativamente nas famílias indígenas. (PNUD, 2005).

seno, sea por la explotación de sus recursos o por la utilización de su esfuerzo.

Como veremos no cap. 1, as mobilizações e lutas sociais e as violências de caráter político têm uma construção histórica; respondem aos velhos e novos antagonismos que se fortalecem desde a ordem social, moral e ética política no qual se funda o Estado guatemalteco e no qual estariam estabelecidas hierarquias, que codificam suas relações sociais, configuradas desde os elos coloniais<sup>17</sup> e pós-colonial.<sup>18</sup>

Dessa maneira, para situar o foco desse estudo, não só é preciso considerar o contexto de confrontações e conflitos sociais presentes, há muito, na região, como também, levar em conta estas histórias e memória social recentes das violências políticas narradas por meus interlocutores e registrada em importantes documentos<sup>19</sup>. Temos assim, como ponto fundamental desta pesquisa, problematizar sobre a identidade coletiva dos sujeitos políticos que emergem de uma situação de conflito e violências e nos mostram sua capacidade de agência (ORTNER, 1997) ao configurar uma luta por reconhecimento (HONNETH, 1997; 2003), empreendida e liderada pelas organizações da comunidade Maia Achí de Rio Negro.

O novo movimento (MELUCCI, 2001), amplo e profundo, que se constrói, é unificador dos interesses das várias comunidades Achies da área, atingidas pela construção da hidrelétrica e sobrevivente dos massacres, se expressa ou é conduzido através de uma Coordenadoria destas comunidades atingidas pela hidrelétrica de Chixoy que é reconhecida por suas siglas: COCAHICH. As organizações comunitárias que compõem esta Coordenadoria se encontram legalmente inscritas no Registro Nacional de Pessoas Jurídicas –RENAP- do “Ministério de Governaci-

---

<sup>17</sup> O termo colonialismo se refere a práticas teóricas e atitudes envolvidas no estabelecimento e na manutenção de um império. Após as conquistas, novas formas de produção foram introduzidas e impostos novos sistemas de poder e de relações de autoridade. Assim, novos padrões de desigualdade, envolvendo povos de diferentes procedências, línguas, credos e, frequentemente, cor. Esses padrões de autoridade persistiram por gerações (CASHMORE, 2000, p.130-131).

<sup>18</sup> A utilização do termo “pós-colonial” relaciona-se com a oportunidade de avançar numa uma análise da continuidade histórica e da mútua constituição das representações sociais dos colonizadores e colonizadas. Desde que: 1. haja uma consideração permanente do colonialismo/pós-colonialismo; 2. a análise discursiva não dispense a economia política, que ajuda a explicar os aspectos materiais dos processos sociais de significação; 3. seja analisada a prática dos atores sociais em contextos específicos, de modo a alcançar melhor entendimento das complexidades da negociação da identidade. 4. haja pesquisa empírica, nomeadamente da natureza etnográfica; 5. se use o método comparativo, nomeadamente em relação a diferentes experiências de colonização e reconfiguração pós-colonial (ALMEIDA, 2002, p. 27).

<sup>19</sup> Refiro-me aos informes da Comissão do Esclarecimento Histórico -CEH- (1999) e do Projeto de Recuperação da Memória Histórica –REMHI- (1998).

ón” sob a figura de “associações”. A COCAHICH se constitui num espaço de convergência dos vários atores que compõem um sistema de ação política<sup>20</sup> dirigida à satisfação de demandas referidas a uma reparação integral pelos danos causados e direitos humanos violados. Mas, as estruturas organizativas da comunidade de Rio Negro como tal, se constituem, desde o início, no oxigênio da COCAHICH.

Ora, este novo movimento social, conforme a proposta de A. Honneth (2003) encontra sua explicação em um “sentimento coletivo de injustiça”, derivado das experiências compartilhadas, de desrespeito. Aliás, Denys Cuche (2002, p. 191) reforça a postura honnethsiana, ao citar que “o sentimento de uma injustiça coletivamente sofrida provoca nos membros do grupo vítima de uma discriminação um forte sentimento de vinculação à coletividade”, porque quanto maior é a necessidade de solidariedade de todos na luta pelo reconhecimento, maior será a identificação. Neste sentido, o conceito de “luta social” tem como ponto de partida os sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses evidenciados (HONNETH, 2003, p. 255). Esta lógica moral dos conflitos sociais deve ser compreendida em relação a “um processo social e historicamente situado, que tem expressão direta nas múltiplas cruzadas pela ampliação de direitos, protagonizadas por diversos grupos sociais ao longo do tempo”. Cruzadas que, no caso de Rio Negro, têm sido apenas para exigir reconhecimento de direitos fundamentais, como a vida, a terra e o território e não para sua *ampliação*. Contudo, o interesse de Honneth é saber até que ponto “um conflito social segue a lógica da perseguição de interesse ou a lógica da formação da reação moral” (p. 261),

(...) os sentimentos de injustiça e as experiências de desrespeito, pelos quais pode começar a explicação das lutas sociais, já não entram mais no campo de visão somente como motivos da ação, mas também são estudados com vista ao papel moral que lhe deve competir em cada caso no desdobramento das relações de reconhecimento. (HONNETH, 2003, p. 265)

Nesse quadro interpretativo, os conflitos sociais não surgem somente por interesses puramente materiais; sempre há, por trás, uma condição que tem a ver com o plano da reparação moral. Isso porque, além do dano material que provoca indignação e possibilita condições

---

<sup>20</sup> Refiro-me a “atores” para identificar as organizações sociais que conformam este movimento.

para a ação, há um dano imaterial, subjetivo que tem a ver com a identidade dos sujeitos e que precisa ser reparado. Assim, desrespeito moral, conflito social e reconhecimento, podem constituir-se na tríade conceitual do marco teórico e analítico apresentado por Honneth, na sua proposta *Luta pelo Reconhecimento*. Referencial teórico imprescindível para as discussões que englobam a compreensão da lógica e das dinâmicas implícitas nos conflitos e movimentos sociais contemporâneos. Sua contribuição nos leva também a repensar a questão da justiça social a partir de uma visão do sujeito mais ampla e complexa do que aquela que funciona como referente ético das teorias liberais de justiça. (FRASER, N. e HONNETH ,2006).

Assim sendo, na abordagem desta discussão e interpretação de meus dados de campo, com relação a meu foco de estudo, adotei, particularmente, a proposta teórica de Axel Honneth. (2003), considerado herdeiro das preocupações normativas da chamada *Teoria Crítica*. Figura destacada da denominada “terceira geração” da Escola de Frankfurt, trabalhou como assistente de Jürgen Habermas na segunda metade dos anos 80. Considerando, então, os pressupostos teóricos de Honneth, e conforme meus objetivos específicos, a discussão abarca os aspectos históricos, memória social, identidade e organização política. Assim, cabe:

(a) Situar o contexto e os antecedentes sócio-histórico-políticos do quais emergem a problemática e os sujeitos da pesquisa, em termos da historiografia das violências políticas na Guatemala nas últimas décadas do século XX, para ter um contraponto crítico na análise da luta das organizações de Rio Negro, pelo seu reconhecimento.

(b) Reconhecer, a partir das narrativas, a memória social sobre as experiências de injustiça, desrespeito e violências vivenciados no conflito pela construção da usina hidrelétrica no território indígena. Reconhecimento necessário para o entendimento desse conflito social local e do “*sentimento coletivo de injustiça*”, desde a avaliação moral dos sujeitos que foram agredidos, que segundo a lógica proposta por Honneth, este sentimento é gerador da mobilização política desses sujeitos.

(c) Discutir sobre os processos de vitimização e sobre a categoria “vítima” na produção dos novos significados identitários emergentes na ação, mesmos os que dão sentido ao movimento e definem sua ação política.

(d) Descrever e discutir sobre a dinâmica do novo movimento social e seus atores; quer dizer: pontuar sobre o perfil das organizações que protagonizam o mencionado movimento, sua origem e trajetória organizativa, seus conflitos internos, sua interlocução com as bases e

processo de negociação com o Estado. E suas conquistas ou derrotas, até hoje.

Finalmente, a lógica que seguiu para a estruturação deste trabalho partiu dos objetivos, que vão dos aspectos mais gerais aos mais particulares. Isto implicou em dividir o texto em duas partes (I, II) com três capítulos, dividido em subtítulos. A parte I: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO POLÍTICO, E, a parte II: OS FIOS DA MEMÓRIA E A LUTA PELO RECONHECIMENTO.

O capítulo 1: **Os Massacres, a Construção da Vítima, sua Reparação e a Reconciliação** tem como objetivo situar a leitura do problema em seu contexto mais amplo. Assim, para situar e compreender o processo atual de organização, mobilização e luta por reconhecimento que os sujeitos deste estudo protagonizam é imperativo percorrer esta alameda histórica, porém, a voz dos sujeitos aparece como fonte secundária.

Seguindo a lógica da historicidade, este capítulo se ordena do seguinte modo: o contexto imediatamente anterior ao CAI (1944-1954) na qual se colocam os acontecimentos e/ou problemas que são o ponto de partida para a posterior confrontação política militar e o ambiente que permite dita confrontação; logo, o cenário, a dinâmica, os atores e os discursos que tecem este período durante o CAI (1960-1996). Encerro esta parte situando o contexto imediato pós-conflito e as “vítimas vitimizadas” que se defrontam com uma proposta governamental de reparação e reconciliação, ponto de partida para uma agenda negociada.

São vários os autores consultados para a elaboração deste capítulo, a maioria, pesquisadores guatemaltecos, das Ciências Sociais, reconhecidos no país. Entre eles, destaco as contribuições de: Cardoza e Aragón (1955), Martínez (1994), Guzmán (1970; 1995), Payeras (1991, 1997) Figueroa (1982; 1991; 1999); e, Hurtado (2000). Por último, os trabalhos mais focalizados e etnográficos dos antropólogos Ricardo Falla (1992), Marta E.Casaús (2002), Irma A.Velásquez (2008) e Alfonso Huet (2008). Contudo, a base documental para a construção desta primeira parte foi o informe: “Guatemala: Memória do silêncio”, elaborado pela Comissão para o Esclarecimento Histórico CEH (1999).

No capítulo 2: **Os Massacres no Caso de Rio Negro Rabinal e a Emergência dos Sujeitos de Direitos**. Apresenta-se a memória social dos fatos vivenciados pelos sujeitos, através das suas próprias narrativas. Assim, nos seus relatos, os sujeitos reelaboram ou resignificam seu passado no presente, e expõem sobre a implantação do projeto hidrelétrico e os massacres e sobre as consequências advindas destes dois fatos, que eles ainda enfrentam no cotidiano. Por último, discorro sobre os signi-



ficados da vitimização e a configuração da categoria “vítimas sobreviventes”, que identifica os novos sujeitos e/ou atores emergentes. Tento entender suas leituras sobre esta identidade e a força do moral e do político na configuração do movimento.

Para a compreensão do tema da barragem do Chixoy, foram úteis os trabalhos de Johnston (2005), (COHRE, 2004), Colajacomo (1999) Além do substancial informe da Corte Interamericana de Derechos Humanos CIDH.<sup>21</sup> Também na literatura registrada sobre esta barragem me deparei com os autores brasileiros: Lins Ribeiro (1991); Seva Fo (2001); M. Pinheiro (2007), quem colocam também, a relação entre os massacres em Rio Negro e a construção do projeto hidrelétrico do Chixoy. Analisam sobre a violação dos Direitos dos Povos Indígenas com estes empreendimentos e sua imbricação com o fenômeno do racismo e globalização. Nessa linha de análise, inspiradores foram os aportes das pesquisas desenvolvidos ou coordenados pelo Silvio Coelho dos Santos (1983; 1992; 1996; 1988; 2003a e b) em parceria com Maria José Reis, Neusa Bloemer e Aneliese Nacke. Trabalhos que me permitiram ter um ponto de comparação com casos similares no Brasil, onde os direitos das comunidades indígenas locais também têm sido flagrantemente violados pela implantação de Hidrelétricas, além de me possibilitar compreender que os efeitos são igualmente nocivos para as populações locais atingidas, independentemente das diferenças socioculturais e geográficas nas diferentes regiões onde estes projetos são executados. A contribuição analítica de Marilena Chauí (1998) foi importante para fechar este capítulo.

O capítulo 3: **A luta pelo reconhecimento** se centra em dois aspectos complementares: na análise do novo campo de interação ou movimento que se conforma depois das violências, e as relações que se dão entre os diferentes atores e sujeitos integrados na coordenadoria COCAHICH. O capítulo também apresenta uma descrição dos perfis das organizações, a dinâmica que envolve as lutas dos atores e as estratégias que são delineadas para conseguir o reconhecimento da sociedade e do Estado. Discute-se sobre os conflitos internos, sua interlocução com as bases e processo de negociação com o Estado, particularmente sobre os pontos da agenda política do movimento que estão sendo acionados nessa negociação.

As fontes principais de informação nas quais me baseei foram não só os diferentes relatos, narrativas, testemunhos, etc., mas também

---

<sup>21</sup> Informe nº 13/08, petición 844-05, admisibilidad Comunidad de Río Negro del pueblo indígena maya y sus miembros Guatemala.

os discursos do movimento, registrados de diferentes formas, nas imagens de alto conteúdo simbólico, que mostram seu mundo intersubjetivo e nos discursos político-ideológicos registrados nos vários documentos produzidos por eles. Os dados deste capítulo também são refletidos principalmente à luz do pensamento honnethiano (2003); e alguns dos conceitos de Alberto Melucci (2001).

Por último, nas **Considerações Finais**, fecho o ritual de minha escrita etnográfica, no sentido da redação do trabalho, mas não “finais” no sentido reflexivo. Essas reflexões derivam dos objetivos da pesquisa e outras questões que considere oportuno colocar. Em suma, são pontos não conclusivos, mas que servem como abertura ou provocação ao diálogo crítico que pode dar continuidade à discussão da problemática aqui abordada.

### a) Localização geográfica do estudo e os atores

O território geográfico e sociocultural de minha pesquisa está localizado no município de Rabinal, que é denominado em idioma Achí: “*Chuitinamit*” ou “*Nimá-Tinamit*” que quer dizer: antigo povoado (TELETOR, 1955 p. 19). Rabinal pertence administrativamente ao departamento de “Baja Verapaz” região norte da Guatemala.

Nesta geografia é importante destacar a definição das fronteiras linguísticas relacionadas com o território, já que esta definição, segundo a língua, sinaliza, ainda na atualidade, uma forte distinção interétnica da sua população.<sup>22</sup> Embora durante a colonização espanhola e o recente confronto armado interno CAI, tenham ocorridos processos forçados de agrupamento e re assentamentos dos povos indígenas, a maioria das comunidades étnicas seguem concentradas na zona ou divisão geográfica original.

Assim, se pode distinguir no país uma divisão territorial entre os diferentes grupos étnicos, que corresponde à sua língua; esta se constitui

---

<sup>22</sup> Segundo estimativas do Programa de Educação Bilingüe intercultural, do Ministério de Educação da Guatemala (Projeto BEST, 1981), há pouco mais de 6 milhões de pessoas, quase metade da população, que falam línguas indígenas. Na Constituição Política da República se reconhecem as 23 línguas indígenas como idiomas nacionais, através da Lei de Idiomas Nacionais (decreto legislativo No. 19-2003) e outros decretos mais. Nestes documentos legais se menciona o respeito a estes idiomas e a obrigatoriedade do Estado de efetivar a educação bilingüe. Entretanto, o movimento indígena avalia que o Estado só tem dado este reconhecimento no discurso, já que os idiomas indígenas seguem em desvantagem social, pois estão continuamente subordinados e deslocados pelo idioma oficial: Castelhana. (ALVAREZ; GUARON; TIRADO, 2001; COJTI, 2005).

num forte marcador de distinção e diferença interétnica e identidades culturais mais significativas. Como veremos na seguinte página, nas ilustrações ou mapas 1 e 2, se distingue essa divisão étnica linguística segundo o território,<sup>23</sup> e a divisão administrativa da zona Achí, que abarca todo o departamento de Baja Verapaz.

#### COMUNIDADES LINGÜÍSTICAS DE GUATEMALA



Mapa 1: Guatemala: Divisão por comunidades linguísticas. Fonte: BEST Project: 520-0374 USAID. Guatemala.

Mapa 2: Mapa administrativo do departamento de Baja Verapaz. Fonte: fotografia de documento interno do Museu Comunitário Rabinal Achí. (Elaboração própria)



A zona territorial habitada pelos indígenas maia Achí que se distingue nos mapas, com forma vermelha, integra uma comunidade étnico-linguística, que deriva do ramo k'iche, que por sua vez, se desprende da divisão oriental do “*protomaia*”. (ENGLAND, 1992).<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Destaco este ponto, porque o território físico da pesquisa é um espaço que precisa ser demonstrado como uma geografia social humana particular, complexa e heterogênea, portadora de história e memória sociocultural importante cuja reprodução tem tido continuidade no longo dos séculos, após a colonização. Além de considerar que a língua é uma das fronteiras culturais que fazem a diferença entre o indígena e os outros “*ladinos*”, para o movimento indígena da Guatemala a defesa de seus idiomas tem sido nos últimos anos, um assunto estratégico, para revitalizar sua condição identitária. (CIEDEG, 1999).

<sup>24</sup> Alguns autores, estudiosos dos idiomas maienses, como Nora England (1992) afirmam que há muito tempo, existiu um idioma maia: este idioma seria definido como “Protomaya” ou

Conforme o Instituto Nacional de Estadística (INE, 2002), a guerra interna no final do século passado, e o constante fenômeno migratório, fazem com que a população maia-falante este dispersa em todo o território nacional e fora dele. Nesse sentido, é cada vez mais difícil manter uma demarcação, mas ainda assim, a zona do departamento de Baja Verapaz, particularmente Rabinal, concentra o maior número (92%) de população Achi-falantes, de 40.000 habitantes<sup>25</sup>, distribuídos majoritariamente (70%) na área rural do município. (INE, 2002).

Rabinal<sup>26</sup> limita-se, administrativamente, ao norte com o município de Chicamán, departamento do Quiché; ao sul com os municípios do Chol, Granados e San Miguel Chicaj; com este último limita-se também ao leste e ao oeste com o município de Cubulco. Atravessada pelo caudaloso rio Chixoy e outros menores, nos anos 70, formavam um importante recurso hidrográfico, porém, Rabinal foi o município mais afetado pela construção da usina hidrelétrica. Integra-se por um centro urbano ou sede municipal, 49 casarios<sup>27</sup> e 27 aldeias. A esta localidade pertencem os atores individuais (habitantes) e coletivos (organizações) de minha pesquisa, que são parte da comunidade etnolinguística maia,

---

“Nabee maya Tziiij” que significa “avô dos idiomas maias”, porque deu origem a todos os idiomas maias que se conhecem na atualidade. Existem 31 idiomas maias que correspondem igualmente a 31 comunidades linguísticas.

<sup>25</sup> Segundo documentos indígenas como O Memorial de Sololá, as populações originais de Rabinal eram Poqomames. Um relato mítico conta que todos os grupos que formavam a confederação dirigida pelos K'iches se reuniram numa montanha e repartiram os territórios. Aos Rab'inalleb' Achi' foi concedida a Baja Verapaz, que é o território que habitam na atualidade. Contudo, anota Maride Ivic (1995), ao analisar os documentos, nota-se que os territórios foram ganhos por meio de batalhas. No período Pós-clássico tardio (1200 a 1524 d.C.), um exército formado por K'iches', Kaqchikeles e Rab'inalleb' venceram aos Poqomames, e os K'iches' deixaram nesta região os Rab'inalleb' Achi', formando uma espécie de base que separou o grupo Poqomam, deixando os Poqomchi' na Alta Verapaz e forçando os Poqomames originários da zona, a emigrar para o sul do país. Esse mesmo documento explica que os Rab'inalleb' Achi' têm uma origem comum com os K'iches (IVIC, ibidem, p. 4). Pelas leituras de ambos os trabalhos, entendo que as denominações Rab'inalleb' Achi' e K'iche' Achi' se referem ao mesmo grupo étnico, cujos ascendentes são K'ichés, que em tempos pré-hispânicos constituía uma linhagem superior e hegemônica dos Maias, dominando grande parte do território nacional.

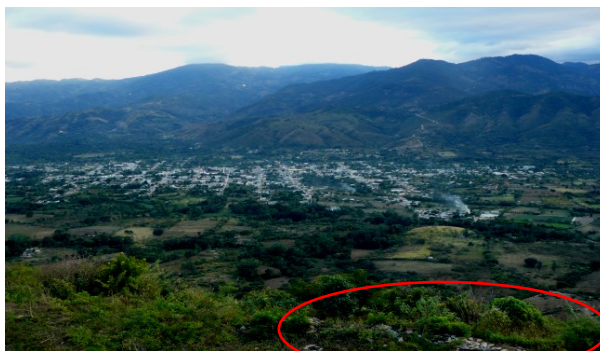
<sup>26</sup> Conforme registros históricos, Rabinal, que na data 24 de abril de 1931 foi declarado Monumento nacional pré-colombiano - por resolução contida no decreto legislativo No. 1376 (ITZEP, 2003) - tem uma extensão de 501 quilômetros quadrados, se situando a 973 metros acima do nível do mar. Localiza-se a 175 km. da capital da Guatemala. Rabinal foi fundado como povoado em 1537, pelos sacerdotes Dominicanos, que foram encarregados pela coroa espanhola de evangelizar a região das Verapaces, conhecida naquela época como “terra da guerra” pela resistência dos povos à conquista e à colonização. Assim, esta evangelização foi uma das estratégias utilizada para submeter às populações originárias de forma pacífica durante a colonização.

<sup>27</sup> Este termo de “casario” deve ser lido neste trabalho, como subúrbio, assentamento ou bairro marginal.

K'iché Achí. Por sua vez, se auto-definem como comunidade maia Achí de Rio Negro, isto é uma identificação política e cultural local.

Devido a seu deslocamento e re assentamento forçado e a posterior divisão da população pela re apropriação do antigo território, atualmente a comunidade de Rio Negro, está dividida em duas áreas geográficas: PACUX, que segundo a classificação municipal é um casario, localizado a 2,5 quilômetros da pracinha colonial ou centro da pequena cidade de Rabinal; e, a nova aldeia PANIMÁ RIO NEGRO, habitada por apenas 13 famílias, que em 1996, voltaram a desafiar o espelho que forma o lago da barragem para re fundar sua aldeia na mesma direção da antiga, que ficou submersa no açude.

Assim, ao norte de cidade, se localiza **Pacux**<sup>28</sup>, onde os sobreviventes dos massacres foram obrigados a se reassentar. Atualmente, continuam morando neste casario a maioria das famílias (137). Perto de Pacux se localiza o Museu Comunitário “Rabinal Achí”, que apadrinhou minha pesquisa de campo e cujo local e atividades internas foram importantes no desenvolvimento de meu trabalho. Ali, planejei minhas atividades, redigi o texto e fiz minha pesquisa bibliográfica. Em Pacux morei por 2 meses, durante meu trabalho de campo. Na fotografia que segue está à cidade de São Pablo Rabinal, vista do sitio arqueológico Kaj Yub<sup>29</sup>, e na periferia, circundada em vermelho, a zona de Pacux.



Fotografia: 3 “A cidade de Rabinal, vista desde o cerro”. Fonte: Murillo N. (2008) trabalho de campo.

<sup>28</sup> Na análise morfológica: Pa - preposição de lugar que significa “entre”; K’uux - substantivo, que no idioma Achí significa “amate”- uma espécie de árvore. Então, Pak’uux quer dizer, em Achí, “entre amates”.

<sup>29</sup> Os sitios arqueológicos pré-hispânicos mais importantes da zona de Rabinal, atualmente, são: “*Kajyup, Chwitinamit, Chiwiloy, Pakaq’ja, K’isintun*”. (Cartaz, museu comunitário, 2007)

**Panimá Rio Negro** está localizada na margem do açude, a uma distância de 38 km da sede municipal e a 740 metros acima do nível do mar. Atualmente é uma aldeia isolada, pois após a construção da hidrelétrica, esta parte do vale Chixoy não foi reabitada. Nesta aldeia fiquei durante um mês. Na fotografia abaixo, vê-se o centro desta aldeia Panimá, à beira do açude. A sua aldeia anterior, que foi totalmente engolida estava neste mesmo perímetro, na beira do rio Chixoy.



Fotografia 4: A Aldeia Panimá Rio Negro. Fonte: James Rodríguez, repórter fotográfico independente, (james@mimundo.org), com autorização do autor.

É importante destacar que minha observação participante se concentrou na aldeia Panimá Rio Negro, com as famílias e as estruturas organizativas. Isto, por duas razões: uma, sua representatividade em termos qualitativos, para a pesquisa, pelo fato de terem retornado a este lugar e reivindicarem sua permanência e pertencimento e manifestarem um maior apego ao território, pela tradição da comunidade. A outra razão foi por questões práticas: o fato de ser um número menor de famílias facilitou minha observação participante e integração, sua dinâmica política, organizativa e familiar, por um menor período de tempo.

Em Pacux, minha observação participante abrangeu o trabalho das lideranças da organização que tem a representatividade política do movimento e, ao contrário de Panimá Rio Negro, o trabalho com os grupos familiares foi muito menor, devido à quantidade de famílias – pouco mais de 100 - que lá habitam. Mas em ambos os locais, desenvolvi entrevistas abertas e semi estruturadas, (BRIGGS, 1986) com os líderes e juntas diretivas das seguintes organizações comunitárias: atores membros da COCAHICH; Associação de Vítimas das violências nas Verapaces, Maia Achí - ADIVIMA; Associação Campesina Rio Negro

13 de Março Maia Achí – ASCRA; Comitê Comunitário de Desenvolvimento local - COCODES; Comitê de Mulheres Rio Negro e Museu Comunitário Rabinal Achí.

Também busquei contato e fiz entrevistas com lideranças e pessoas de outras estruturas organizativas internas que fazem trabalho comunitário vinculado, de certo modo, à luta política da COCAHICH: Fundação Nova Esperança, Comitê de viúvas e órfãos pelos massacres, Comitê do Programa de Ressarcimento às vítimas do CAI. Além disso, fiz uma entrevista com a Diretora da oficina Regional do Programa Nacional de Ressarcimento (PNR), que foi fundamental para confrontar o discurso oficial sobre as “vítimas” dos massacres e os discursos dos atores de minha pesquisa.

Gostaria ainda de apontar algumas indicações sobre forma, adotadas na escrita. Dentro do texto, as categorias, falas e narrativas cortas dos sujeitos interlocutores, na sua maioria, somente se encontram em itálico quando estão no castelhano local<sup>30</sup>. E algumas, que foram traduzidas ao português, além do itálico se colocam entre aspas. Citações curtas de autores, por sua vez, estão em letra normal e entre aspas. Citações longas tanto dos sujeitos interlocutores, quando dos autores citados, estão com recuo e sem aspas. Também devo esclarecer que nas situações no que os sujeitos são colocados em situações delicadas, exponho sem necessidade a sua privacidade, optei proteger a sua identidade, ocultando seus nomes verdadeiros. Isso, tendo em vista, a dimensão política do movimento que eles protagonizam e o contexto ainda problemático que se vive no país. Além de ser parte da ética comprometida com eles na pesquisa. Nomes de pessoas com cargos políticos, contudo, não alterei os lugares das falas, é dizer os cargos que ocupam na estrutura organizativa da comunidade, pois acredito que descontextualizaria os dados. Fora disso, aparecem sim, os nomes verdadeiros.

## **b) Os referenciais teóricos e os caminhos da discussão**

O próprio trabalho foi abrindo as perspectivas epistemológicas para a construção e discussão da problemática, atendendo aos objetivos propostos. Nesse sentido, na medida em que a pesquisa avançava, o marco teórico referido no projeto foi ficando estreito, pois apareciam

---

<sup>30</sup> É importante dizer que nas comunidades onde prevalece o bilingüismo (língua indígena e castelhano), como é o caso aqui estudado, o castelhano adquire sua singularidade, pois as populações misturam com vocabulário de sua língua indígena materna.

novas categorias e possibilidades de análise. Enquanto alguns autores que considerei pertinentes para a discussão foram deixados de lado, outros entravam, de modo que o caminho teórico proposto foi desconstruído e reconstruído, sucessivamente, até que me sentisse segura sobre o marco no qual situei a análise.

Neste vaivém de idéias, ponderei que a problemática abordada leva a pensar em três campos de discussão de nossa disciplina, para mim, bastante relacionados: o campo das Violências e os Conflitos, o campo da Política, e o das Identidades. Não obstante, a problemática também me vinculou ao campo dos Movimentos Sociais, campo nos quais existem variedade de enfoques, paradigmas e perspectivas de análise. Ante esta variedade de possibilidades teóricas para a leitura de meus dados, propus construir um texto polifônico onde tivesse a oportunidade de dialogar com as idéias de vários autores dos campos antropológicos citados.

Este trabalho basicamente se debruça sobre três temas: o primeiro, o tema da vitimização e a categoria “vítima vitimizada”. Isto é chave nas análises da construção da identidade coletiva dos sujeitos que lutam pelo seu reconhecimento. O segundo, a identidade coletiva que emerge sob a categoria “vítimas sobreviventes” e a emergência dos sujeitos de direitos, na qual a pertença étnica dos sujeitos se constitui no seu principal referente ou lugar social para problematizar sua condição de subalternidade. Aliás, A categoria "subalternidade" foi desenvolvida por cientistas sociais indianos na década de 1980 - que a adaptaram de conceitos do filósofo marxista italiano Antonio Gramsci - para conceituar as experiências coloniais e pós-coloniais. Devemos ressaltar que as teorias da subalternidade e do pós-colonialismo estão orientadas para enfocar os ainda latentes, mas perceptíveis padrões mentais e comportamentais "pós-coloniais" emergentes (...) nosso contexto nacional, em termos de continuar considerando as comunidades indígenas como populações inferiores ao padrão sociocultural ocidental dominante (LIEBIG, Michael, 2009). Portanto, o tema da identidade coletiva das “vítimas sobreviventes” de uma comunidade indígena, não pode ser tratado sem deixar de colocar, que a construção da identidade, ou outras identificações coletivas destes novos sujeitos políticos emergentes de situações de injustiça, é atravessada pelo discurso de pertença étnica. Isto é evidente quando as comunidades indígenas nas suas lutas reivindicam direitos específicos, nos quais se expressa sua emergência como sujeitos de



direitos, porém sujeitos historicamente vitimizados<sup>31</sup>. Para Fredrik Barth (1969; 1994, p. 1-33), uma das forças que se relacionam na formação dessas identidades, tanto étnicas, quanto outras é o campo do empreendimento político e das lideranças com suas retóricas e ideologias. Neste sentido é perceptível o uso político da etnicidade ou da identidade étnica (POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J., 1998, p. 54). mas este uso político permite sua sobrevivência e legitimidade, num contexto permanente de ausência de reconhecimento, particularmente na esfera jurídica (HONNETH, 2003), ou seja, membros daquela sociedade que se proclama multicultural (TAYLOR, 1993), como é o caso de Guatemala. Aliás, conforme Anthony D. Smith (1992; 1997), “Determinadas etnias, apesar de suas mudanças e dos acontecimentos traumáticos que as afetam, mantêm um senso de sua própria continuidade. mesma que vai além da “nação moderna” ou modernidade”. Contudo, refere Smith, elas possuem um elemento comum, a capacidade de sustentas o senso de uma história e de uma cultura comuns. Desta maneira, elas, através da sua produção simbólica e mitos, garantem a seus membros a convicção de ser ou descender de uma única matriz, um só e mesmo povo. A identidade étnica da comunidade pesquisada, como se verá no percurso do capítulo 2, item 2.3. está estreitamente ligada ao sentido que eles têm de comunidade, em termos culturais e políticos.

A corrente da vitimização que prevalece na análise da diversidade étnica cultural e racial em América Central, (VELASQUEZ, 2007), se baseia nestes padrões mentais dominantes nos sistemas sociais. Assim, os povos indígenas têm sido reduzidos a vítimas re vitimizadas e culpadas, não sujeitos políticos, nem agentes na construção de sua história (CHAUÍ, 1998). Identificados como “massas inertes voláteis e manipuláveis, material e ideologicamente” (VELASQUEZ, 2007, p.21, tradução nossa). Porém, na análise dos sujeitos que emergem desse lugar de vítimas revitimizadas, logo após, das experiências de violências, considerarei o pensamento de Sherry Ortner (1997) para pensá-los como sujeitos, atores políticos com capacidade de “agência”; ou seja, de ultrapassar limitações de diferentes ordens, de protagonizar momentos de desor-

---

<sup>31</sup> Como exemplo, pode-se ver a sistematização dos discursos do Movimento indígena Continental, em um documento elaborado por Aracely Burguete Cal (2007) “CUMBRES INDÍGENAS EN AMÉRICA LATINA: Cambios y continuidades en una tradición política”. A propósito de la III Cumbre Continental Indígena en Guatemala. CIESAS-Sureste, México. Doc. Fotocopiado. Também o texto de Kai B. Warrem “Os movimentos indígenas como um desafio ao paradigma do movimento social unificado na Guatemala” (cap. VII, p: 257-299) In: *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*. ALVAREZ, S.; DAGNINO; ESCOBAR. A., (org.) 2000. Belo Horizonte, Editora UFMG.

dem e resistência, deslizes nos processos de reprodução social e de atuar sobre seu mundo. Atuar sobre seu mundo é o que “as vítimas sobreviventes” da comunidade de Rio Negro, estão fazendo, porque é na ação, quer dizer, na prática coletiva dos sujeitos onde a construção da identidade se materializa e é continuamente ativada, já que a identidade coletiva torna possível dita ação (MELUCCI, 2001, p. 69). Por isso, o terceiro dos temas, imbricados neste trabalho, é o novo movimento social que lideram as vítimas sobreviventes, um espaço de luta e construção identitária como sujeitos políticos, sujeitos de direitos, “vítimas sobreviventes”.

Além disso, Barth e outros autores, como A. Melucci (2001) e D. Cuche (2002) colocam uma concepção da identidade em termos da sua construção dinâmica e relacional; interativa e compartilhada, significa, “construída e negociada através de um processo repetido de ativação das relações que ligam os atores” (MELUCCI, 2001, p. 94). A dinâmica relacional que envolve os processos de construção da identidade nos contextos de Luta pelo reconhecimento também é considerada pelo pensamento Honnethiano. Para A. Honneth (2003) a dimensão individual (sujeito) e coletiva (grupo) são dimensões da mesma ordem, Pois, “a formação de identidade é um processo de inter-relação subjetiva de luta pelo mutuo reconhecimento” (p. 259-260).

Em síntese, Rio Negro é um caso que abre esta possibilidade de análise polifônica, a partir da proposta teórica de A. Honneth (2003; 2006) e dos outros autores, neste trabalho, referidos.

**PARTE 1:**  
**CONTEXTO SÓCIO- HISTÓRICO-POLÍTICO**



## **CAPITULO 1: OS MASSACRES, A CONSTRUÇÃO DA VÍTIMA, SUA REPARAÇÃO E A RECONCILIAÇÃO**

Un tema de fondo es la necesidad de reconocer que los recuerdos de los hechos y la interpretación que de los mismos hacen los testigos en un momento dado, son válidos para ese momento y no son aplicables necesariamente en otros momentos o contextos. Con esto se abren las puertas a la posibilidad de narrativas múltiples sobre la historia y a un resultado no polarizante del esfuerzo de escribir sobre esa historia reciente del país. (OGLESBY, 1999).

A reconstrução da história das “violências”<sup>32</sup> de caráter político na Guatemala, no último quarto do século passado é de suma importância para esta pesquisa. Ajuda-nos a contextualizar os dados obtidos no campo e nos aporta os elementos-chave para a compreensão do fenômeno dos massacres e o processo sociopolítico do país naqueles anos em que as chacinas foram planejadas e executadas. Por outro lado, uma interpretação dos fenômenos sociais é possível na medida em que os relacionemos a outros fenômenos que se constituem como desencadeantes e condicionantes entre si, além de que um mesmo fenômeno é a expressão de um conjunto de situações ou fatos relacionados ou constitutivos do social. Assim, os fenômenos, de qualquer natureza, não são expressões distantes da realidade individual ou coletiva, estes sempre respondem a um conjunto, por vezes complexo, de situações dessa realidade. Por isso é sumamente importante situar o contexto sócio-histórico no qual os fenômenos sociais são produzidos e recriados, sendo que essa

---

<sup>32</sup> O uso do termo “violências” (que coloco entre aspas) no plural e não “violência” no singular, como no uso comum, se deve à minha afinidade com a proposta de Theófilos Rifiotis, quem tem um trabalho sistemático sobre o campo das violências e dos conflitos. A leitura proposta por este autor baseia-se na reflexão sobre a origem ou genealogia do termo “violência” como uma palavra de uso singular. Segundo Rifiotis “este uso recorrente do sentido singular se tornou de tal modo familiar que parece desnecessário defini-la. Ela foi transformada numa espécie de significante vazio, um artifício sempre disponível para acolher novos significados e ocorrências. Seu campo semântico tem uma regra de constituição: a constante expansão, como um buraco que não termina de ser escavado. A aparente unidade deste termo resulta de uma generalização tácita dos múltiplos fenômenos que ela designa, sempre de modo homogeneizado e negativo”. (RIFIOTIS, 1999, p.28). Rifiotis nos lembra que se mantivermos a expressão, devemos utilizá-la no plural, já que sua redução à forma singular e negativa pode ser entendida como expressão de uma percepção social marcada pela prevalência da racionalidade, em detrimento de outras dimensões (não racionais, não contratuais) dos fenômenos sociais.

leitura do passado nos permite compor outra leitura, mais completa, do presente.

Meu objetivo básico neste capítulo é, portanto, reconstruir, sucinta e analiticamente os aspectos sócio-histórico-políticos que conformam a memória social deste período de intensos conflitos e lutas sociais. Conflitos esses, que não solucionados, submergiram o país numa guerra civil (PALENCIA, 1997) ou conflito armado interno – CAI- (CEH, 1999)<sup>33</sup> considerado como um dos mais longos (1960 – 1996) deste continente, durante o século XX. Assim, coloca-se o pano de fundo que permitiu o desenvolvimento das condições para a polarização e confrontação social entre “*os setores revolucionários, populares e democráticos por um lado e as forças mais conservadoras pelo outro*” (HURTADO, 1997, P.13).<sup>34</sup> Também identificamos, os graves problemas derivados do racismo e que a problemática agrária, fenômenos ainda transversais na realidade guatemalteca; portanto, causa de tensões ou confrontos sociais maiores, como o foi o CAI (CEH, 1999).

Em suma, este capítulo apresenta o contexto geral, mas pontuando aqueles aspectos que considero que tenham a ver com o contexto particular do qual emergem, a problemática e os sujeitos da minha pes-

---

<sup>33</sup> O problema de nomear este acontecimento se reflete na variada literatura e na polêmica desatada entre as partes antagônicas, quando se iniciou o processo de negociação para a consecução da paz. Embora o Estado fosse prestigiado quando a ONU determinou chamar *conflito armado* interno, muitos autores, inclusive a mesma guerrilha e o movimento social, preferiu nomear: “*Guerra Civil interna*”, considerando que foi uma guerra indiscriminada do Estado contra o povo em geral, que não tinha armas para se defender em igualdade de condições. Por sua parte, a Comissão do Esclarecimento Histórico CEH (1999) explica, em seu informe, duas coisas importantes que servem de argumentação para que, nesta dissertação, também eu prefira utilizar o conceito de “guerra civil”. A CEH anota: a) que a magnitude da resposta repressiva do Estado (foi) totalmente desproporcionado à força militar da insurgência e (b) que em nenhum momento, durante a atuação dos grupos de guerrilha interna, os conflitos armados tiveram o potencial militar necessário para constituir uma ameaça iminente para o Estado. Foi observado também que, durante o CAI, o Exército sabia sobre o grau de organização, a força, o tipo de armas e planos de ação dos insurgentes. Assim, muitos dos atores consideram o CAI como uma guerra do Estado contra a maioria da população civil não combatente.

<sup>34</sup>Os últimos 50 anos do século XX, na Guatemala, se caracterizaram por ditaduras e governos militares, alguns com “fachada” de civis, que chegavam ao poder pela via dos chamados “golpes de Estado”. Naquele tempo, os militares de alto escalão eram parte da oligarquia dos latifundiários; portanto, na arena política e econômica, a disputa pelo poder se dava, basicamente entre essa elite que estava agrupada entre duas únicas forças: Conservadores e Liberais. Os conservadores vinham governando o país ao longo de 3 séculos de colonização espanhola (1524 -1821) e os Liberais, que tomaram o poder político em 1871. A partir de 1944 deu-se uma reviravolta neste esquema, quando surge pela primeira vez na história do país uma terceira opção política: a chamada “esquerda democrática revolucionária”, formada pela aliança de líderes de várias organizações populares (camponeses, estudantes, operários sindicalizados, etc.), reconhecidos intelectuais da época e um grupo de jovens militares nacionalistas que se identificaram com o projeto da revolução de Outubro.

quisa. Assim, cada expressão da realidade sociopolítica e cultural<sup>35</sup> atual, nos remete a este contexto anterior que marcou a memória dos sujeitos.

Ora, especial atenção merece o Informe “*Guatemala: Memória do Silêncio*” (1999), como documento central na elaboração deste capítulo. Este documento, dividido em 12 volumes, é produto do trabalho investigativo da Comissão da Verdade ou do Esclarecimento Histórico em Guatemala (CEH).<sup>36</sup> A CEH foi aprovada pela pressão de várias organizações do movimento social, entre elas, a Oficina de Direitos Humanos do Arcebispo - ODHAG. Finalmente foi estabelecida no contexto do processo de paz entre o Estado guatemalteco e as forças insurgentes, agrupadas na Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG), mediante o Acordo firmado em Oslo (Noruega) na data 23 de Junho de 1994. O propósito desta comissão foi: “(...) *esclarecer con toda objetividad, equidad e imparcialidad las violaciones a los derechos humanos y los hechos de violencias que han causado sufrimientos a la población guatemalteca, vinculados al enfrentamiento armado*”. Assim, a comissão foi instituída para esclarecer os acontecimentos de mais de três décadas de guerra (WILSON, 1997; p. 51-69).<sup>37</sup>

A memória oficial dos massacres saiu à luz pública no ano de 1999, quando a CEH apresentou finalmente seu informe: Nesta publicação, a CEH faz uma leitura dos acontecimentos e ressalta que o CAI deixou o país na miséria, não só pelas perdas materiais, mas também pelos impactantes custos humanos e profundos efeitos na paisagem sociocultural do país. Afirma o informe que, na década de oitenta, a campanha de contra-insurgência implicou em violências de elevada

---

<sup>35</sup> A categoria cultura é entendida aqui a partir da perspectiva da “prática” dos “sujeitos sociais”, de Sherry Ortner (1984) e Paul Ricoeur (1978). Ortner coloca o eixo da atenção nos sujeitos sociais, vistos como agentes produtores e reprodutores da cultura, na qual a cultura é vista como uma construção social mediada pelos atores e as condições sociais em que se encontram. Mas esta construção não se faz de maneira espontânea, nem igualitária; está mediada pelas relações de poder segundo as posições desiguais e diferenciadas dos sujeitos sociais. Ricoeur aponta para uma construção cultural como “mundos construídos ou “significados” que são articulados e acionados na prática social por sujeitos específicos, em relação a determinados contextos históricos.

<sup>36</sup> Um bom resumo e análise crítica sobre a conformação e atribuições da CEH, podem ser encontrados no trabalho “La Comisión para el Esclarecimiento Histórico, Verdad y Justicia en Guatemala” apresentado por Jan Michel Simón, no Colóquio Internacional *Estado de direito e delinquência de Estado na América Latina. Processos de transformação comparada*. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a Fundação Konrad Adenauer-Programa Estado de Direito em Sul América e o Instituto Max Plack de Direito Penal Estrangeiro Internacional. Fevereiro 2002, São Paulo, Brasil.

<sup>37</sup> Ver: <http://www.edualter.org/material/guatemala/segnovmemoria.htm>

<http://www.elmundo.es/elmundo/1999/febrero/26/internacional/guatemala.html>

proporção, sobretudo nas áreas montanhosas e rurais habitadas, em grande parte, por população indígena, mas também em áreas urbanas, contra o movimento popular. Os dados quantitativos calculados pela CEH foram de mais de 200 mil vítimas diretas - 160 mil assassinatos e 40 mil desaparecimentos. Houve 1 milhão de deslocados internos, muitos dos quais foram obrigados a mudar das áreas rurais para os centros urbanos, particularmente na capital. A CEH também estimou em 200 mil os exilados e refugiados em países vizinhos. Como ilustraremos no decorso, houve um total de 669 massacres documentados e 64 % destes aconteceram nos anos de 1981/82. Ao mencionar 669 massacres, se faz referência ao desaparecimento quase igual de número de aldeias indígenas maias. Por outro lado, a Comissão constatou que 93% das violações documentadas, foi responsabilidade das forças armadas do Estado.<sup>38</sup>

O informe da CEH foi resultado de um processo de um acordo, aprovado pelas forças em confronto (governo, e forças insurgentes), além, da participação de representantes da sociedade civil, do acompanhamento dos representantes ONU e da autochamada “*comunidade de países amigos ao processo de paz*”. Pela primeira vez a verdade “oficial” sobre o acontecido foi conhecida em todo o país. É importante deixar anotado que antes de concretizar-se o projeto da CEH, a Oficina de Direitos Humanos do Arcebisado, tomou a iniciativa de iniciar um projeto de Recuperação da Memória Histórica, REMHI, que culminou com o relatório intitulado “*Guatemala: Nunca Más*” (1998). Este informe, o primeiro a trazer à luz a memória da guerra, foi apresentado pelas autoridades eclesíásticas um ano antes do informe da CEH. (24 abril 1998) A apresentação dos resultados, produto de dois anos de pesquisa, causou tanta polêmica no exército e outros setores do poder que não duvidaram em qualificá-lo de parcial, tendencioso e manipulador da verdade. Tanto foi o desagrado que seu diretor, Monsenhor Juan J. Gerardi Conedera morreu assassinado por um comando militar clandestino, dois dias depois de ter apresentado o dito informe à comunidade nacional e internacional.<sup>39</sup> Em suma, ambos os informes (CEH, 1999 – REMHI, 1998) coincidentes na maioria de suas conclusões, foram contundentes e caí-

---

<sup>38</sup> Pode-se acessar o documento de conclusões do enfrentamento armado na Guatemala (CEH) na seguinte página. <http://shr.aaas.org/guatemala/ceh/report/spanish/conc2.html#2>

<sup>39</sup> Uma reportagem fotográfica sobre Monsenhor Gerardi pode ser vista na página: <http://mimundo-jamesrodriguez-esp.blogspot.com/2008/04/monseor-gerardi-10-aos-de-su-martirio.html>



ram como bombas na sociedade guatemalteca.<sup>40</sup> Acabaram, sobretudo, com o cerco de silêncio imposto pelo Estado. A cúpula militar se viu nua, pela primeira vez, frente a uma sociedade que demandava saber a verdade sobre o acontecido; ante as conclusões dos mencionados informes, o discurso mantido pelo Exército desmoronou e ficaram sem argumentos convincentes, para justificar sua responsabilidade no genocídio. (WILSON, 1997, p. 51-69)

No caso específico, o relatório da CEH, considerado como o informe oficial do CAI, gerou diversas reações. Embora o presidente do governo da época se mostrasse de acordo com o informe, a cúpula militar, manteve seu repúdio e sua desqualificação ao trabalho desenvolvido pela comissão<sup>41</sup>. De sua parte, a Guerrilha aceitou o informe e assumiu as responsabilidades que lhes foram atribuídas pela CEH. O movimento social pelos Direitos Humanos, que não acreditava que essa Comissão tivesse caráter ou independência para alcançar seus objetivos, reconheceu a força e vontade da mesma no trabalho realizado.

Aliás, Ignacio Dobles Oropeza, no seu artigo: “*Contornos de la verdad. Un análisis comparativo*” (s.d. tradução nossa),<sup>42</sup> reflete que um dos problemas mais sérios enfrentados pelas Comissões da Verdade no âmbito crucial dos alcances das “*verdades*” articuladas, tem a ver com a problemática de saber *até que ponto, e de que maneira, se especificam as características e responsabilidades de quem levaram à prática os atos repressivos*. Ele afirma que estas experiências devem ser analisadas detalhadamente, já que a comissão lhes outorga a função de articular versões do passado em contextos onde estão implicadas negociações e, disputa pública, em à magnitude dos fatos vividos

Por outro lado, *o direito à verdade é importante, mas é preciso insistir em que deve ser uma verdade com consequências. Caso contrário, a testemunha pode, inclusive, se re traumatizar* (Beristain, C. 1999, tradução nossa). Nesse sentido, para as organizações do movimento social, a maior controvérsia ao redor da CEH refere-se a sua incapacidade de identificar ou dar os nomes dos responsáveis de violações aos

---

<sup>40</sup> Um artigo do jornalista Juan Hernández Pico, sobre as reações ante o Informe da CEH, está disponível na página eletrônica da revista “*Envío*” da Universidade Centro americana UCA, ver: <http://www.envio.org.ni/articulo/935>

<sup>41</sup> Uma análise sobre o processo de trabalho da CEH, sua conformação, dinâmica, dificuldades e status jurídico, assim como as reações o seu informe, “*Memória do Silêncio*”, pode ser encontrada no estudo elaborado por Jan Michael Simon: “*La Comisión para el Esclarecimiento Histórico, verdad y justicia en Guatemala*” (s.d.), uma versão em formato “pdf”. disponível na seguinte página: <http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/rev/boletin/cont/106/art/art6.pdf>

<sup>42</sup> Artigo publicado na revista eletrônica: “*LIBER ACIÓN*”, na página <http://www.liberacion.org/articulos/3/124>

Direitos Humanos. A Comissão se justificou no sentido que, como comissão, não pode decidir de antemão sobre a culpabilidade ou inocência de uma pessoa sem um processo jurídico legal. O que mostra é um quadro de responsabilidades institucionais. (WILSON, 1997). Juan, uma das lideranças da organização de vítimas, no caso de Rio Negro, me disse que o *direito à verdade é importante, mas se não serve para processar os responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos, esta verdade é estéril*. Embora ele, também reconheça que saber a verdade e divulgá-la já tem efeitos positivos para os sobreviventes, em termos da sua recuperação.

Contudo, do meu ponto de vista, o mais significativo dos dois informes “Guatemala: Nunca Más” e “Memória do Silêncio” é o esforço feito para recuperar a memória social, priorizando, no informe, a voz das pessoas que vivenciaram situações de violências, e a partir disso, construir sua análise, conclusões e recomendações, considerando os sujeitos que emergem destes processos de subjetivação (RIFIOTIS, 1997; 1999; 2008). Além disso, os testemunhos sistematizados nestes informes foram se constituindo, nestes últimos anos (século XXI), como parte auxiliar das provas que os sobreviventes apresentam para iniciar as demandas jurídicas contra o Estado, ante a Corte Interamericana pelos Direitos Humanos, CIDH.<sup>43</sup> Também a própria CIDH leva em conta alguns registros e recomendação da CEH, para valorizar o avanço do Estado guatemalteco com respeito ao cumprimento dos DH das populações afetadas pelo CAI.<sup>44</sup>

Por outro lado, é importante destacar que, a partir destes informes, se configura, especificamente dentro das ciências sociais no país, um campo de pesquisa sobre memória histórica e violências políticas; mas, até agora, pelos estudos que conheço - a partir de minha pesquisa bibliográfica- na maioria deles prevalece o discurso focalizado na denúncia e/ou indignação e a negatividade das experiências da violência na vida dos sujeitos. Isso acontece, particularmente, na quantificação dos danos e mostra a relevância dos efeitos das violências, neste caso, políticas, que deveriam ser motivo urgente de programas de reparação. Nesse sentido, são escassos os estudos, encontrados por mim, que façam

---

<sup>43</sup> Como exemplo, pode ser consultado o Caso “*Massacre Plan de Sánchez*” (Guatemala), uma comunidade indígena maia Achí que se localiza na mesma área geográfica de Rio Negro. Esta comunidade interpôs uma demanda perante CIDH, caso que já foi julgado e o Estado, condenado. Ver a declaração de admissibilidade deste caso: Informe No. 31/99, Caso 11.763 (29 de abril de 2004).

<sup>44</sup> CIDH, relatório anual 2002 capítulo X, ponto 247, versão em português, documento fotocopiado.

um discurso analítico sobre as violências; em geral, estes se reduzem a sua dimensão racional. Conforme Théóphilos Rifiotis (1997), as pesquisas devem basear-se em modelos interpretativos de cunho mais analítico e construído a partir das práticas e das experiências dos próprios atores que as vivem. Aqui no Brasil, disse Rifiotis, os estudos antropológicos sobre “*violência*” também têm privilegiado o discurso denunciatório em relação ao analítico. Ele defende, então, que se distingam três tipos de discurso nesse campo: (1) discurso contra a “*violência*” (indignação); (2) discurso sobre a “*violência*” (analítico); e, (3) discurso da “*violência*” (linguagem da própria violência).<sup>45</sup> Ao fazer tal distinção, a intenção é sublinhar que há diferentes processos que podem ser indevidamente considerados como equivalentes.<sup>45</sup> Também existe uma considerável quantidade de trabalhos feitos por pesquisadores estrangeiros, sobre as violências políticas e etnicidade na Guatemala.<sup>46</sup> Estes estudos, em sua maioria, são publicados em inglês e sua característica predominante é resgatar, no texto, os relatos testemunhais dos sujeitos, para mostrar o sofrimento e a dor. A tendência, ao menos nos trabalhos que tive oportunidade de revisar, é de dramatizar os efeitos da guerra sobre a cultura indígena (negatividade das violências) e denunciar os verdugos e as violações aos direitos humanos das vítimas.<sup>47</sup>

Em suma, são diversas as iniciativas que dão continuidade aos processos de recuperação da memória histórica. Assim, tivemos e ainda temos enumeráveis estudos e documentários, que têm como principal eixo a recuperação da memória das vítimas, os efeitos psicossociais, as responsabilidades, as mudanças, o impacto que teve o conflito nos diferentes grupos étnicos, etc.

---

<sup>45</sup> Um estudo interessante, que se destaca por ter um discurso que não só denuncia o fenômeno das violências, mas também apresenta uma discussão analítica em termos de sua dimensão “*produtiva*” - no sentido a que se refere Théóphilos Rifiotis (1997) - é o desenvolvido pelo sacerdote jesuíta e antropólogo Ricardo Falla. “*Masacres de la Selva*” (1975-1982). Neste estudo, Falla chama a atenção sobre os discursos das violências que sempre situam os sujeitos como vítimas e não como capazes de atuar frente à adversidade. No meio das situações de violências como os massacres, as pessoas fizeram coisas incríveis para sobreviver, afirma. Em seu trabalho, Falla traz a categoria de “*vítimas em resistência*” para explicar a produtividade do fenômeno das violências.

<sup>46</sup> Isto se reflete na quantidade de literatura que existe, da qual um breve exemplo pode encontrar-se na página: <http://sundoc.bibliothek.uni-halle.de/diss-online/05/05H113/t8.pdf>.

<sup>47</sup> Deparei-me, durante minha pesquisa bibliográfica, com alguns trabalhos - feitos por pesquisadores estrangeiros sobre os impactos do CAI em Rabinal - que tinham estas características, entre eles o de Fabienne Doiron (2007): “*Indigenous Achí Widows’ experience of Armed Conflict in Rabinal, Guatemala: Implications for Peace and Development in the Aftermath of La Violencia*” (Thesis Submitted to Saint Marys University Halifax, Nova Scotia).

## 1.1. Os dez anos de democracia no país da eterna tirania (1944 – 1954):

### 1.1.1. O final das ditaduras e a violência política que “vêm de antes”.

As violências de caráter político têm sido um fenômeno constante na história guatemalteca. A militarização da sociedade civil, a criminalização e repressão de toda forma de oposição ao modelo econômico social são fatos de longa data. Os registros históricos expõem estes períodos na qual a Guatemala esteve nas mãos de militares, períodos que abarcam desde sua independência colonial em 1821. Mas o período das longas ditaduras terminou em 1944, produto de um processo de luta e mobilização política do movimento social da época, que articulou diversos e amplos setores organizados da sociedade. Este movimento conseguiu, em 20 de outubro, derrubar a última ditadura, do general Jorge Ubico Castañeda, que durou menos que a anterior, 12 anos (1931 - 1944). O general Ubico era classificado como uma espécie da fauna ditatorial que entregou o país em pedaços a grandes companhias estrangeiras norte-americanas e a latifundiários alemães; que tiveram todo o apoio destes governos ditatoriais da época, para escravizar ou explorar abusivamente a força de trabalho dos indígenas. Também, as ditaduras aplicaram o terror, como política de Estado, para manter um poder qualificado por vários autores, como “semifeudal, liberal” e para exercer o controle social via repressão e violências. Na leitura de Juan José Hurtado (2000), as violências políticas aparecem como um problema implícito ou em estreita relação com o poder. Conforme Luis Cardoza (1994), o poder das ditaduras se sustentou na ignorância e miséria de um povo com o pensamento colonizado (p. 357, 358).

Segundo Hannah Arendt (1994, p. 41), o poder e a violência aparecem juntos, manifestam-se na mesma ordem, embora seja o poder o aspecto “primário predominante.” Na tese desta autora, ambos, o poder e a violência se condicionam de tal forma, que alguém que ajuda a construir o poder do outro, produz, também, seu próprio lugar. Aliás, Théophilos Rifiotis tem um trabalho crítico e atualizado sobre este casamento da violência e do poder (In: NOBRE, Renarde F (Org.) 2008.); ele, depois de analisar vários autores, entre eles, H. Arendt (1994), S. Adorno (2005) e M. Wierviorka (2005) identifica dois aspectos que chama de “*dissonâncias básicas*”, que seriam: “1. Poder e violência não são estrangeiros; e 2. Mudando a violência, mudam os parâmetros da violência legítima aspectos estes que colocados no contexto de conflitos ar-

madou ou guerras, podem ser a porta para um interessante e profundo debate sobre o tema.

As violências, vistas a partir da perspectiva estrutural, são um problema implícito nas relações assimétricas de poder, que reproduzem desigualdade e exclusão social. Assim, essas relações assimétricas de poder seriam as causas dos conflitos sociais que se resolvem via violências. Neste esquema, o Estado ainda legitima o uso da força para impor sua ordem. Do outro lado, estão os grupos que reivindicam o exercício da violência para defender-se de um Estado que viola seus direitos ao sustentar um sistema “opressor”.<sup>48</sup> Assim, a CEH (1999, p. 141), ao analisar os problemas detonantes da guerra interna e as violências, ao longo da história da Guatemala, não só se refere à desigualdade econômica, como uma dimensão da desigualdade social (SOUZA, 2006), mas também, aborda o racismo como fenômeno estruturante de relações de poder. Segundo a CEH, o racismo, estabelece, segundo seus preceitos, uma “*hierarquia social legítima do valor diferencial dos seres humanos*”. Hierarquia que, segundo outros autores, como Marta Elena Casaús Arzú (1990), estrutura o mecanismo de dominação e opressão simbólica e concreta.

Segundo Mario Payeras (1991, p. 147-148), o regime político, durante o governo de Ubico, se caracterizou pela repressão desmedida de toda forma de oposição. As violências políticas foram marcadas pela tríade: encerro (prisão), desterro (expulsão) ou enterro (morte), “*Las represiones contra los comunistas fueron sañudas, cruentas e implacables*” Para Cardoza (1994), como para outros autores (MARTINEZ, 1994), as violências apresentam uma construção histórica. Assim, a política do terror tem sido estrategicamente aplicada pelo Estado, desde os tempos coloniais. Contudo, como diz no refrão popular, *não há mal que durem cem anos nem povo que os sustenha*, as lutas de resistência e liberação das ditaduras encontraram seu caminho. Assim, a insurreição popular de 1944, se constituiu como mencionamos, num forte e consolidado movimento social. Mesmo que priorizando formas de resistência pacífica, como a “greve geral de braços caídos”, e a mobilização de meios alternativos de comunicação popular, obtiveram seu transcendental impacto, pois unido ao levantamento cívico militar, conseguiu derrubar a ditadura (HURTADO, 2000, p. 6). Conforme consideração de M. Payeras (1991), a partir deste momento, haveria de se gestar na Guate-

---

<sup>48</sup> Notas produto das reflexões produzidas na matéria: antropologia das violências. (PPGAS/UFSC, ano 2007), quando analisamos a postura de autores como Jessé Souza (2006) quem associa diretamente “violência” e desigualdade social, colocando a primeira como consequência da última.

mala, uma das revoluções mais profundas da história latino-americana contemporânea.

### 1.1.2 O sonho frustrado da Revolução de Outubro:

Este movimento popular que derrubou a ditadura é conhecido, até hoje, como a revolução de Outubro, pelas grandes reformas que se fizeram no Estado. Reformas que significaram a transição de um Estado colonialista para um Estado de Direito, regido por uma Constituição promulgada no ano de 1945. Os protagonistas daquele período foram o militar Jacobo Arbenz Guzman e o civil Juan José Arévalo Bermejo, governos que acabaram, pelo menos por um período de 10 anos (1944 - 1954), com a desigualdade da propriedade da terra, retificando o desequilíbrio de seu uso, tema que é essencial na configuração das relações de poder na Guatemala. Sendo assim, o maior pecado desses governos democráticos foi aplicar a Lei de Reforma Agrária, que permitiu repartir a terra aos camponeses e protegê-los contra a escravidão e exploração de sua força de trabalho. (J.C. CAMBRANES, 1982, 1986; FIGUEROA, 1982).

O governo dos Estados Unidos indignou-se, principalmente, pela expropriação das terras onde se localizavam suas companhias transnacionais. Estas terras eram propriedades do Estado guatemalteco e tinham sido gratuitamente concedidas, durante o período das ditaduras, às companhias norte-americanas, como a Fruit Company, ou Chiquita Company (transnacional estadunidense de Banana) conhecida como UFCO, que fundou sua “Banana Republic” na Guatemala e no resto do Caribe. Também, foram anulados contratos com a companhia “Rubelsanto”- que explorava níquel- e outras empresas norte-americanas igualmente importantes na economia do país, como a IRCA (proprietária do transporte ferroviário) e a Electric Bond and Share (proprietária da energia elétrica).

Por outro lado, na região das Verapaces, onde se localiza o campo desta pesquisa, as leis favoráveis aos indígenas foram decisivas, pois foram expulsos os latifundiários alemães que também tinham sido beneficiados por uma política de re colonização agrária durante a última ditadura.

A realidade de exclusão e discriminação racial, durante as ditaduras, ficou clara em uma lei que obrigava os indígenas trabalharem 180 dias por ano nestes latifúndios. Estes regimes de trabalho escravo do indígena foram abolidos legalmente com a revolução. Também foram aplicadas outras importantes reformas, como o Código de Trabalho e a

Segurança Social, além da abertura de espaços de participação política dos setores historicamente marginalizados (COSTELLO, 1997, p. 26).

Vendo diretamente afetados seus interesses econômicos e políticos, o governo norte americano - através da CIA- e os grupos de poder econômico nacional, formado por dez reconhecidas famílias<sup>49</sup> e com a bênção da hierarquia da Igreja Católica da época, idealizaram, planejaram, financiaram e coordenaram a intervenção militar desde a vizinha Honduras<sup>50</sup>. Foi neste país que treinaram os grupos mercenários autodenominados “Movimiento de Liberación Nacional (MLN)” que logo se transformou no partido político da direita tradicional. na Guatemala, autodenominado: Frente Anticomunista de Liberación Nacional (SCHLESINGER e KINZER, 1982).

### 1.1.3. A intervenção norte-americana na Guatemala e o primeiro golpe à Democracia.

A intervenção militar norte-americana na Guatemala (1954) foi acompanhada por uma forte campanha mediática com um discurso que condenava o governo de Arbenz e Arévalo como comunista. Isto porque este tipo de intervenções dos Estados Unidos se deu no contexto da luta ideológica da chamada guerra fria. *A intenção foi eliminar qualquer ameaça “comunista” e seguir com o controle econômico e político sobre a região* (COHRE 2004, p.7). Por isso, é importante situar o conflito armado interno na Guatemala (CAI) como expressão local desse conflito global da “guerra fria”, que desencadeou processos políticos no mundo todo, especialmente na América Latina, de 1945 até 1991, segundo Patrick Costello (1997, p. 23),<sup>51</sup>

---

<sup>49</sup>Ver: Casaus Arzú, Marta. 1992. “*Linaje y racismo*” San José Costa Rica: FLACSO Costa Rica. Segundo esta autora, a elite econômica de Guatemala se configura a partir de redes familiares de origem colonial e outras que se tinham constituído nos séculos XIX e XX, e cujas ramificações se estendem e vivem ligadas à diversificação de suas atividades e participação no poder político. Nessas condições, a influência desta elite econômica sobre os diferentes acontecimentos político-sociais tem sido direta, através das intervenções particulares ou organizadas de seus membros, na ação governamental e nas outras esferas do poder (Partidos políticos, Congresso, ministério da justiça, câmaras da indústria e comércio, cúpula militar)

<sup>50</sup>Para conhecer mais sobre esta história, ver: Schlesinger e Kinzer. “*Fruta amarga: la CIA en Guatemala*” 1982.

<sup>51</sup> A Guerra Fria é a designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre os Estados Unidos e a União Soviética, compreendendo o período entre o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e a extinção da União Soviética (1991). Em resumo, foi um conflito de ordem política, militar, econômica, social e ideológica entre as duas nações e suas zonas de influência. É chamada “fria” porque não houve uma guerra direta entre as superpotências, dada a inviabilidade da vitória em uma batalha nuclear. A corrida armamentista pela construção de um grande arsenal de armas nucleares foi central durante a

Durante la Guerra Fría, los poderes mundiales frecuentemente emplearon la retórica ideológica para justificar la consecución forzada de lo que percibía como sus intereses geopolíticos e económicos. Las intervenciones como producto de la Guerra Fría en el Tercer Mundo fueron extremadamente unilaterales y con frecuencia intensificaron y militarizaron los conflictos existentes. La guerra guatemalteca se desarrolló en forma paralela a la Guerra Fría y en muchos sentidos fue un paradigma de estas tendencias.

Andrea Pérez Fonseca (2008), ao analisar o Conflito armado na Colômbia, também faz referência a esse contexto político mundial, que estaria influenciando e também qualificando os conflitos político-sociais e as lutas pela libertação nos países de América Latina, nas últimas quatro décadas do século passado. Ela menciona dois momentos importantes e bem diferenciados, mas, para este análise, destaco o que seria o primeiro momento circunscrito à lógica da guerra fria e à bipolaridade (capitalismo VRS. socialismo), que deram origem às lutas anticoloniais, de libertação nacional e cujo conteúdo era concebido como revolucionário, na modalidade de guerra insurrecional e de guerra de guerrilhas (p.67).

No caso da Guatemala, os conflitos sociais e políticos que antecederam a guerra interna forma influenciados por esse primeiro momento da guerra fria. Esta influência da guerra fria sobre o CAI, principalmente a ingerência dos Estados Unidos, ficou claramente expresso no informe da Comissão do Esclarecimento Histórico CEH (1999, p. 19).

La Guerra Fría tuvo también influencia especial en el Conflicto Armado Interno. La política anti-comunista promovida por los Estados Unidos en el marco de sus relaciones exteriores recibió un decidido apoyo de los partidos políticos de derecha y los diversos sectores de poder guatemaltecos, mientras aquel país se mostró dispuesto a brindar su respaldo a regímenes militares fuertes en su traspatio estratégico. En el caso guatemalteco se concretó en el plano militar mediante asis-

---

primeira metade da Guerra Fria, estabilizando-se na década de 1960 até à década de 1970 e sendo reativada nos anos 1980 com o projeto do presidente estadunidense Ronald Reagan ". ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra\\_Fria](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria)).



tencia destinada a reforzar los aparatos de Inteligencia nacionales y entrenar a la oficialidad en la guerra contrainsurgente, factores claves que incidieron en las violaciones de los derechos humanos durante el enfrentamiento armado. El anticomunismo y la Doctrina de Seguridad Nacional fueron parte de la estrategia antisoviética de los Estados Unidos en América Latina. En Guatemala asumieron primero un sentido anti reformista, luego anti-democrático y, en último término, contrainsurgente convertido en criminal. La Doctrina de Seguridad Nacional encontró terreno fértil en Guatemala en el pensamiento anticomunista ya arraigado en el país, donde dicho pensamiento se fundió desde los años treinta con una actitud de defensa de la religión, las tradiciones y los valores conservadores supuestamente amenazados por la expansión mundial del comunismo ateo.(..).

Em termos de Alfonso Huet (2008, p. 319-320), a doutrina da segurança nacional, elaborada pelos EE. UU, em plena guerra fria, dava o anticomunismo como justificação ideológica para aplacar todo protesto e reivindicação popular.

Em suma, a intervenção militar dos EE. UU<sup>52</sup> na Guatemala e os sucessivos governos de fato e contragolpes militares que lhe sucederam, desde 1954 até meados de 1986,<sup>53</sup> terminaram com as profundas mudanças que a partir do projeto de governo democrático, se tinham conquistado. Assim, os estatutos jurídicos que respaldavam as ditas conquistas, particularmente a Reforma Agrária a favor dos indígenas camponeses e dos setores mais empobrecidos do país, sucumbiram.<sup>54</sup> Nesse quadro explicativo, este acontecimento é marcante na história política da Guatemala, não só pelo substantivo retrocesso em todos os aspectos do desenvolvimento, como também por ser o começo de uma nova história: a luta revolucionária com seu caudal de mortos.

---

<sup>52</sup> Para maior perspectiva sobre o tema dos golpes de Estados e a intervenção norte-americana, pode se ler o artigo “*Wall Street, La CIA y los golpes de estado*” escrito por Marcelo Pérez Suárez, disponível na página <http://prod.midiaindependiente.org/eo/blue/2009/12/460662.shtml>.

<sup>53</sup> Neste ano, pela pressão internacional, se dão os primeiros passos para estabelecer um diálogo entre o Estado e as forças insurgentes e se celebram eleições no país, logo de 22 anos de ilegalidade.

<sup>54</sup> Todo o esquema político desse período foi dominado pelos mesmos grupos e atores da mesma ordem, ou seja, entre eles se deram conflitos e lutas pela liderança do poder político, numa arena de disputas internas, que sempre foi respaldada pelo governo norte-americano. (HURTADO, 2000).

## 1.2. Conflito Armado Interno CAI, (1960 - 1996): Os antagonistas nacionais, as políticas contra-insurgentes e os problemas detonantes transversais e persistentes

O CAI, surgiu nessas circunstâncias acima delineadas, de rompimento da ordem democrática para impor o retorno da velha ordem que retomava o modelo de relações econômica políticas e sociais, configurado desde a época liberal ou pós-independência (1871). Portanto, segundo o informe da CEH, “as raízes” do CAI, se encontram basicamente referidas a três aspectos substantivos produtos da velha ordem, que se resumem assim:

(1) La injusticia estructural y la exclusión económica: las mejores tierras e las demás riquezas están en manos de muy pocas personas no indígenas. (2) El racismo: desde la colonia se ha utilizado la supuesta inferioridad de los indígenas para justificar la explotación y exclusión. (3) Las dictaduras y la tradición autoritaria de utilizar la violencia para resolver los conflictos sociales. (CEH, 1999, tomo II).

Na imposição desta velha ordem, os militares que retomaram o poder em 1954, se declararam, praticamente, inimigos do povo. Conforme a CEH (1999, conclusão No. 15. Tomo IV, p. 49), os governos militares da época consideraram de forma permanente como “inimigo interno”, além dos membros das organizações guerrilheiras, *todas aquellas personas que se identificassem com a ideologia comunista*, aqueles que *lutavam pela justiça e maior igualdade social*. Isto significava, na prática, pertencer a uma organização sindical, social, religiosa, estudantil, ou aqueles que, por qualquer causa, não estivessem a favor do regime estabelecido, especialmente os “Maias”. Esta última declaração: (maias como inimigos do Estado) perpassa tudo o que será colocado a partir daqui, mas vou me referir a este problema, de maneira pontual, no item 1.2.3. deste capítulo.

### 1.2.1. Políticas contra-insurgentes: criminalização, militarismo repressão e terra arrasada

Levando em conta o que foi concluído pela CEH (1999) em relação à declaração do Exército, de considerar, o povo como inimigo do

Estado, pode-se compreender o alcance das políticas contra-insurgentes, durante o período do CAI. Uma das políticas constante e/ou permanente é a criminalização do movimento social e popular que, naquele momento, se mobilizou contra alguma medida do regime que violentava os direitos alcançados durante o período chamado “revolucionário”. De fato, os massacres se deram tendo como cenário de intensas lutas do movimento social em geral e campesino indígena, em particular. As lutas de resistência que emergiram para mostrar repúdio às políticas de expropriação de terras, contra o recrutamento militar forçado, contra os altos índices de desemprego e as péssimas condições e baixos salários nos latifúndios de café e açúcar, etc., foram consideradas ilegais, portanto, criminalizadas.

Toda a literatura consultada para este capítulo registra um ambiente de muita agitação social e aberta repressão governamental. A criminalização, neste sentido, é considerada pelos vários autores referidos, acima, como uma das expressões da repressão do Estado contra a participação política da população<sup>55</sup>. Os sequestros e torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados de líderes das diversas organizações sociais que mostraram sua resistência, estiveram na ordem do dia, paralelamente à criminalização dos movimentos.

A esse ambiente de crises política se somam as seqüelas deixadas pelo grande terremoto - de magnitude 7,9 na escala de Richter - que sacudiu o país no mês de fevereiro de 1976.<sup>56</sup> Este tremor de terra deixou um milhão de desabrigados e 22 mil mortos, assim como perdas milionárias em infra-estrutura; por isso, foi classificado como uma das 20 maiores catástrofes naturais do século XX, além de colocar a população marginalizada em uma situação insuportável, de maior sofrimento.<sup>57</sup> É importante mencionar esta catástrofe, pois foi outro fator que se somou ao contexto do enfrentamento e adquire um significado produtivo porque sacudiu a consciência da população, sobretudo rural, que se per-

---

<sup>55</sup> Aliás, Ilka Leite no seu artigo “Humanidades insurgentes: conflito e criminalização dos quilombos” (In: RIFIOTIS e HYRA. (Org.), 2008) coloca interessantes reflexões sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais, tomando como referencia o movimento quilombola, aqui no Brasil.

<sup>56</sup> Com base na fonte: <http://newmedia.ufm.edu/bonisterremotoguatemala>, cerca de 90% dos tremores ocorrem ao longo das linhas de colisão entre as placas dos oceanos Atlântico e Pacífico percorre toda a costa oeste das Américas do Norte, Central e Sul. Portanto, os países que ficam ao longo dessas fálhas, Guatemala sendo um deles, têm recebido ao longo dos anos os mais devastadores terremotos de que se tem registro. Alguns deles tornando-se até momentaneamente famosos em razão da destruição e do número de mortes. (<http://newmedia.ufm.edu/bonisterremotoguatemala>)

<sup>57</sup> <http://www.abc.es/20090528/internacional-iberoamerica/terremoto1976-200905281226.html>

cebeu em condições de maior infortúnio. Assim, o terremoto foi gerador de processos de organização popular no campo e na cidade, o que, por sua vez, fortaleceu o movimento social e revolucionário (HURTADO, 1997; MACIAS, 1997), mas também, como resposta, fez recrudescer as violências políticas.

Depois do terremoto, novas alianças e frentes de luta e solidariedade surgiram, além de novos atores sociais; assim, a maioria de associações e organizações propriamente maias camponesas, se formaram naquela época do final dos anos 70 (GÁLVEZ, 1994 p. 18; 1997 p. 74).<sup>58</sup> Uma destas organizações, foi o Comitê de Unidade Campesina (CUC).<sup>59</sup> importante na biografia política da comunidade de Rio Negro.

Com a insistência de o governo militar em construir a hidrelétrica de Chixoy naquelas condições críticas de pobreza e miséria, aguçadas ou aprofundadas pelo terremoto, se foi gerando um clima de indignação social, de reação popular nesta região das Verapaces. O modelo ético moral deste Estado militarizado a serviço do capital foi visibilizado e a situação se mostrou favorável para que comunidades como Rio Negro, se organizassem e se vinculassem ao CUC. Assim, no final dos anos setenta, segundo a CEH, a maioria de comunidades que foram atingidas pela barragem, se encontrava organizada no CUC, e a partir desta organização, fortalecem sua resistência contra o “*mega-projeto*” (SEVA FO, 2001; LINS RIBEIRO, 1991; PINHEIRO, 2007).<sup>60</sup> A criminalização e repressão ao CUC foram sistemáticas. Primeiro, foi lançada uma campanha por parte do Estado, que vinculava diretamente o CUC como organização da guerrilha e nessa circunstância, condenava seus protestos “*à margem da lei*” e o classificava como “*inimigo do Estado*”.<sup>61</sup> Em

---

<sup>58</sup> Victor Gálvez Borell analisa os “*novos movimentos sociais*” surgidos nos fins dos anos 70 e nos 80, coloca que “*novos ator social*” é uma definição que faz referência, em particular, à maior importância das práticas coletivas destes sujeitos sociais, que à sua existência objetiva.

<sup>59</sup> Para saber mais sobre a trajetória de luta deste movimento de camponeses, durante estes 30 anos (1978 – 2008), entrar em sua página Web: <http://www.cuc.org.gt/es/>

<sup>60</sup> Estes autores definem a usina de Chixoy, como “*mega projeto*” porque toda a obra esteve determinada pelo capital transnacional, o mesmo que circula numa grande rede de companhias e consórcios de empresas transnacionais que operam no mundo, respaldados pelas agências multilaterais como o *Fundo Monetário Internacional (FMI)*, o *Banco Mundial* e, a *Organização Mundial do Comércio (OMC)*.

<sup>61</sup> Ao definir a categoria do “*político*” Carl Schmitt (1932, 1992) traz uma definição do conceito de “*o inimigo*” como sendo “*(...) aquele que guarda em si a possibilidade da ameaça à existência do político enquanto tal*”. Para Schmitt dois pontos emergem da relação: amigo - inimigo, a saber: a capacidade de designar o outro como inimigo e a condição de estabelecer com ele um conflito, a fim de garantir a sua própria existência. Cabe ressaltar que não é necessária a ação contrária para que o conflito se realize. Basta apenas que se estabeleça a ameaça como condição primeira para que o conflito se desencadeie. O “*inimigo*”, portanto, “*não é o concorrente ou o adversário em geral. (...) Inimigo é um conjunto de homens, pelo menos*

seguida desatou-se a onda repressiva: sequestros, torturas e assassinatos de seus dirigentes, na cidade e campo. Um exemplo desta situação é o massacre na embaixada da Espanha na Guatemala, que tinha sido tomada pelos camponeses em protesto pela repressão governamental de seus líderes.<sup>62</sup> A desestruturação deste movimento, via violências, foi um fator determinante para a clandestinidade e incorporação do CUC à luta armada revolucionária, o que vai influenciar nos fatos de violências posteriores.

Portanto, as agressões extremas que foram aplicadas à população não combatente, especialmente aos membros das organizações sociais, somente contribuíram para aumentar a filiação e florescimento dos grupos insurretos e legitimar os motivos do levantamento armado no país. Ante o fechamento dos espaços políticos para a oposição aberta, só se abriam como possibilidades a incorporação à luta armada, a vida clandestina, o refúgio ou exílio forçado. (MACIAS, 1992).

Na medida em que os movimentos sociais cresceram e se fortaleceram, também se triplicaram as políticas e estratégias de segurança e controle. Nesse contexto, a militarização do Estado e da sociedade, respondia à Doutrina de Segurança Nacional na qual se baseava a guerra contra o “comunismo” (FUNDAÇÃO INICIATIVA CIVIL PARA LA DEMOCRACIA: INCIDE, 2000). Sobre esta militarização, a Comissão do Esclarecimento Histórico CEH, (1999, Tomo 1, 36 e 37). anotou, anos depois, no seu informe,

(...) la militarización del Estado y la sociedad constituyó un objetivo estratégico definido, planeado y ejecutado institucionalmente por el Ejército de Guatemala, a partir de la Doctrina de Seguridad Nacional y su peculiar interpretación de la realidad nacional. La militarización presentó características diferentes a lo largo de los años del enfrentamiento armado. Empezó durante los años sesenta y setenta con el dominio que el Ejército impuso sobre las estructuras del poder ejecutivo.

---

eventualmente – quer dizer, segundo a possibilidade real - combatente, que se contrapõe a um conjunto semelhante. Inimigo é apenas o inimigo público, pois tudo que se refere a tal conjunto de homens, especialmente a um povo inteiro, torna-se, por isto, público. Inimigo é hostil, e não inimigo no sentido lato: *polémios*, não *ekhthros*. (SCHMITT, 1932; 1992:55). existência”. A dissolução do político passa necessariamente pela incapacidade ou pela negligência em delimitar essa relação de ameaça, de colocar os outros a uma distância que permita ter certa segurança sobre “quem realmente são.

<sup>62</sup> O assalto e queima desta embaixada pelas forças de segurança do Estado, no dia 31 de janeiro de 1980, deixa um total de 39 mortos e desarticula o movimento político camponês.

Luego asumió el ejercicio casi absoluto del poder mediante su penetración en todas las instituciones y espacios políticos, sociales e ideológicos del país durante media década en los años ochenta, hasta llegar a tener un control paralelo, semi-visible, de bajo perfil, pero de alto impacto, en la vida nacional. La militarización fue en su momento uno de los factores que alimentó e incentivó el enfrentamiento armado, al limitar profundamente las posibilidades del ejercicio de los derechos cívicos, para luego constituir una de las consecuencias más corrosivas del mismo. La militarización constituyó un soporte de la impunidad. Además, en un sentido amplio, debilitó el tejido institucional del país, redujo sus posibilidades de funcionamiento real y contribuyó a la deslegitimación del mismo, ya que durante años la población ha vivido con la certeza de que el Ejército detentaba el poder efectivo en el país.

Segundo a revista militar “*La preparación Política Estratégica de la guerra*” (Enero – Marzo. 1972 p. 3, citada pela CEH, tomo II, p. 767) a *Doctrina de Seguridad Nacional implicaba: “Establecer en forma legal y permanente la organización que se le dará al país para preparar y conducir la guerra”*. Daí a análise de Huet, no sentido de que o Estado não buscou a resolução dos conflitos pela via pacífica; ao contrário, se preparou para a guerra. Para este autor, *o Estado foi sequestrado pelo Exército e todo o aparelho estatal, inclusive da Justiça, se militarizou e se subordinou à política contra-insurgente*. O Exército guatemalteco, desde sua criação em 1871, manteve uma presença beligerante em todos os âmbitos da vida nacional (social, econômico, jurídico, político, cultural) (FUNDAÇÃO INICIATIVA CIVIL PARA A DEMOCRACIA: INCIDE 2000, p. 31, 37).

Conforme a - INCIDE- (2000, p.32, tradução nossa) com a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional se estabeleceu um regime repressivo de terror contra todos os que, para eles, tivessem cheiro de comunismo, isto é “comunidade e organização”. Por isso, os indígenas passaram a ser objetivo central da violência. A vida em comunidade e a vocação organizativa, mostrada pela cultura dos grupos maias, passou, de uma fortaleza para sua sobrevivência, para uma forte ameaça, também para sua sobrevivência. (p. 32). As estratégias e políticas contra-insurgentes derivadas da Doutrina de Segurança Nacional se fundamen-

taram na desinformação, demagogia, pressão psicológica, repressão e impunidade. A repressão foi, a princípio, clandestina e seletiva, dirigida particularmente a pessoas que se identificavam com as idéias revolucionárias, democráticas ou progressistas. Logo após, as violências se concretizaram de forma aberta, dirigidas a grupos e populações inteiras, mediante massacres, bombardeios indiscriminados a territórios de populações civis não combatentes. Esta mudança na política contra-insurgência, segundo explica o INCIDE (2000), se deu pela incorporação massiva da população à luta revolucionária, sobretudo pela irrupção do povo maia nesta luta. Este fato é histórico, muda o curso da luta, imprime-lhe um novo conteúdo e reafirma a sua perspectiva.<sup>63</sup> Assim, a generalização da guerra acentuou, como já mencionei, a militarização da sociedade e de todo o território. Surgem também outras estratégias e outros atores, como as patrulhas de autodefesa civil (PAC) que seriam chaves na execução dos massacres (REMHI, 1998).

Nesse contexto, os governos militares de princípios dos anos oitenta, generais Fernando Lucas García, Efraín Rios Mont, Oscar Humberto Mejía Víctores, programaram e executaram várias campanhas militares, sendo as mais questionadas, pelos grupos de direitos humanos, ainda hoje, “Cinza 81” “Victoria 82” e “Fortaleza 83”. Todas estas campanhas tinham a idéia, segundo o discurso militar, de *quitar a água ao peixe*.<sup>64</sup>, ou seja, anular a base social do movimento revolucionário. (REMHI, 1998; CEH, 1999. Segundo documenta a CEH (1999, tomo 1, p. 621), o objetivo militar básico estava centrado em neutralizar o apoio da população, mais do que perseguir as unidades militares insurgentes. Assim, as tropas combatentes do Exército receberam as ordens, acerca dos territórios indígenas mapeados: “*todos são guerrilheiros e devemos matar a todos*” (REMHI II, p. 216). Segundo o informe da CEH (cap.II, tomo 1), em um período de cinco anos (1978 – 1982) se concretizaram 48.3% das 1.112 operações contra-insurgentes. Foi o período mais intenso de controle e aniquilamento, durante a guerra interna.

Na conclusão 119 da CEH (1999) se lê,

---

<sup>63</sup> A perspectiva revolucionária do projeto insurgente, segundo seu discurso, estava focalizada em terminar com o projeto hegemônico neoliberal e fundar uma nação multiétnica, pluricultural e multilíngue. Pretendia-se um novo país baseado nos conteúdos do projeto da revolução de Outubro (1944), que era a transformação da natureza do Estado excludente e racista, do regime econômico e político, uma nova concepção do território-terra e nova legalidade agrária, além da ampliação dos direitos políticos, de participação social e construção do poder civil (FUNDAÇÃO INICIATIVA CIVIL PARA A DEMOCRACIA: INCIDE, 2000, p.39).

<sup>64</sup> Refere-se a uma famosa citação do líder chinês Mao-Tse-Tung. Para o Exército ficava claro que a guerrilha precisava da população civil das comunidades rurais, como os peixes necessitam da água para viver.

(...), en la ejecución de los hechos hubo una coordinación de las estructuras militares de nivel nacional, que permitía una actuación "eficaz" de los soldados y patrulleros en las cuatro regiones estudiadas. El Plan Victoria 82, por ejemplo, establece que "la misión es aniquilar a la guerrilla y organizaciones paralelas", el Plan de Campaña Firmeza 83-1 determina que el Ejército debe apoyar "sus operaciones con el máximo de elementos de las PACA, para poder arrasar con todos los trabajos colectivos...

Carlos Figueroa Ibarra (1991; 1999), além de pensar a política militar contra-insurgente como política do terror planejada pelo Estado<sup>65</sup>, considera que durante o CAI, as violências políticas não foram monopólio dos mesmos autores dos aparelhos reconhecidos de Segurança do Estado, polícia e Exército, como se poderia pensar. Nesta *onda de terror*, durante o CAI, o poder para exercer a violência política, circulou numa rede formada por diversos atores, com níveis de hierarquia e ordenação. Entre estes atores estavam forças regulares e especiais<sup>66</sup> já conhecidas e os novos verdugos que foram até legalizados nas suas funções repressivas.

Los actos directamente imputables al Estado son los realizados por funcionarios públicos y agencias estatales. Adicionalmente, el Estado tiene responsabilidad directa por los actos de civiles en los que delegó de jure o de facto, potestad para actuar en su nombre, o con su consentimiento, aquiescencia o conocimiento. En esta situación se

---

<sup>65</sup> Figueroa Ibarra, no seu ensaio: *O recurso Del medo* (1991, tradução nossa), classifica o que ele chama de *as ondas do terror*. Após analisar as violências políticas desde o período colonial, ele relata que as violências políticas durante o conflito armado se situam dentro da terceira onda do terror. Para ele, a maturidade do exercício da violência política se percebe na combinação das diferentes formas de invocação do medo através de organização e aplicação sistemática de várias formas, físicas e psicológicas do exercício das violências, assim como o envolvimento coordenado de vários e novos atores na execução e planificação dos fatos.

<sup>66</sup> Nesta categoria se classificam os agentes secretos de inteligência militar, conhecidos na Guatemala como "G2", patrulhas de Autodefesa Civil PAC e também "Kaibiles". Este último grupo merece nossa atenção especial, pois foram tropas ou "unidades especiais" do Exército, instruídas para "matar" de forma cruel e sanguinária. Foram formadas para combater as guerrilhas na montanha, isto é, em condições bastante adversas com relação à geografia e ao clima. Muitas das crueldades aplicadas às vítimas como, por exemplo, destroçar a cabeça das crianças nas pedras, em frente a seus pais ou violar mulheres em avançado estado de gravidez, foi cometido pela tropa de "Kaibiles" (REMHI, 1998). Estes fatos evidenciam seu alto grau de desumanização.



incluye a los comisionados militares, agentes de la autoridad militar según la ley, los patrulleros civiles en tanto actuaron organizados, orientados, obligados o con conocimiento de la autoridad militar, los dueños de fincas, por las funciones policiales que les otorgó el Código Penal de 1936, y cualquier otro tercero que actuó bajo dirección o con conocimiento de agentes estatales... (Conclusão No. 80 CEH, *ibidem*)

Além desses autores materiais da política contra insurgente, operaram de forma clandestina elementos da polícia privada dos latifundiários, integrantes dos grupos paramilitares organizados como esquadrões da morte- que foram financiados pelas elites econômicas. E até os chamados “*orejones*”, ou orelhas, que eram pessoas vizinhas ou infiltradas nos grupos insurgentes, que atuavam no anonimato, para controlar e fazer denúncia de qualquer pessoa ou grupo classificado por eles como suspeitos

Nos massacres participaram tanto forças regulares como especiais do Exército, destacando-se, neste ponto, a participação das patrulhas de autodefesa civil-PAC-. Foi através da participação direta dos membros destas patrulhas que se cometeram muitas dos massacres. De fato, a CEH (1999), no seu relatório, anota que estes grupos são responsáveis ou colaboradores diretos nos massacres, como os feitos na comunidade de Rio Negro.

A formação das Patrulhas de Autodefesa Civil PAC, foi uma das estratégias militares delineadas pelo Exército, para garantir o clima de terror local. As PAC se converteram em uma das estruturas chaves para deter o avanço ideológico e militar da guerrilha, na área rural. Dentro de suas atividades estava o controle, a denúncia e perseguição da população que eles ou o exército consideravam membros ou colaboradores dos grupos guerrilheiros. Também foram obrigados a participar das mortes individuais e coletivas de seus próprios parceiros, de seu próprio grupo ou deslocar-se a comunidades vizinhas para perpetrar os assassinatos coletivos determinados pelo Exército. (REMHI, 1998).

As PAC formaram parte dos quatro componentes operativos da estratégia militar de “*pacificação*” em combinação com os outros três: pólos de desenvolvimento ou aldeias modelos, as coordenadorias interinstitucionais: e, o chamado “*S-5*” ou “*assuntos civis*”, encarregados das operações psicológicas. (REMHI II, 1998, p.118). Foram mais de um milhão de homens a integrar estas forças. A estratégia militar de impor as PAC baseava-se nos seguintes elementos: a) obrigatoriedade,

embora a proclamação do seu caráter voluntário. b) conhecimento a fundo e manipulação da realidade comunitária, e c) treinamento militar e doutrinação ideológico. (HUET, p, 142) (REMHI II, 1998, p. 120).

No caso de Rio Negro, devidamente documentado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos CIDH, sabe-se que certamente muitos membros destes grupos abusaram do poder que lhes fora concedido, para exercer a violência contra seus próprios vizinhos e até parentes. Utilizaram este poder no contexto de confronto, para cobrar ou saldar contas pendentes, pessoais ou interpessoais, em muitos casos causados por conflitos de terra. O acontecido em Rio Negro é um exemplo disso. As PAC, como vemos nos capítulos seguintes, se constituem na atualidade, em um foco de problemas para os atores do movimento de Rio Negro.

### 1.2.2. A insurgência e seus atores.

O projeto de luta armada e com caráter revolucionário remete a um longo processo de construção e mobilização política que inicia no seio do mesmo Exército, quando um grupo de jovens oficiais cadetes, formados no tempo da revolução de outubro, a partir de um impulso nacionalista e preocupação social, se sublevaram contra os comandantes que tinham protagonizado o processo contra-revolucionário. No dia 13 de novembro de 1960, se sublevaram três dos maiores destacamentos militares do país. Seu movimento foi reprimido e, depois de três dias de resistência conseguiram fugir para um país vizinho, para voltar clandestinamente e formar o primeiro grupo guerrilheiro revolucionário “MR-13”. Paralelo a este movimento, um ano depois (1961), o Partido Guatemalteco do Trabalho- PGT- após ser objeto de perseguição e repressão política, decide também tomar a luta armada e se constituem em outro dos grupos. No percorrer dos anos 60, estes dois grupos se fundiram em uma só frente que chamaram: Forças Armadas Revolucionárias- FAR. Nos finais dos anos 60 e inícios dos 70, as FAR receberam muitos golpes, o que lhes obrigou a passar para uma fase defensiva e de construção e fortalecimento orgânico. Foi a partir de 1976, depois do terremoto, como já disse, o movimento revolucionário se viu fortalecido no país, pela incorporação massiva da população às forças insurgentes. Estas novas organizações guerrilheiras eram: Organização do Povo em Armas - ORPA (1971) e o Exército Guerrilheiro dos Pobres - EGP (1972) que estavam formadas, principalmente, por camponeses indígenas. No final da década de 70 e nos anos seguintes de luta revolucionaria, todas as organizações rebeldes foram notavelmente nutridas por indígenas, o que

significou um avanço fundamental para a luta, já definida como guerra popular revolucionária. Com essa participação massiva dos indígenas, se pensava que a luta dava continuidade à secular resistência indígena na Guatemala, ainda que, naquele momento, o apelo se dirigia não à sua condição “étnica”, mas à de classe, em termos de opressão e exploração econômica e marginalidade social. Logo se incorporaria ao discurso marxista-leninista de luta de classes e luta nacional antiimperialista - próprio das guerrilhas daqueles anos- a questão étnica nacional. (HUET, 2008; REMHI, 1998; HURTADO, 2000).

A concepção de guerra revolucionária não se limitou exclusivamente ao terreno militar; foi uma combinação de luta militar com a luta política do povo. Muitas organizações do movimento social foram influenciadas pelas diretrizes da insurgência, que no decorrer da sua luta uniu todas estas forças numa grande unidade conhecida como URNG (Unidade Revolucionaria Nacional Guatemalteca), que negociou os Acordos de Paz em 1996.

Ora, esta luta, entendida pelos seus atores insurgentes como luta revolucionária, tomou seu discurso, seu pensamento, do recente triunfo (Jan., 1959) da Revolução Cubana, que colocava a possibilidade de uma vitória revolucionária por meio das armas, considerando o modelo de luta de guerrilhas. (HURTADO, 2000). A respeito disso, Jorge Castaneda, no seu livro “Utopia desarmada. (...)” (1994, p. 70-72), opina que a Revolução Cubana inaugura uma nova fase na história da esquerda latino-americana, caracterizada pela centralidade da idéia da revolução. Entre os princípios orientadores desse novo modelo de luta estavam, segundo Castaneda:

- a) *Sua natureza socialista*, que na leitura ou discurso da insurgência guatemalteca se traduzia assim: acabar totalmente com a desigualdade social, com a acumulação e concentração da riqueza (terra) em poucas mãos e acabar com a espoliação das terras, devolvendo-as a seus donos originais (os indígenas) e fundar um governo popular e democrático.
- b) *O fato de que essa revolução tinha caráter continental*, o que significou solidariedade e apoio entre os grupos guerrilheiros da América Central. Uma das motivações da guerrilha na Guatemala foi a experiência próxima do triunfo da Revolução Sandinista da Nicarágua (julho de 1979) e o auge revolucionário no vizinho país de Salvador.
- c) *Que a referida revolução só poderia se concretizar via luta armada*. Os governos militares de “repressão e terror” fecharam todos os espaços para o diálogo e para a luta política, o que levou o povo a pegar em armas. (PAYERAS, 1991).

d) *Que a condução desse processo devia ser responsabilidade das classes médias urbanas ilustradas da região*. Este foi um princípio bastante criticado pelas lideranças indígenas e alguns dirigentes do movimento guerrilheiro guatemalteco, pois era bastante e ironicamente discriminatório. Significava discriminação étnica e de classe. Ao negar a capacidade dos indígenas e dos classificados como “pobres” para assumir altos cargos dentro da cúpula de poder das organizações armadas, se manifestava o racismo e o classismo, problemas que a guerrilha iria sanar. O racismo e o classismo somados ao machismo tinham negado o ingresso dos indígenas, dos pobres e as mulheres, à educação formal.

Aliás, do meu ponto de vista, a discriminação de gênero foi a menos questionada no interior das organizações, pois finalmente as mulheres estiveram simbolicamente “representadas”<sup>67</sup> por Elba Maldonado, única mulher que chegou ao posto de comandante. Estudos recentes feitos por Silvia Soriano Hernández (2006) e José Domingo Carrillo (in RUBIO, 2006) coincidem em afirmar que os mesmos movimentos armados reproduziram nas suas relações internas, as desigualdades sociais que caracterizaram e caracterizam a sociedade guatemalteca. Vemos que, apesar dos esforços apregoados, de fazer das organizações armadas espaços de ampla representação social, estes foram, com o tempo, se transformando em espelho da sociedade. Ainda assim, autores como Mario Payeras (1991) consideram que foi através das organizações armadas revolucionárias, que os grupos tradicionalmente marginalizados, como os indígenas e as mulheres puderam criar espaços de representação social.

A desigualdade social, a diferenciação étnica e a subordinação de gênero foram variáveis que significaram obstáculos e diferenças internas, que as mesmas organizações armadas foram incapazes de resolver. O perfil dos comandantes da URNG terminou respondendo a este princípio referido por Jorge Castaneda (idem). Para Alfonso Huet, (2008), a origem “urbana - *ladino*”, dos dirigentes guerrilheiros foi, entre outros

---

<sup>67</sup> O entre aspas é nosso. Afirmo que foi uma representação simbólica, pois ser do sexo feminino não assegura que se tenha uma consciência de gênero. Entendo que “gênero” é uma construção social, como o são, também, as outras identidades. Ademais, conheço as experiências de mulheres que pertenceram à guerrilha e que sofreram discriminação de gênero pelas mesmas mulheres que, ao assumir postos de chefia dentro da guerrilha, reproduziam o mesmo comportamento ou modelo machista de atuar dos chefes homens. Sobre este assunto também se pode ver a seguintes referências bibliográficas: Colom, Yolanda, *Mujeres en la alborada. Guerrilla y participación femenina en Guatemala*. 1973-1978, Guatemala, Editorial Artemis Edinter, 2000; e Ramírez, Chiqui, *La guerra de 36 años vista con ojos de mujer de izquierda*, Editorial Oscar de León Palacios, Guatemala, 2001; Soriano Hernández, Silvia, *Mujeres y guerra en Guatemala y Chiapas*, México, Universidad Nacional Autónoma de México, 2006, pp.21-22

fatores, uma limitante na concepção e condução da guerra revolucionária.

e) *A teoria do foco que via no setor campesino o maior potencial revolucionário*. Sobre isto, Alfonso Huet (2008, p.320) analisa que o povo indígena campesino, foi considerado, em função de sua “*proletarização*”, enquanto camponeses pobres, enquanto proletários agrícolas e da indústria, as forças motrizes da luta. E por último, Castañeda (1994) refere:

f) Que os Partidos Comunistas haviam deixado de ser instrumentos revolucionários válidos. Não tenho nenhuma consideração especial a respeito, pois me falta informação sobre este assunto. Só posso dizer como hipótese, que possivelmente este último “princípio, orientador das lutas revolucionárias”, anotado por Castañeda, pode ter seu sentido em função das campanhas de “satanização” da esquerda naquele período, o que significou não só seu desgaste político, mas também, a matança seletiva dos membros destes partidos.

Na desmobilização da guerrilha, o número de insurgentes armados não passava dos 4 mil, muito menos do que sempre disse o Exército. Por isso, a guerrilha insiste em dizer que o que aconteceu não foi um conflito, mas uma guerra do Estado contra o povo (CONCILIATION RESOURCES, 2000, p.39).

Após os massacres, o país entrou num período de instabilidade política entre os mesmos grupos do poder (militares e elite econômica agroexportadora); o movimento revolucionário não tinha sido derrotado apesar das fortes campanhas militares. Os insurgentes, por sua parte, mantiveram uma prática política no nível internacional, denunciando os massacres e seu impacto nas comunidades não combatentes e apelando aos direitos humanitários em situações de guerra; além disso, mostrou iniciativa para estabelecer um diálogo com o governo para negociar um processo que dava um ponto final ao CAI e alguns acordos para a Paz foram alcançados.

A insurgência conseguiu mobilizar os governos de outros países, especialmente dos Países Baixos e também setores nacionais a favor da negociação para terminar com o confronto armado. A URNG solicitou publicamente um processo de negociação que colocava em primeiro lugar a discussão dos temas substantivos, quer dizer, dos graves problemas detonantes do CAI, para depois, abordar a temática operativa. Dadas às condições e ante a impossibilidade de uma vitória militar frente à guerrilha, o governo aceitou a negociação, que teve uma duração de 10 anos (1986- 1996). Além disso, a demanda pela busca negociada da paz se vê favorecida pelo surgimento de novos atores sociais (movimento

criado pelas “vítimas) no cenário político. Estes atores emergem após terem sofrido, diretamente, os impactos das violências durante a guerra. O primeiro grupo ou organização de vítimas surgiu foi o Grupo de Apoio Mútuo - GAM, constituído pelos familiares dos desaparecidos. Depois, foi fundada a Coordenadoria Nacional de Viúvas de Guatemala - CONAVIGUA. Embora, o número de vítimas da guerra, na sua maioria, segundo os reportes, foram mulheres, anciãos e meninos, meninas, ambas as organizações reuniram, na sua maioria, mulheres. Assim, CONAVIGUA, estava conformado basicamente por mulheres camponesas indígenas, que antes do acordo de Paz e ainda em condições de insegurança, se mobilizaram para exigir o fim daquela guerra, justiça e ressarcimento pela morte de suas famílias e as perdas materiais ocasionadas nos massacres. (HURTADO, 2000)

A Paz foi finalmente assinada em 29 de dezembro de 1996. Durante o processo de Paz, 18 acordos foram firmados, sendo sete de caráter substantivo<sup>68</sup>. Entre eles, destacam-se: o acordo sobre *Identidade e Direitos dos Povos Indígenas* e acordo sobre *Aspectos Socioeconômicos e Situação Agrária* que, se levados à prática, estariam solucionando os problemas derivados do racismo, classismo e da propriedade desigual da terra e acesso e controle dos recursos dos territórios por parte dos povos que os habitam (ALVAREZ, 2000). Sendo estes constitutivos dos maiores e transversais conflitos da realidade social da Guatemala até hoje.

### 1.2.3. Racismo – Classismo e genocídio: os maias como inimigos a vencer

Para autores como Charles Hale (1996-2004), a análise racial é um conceito chave para compreender como operam as relações sociais, a opressão racial e a identidade racial. Para ele, el racismo “es un elemento histórico y estructural de Guatemala. El estado racista fue construido basado en la exclusión de lo indígena. Dentro de esta estructura, los indígenas no eran considerados ciudadanos”<sup>69</sup> Aliás, Paul Gilroy

<sup>68</sup> Abrangeram diversos aspectos, incluindo direitos humanos, direitos de povos indígenas, memória histórica e ressarcimento às vítimas, reassentamento de populações deslocadas à força; o papel do exército em uma sociedade democrática, fortalecimento da sociedade civil, desmobilização da guerrilha e integração dos combatentes à vida civil.

<sup>69</sup> Águeda Gómez Suarez (2005, p. 3) ao analisar os discursos que tentam definir o sujeito indígena e as teorias que sustentam estes discursos em torno de quem é indígena, ou melhor, o que é ser indígena, anota: “La identidad indígena no “existía” antes de la conquista y la colonización luso-española, que unificó a todos los grupos en uno único: el de los vencidos o indios. Los mayas, tawahkas o quechuas se transformaron en indios, infieles y también en trabajadores al servicio de los nuevos dominadores, siendo este el modo en que los indígenas pasaron a ser

(2007) chama a atenção para a complexidade inerente ao uso do conceito de identidade, no sentido que esta não pode ser naturalizada e pensada à parte de processos políticos e de poder que permeiam as construções identitárias contemporâneas e o campo discursivo que as envolvem. No caso da Guatemala, segundo Hale (1996, s.p.),

Los grupos étnicos indígenas tienen características sociales comunes que tienen que ver con el lugar de nacimiento, lengua madre, prácticas culturales, valores cosmológicos o espirituales- y también fronteras designadas entre ellos como indígenas y el resto de la sociedad como no indígenas. Estas fronteras han sido percibidas y fortalecidas por grupos dominantes en Guatemala para relegar a los indígenas como culturalmente diferentes e inferiores y para reforzar la inequidad. Si vemos la historia de Guatemala durante el periodo colonial, los regímenes claramente diferenciaron a los indígenas imponiendo condiciones de inferioridad de manera informal y legal. (...) Una vez que el país se convirtió en república, todos los guatemaltecos fueron considerados ciudadanos. Pero las condiciones políticas y sociales de los indígenas continuaron siendo limitadas fuertemente. Los mayas son pan-étnicos. Vienen de diferentes regiones de Guatemala y México, y están compuestos por diversos grupos que hablan numerosas lenguas. Pero desde el punto de vista de los *ladinos*, ellos representan un grupo homogéneo, imposible de diferenciar (...), en esencia, los *ladinos* consideran a la cultura maya como tradicional y estática, que no cambia con el tiempo, una cultura inferior (...) Así que si aplicamos estas generalidades a los hechos del conflicto, podemos ver que la primera fase de las masacres y sus características surgen de la consideración que los indígenas son una masa de grupos que no pueden diferenciarse. Si algunos individuos son culpables por asociación con

---

"sujetos" de la historia occidental" Seguidamente esta autora afirma que as reflexões em torno à definição do 'índio', tanto no debate sobre sua 'humanidade', como o reconhecimento de suas 'diferenças', remontam ao tempo da conquista. "En la época colonial, considerar diferentes a los indígenas fue una forma de justificar su dominación (...)." En esa época, el concepto de "indio" se convirtió en un anatema, un símbolo de claras connotaciones racistas (incapaz, haragán, tonto, sucio, truhán, sin cultura, feo, etc.)" (p.: 4-5).

la guerrilla, luego entonces todo el grupo debe ser culpable. (...)Entonces, cuando los militares atacaban estos pueblos, estaban bastante seguros que todos los habitantes eran indígenas

Assim, a lógica militar contra-insurgente, definiu concretamente, como: “inimigos do Estado”, os “excluídos, os “pobres” e especialmente os “maias” e, além disso, aqueles que “lutavam pela justiça e maior igualdade social” (CEH, 1999). Portanto, essa lógica que insiste em pensar os indígenas, como população racial e culturalmente inferior, se constitui em um dos problemas mais agudos e complexos que por séculos tem caracterizado a sociedade e o Estado na Guatemala. (MARTINEZ, 1994; CASAÚS, 20002; GUZMAN e JEAN LOUP, 1995; VELÁSQUEZ, 2008). Para Marta Elena Casaús (2002, p. 32-33), o racismo apela para critérios raciais e culturais para justificar uma agressão e um sistema de dominação. A “pigmentocracia”, a pureza e os certificados de sangue, foram os principais mecanismos de concentração da riqueza e da configuração da estrutura social colonial. Portanto, as bases do racismo do século XIX, que consagrou a superioridade racial dos brancos em relação a outros grupos humanos, justificando opressões e privilégios, ainda estão vigentes, o que reafirma o caráter político do conceito de raça, sua permanência e atualidade (SEBASTIAN, 2008)<sup>70</sup>.

Segundo Hale (1996) o problema se apóia no pensamento dominante, de considerar que os indígenas maias pertencem a uma cultura homogênea impossível de diferenciar; se pensa que eles têm uma cultura “índia”, tradicional e estática, que não muda com o tempo, uma cultura inferior sem a capacidade de se adaptar à modernidade. Aliás, em um dos mais importantes trabalhos sobre identidade publicados no Brasil, Roberto Cardoso de Oliveira (1976) estuda estes conceitos (etnia e cultura) e aponta suas diferenças. Para ele, etnia e grupo étnico devem ser compreendidos de modo relacional e não absoluto. Um grupo étnico é entendido pelos seus membros e percebido pelos outros como tendo uma continuidade histórica, tendo uma origem comum e sendo idênticos a outros, independentemente de separações geográficas. Nessa linha de

---

<sup>70</sup> Manuela C. Da Cunha (1986, p. 111-113) explica sobre a categoria “raça” e os critérios de pertencimento a uma comunidade indígena. Embora seja um critério vigente no senso comum popular, que um grupo étnico seria um grupo racial, apelando a uma condição de pureza de sangue em termos biológicos. (...), “a *raça* não existe nem como critério de pertencimento, embora exista uma continuidade histórica de grupos de origem pré-colombiana. Tampouco podem ser invocados critérios baseados em formas culturais que se mantivessem inalteradas, pois isso seria contrário à natureza essencialmente dinâmica das culturas humanas (...)” (1986, p.111).



pensamento, Manuela Carneiro da Cunha (1986, p.116-118) também explica que grupo étnico “é uma forma de organização social cujos membros se identificam e são identificados pelos outros como um grupo étnico. Isso nos remete a pensar na identidade étnica, entendida segundo Carneiro da Cunha, como “exclusivamente função da auto-identificação e da identificação pela sociedade envolvente”<sup>71</sup>

Neste sentido, Stuart Hall (2000, p. 103-106) aborda a crítica ao conceito de identidade e o problema de entendê-lo como algo fixado no sujeito, determinante e classificatório. Hall trabalha a crítica ao conceito de identidade a partir do conceito de identificação que, embora seja, segundo ele, tão ardiloso quanto o primeiro, seria, no entanto, preferível por ser menos manipulado. A consciência da construção arbitrária das identidades, enquanto parte de processos políticos e discursivos, posiciona autores como Hall (2000) e Gilroy (2007) contra os essencialismos identitários, “quando a identidade se refere a uma marca indelével, ou a um código de alguma forma inscrito nos corpos de seus portadores, a alteridade só pode ser uma ameaça. A identidade é assim um destino latente” (GILROY, 2007, 130)

Os discursos levantados em torno à identidade indígena na Guatemala, desde tempos coloniais, não só têm definido o conteúdo da política indigenista e assimilacionista, mas também as políticas contra-insurgentes aplicadas durante o conflito armado interno. O Estado, nas suas operações contra-insurgentes, ao definir seus “inimigos internos”, nomeou claramente suas vítimas baseado, principalmente, no critério étnico-racial. (MARTINEZ, 1994; TARACENA, 2002)

Aliás, João Filipe Marques (1995, p. 48-49) distingue uma definição sobre o preconceito racial que estaria impresso nos discursos: “quando determinados indivíduos ou grupos, geram e reproduzem visões, crenças, opiniões baseadas em estereótipos, ou generalizações abusivas em relação a outros indivíduos ou grupos racialmente identificados. (...)” O preconceito racial apresenta um caráter instrumental que o coloca, por um lado, a serviço da adaptação ou acomodação do sujeito a um sistema social em rápida mudança, cumprindo, por outro lado, uma função de manutenção e reprodução de uma relação de dominação. Em

---

<sup>71</sup> Para Fredrik Barth (1976, p. 15), ainda que “as categorias étnicas pressuponham diferenças culturais, não podemos supor uma simples relação de paridade entre as unidades étnicas e as similitudes e diferenças culturais. Os traços que são tomados em conta não são a soma das diferenças objetivas, mas somente aqueles que os atores mesmos consideram significativos (...). Assim, as relações que se denominam “étnicas”, surgem ao identificar um coletivo com o qual se compartilha uma origem, manifestado em traços culturais ou raciais, em oposição a outros, que não se compartilham”.

tal sentido, “o preconceito, principalmente em contextos de racismo e desigualdade, confere legitimidade à exploração e permite aos sujeitos racionalizar ideologicamente sua dominação” (MARQUES, 1995, p.50). Vemos que a definição preconceituosa de “inimigo interno” foi uma estratégia militar para criar esse estigma contra as populações indígenas e assim justificar a violência. O preconceito armou o medo, que disparou e justificou a violência (BANDEIRA; SORIA, 1999). Lourdes Bandeira e Analía Soria Batista (1999, p. 119) referem que é indispensável pensar o preconceito, uma vez que este pode constituir-se numa fonte de violência. Essa reflexão busca “construir uma ponte” entre o preconceito e a “violência”, enfatizando as diversas formas de discriminação e exclusão. (idem: 120-121). O preconceito racial como fonte de violências, porém, não é apenas um problema externo; se manifesta ou se reproduz também entre os grupos indígenas.

Dentro desse discurso de inimigo interno, a lógica racista esteve entrelaçada com o discurso classista, porque classismo e racismo são as duas faces duma mesma moeda. Ou seja, nessa lógica que define os parâmetros de qualificação das pessoas, ambos os fenômenos (classismo e racismo) se conjugam. Portanto, para definir ou estabelecer hierarquias e dimensionar o “status” e os “privilégios” das pessoas nessas relações de poder, se combina classe social com a cor da pele. Diferenças de raça, classe e gênero constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente as culturas dos povos, estabelecendo diferentes categorias de pessoas, hierarquicamente dispostas em seus respectivos ‘lugares’ na sociedade. “As opressões de raça, classe e gênero são experimentadas, simultaneamente, se entrecruzam e potencializam diferentes situações discriminatórias”, argumenta Adriane Rich (2002:17). Por exemplo, na Guatemala é comum escutar “sou pobre porque sou índio” ou “sou índio porque sou pobre”; se assume que ambas as dimensões – étnicas e de classe- vão incondicionalmente unidas, naturalizando assim uma posição e exclusão econômica. Também se escuta dizer “sou pobre, mas não sou índio”, o que mostra como se interiorizou uma hierarquia étnica racial. (PNUD, 2005, p.16).

A inegável realidade do racismo como doutrina de superioridade, expressa, permanentemente, pelo Estado, constituiu um fator fundamental para explicar a fúria com que se realizaram as operações militares contra centenas de comunidades Maias, durante a guerra. Para a CEH, a vigência da “cultura racista” ajuda a explicar os recorrentes atos de violência contra as pessoas indígenas, ao longo da história da Guatemala. A comissão cita como antecedentes prévios ao conflito armado, os seguintes exemplos: a matança de “Patzicía (município de Chimaltenango)

pelas mãos de *ladinos*<sup>72</sup>, nos alvares da revolução de Outubro de 1944 e a perseguição *antiagrária* por parte dos latifundiários, no início dos regimes anticomunistas, em 1954. Em todos os casos de violências contra as comunidades indígenas, segundo a CEH, a ideologia racista ignorou estes fatos ou não condenou-os com a suficiente indignação, porque ainda persiste na mentalidade de alguns guatemaltecos, a idéia de que a vida do indígena vale menos. Portanto, o que presenciamos durante o conflito armado foram fatos de violências, conscientemente planejados que responderam a esse sistema de classificação e diferença segundo os padrões de hierarquização herdados dos tempos coloniais

*Sobre o Sistema Classificatório: “Índio” VRS “Ladino”:*

Como anotamos no pé de página anterior (No. 71), não seria possível compreender o racismo na Guatemala, sem entender este sistema classificatório que responde aos velhos bipolarismos, no qual, ainda, as relações sociais se sustentam. São muitos os estudos e debates sobre o tema, mas o problema persiste. “Índio” VRS “ladino” é a expressão de uma luta de cinco séculos, que expressa o caráter racista do nosso sistema social e nos coloca na mesa os dualismos que traspassam todas as esferas de nossas relações. “Índio – Ladino” é igual: vítimas – verdugos; bom- mal; pobre – rico; colonizador – colonizado; branco- preto; puro – impuro; etc. Assim, o termo *ladino* é uma categoria que tem sido bastante problematizada. Implica falar de uma identidade que se constrói negando-se frente ou em oposição à outra: a cultura indígena. É todo aquilo que representa a miscigenação com a cultura especialmente a ocidental, ou a cultura “do colonizador”. Esta classificação é produto da situação colonial; expressão materializada desse racismo estabelecido durante esse longo período colonial espanhol e sobrevive há 500 séculos.

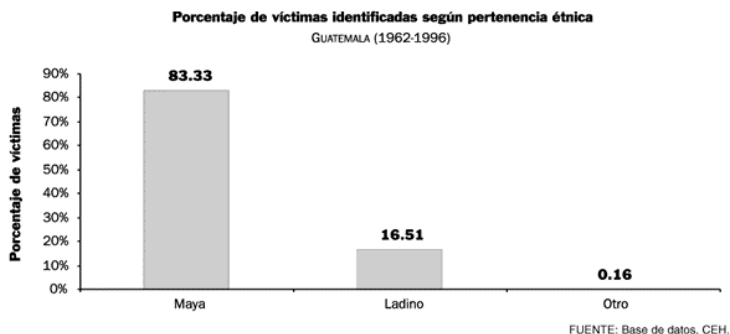
Durante a época colonial, o termo *ladino* se definiu para classificar as pessoas indígenas, membros de um povo vencido, que sabia o castelhano. Posteriormente, foi usado para referir-se a todas aquelas pessoas que não eram nem espanhóis, nem escravos, nem parte da massa indígena, como um grupo intermediário, que estorvava tanto aos indígenas como aos crioulos. Depois, os classificados como *ladinos* se converteram em leais defensores dos interesses dos crioulos (filhos dos coloni-

---

<sup>72</sup> Conforme o sistema social de classificação da população na Guatemala, que vêm desde o período colonial, o termo *ladino*, define aos que não são indígenas. O *ladino* é tudo aquilo que representa a mestiçagem colonial espanhol. A *ladinidade* ou *ladinização* é uma construção social avessa a o que é ser indígena, e vice-versa. Quer dizer a diferença e a definição de cada uma é resultado da sua mútua negação. Assim, a miscigenação e a chamada, “*mayanización*” constituem, desde meu ponto de vista, dois nós problemáticos que expressam os extremos nos quais se constrói os discursos sobre a realidade sociocultural na Guatemala hoje.

zadores, nascidos na Guatemala) e foram utilizados para executar as políticas do controle, exploração e maus-tratos ao índio. Atualmente, usa-se em referência à população que se auto-identifica de ascendência mista ou mestiça e reivindica a cultura ocidental como própria. Assim, se construiu um país dividido em indígenas e *ladinos*. Os indígenas representam o clássico outro: “os atrasados, incivilizados, os responsáveis pela falta de desenvolvimento; por sua vez, o *ladino* esconde uma gama de origens e mesclas raciais e culturais” (Martínez, 1994; Guzmán & Jean-Loup, 1995; PINTO, 2003; Casaús, 2002; e, PNUD, 2005). Julio César Pinto Sória (2003), que apresenta no seu trabalho um debate mais crítico ou posicionado sobre este tema, critica fortemente aqueles trabalhos, principalmente antropológicos, que generalizam a relação índio – *ladino* como uma relação simplista de bom e mau, colocando o antagonismo de indígenas e *ladinos* como a contradição fundamental da estrutura de classes. Segundo Pinto, essa análise bipolar oculta à presença e a responsabilidade do grupo hegemônico, que desde sempre tem utilizado e aprofundado o divisionismo étnico para assegurar sua dominação. O termo *ladino* aplicado, de forma geral, na América Central colonial tenderia a desaparecer, mantendo plena vigência só na Guatemala, afirma Pinto (: 55-72). Portanto, é importante ressaltar que não é possível compreender o racismo na Guatemala, nem a vitimização das populações indígenas, sem entender primeiro esse sistema de classificação que assume as identidades fixas, negando a existência de identidades múltiplas (SMITH, 1997).

Tomando em conta este sistema de classificação, com o saldo humano das violências políticas, a identificação do povo maia como inimigo coletivo, pelo Estado guatemalteco, significou sim, matanças indiscriminadas a diversas comunidades étnicas. Segundo os registros da CEH (1999), o 83% das vítimas são indígenas e 17% *ladinos* ou não indígenas, isso se percebe na seguinte gráfica, sobre a pertença étnica das vítimas.



**Gráfico 1:** As estadísticas do horror” Fonte: CEH (1999)

Conforme a interpretação da CEH (1999, conclusão No. 32),

En los años de exacerbación del enfrentamiento (1978-1983), con la ampliación de la base de apoyo y el ámbito de acción de la guerrilla, en varias regiones del país el Ejército identificó a los mayas como grupo afín a la guerrilla. En algunas ocasiones esta identificación se produjo en razón de la efectiva existencia de su apoyo a los grupos insurgentes, así como de condiciones pre-insurreccionales en áreas de limitada extensión en el interior del país. Sin embargo, en la mayoría de los casos, la identificación entre las comunidades mayas y la insurgencia fue intencionadamente exagerada por el Estado que, apoyándose en tradicionales prejuicios racistas, se sirvió de esta identificación para eliminar las posibilidades presentes y futuras para que la población prestara ayuda o se incorporara a cualquier proyecto insurgente. La consecuencia de esta manipulación, fue la agresión masiva e indiscriminada a las comunidades, con independencia de su real involucramiento en la guerrilla, así como con indiferencia a su condición de población civil, no combatiente. Con las masacres, las operaciones de tierra arrasada, el secuestro y ejecución de autoridades, líderes mayas y guías espirituales, no sólo se buscaba quebrar las bases sociales de la guerrilla, sino desestructurar ante todo los valores culturales que aseguraban

la cohesión y la acción colectiva de las comunidades.

Ora, como referimos, na introdução deste capítulo, a CEH documentou, como produto da política de terra arrasada, 669 massacres, mas, segundo outros informes o número de massacres é maior que isso. No mapa (No. 3) que segue, pode-se observar que na área onde se localiza minha pesquisa, o departamento de “Baja Verapaz” (círculo vermelho), a CEH registrou 28 massacres, dos quais 20 correspondem ao município de Rabinal. Diz-se 20 como uma porcentagem porque os informes de pesquisa desenvolvidas pela Fundação de Antropologia Forense de Guatemala, FAFG (1997) e pelo Arcebispo de Guatemala (REMHI, 1998) são um número significativamente maior (40 massacres). Para o caso de Rabinal, o relatório da CEH, informa, também, um saldo aproximado de 1200 pessoas assassinadas, sendo 92%, indígenas maias Achí.



os documentos examinados, (Equipo de Antropologia Forense de Guatemala: AFG, 1997; OJK´ASLIK, 2003; CEH, 1999), a intenção foi o aniquilamento da sua população.

Os resultados sobre a identidade étnica das vítimas levaram à CEH a qualificar as matanças coletivas das comunidades indígenas, como “*genocídio*”, o que ficou registrado na sua conclusão No. 22:

(...) agentes del Estado de Guatemala, en el marco de las operaciones contrainsurgentes realizadas entre los años 1981 y 1983, ejecutaron actos de genocidio. Esta conclusión se basa en la evidencia de que, a la luz de lo dispuesto en el Artículo ii de la Convención para la Prevención y Sanción del Delito de Genocidio,<sup>73</sup> hubo matanzas de miembros de los grupos mayas (Artículo ii, letra a), lesiones graves a su integridad física o mental (Artículo ii, letra b) y actos de sometimiento intencional de los grupos afectados a condiciones de existencia que acarrearón o pudieron haber acarreado su destrucción física total o parcial (Artículo ii, letra c). Se basa también en la evidencia de que todos esos actos fueron perpetrados "con la intención de destruir total o parcialmente" a grupos identificados por su etnia común, en cuanto tales, con independencia de cuál haya sido la causa, motivo u objetivo final de los actos (Artículo ii, primer párrafo) (CEH, 1999, No.22)...

Conforme o registrado por Ricardo Falla (1992), todos estes massacres formaram parte de um plano e seguiram o mesmo padrão até eliminar a última semente: os soldados cercavam a aldeia, dividiam homens e mulheres, estupravam as mulheres; matavam mulheres e cri-

---

<sup>73</sup> O quadro jurídico adotado para examinar os possíveis fatos de genocídio na Guatemala, durante o CAI, é a Convenção sobre a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio, adotada pela ONU em 9 de dezembro 1948 e ratificada pelo Estado da Guatemala pelo Decreto 704, de 30 de novembro de 1949. O artigo II do presente instrumento define o crime de genocídio e seus requisitos, como segue: "Genocídio é qualquer dos seguintes fatos cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) Matar membros do grupo; b) Agressões corporais graves que causem danos físicos ou mentais a membros do grupo; c) Sujeição intencional do grupo a condições de vida calculadas para trazer sua destruição física, no todo ou em parte; d) A instituição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo; e) Transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo. Nesta base estão os dois elementos fundamentais do crime: a intenção e os fatos cometidos, pelo menos um, dos cinco citados.



anças e, em seguida, os homens: Por último, queimavam a aldeia. Sempre diziam a suas vítimas que isso lhes acontecia por serem comunistas. Além disso, obrigavam os homens, antes de fazer a matança, abrir os buracos onde depois os enterravam clandestinamente.

Segundo Juan José Hurtado Paz (2000, tradução nossa), *dita brutalidade contra as comunidades indígenas, não tem comparação com fatos similares na história recente dos outros países da América Latina*. (p. 5-17). De modo que é preciso refletir sobre o valor diferenciado da vida dos sujeitos em um confronto armado, mas também, no contexto duma sociedade estratificada em classes e racista como a guatemalteca. Parecera que o racismo legitima os fatos de violências e as relações de poder que esses fenômenos expressam. Neste sentido, as violências estão ligadas ao classismo e racismo e estes fenômenos também são expressão das relações de poder (AREND, *ibid.*; FOUCAULT, 1980). Michel Foucault (1992) refere que os Estados mais homicidas são os mais racistas. Assim sendo, o genocídio e o etnocídio seriam a expressão mais extrema do racismo. Então, vemos que a ideologia racista expressa na definição e execução das políticas contra-insurgentes durante o conflito armado, assim como o contexto onde estas se manifestaram são importantes para compreender o impacto que teve o genocídio na subjetividade da sociedade em geral e nas comunidades indígenas em particular.

Ora, intelectuais maias, como Demetrio Cojti (1997), Edgar Esquit (1998) e Irma Velásquez Nimatuj (2008) também coincidem ao refletir que o racismo é um fator importante na explicação de muitos dos atos desmedidos de violências, cometidos ao longo da história, particularmente durante o CAI. Na mentalidade racista, qualquer mobilização indígena traz à mente a imagem atávica de uma revolta. Segundo percebe Hale (1998),

En la imaginación colectiva ladina hay un permanente miedo de que si los “indios” obtienen poder, se levantan y cobran venganza contra los blancos. (...). El Estado y las élites de poder percibieron una amenaza de lo indígena, y la sociedad aceptó que era el momento adecuado para actuar contra ellos. El miedo a la rebelión y el deseo de exterminar a los “indios” se unió a un momento histórico-político que acabaría en etnocidio. Las élites creían que no había otra manera de enfrentar el conflicto más que la violencia sistemática y el genocidio, y las actitudes racistas de los altos mandos del ejército contribuyeron a la ejecu-

ción de los actos genocidas. En suma, la contrainsurgencia fue un matrimonio entre la respuesta contra la guerrilla y la profunda percepción de la amenaza indígena. Ésta interpretación ayuda a explicar la lógica de la violencia, que fue mucho mayor a la necesaria. Fue un nivel de violencia que tenía la clara intención de destruir físicamente o infligir un dolor atroz a los miembros de Comunidades indígenas específicas, o grupos de comunidades sin distinción alguna. Esta destrucción parcial tuvo un efecto demostrativo en el resto de la población maya.

Igualmente, para Alfonso Huet (1998, p. 332), no fundo das estratégias de “genocídio” e “etnocídio” está o medo que tem a minoria dominante, do despertar da maioria. Sua conclusão baseia-se nas declarações de um coronel do Exército que, ao objetar um programa educativo da Igreja Católica, durante o conflito armado, expressava que *no dia em que os indígenas superarem sua ignorância, se levantarão e terminarão com eles* (o Exército). Embora, nossa democracia representativa promova o discurso multicultural e a última constituição (1985) reconheça que somos uma sociedade “*multiétnica, multilíngüe e pluricultural*, o racismo e as outras formas de discriminação que este carrega se expressa em diferentes níveis e formas de relacionamento social e nas estruturas do Estado. A negação de espaços e oportunidades, limitações no acesso à justiça, maus-tratos, a linguagem pejorativa, estereotipada, etc. são apenas algumas de suas formas no cotidiano. (VELASQUEZ, 2000; HALE, 1998). E, logo após se assina o Acordo de Paz sobre Identidade e Direitos dos Povos Indígenas<sup>74</sup>, além dos convênios e acordos internacionais como o Convênio 169 sobre Povos Indígenas e Tribais (...) da OIT;<sup>75</sup>, se reconhece que os avanços nas questões fundamentais, da realidade das populações indígenas, são mínimos. Demetrio Cojti (2005), após examinar o tema do racismo contra os povos indígenas no Estado guatemalteco e suas instituições, refere que afrontar a problemá-

<sup>74</sup> Este acordo foi assinado pelo governo e a guerrilha (URNG) em 31 de março de 1995, e é parte dos 6 acordos de paz, considerados substantivos para a transformação do país. (Ver: ÁLVARES, 1997, p. 19-25).

<sup>75</sup> O Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1995), ratificado por um número considerável de países, é o primeiro instrumento internacional que descarta, explicitamente, o enfoque “*asimilacionista*” que tem sustentado as políticas dos governos durante décadas. Trata-se de um significativo número de direitos para as populações indígenas (terra, emprego, saúde, educação, participação e processos de consultas sobre o uso de recursos de seus territórios, estabelecendo obrigações dos governos para com estas populações).

tica que se deriva do racismo não só implica em mudanças no aspecto jurídico. Para ele, as mudanças não devem ficar na letra morta das normas e regramentos, mas devem ser traduzidas em ações concretas que mostrem que o Estado avança nas profundas transformações da ordem estrutural geradora da desigualdade e da exclusão dos indígenas.

#### 1.2.4.: Conflitos agrários: A espoliação da terra e seu vínculo com o território

Na época colonial, os indígenas foram despojados de suas terras, que passaram a ser propriedade dos reis e estes as entregavam a seus caudilhos. Ao morrer o caudilho, as terras passavam novamente à coroa sob a denominação de terras “realengas”; o rei podia então voltar a entregá-las ou vendê-las. Durante o período colonial, as comunidades indígenas puderam reunir fundos suficientes, através das chamadas “caixas da comunidade” para comprar terras “realengas”, sob regime de terras comum. Dessa forma, os povos indígenas conseguiram recuperar parte das terras que lhes foram expropriadas. Com a independência em 1821, esta situação mudou drasticamente, ao ficar sem efeito a legislação colonial; novas formas de espoliação foram juridicamente planejadas e concretizadas e as terras usurpadas passaram a ser propriedade dos latifundiários ou latifundiários crioulos. (TOVAR, CHAVAJAY, 2000, p. 28- 29)<sup>76</sup>.

Durante o CAI, segundo o discurso emanado da CEH (1999), os indígenas, ao se oporem ao projeto que voltava atrás em relação à reforma agrária, conquistada na década do governo revolucionário, foram classificados como “*inimigos*”, aliados à insurgência. O foco das violências políticas esteve centrado naquelas áreas de maior rebeldia ou oposição camponesa ante as novas apropriações de terras e o controle e deslocamento forçado de seus territórios. Assim, o processo de resistência indígena na defesa da suas terras e territórios tem marcado a vida política do país na última metade do século XX, até estes anos do século

---

<sup>76</sup> Aliás, Julio Cambranes (1992) afirma que a propriedade da terra, durante a colônia, teve três etapas. Na primeira (século XVII) a coroa, espanhola, despoja as terras dos indígenas e as cede aos conquistadores e colonos e, a partir desse fato, se consolida o latifúndio. Na segunda etapa, (século XVII e XVIII) a Igreja Católica se converte em latifundiária. E, na metade do século XVIII, a coroa revisa sua política de concessões e tenta vigiar as comunidades indígenas para que não se continue despojando-os de suas terras. Segundo conclui o autor, esta decisão da Coroa não visava aplicar a justiça a favor dos indígenas, mas sim continuar usando sua força de trabalho, assegurar que pagariam os tributos e que o controle da Igreja continuasse. Em 1865 o clero conservador e um setor da classe dominante ainda mantinham o esquema de trabalho e de exploração colonial.

presente. Os registros sobre a luta indígena - campesina confirmam a continuidade de sua resistência, mas também a continuidade de uma política repressiva estatal aos seus movimentos. Isto será um elemento marcante na construção da sua identidade política.<sup>77</sup> Exemplo disso é o caso da comunidade, pesquisada, de Rio Negro.

Para as populações que, durante o CAI, vivenciaram a rapina de seu principal recurso de subsistência e, além disso, foram deslocados forçadamente do que sempre foi seu território, sua comunidade de origem, o lugar onde eles nasceram a sua situação atual é muito complexo. Muitos deles, depois da assinatura do acordo de Paz, já não retornaram às suas aldeias e são os que têm sempre profunda nostalgia de seu antigo lugar. Porque esse lugar era, de acordo com a análise de Ilka Leite (1990) “(...) o espaço apropriado culturalmente, que inscreve limites” de tudo o que representa e expressa noções de pertencimento. O território é a instância que sinaliza a identidade cultural e “o que torna visível o grupo, na dimensão espaço/tempo, indicando a unidade na diversidade.”

O território proporciona vínculos culturais sociais e políticos das comunidades indígenas com o seu passado, criando entre eles o sentimento de pertencimento coletivo que está mesclado pelas lembranças dos ancestrais que lhes transmitiram a terra e a memória cultural. Permanecer na terra é estabelecer laços afetivos com os ancestrais que a adquiriram e a deixaram como herança, Por meio da terra estabelecem conexões diretas e indiretas, em termos morais e políticos, com seus antepassados remotos e mais recentes.

Segundo Juan Tiney, líder indígena da Coordinadora Indígena Campesina - CONIC, a terra é um vínculo vital com os ancestrais, um lugar de comunhão religiosa, um eixo de identidade e chave para sua subsistência.<sup>78</sup> Uma das declarações da Coordinadora das Comunidades Afetadas pela Construção da Hidrelétrica do Chixoy (COCAHICH, 2008), registra que a luta pela terra significa mantê-la, pois ela representa não só um bem econômico, mas também um bem espiritual. A terra, para a comunidade de Rio Negro, segundo suas lideranças, representa o lugar de seus ancestrais, a herança de uma memória passada que deve

---

<sup>77</sup> Importantes investigações e documentos históricos ajudam a construir a memória história não oficial dos povos indígenas. Na Guatemala, se confirmaram os seguintes dados sobre a luta e resistência dos Maias desde a época colonial, na defesa de suas terras e territórios: “En 1754, Tecpán; 1770 Cobán Rabinal; 1803 Cobán; 1813, San Martín Cochumatanes, Santiago Mostenango, Ixtahuacán, 1818. Santa María Chiquimula; 1820 Totonicapán (Atanasio Tzul fue nombrado rey quiché); 1838 Jumay; 1939 Ixtahuacán; 1898 San Juan Ixcay; 1905 Totonicapán; 1944 Patzicía; 1968 Comalapa (GUZMÁN e JEAN-LOUP, 1995: 171).

<sup>78</sup> Em: Sieder Rachel. “Derechos Indígenas y Poder Local “Artículo. (Em ARMONT, et al, 1997, p. 120)

ser cuidada e a continuidade de um sentido de comunidade violentamente dividida. Mario Chen Rojas, um dos líderes de Rio Negro, me disse em seus depoimentos: “*sin tierra para trabajar y sin nuestra aldea, nosotros no somos nada, no tenemos comunidad, no tenemos vida. Por eso defendimos nuestra comunidad hasta las últimas consecuencias...*” Tem razão June C. Nash (2006, p. 21) quando, ao analisar o movimento social dos povos indígenas maias rurais, afirma que estes ainda mantêm um sentimento de identidade comunitária e valores que significam uma visão alternativa à que oferece o desenvolvimento capitalista.

É dentro desse processo de identificação com o território e a terra que se compreende sua permanente luta e resistência. A expropriação da terra dos povos originários, por parte da elite colonial, marcou não só a derrota econômica, mas também, a escravidão e exploração permanente da força de trabalho indígena, explicam Severo Martínez (1994) e Carlos Guzmán Böckler (1970; 1995): *O sistema de propriedade da terra, legado da colônia, amarrou ao país a uma caduca forma de feudalismo*<sup>79</sup>. A extrema concentração da terra, a exclusão dos camponeses de todas as vantagens do desenvolvimento, a rapina das terras indígenas e o fato de que grande quantidade de trabalhadores sobreviva em contextos de exploração servil, são alguns das características da agricultura guatemalteca. Esta problemática, ligada ao racismo, foi para muitos autores acima citados, fatores que continuam sendo motivo de graves conflitos. A terra tem sido o centro de disputas e enfrentamentos. Hoje, os problemas agrários e a defesa dos territórios se constituem em demandas estratégicas do movimento indígena na Guatemala e também do movimento indígena do continente (BÁ TIUL, 2008). Por isso, sua superação é condição para que possa construir a Paz, afirmam os dirigentes da Coordenadoria Nacional Indígena de Organizações Camponesas – CNOC- Guatemala.<sup>80</sup> Esta organização, na sua proposta de Reforma Agrária Integral (CNOC, CASTILLO, 2005, p.10) analisa,

La acumulación de la riqueza en Guatemala proviene de la concentración de la tierra y del despojo del trabajo de los campesinos. Siglos después que las prácticas de trabajo forzado de los indígenas fueron abolidas en América Latina, los indígenas de Guatemala aún debieron trabajar gratui-

<sup>79</sup> Antes da Conquista e colonização, os aborígenes maias viviam dentro um regime comunitário de uso da terra com acesso aproximado a 50% do produto dela obtido e estabelecidos no campo sem maiores concentrações demográfico (PNUD, 2005)

<sup>80</sup> Pode ver-se a página: <http://www.cnoc.org.gt/história.html>

tamente para construir obras públicas y haciendas privadas, cuyas tierras habían sido previamente despojadas a sus comunidades. Esta realidad constituyó una sociedad donde la discriminación y la pobreza formaron la vida cotidiana de generaciones de indígenas. En el otro extremo, se consolidó una clase terrateniente violenta, autoritaria, depredadora de las personas y la naturaleza, que no tuvo la lucidez de adecuarse a las nuevas realidades históricas ni a la modernización económica capitalista.<sup>81</sup>

Conforme Alicia Nimatuj (2008), a distribuição da terra, após o golpe contra revolução de Outubro, se configurou novamente como era antes, marcadamente desigual, a mais desigual da América Latina. 70% da terra fértil estão, ainda hoje, nas mãos de 2,5% de latifundiários nacionais e estrangeiros. (latifúndios) (HURTADO, 1997; NIMATUJ, 2008). No entanto, os indígenas, que representam cerca da metade dos produtores agropecuários do país, só controlam 24% da terra trabalhada, incluindo-se, neste percentual, tanto terras próprias como arrendadas. (PNUD, idem, p.131-132). Os cultivos da grande propriedade da elite agroexportadora, que representam o 70% das plantações permanentes (café, cacau, banana, cana de açúcar, palma africana, entre outros), estão orientados à exportação, em sua totalidade. Porém os minifúndios nas mãos de camponeses com parcelas menores de dez hectares estão ocupadas com produção de milho, feijão, hortaliças, gergelim, para a subsistência campesina ou para o mercado interno. (PNUD, idem, 133).

Um caso exemplar sobre os conflitos pela terra que marcou este período de violências políticas, na sua expressão extrema, foi a matança coletiva conhecida internacionalmente como o massacre de Panzós. Esta aconteceu em maio de 1978, quando um grupo de camponeses indígenas da etnia Maia Queqchí do município de Panzós, na região das Verapaces, se apresentaram na praça da sua cidade, para protestar e denunciar ao prefeito que suas terras - que tinham caráter comunal - estavam sendo usurpadas por latifundiários e militares. Os camponeses demandavam, naquela oportunidade, o reconhecimento jurídico para legalizar sua propriedade e se defender contra as espoliações. Ante a falta de diálogo, se gerou um clima para o enfrentamento que terminou com o massacre dos campesinos por um comando do Exército. Os registros testemunhais

---

<sup>81</sup> Uma cópia desta proposta está disponível no sitio:  
[http://www.cnoc.org.gt/contenido/05Propuestas/996Reforma\\_Agraria.pdf](http://www.cnoc.org.gt/contenido/05Propuestas/996Reforma_Agraria.pdf)

revelam que os corpos de mais de 50 camponeses, homens e mulheres com crianças, ficaram atirados por mais de oito horas na praça e nas ruas que desembocam na frente da municipalidade de Panzós<sup>82</sup>.

Dois aspectos importantes se confirmam neste massacre: o Exército considerava as organizações campesinas como parte ativa da guerrilha, segundo declaração feita aos meios de comunicação, pelo coronel Valério Cienfuegos, comandante da tropa que executou o massacre. (REMHI, 1998) e isso permitia como dissemos antes, a criminalização de protestos sociais e justificativa do emprego da violência. Em segundo lugar, o medo dos latifundiários, contrários à solicitação dos indígenas camponeses da região, aos tramites dos títulos de propriedade daquelas terras, porque isso significava descobrir o que segue sendo um segredo, que as referidas terras não eram deles, dos latifundiários, mas as tinham adquirido ilegalmente, ou seja, roubado. Por outro lado, os latifundiários ficariam sem a força do trabalho indígena que tornava produtivas suas fazendas.

Depois de 31 anos do massacre de Panzós, o Estado de Guatemala aceitou sua responsabilidade no caso e pediu perdão às famílias das vítimas. Mas o que chama nossa atenção nesse ato, é que o mesmo secretário da Paz, Orlando Blanco, diz, em seu discurso, que este massacre é emblemático porque a justiça ainda não condena os responsáveis. Blanco afirmou que *esta matança tem uma conotação histórica relevante, pois foi um “parteaguas” na política de terror do Estado e o ponto de partida da política de repressão coletiva que se desencadearia durante esses anos*.<sup>83</sup>. Através deste discurso de um dos seus altos funcionários, este governo do pós-guerra (2008), aceita a responsabilidade do Estado na política de terror.

Depois deste massacre de Panzós, seguiram-se realizando os outros massacres em todo o país, tendo também, como motivo de fundo, a terra e o território. Por isso, o tema é um dos pontos mais importantes para serem resolvidos em muitos dos casos de negociação política na atualidade. Isso está acontecendo no processo de negociação da comunidade de Rio Negro com o Estado, assunto a ser referido com profundidade nos capítulos seguintes.

Irma A.Velásquez (2008), conclui que o desafio mais importante das comunidades indígenas hoje é não só obter a terra, mas como fazê-la produzir em uma época de crise agrária, resultado, em parte, das impo-

<sup>82</sup> Resumo editado e traduzido por mim, baseado na exposição do caso, feita pela CEH, 1999, tomo VI, caso ilustrativo, anexo 1. p. 13.

<sup>83</sup> Ver: diário de notícias Prensa Libre 20 de Maio do ano 2008, versão eletrônica: <http://www.prensalibre.com/pl/2008/mayo/29/241181.html>

sições políticas e econômicas da globalização. Existem também, dentro dos Acordos de Paz, firmados em 1996, três acordos, dos seis substantivos que foram assinados, que tratam sobre a questão agrária e desenvolvimento rural. O mais importante destes acordos é, sem dúvida, o que se refere diretamente aos “Aspectos Socioeconômicos e Situação Agrária”.<sup>84</sup> Entretanto, os aspectos centrais deste acordo ainda não têm sido cumpridos.

Segundo analistas do tema (NIMATUJ, 2008; SANDOVAL, 1997; PALMA, 199; CASTILLO, CNOC, 2005), os direitos das comunidades indígenas à terra, a regularização das terras comunais, a recuperação das terras irregularmente adjudicadas e a promulgação de novas leis agrárias - considerando a pluralidade do direito em um país multicultural - entre outros compromissos, têm sido reiteradamente ignorados pelo poder político e econômico. Gustavo Palma Murga (1997, p. 73-102) argumenta que o Acordo Socioeconômico e Situação Agrária têm feito pouco para alterar a estrutura de profunda desigualdade na distribuição de recursos que caracteriza a Guatemala. Detalhando o processo de negociação do referido acordo, este autor analisa a forma como as demandas dos atores civis, e, particularmente dos grupos camponeses, foram marginalizadas por uma combinação de interesses do setor privado e a agenda neoliberal dos governos. Raquel Sieder (1997, p.122) ao analisar os Direitos dos Povos Indígenas no contexto dos Acordos de Paz, conclui, entre outras questões, que *a falta de acesso à terra continuará afetando as perspectivas de estabilidade do país em médio prazo*. Bem que, o confronto armado tenha aprontado os problemas que os originaram se mantêm e a pobreza e marginalização econômica dos indígenas maias seguem sendo uma dura realidade, afirma a autora.

### **1.3. A aurora vai chegar: Vítimas-vítimizadas, reparação e reconciliação**

“A aurora vai chegar”, é verso de uma canção que escutei de um grupo artístico da URNG, chamado Kin Lalat, e faz alusão ao futuro que vêm. *Um futuro sem guerra, sem morte, um futuro de luz, de reconciliação, de justiça, de paz*. Pelo meu trabalho, com vítimas sobreviventes da guerra interna, durante estes anos, posso afirmar que este verso resume as aspirações o sonhos delas, com respeito ao futuro. O verso representa,

---

<sup>84</sup>Em: Acuerdos de Paz, Julio 1991 – Septiembre 1996. Asamblea de la Sociedad Civil (Guatemala, 1996)



igualmente, as recomendações dos informes da CEH (1999) e do REMHI (1998), com respeito à medida que o Estado deve tomar para reparar os danos ocasionados às vítimas. Por conseguinte, recomenda-se, segundo a magnitude do dano provocado às vítimas, uma proposta de reparação, que leve o país a uma reconciliação nacional, processo que, segundo a CEH, deve ser produto de uma construção conjunta do Estado e da Sociedade em geral.

Ora, como temos visto antes, a definição de vítima, está atravessado pela lógica racista que ainda segue vigente nas instituições do Estado e nas relações sociais em geral. Durante todo o tempo, os indígenas têm sido vitimados ou vitimizdos<sup>85</sup>. Sua vitimização é a concretização da discriminação racial-cultural que, durante séculos, tem marcado a vida dos povos indígenas no país. Por isso, durante a guerra não foi diferente, pois os indígenas foram classificados, conforme dissemos antes, como *“perigosos inimigos do sistema”*. Nesse quadro interpretativo, quando os indígenas decidiram atuar para se defender das violências contra eles, viraram vítimas de genocídio; quando se organizaram nos grupos insurgentes ou assumiram lideranças no movimento social, o governo tem dito que são manipulados e viram criminosos, persiste a idéia que os indígenas não têm capacidade ou faculdade de atuar por si mesmos. Só quando apelam à sua condição de vítimas – vitimadas são considerados beneficiários de políticas paternalistas e assistencialistas por parte do Estado e das ONGs mediadoras do desenvolvimento.

Na formação destas representações sobre os indígenas como vítimas, os meios de comunicação têm tido um papel fundamental. A imagem dos indígenas apresenta-os como sujeitos formados por circunstâncias adversas, grupos que não têm capacidade para resistir a uma condição de desamparo, vulnerabilidade. Por outro lado, se percebe

---

<sup>85</sup> A palavra vítima vem do latim e significa: “um animal que é oferecido em sacrifício a uma divindade”. (Machado, 1977). Se analisamos a etimologia da palavra, assume-se implicitamente que a vítima é inocente, dado que a escolha do animal a sacrificar não era pautada por nenhum critério de culpabilidade do animal, sendo, pelo contrário, normalmente preferido um animal de tenra idade, por exemplo, o cordeiro, sublinhando assim a inocência do mesmo. Supõe-se que esse sofrimento é infringido por algo exterior, por algo sobre qual a vítima não tem controle. No contexto desta definição, as vítimas são eleitas por seus verdugos. Estes têm formas discursivas, maneiras e possibilidades de elegerem suas vítimas. Os verdugos ostentam poder. Assim, as mulheres são vitimizadas pelo patriarcado, os pobres, por sua posição marginal nas relações econômicas. E, os indígenas têm sido vitimizdos o tempo todo, por condição étnica, o que é, automaticamente, um passe livre para padecer de outras vitimizações. Por isto, devido à sua condição de “vítima – vitimizada”, os indígenas se apresentam, aos nossos olhos como esses “cordeiros que devem ser sacrificados (devem ser vítimas) para limpar a culpa de ser *“Índio”*, uma culpa herdada dos tempos coloniais, porque nessa categoria se concentrou todo o peso da opressão e do opressor.

também, na promoção de publicidade de caridade, imagens de pobreza, de ruína ou de completa fragilidade. Assim, se reativa o ambíguo imaginário que associou, historicamente, “o indígena” com passividade, timidez e resignação.

A representação vitimizante e caritativa oculta e subestima a capacidade de organização do indígena. Também oculta o medíocre papel desempenhado pelo Estado, em atender, responsabilmente, suas demandas. *A função de vitimização cria uma série de associações metonímicas entre o tipo de recursos expressivos e ilustrações utilizadas pelo texto informativo: sociedade, precariedade, pobreza, tristeza, ruína. O problema da representação estereotipada reside em assimilar a condição indígena, à dor, ao choro, à ferida, à pobreza e mendicância para tirar vantagem informativa da dramatização cênica. Este estilo midiático é conhecido como “pornô miséria”* (OTERO, et. al., 2005, p. 73-74, tradução nossa).

Durante a guerra, operou também outros discursos, igualmente discriminatórios, como o de gênero. As vítimas dos massacres correspondiam a esse perfil da vítima, concebido a partir do Estado: *indígenas, pobres, campesinado, rural, mulheres, crianças e meninos*. A maioria das vítimas foram mulheres, a quem trataram de maneira diferenciada por sua condição de gênero. Mataram-se mais mulheres e crianças que homens, pois quando o Exército ou a patrulhas chegavam às comunidades, os homens estavam trabalhando ou escondidos nas montanhas e as mulheres ficaram nas suas casas com os filhos (HUET, 2008). Eles pensaram que o Exército não ia matar as mulheres por sua condição de “indefesas”, mas a estratégia militar foi outra. Conforme o REMHI (1998) *matar a semente*, quer dizer, as mulheres representavam limitar a continuidade da comunidade, pois as mulheres são as reprodutoras de vida; por conseguinte, matando as mulheres, matava-se o futuro daquela comunidade. Além disso, segundo testemunhos documentados nos relatórios da verdade, e os que eu tive oportunidade de documentar nesta pesquisa, antes de matar, os verdugos infringiam vários tipos de “desrespeito” como rebaixamento e degradação, o que afeta a honra e a dignidade da pessoa e destrói sua autoconfiança (HONNETH, 2003). Refiro-me aos fatos de estupro, abuso ou violação sexual. Com as crianças, a modalidade de agressão foi seu desaparecimento forçado (GARAVITO, 2000)<sup>86</sup>.

---

<sup>86</sup> No informe “*Hasta Encontrarte*” sobre meninos desaparecidos durante a guerra interna, (GARAVITO, et. al. 2000) se anota que muitos destes meninos, se deram a um programa de adoções ilegais para o estrangeiro, dito programa era coordenado por uma rede cujos integrantes estavam vinculados ao Exército (esposas de militares, notários, etc.). Outros meninos

Por outro lado, chama a atenção, o pequeno número de autores que abordam sobre essas diferenças, da concepção que o Estado e suas instituições têm sobre as “vítimas”, e na re apropriação ou construção que fazem dessa categoria, os sujeitos na ação. Eles constroem sua identidade coletiva como vítimas sobreviventes a partir da sua prática social e política. Quer dizer, emergem como “novos atores políticos” construindo ou outorgando novos significados à categoria “vítimas”. Ricardo Falla (1992) é um destes poucos autores que prefere falar de *vítimas em resistência*. Ele sugere que os pesquisadores deveriam focalizar, nas suas pesquisas, não só os aspectos de sofrimento experimentados pelas comunidades indígenas, mas também olhar e escrever sobre os esforços de resistência e mobilização dessas comunidades nas condições adversas presentes antes e durante o CAI. Nesse sentido, as vítimas devem ser analisadas a partir de sua resistência e re significar sua condição de vítimas que não foram alienadas. Coloca como exemplos as organizações de vítimas que irromperam com força dentro do movimento social, após os massacres.

No entanto, a Defensoria de los Povos Indígenas da Procuradoria dos Direitos Humanos Guatemala (PDH), aporta definições do conceito “vítima”, avessas às idéias de Ricardo Falla (1992). Vejamos: *A vítima é a pessoa que sofre de qualquer tipo de violência e discriminação. A vítima deve ser defendida, protegida e ressarcida, restituir lhe seus direitos violados.* (SACALXOT, M., CUPIL, A., 2004, p.23, tradução nossa), também existe uma consideração especial que remite à “vítima indígena”, quem teria constitucionalmente uma situação jurídica de Direito de Defesa, especial. Assim, *qualquer pessoa indígena individual o coletivo, instituições indígenas, comunidades indígenas, cujos direitos vedados no seu exercício implicam a restrição implícita ao resto da coletividade, pelo que imediatamente requer exercer seu legítimo Direito de Defesa tutelado pelo artículo 12 da Constituição Política da Guatemala, e artículo 12 do Convenio 169* (SACALXOT, M., CUPIL, A., 2004, p.24, tradução nossa).

Ante o dano causado, a CEH fez uma série de recomendações que se resumem: a) Preservar a memória das vítimas; isso implica, segundo a CEH, que o Estado reconheça publicamente sua responsabilidade nas violências e violações dos Direitos Humanos, cometidas contra a população não combatente e peça perdão. A mesma recomendação é feita às forças da insurgência. Recomenda-se, além disso, que o Estado declare

---

passaram a ser servientes na casa de patrulheiros (PAC), de militares ou latifundiários na zona onde ocorreram os massacres.

um dia do ano como “o dia da dignidade das vítimas; b) Que o Estado ponha em marcha um Programa Nacional de Reparação Integral, com o objetivo de dignificar as vítimas. e garantir que as violações de Direitos Humanos não se repitam; c) Que o Estado difunda e promova massivamente o Informe “Guatemala: Memória do Silêncio” como os conteúdos dos Acordos de Paz, (...); e, d) Dar atenção ao Sistema de Administração da Justiça, garantir a primazia do poder civil sobre o militar e) Continuar com as investigações e análises do passado e promover a participação política dos povos indígenas (...).

Sobre este corpo de recomendações, Juan Gutierrez (2001), coordenador das oficinas sobre Reconciliação Nacional promovidas pelo PNUD aponta que a reconciliação é um assunto transversal e um de seus objetivos é a superação da violência como prática cotidiana. Considera este autor que, com o processo de reconciliação, se pode encontrar e fortalecer condições, interesses e necessidades compartilhadas, que permitam retomar as relações afetadas. Para falar de reconciliação se faz necessário, também, abordar o passado, o qual adquire um maior significado em vista da magnitude do conflito vivido no país e dos danos causados em todos os níveis. Entretanto, Gutierrez reconhece que há danos e perdas que, por sua gravidade, não podem ser reparadas e tampouco quantificadas economicamente, como compensação. Neste caso, o autor considera que as possibilidades de reconciliação entre quem sofreu o dano “(vítima)” e quem o causou “(vítimario ou verdugo)” são sumamente difíceis; não obstante, a proximidade entre as partes poderia ajudar a determinar mecanismos e condições alternativas, para além dos aspectos materiais, que permitem reparar os danos experimentados. (p. 20-23).

Para outros autores como Johan Galtung (1998), não há um só caminho para a reconciliação e cada processo constitui uma experiência única, geradora de reações diversas, entre elas: aceitação, rechaço, tolerância e abertura e, em muitos casos, remove sentimentos que ainda provocam dor, angustia, cólera, medo e insegurança. A reconciliação parte da soma de vontades individuais, coletivas e institucionais, para enfrentar os efeitos do passado. A reconciliação implica, portanto, num processo consciente e voluntário que, se requer a cooperação de toda a sociedade, deveria ter como ator fundamental o Estado, afirma este autor.

As coincidências e divergências presentes em um processo de reconciliação têm suas raízes tanto no conflito armado interno como nos efeitos da problemática estrutural, ainda não resolvida, e que continua sendo fonte geradora de violência e potencial de conflito (GUTIERREZ,

idem, p. 24). Por exemplo, a partir de minha pesquisa, descobri que há um problema que não se aborda: é a forma como as próprias comunidades indígenas afetadas concebem este processo de reconciliação; se este assunto fosse discutido, poderia permitir a construção de processos locais de reparação e reconciliação, a partir das formas, valores e especificidades culturais de cada comunidade. Continua se executando, com pouco êxito, ao menos no departamento onde fiz minha pesquisa (Baja Verapaz), um modelo de reparação e reconciliação pensado para o geral, homogêneo, e construído a partir dos agentes de fora e não com os atores locais.

Com tudo, o Programa Nacional de Ressarcimento.<sup>87</sup> reconhecido por suas siglas PNR<sup>88</sup>, atendendo as recomendação da CEH e as demandas do movimento social, especialmente as demandas dos coletivos de “vítimas” da guerra que foram emergindo, entre elas: a Coordenadora de Viúvas de Guatemala, CONAVIGUA, e, a Associação das Vítimas Maia Achí das Verapaces, ADIVIMA, foi finalmente criado mediante Acordo Governativo No. 258-2003 de data 7 de maio de 2003, com a finalidade específica de ressarcir individual y/o coletivamente às vítimas civis de violações aos direitos humanos e delitos de lesa humanidade cometidos durante o conflito armado interno (CAI) ou guerra interna.

Na proposta da CEH, que dera origem à atual política de ressarcimento, se disse que a “vítima” seria considerada como sujeito fundamental na execução do PNR além de definir as vítimas, às pessoas individuais, grupo de pessoas e comunidades que sofreu direta e indireta e coletivamente as violações de Direitos Humanos. As vítimas deveriam ser sujeitas de medidas que persigam a restituição da situação na qual se encontravam antes dos fatos que as lastimaram. As medidas ou eixos de ação do PNR são: a) De tipo material; como vivenda, programas de inversão produtiva, compra de terras, etc.; b) De tipo cultural ou reconstrução do tecido social; c) Tipo moral, que promove a dignificação das vítimas; d) a reparação psicossocial; e, e) tipo Econômico. Além disso, a proposta incluía medidas que se referiam a dignidade das vítimas, ressaltando os processos penais contra os responsáveis das violações.

Mesmo que esta proposta não estivesse bem ponderada, tanto na sua redação, quanto ao seu conteúdo, além de situar à vítima como sujeito passivo, receptor das medidas de ressarcimento, o PNR, apresenta

---

<sup>87</sup> O ressarcimento compreende todas as medidas tendentes para fazer desaparecer y/ou diminuir os efeitos das violações cometidas seu conteúdo depende de um processo de investigação. Ressarcir é lido também como uma categoria que está ligada á reparação, assim, na medida em que se ressarci nessa medida se repara o dano causado.

<sup>88</sup> Programa Nacional de Resarcimiento (PNR), site: (<http://www.pnr.gob.gt>)

muitas deficiências. Estas deficiências se fazem evidentes quase em todas as áreas ou estruturas internas: em suas políticas operativas e gestão administrativa, na coordenação e negociação com as organizações de vítimas, na concepção metodológica do trabalho com as vítimas, na falta de execução de seus projetos, na administração de recursos financeiros; instabilidade do seu recurso humano, instabilidade no seguimento ou continuidade dos processos, até na área de comunicação e promoção de seus objetivos e produtos.

Segundo o boletim governamental “Solnoaj” - No. 19/08 -25 de Novembro de 2008- até o ano 2007 este programa tinha entregado um total de 235 milhões de quetzales de ressarcimento monetário, o mesmo tem causado muitos problemas, pois não se deu uma definição precisa sobre a quantidade que devia receber cada família, nem se estabeleceram regras conciliadas com as organizações de vítimas, para fazer uma entrega organizada de dito dinheiro. Além de não se saber que tipo de dano ou violação dos direitos humanos, se está indenizando. Por outro lado, o programa tem sido muito politizado, pelos governos, já que sendo uma política estatal, cada governo que assume a presidência toma este espaço como plataforma política para ganhar a vontade das vítimas que este programa está cobrindo, isso com fins políticos. Com o ressarcimento econômico, o PNR tem beneficiado até agora a 11 mil pessoas. Com a medida econômica, os governos pensaram que lograriam “tranquilizar às vítimas”, ou seja, pensar que o problema ou as demandas das vítimas se reunia principalmente no ressarcimento puramente econômico e/ou material. As *vítimas sobreviventes* têm demonstrado que seu interes primário é a busca da justiça, isso não só compreende as medidas materiais e econômicas, mas também aquelas medidas que tem a ver com o plano moral, com a busca de condena penal aos responsáveis das violações aos direitos humanos; e, com as investigações dos cemitérios clandestinos.

Portanto, conforme meus interlocutores, o PNR apresenta mais problemas que soluções às vítimas, assim, a Política Nacional de Ressarcimento, executada pelo PNR tem atualmente uma prática que não coincide nem com o discurso original, nem com seu discurso atual. A prática e a relação que este Programa (PNR) mantém e reproduz com os sujeitos vítimas, é vitimizante. o PNR, classifica, codifica, impõe um status e obriga os indígenas a se auto-definir dentro dessa categoria “vítimas vitimizadas” como um signo “natural” da sua identidade, para ter acesso a uma reparação que não esta sendo dada de maneira integral.

## PARTE 11: OS FIOS DA MEMÓRIA E A LUTA PELO RECONHECIMENTO

(...) Tanto século contra um só minuto  
Tanta faca para cortar uma flor  
Tanta bala para furar uma bandeira  
Tanto fogo para queimar um livro  
Tanto sapato para pisar o orvalho  
Tanto estalido para silenciar uma voz  
Tantos caçadores para caçar um veado  
Tanto covarde contra um só valente  
Tanto soldado para fuzilar uma criança<sup>89</sup>

---

<sup>89</sup> Versos de Luis de Lion, poeta guatemalteco, seqüestrado e desaparecido em 1984, durante a guerra interna./ Tradução própria. Uma publicação original e completa no idioma espanhol pode-se encontrar em na página: [www.nopppculturadepaz.blogspot.com](http://www.nopppculturadepaz.blogspot.com)





## **CAPITULO 2: OS MASSACRES NO CASO DE RIO NEGRO RABINAL E A EMERGÊNCIA DOS SUJEITOS DE DIREITOS**

O primeiro de meus encontros com o contexto dos interlocutores desta pesquisa se deu em 1978. Nessa oportunidade, viajamos com minha mãe para conhecer o cenário de trabalho do meu irmão mais velho que, como muitos outros trabalhadores temporários, estavam contratados pela companhia alemã “Hochtief”, a qual formava e ainda forma parte do consórcio Lahmeyer International (LAMI), para a construção do grande açude no rio Chixoy, ou rio Negro. Este mega-projeto hidrelétrico foi anunciado com orgulho pelo governo militar da época<sup>90</sup> que, através do Instituto Nacional de Eletrificação da Guatemala (INDE) fez uma importante campanha de promoção da obra, justificando que a mesma teria como finalidade a geração de energia barata.<sup>91</sup> A obra contribuiria também para o bem-estar econômico da população em geral, já que reduziria significativamente a dependência que se tinha do petróleo.

Considerando as graves circunstâncias políticas, sociais e econômicas daquele tempo, não só pelo recrudescimento da guerra interna, mas também, pelas sequelas deixadas pelo impactante terremoto de 1976<sup>92</sup>, a sociedade em geral, se mostrou a favor do discurso governa-

---

<sup>90</sup> Oswaldo Sevã Fo. (2001 p. 29-31) anota que, de 1950 a 1990, quando foram postas a funcionar, em média, 14 a 17 grandes barragens por ano (...), na América Latina, vários países estiveram sob ditaduras militares, alguns deles sob a tensão de guerras civis, de ameaças para os nativos, e, com ações de guerrilhas. Tal como aconteceu na Guatemala, onde a construção da represa Chixoy foi desenvolvida nos anos mais violentos do conflito armado interno (CAI).

<sup>91</sup> É muito divulgada a idéia de que a energia hidroelétrica seria barata, porque, ao contrário de usinas alimentadas por carvão e óleo, têm um insumo gratuito — a água. A ilusão de que esse preço seja baixo começa a se dissipar quando todos os custos econômicos da construção de uma barragem são realmente levados em consideração. Esta ilusão desaparece quando se leva em conta os vários fatores, muitas vezes combinados, que possuem um impacto devastador sobre o aspecto econômico da construção de barragens. Entre eles se encontram construções muito extensas, com problemas operacionais, as crescentes exigências para indenização por danos ambientais e sociais atrasos na obra devido à oposição da sociedade e o fato de os lugares mais adequados para a construção já estarem ocupados. (SEVA FO. 2001)

<sup>92</sup> É importante agregar ao que foi colocado no capítulo anterior, sobre este fenômeno natural, que a construção da barragem foi aprovada apesar de um estudo, feito antes do terremoto (1974), indicar que o projeto hidrelétrico sobre o rio Chixoy não era possível pelas falhas sísmicas da área. Este estudo, feito pelo consórcio executor da hidrelétrica - LAMI - demonstrar que a cavidade recheada de pedra caliza, a rocha vulcânica altamente fissurada e as ativas falhas sísmicas ao longo do rio Chixoy não viabilizavam a *cortina*. No entanto, o estudo recomendou ao governo construir uma barragem hidrelétrica de 130 metros de altura. De fato, está registrado em vários documentos que o túnel de 26 km que atravessaria a água, do açude à sala de máquinas, a cargo da construtora alemã Hochtief, desmoronou duas vezes atrasando a obra em 14 meses. (MARTÍNEZ, in: J.P. LAPORTE, et. al. 2002, p. 844).

mental que gerou, além do repúdio de setores do movimento social, grandes expectativas econômicas e de trabalho. Assim, a oferta de emprego chegou como água fresca a centenas de trabalhadores afetados pelo desemprego e suas famílias que, como a minha, sentiu-se diretamente beneficiada pela contratação de meu irmão, embora temporariamente. Foram mais de mil guatemaltecos empregados pelas companhias responsáveis pela construção da barragem (COLAJACOMO, 1999).

Meu irmão foi um dos trabalhadores das turmas de operários assalariados que construíram aquelas estruturas subterrâneas ou túneis, onde passariam as correntes de água que iriam permitir, segundo o discurso governamental, levar a luz a todo o país. Mas acaba por ser irônico que aldeias como Panimá Rio Negro e outras, que se encontram perto da hidrelétrica, ainda hoje não tenham acesso a este serviço. Penso que nenhum daqueles trabalhadores, nem as próprias sociedades locais atingidas, imaginaram o que iria acontecer; quer dizer, a dimensão negativa que aquela obra, considerada como uma das maiores da América Central e uma das maiores do mundo, financiada pelo Banco Mundial (BM), causaria. (SEVA FO, 2001; PINHEIRO, 2007; COHRE, 2004).<sup>93</sup>

*Muitas luas tiveram que apagar sua luz*, para que todos nós tivéssemos idéia da magnitude do acontecido. Eu sei agora que, em 1988, os empréstimos concedidos pelo Banco Mundial ao governo da Guatemala, para a construção da obra, correspondiam a 40% de toda a dívida externa do país. Em 1991, um documento avaliativo deste Banco reconheceu que 25% de todas as pessoas atingidas pela usina de Chixoy foram assassinadas. Até hoje as famílias sobreviventes vivem em extrema pobreza. Neste informe do BM se lê:

The Chixoy dam damaged and impoverished local communities and enriched multinational building companies and local political élites. In the light of the above, the responsibility of multinational companies and the World Bank in the Maya Achí resettlement and genocide may be more or less ca-

---

<sup>93</sup> Monti Aguirre e Glenn Switkes (2000) relatam que as agências multilaterais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiaram construções de barragens enormes, que se tornariam verdadeiros monumentos de governos e ditaduras militares na América Latina. Estes autores mencionam como exemplos as represas de Chixoy na América Central e as maiores, Itaipú e Tucuruí, no Brasil, Guri na Venezuela e Yacyretá, entre Argentina e Paraguai. Segundo eles, estas represas tornaram-se peças centrais de planos ambiciosos de expansão da mineração e da industrialização. Assim, nesse período, foi montado um cenário para este tipo de investimento, intrinsecamente conflituoso, no qual as lutas econômicas e políticas se expressam com plenitude (SEVA - FO, 2001)

tegorical. There is no concrete evidence of their direct responsibility but there are enough elements to conclude that the companies involved and the World Bank acted somehow as witnesses of, and catalysts (by lending) for, the violations of the human and environmental rights reported in this paper” (COLAJACOMO, 1999, p. 01).

Juroslava Colajomo (1999) diz que, apesar de que não existem provas concretas para determinar responsabilidade das empresas multinacionais e do Banco Mundial, em relação ao deslocamento forçado, ao genocídio e outras violações aos direitos humanos, cometidos contra a comunidade de Rio Negro, não as isenta de responsabilidade. Foi evidente que, tanto as empresas multinacionais quanto o BM foram, sim, testemunhas silenciosas dos fatos de violências, como bem fala o ditado “El que calha, outorga” e os interesses econômicos postos em jogo, tiveram mais peso que qualquer ética ou moral de respeito às populações gravemente atingidas.

No estudo: “Histórico, Cadastral, Registral y Geográfico das Comunidades atingidas pela construção da usina “*Pueblo Viejo Quixal*” desenvolvido por Michelangelo Méndez e Max Martínez Estrada (2004, p.4), sobre os danos ocasionados, se conclui,

(...), es notable la transformación social sufrida por las comunidades, al haber sido forzadas a desplazarse a lugares lejanos y en condiciones muy distintas a las de sus orígenes, sin que se les haya compensado de forma apropiada por los daños y pérdidas ocasionadas a sus viviendas, cultivos, caminos y otros. El abandono obligado de sus tierras ancestrales, se traduce en daños psicológicos, morales, económicos etc. (...)y además, se debe mencionar el daño ocasionado al patrimonio cultural del país al haber sido inundadas y desaparecidos bajo el agua, un promedio de 45 sitios arqueológicos, ocasionando pérdidas irreparables al patrimonio nacional.

Os registros da Comissão do Esclarecimento Histórico (CEH, op.cit.) e a memória social das populações atingidas dão conta que a região norte, próxima à represa, não só desapareceu como território físico - já que as aldeias e casarões foram engolidos pela represa - mas também, como território humano. Mais da metade da população que habitava o vale foi completamente dizimada pelos massacres e os outros fatos de violências políticas. Morreram 444 pessoas, que representavam

a metade da população da comunidade. Na sua maioria, crianças, mulheres e homens idosos. No resumo sobre os 5 massacres, feito pela CEH (1999) aparece:

...(1) marzo 1980 - masacre en Río Negro por agentes PMA que trabajaban para el INDE  
 (2) Febrero 1982 - masacre de la Comunidad de Río Negro en Xococ, (3) Febrero 1982 - masacre de residentes de Río Negro en Río Negro; (4) Mayo 1982 - masacre de sobrevivientes de Río Negro y quienes los prestaran refugio en Los Encuentros (5 septiembre 1982 - masacre de sobrevivientes de Río Negro y a quienes les socorrieron en Agua Fria (...)) (CEH 1999).<sup>94</sup>

Ora, a memória social sobre estes fatos se conecta com minha memória pessoal; assim, me senti familiarizada com seus relatos e o contexto de suas relações intersubjetivas (RICOEUR, P. 1994-1997; BRUNER, E, 1986; ECKERT, 1994).<sup>95</sup> As narrativas sobre os massacres, a vida da comunidade antes da implantação da hidrelétrica e sobre a sua via-crúcis durante aquele período da guerra interna, surgem por algum espaço das falas, ainda que as perguntas, o motivo central da conversação não seja isso. No primeiro dia que lá cheguei lá, fiquei surpreendida porque as famílias enviavam seus filhos para perguntar-me quando iria visitá-las, porque desejavam dar seu testemunho. Dei-me conta que as experiências sobre os massacres ou a vida antes destes fatos aconteceram, saturam os espaços do cotidiano das pessoas, particularmente dos mais velhos.

---

<sup>94</sup> A CEH (1999 volume VI, casos ilustrativos: Anexo I, página 47 a 51) verificou os seguintes fatos (a) O massacre na comunidade de Xococ em 7 de fevereiro de 1982 matou 74 pessoas (55 homens e 19 mulheres); (b) Matança na aldeia de Río Negro, em 13 de março de 1982: se comprova a existência de três cemitérios clandestinos com 143 esqueletos (85 pertenciam a crianças e os outros, a mulheres); (c) Matança na comunidade de Xococ, numa reunião em 14 de maio de 1982: assassinados 79 homens e 15 mulheres; (d) massacre da aldeia Agua Fria em 14 de setembro de 1982: aqui morreram 92 pessoas. O relatório também dá conta da morte de 7 membros da comunidade de Río Negro pelos membros da Polícia Militar Ambulante (PMA).

<sup>95</sup> No seu ensaio “Tempo e Narrativa”, Paul Ricoeur, expõe a função significativa ou figurativa operada pela narrativa ficcional, como modelo estrutural análogo a todo ato narrativo. Fiel ao propósito hermenêutico de sustentação das tensões antinômicas, Ricoeur percorre as aporias do tempo no pensamento ocidental demarcando, entre concepções paradoxais, o espaço entrepolar da narrativa de ficção como síntese não fechada de um tempo objetivo e de um tempo vívido. Postula assim, uma função narrativa pela qual se dá a inscrição da ação humana na temporalidade. Dessa maneira, a narrativa é significativa na medida em que esboça os traços da experiência temporal. Ricoeur constrói seu conceito de narrativa enquanto articulação temporal da ação: (Ricoeur, 1994, p. 76; 1997 p. 423, 428).

Considerando a quantidade destes depoimentos nos quais as pessoas relatam sua experiência, minha intenção, neste capítulo, é colocar essa memória social (HALVATS, 1990) comunitária, a partir das diversas narrativas (BRUNER, *ibidem.*)<sup>96</sup> re significadas, quase 30 anos depois daqueles acontecimentos. Paul Ricoeur (*ibidem*, p. 17.) afirma que o auto-relato pode ser tomado como um lócus privilegiado do encontro entre a vida íntima do indivíduo e sua inscrição numa história social e cultural. Assim, a biografia, ao tornar-se discurso narrado pelo sujeito, autor e protagonista, instaura sempre um campo de renegociação e reinvenção identitária. Como bem argumenta Vânia Zikán Cardoso (2007, p.04), a narrativização é “um processo de significação através do qual ‘experiência’, ‘sujeito’ e ‘evento’ são simultaneamente constituídos” e em que o ato de narrar “constitui [...] uma proliferação de signos e uma articulação de múltiplos significados, engendrando um espaço interpretativo no qual se abre a possibilidade de novas percepções do cotidiano”. Nesse sentido, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas, considerando que referidas narrativas pessoais estão permeadas de intersubjetividade (ECKERT, 1994, p. 18).

No meu campo, percebi que estas narrativas sobre as experiências de “violências” e sobre a resistência em condições difíceis, têm grande significado no relacionamento deles com os outros, os que chegamos de fora e também com os que estão pertos, tanto em termos geográficos, quanto em termos étnico-culturais. É uma maneira de distinguir-se, de situar-se na realidade atual e demarcar uma diferença necessária no sentido estrito da palavra; assim configuram sua identidade social e política frente aos outros. Seu auto-reconhecimento e o reconhecimento dos outros como “vítimas sobreviventes” determina o campo de suas relações e define sua luta pelo reconhecimento. Em tal sentido, concordo perfeitamente com Osvaldo Martins de Oliveira (2005) que, em sua tese, discorre,

A “memória é acionada, também, a partir de situações que envolvem as dimensões das relações

---

<sup>96</sup> Edward Bruner (1986, p. 139) introduz a noção de narrativa como estrutura de significado, tomando a etnografia como uma narrativa, tanto quanto o relato dos nativos sobre o qual ela se constrói. Desde uma perspectiva reflexiva, ele afirma que a etnografia, enquanto ato interpretativo, é guiado por uma narrativa, isto é uma estrutura narrativa implícita que fala sobre as pessoas que nós estudamos. Para este autor, as narrativas mudam, todas as histórias são parciais, todos os sentidos incompletos. Não há significado fixo no passado, a cada novo relato varia o contexto, a audiência difere e a estória é modificada. Assim, “recontar se torna profetizar” (p.153).

simbólicas e afetivas com a terra e, ao mesmo tempo, torna-se um instrumento ideológico na configuração social e política do território. A memória apresenta-se através de um discurso político sobre o passado, fundamentando-se na realidade do presente. (p, 63-64).

Portanto, este segundo capítulo se constrói conforme as narrativas, a memória social dos fatos das violências políticas, tomando como ponto de partida a que seria o nó principal: A implantação da Usina Hidrelétrica Chixoy.

## 2.1. A hidrelétrica de Chixoy: a origem de um conto mal contado

Primero empezó el INDE con sus sociólogos e ingenieros, nos dijeron que el río se iba a inundar, que se iba a llevar todo y que teníamos que salir, sino el río también nos iba a llevar a nosotros. Ellos se aprovecharon de nuestra ignorancia, porque nosotros no sabemos leer ni escribir, ah, pero si sabemos pensar, aunque no fuimos a la escuela, vivíamos decentemente.<sup>97</sup>

No meu percurso pela memória social da comunidade estive acompanhada por muitas vozes; uma delas foi de Julián, - vogal ou auxiliar suplente do comitê comunitário pró-desenvolvimento da nova aldeia Rio Negro (COCODES)<sup>98</sup> - também reconhecido como o narrador oficial da comunidade. Quando cheguei à nova aldeia Panimá Rio Negro, Sebastián, presidente do comitê de desenvolvimento, me diz: “*todo lo que precise saber consulte com Julián*”. Assim foi. Julián me surpreendeu com um caderno, no qual tem registrado minuciosamente tudo o que tem acontecido e está acontecendo na comunidade. Ele registra desde as pequenas brigas entre as famílias até as pessoas que chegam para visitá-los; neste caso, ele me solicita que assine o caderno e que escreva de

---

<sup>97</sup> Extrato da narrativa de Julián sobre o processo de construção da hidrelétrica. Esta narrativa estará sendo retomado ao longo deste capítulo.

<sup>98</sup> Os comitês comunitários de desenvolvimento são estruturas organizativas que buscam uma maior participação da sociedade civil nos assuntos administrativos dos governos municipais, além de favorecer a auditoria social. Esta instância de representatividade é reconhecida pelo Estado através da Lei de Descentralização Administrativa e do Sistema de Conselhos de Desenvolvimento, Decreto 11-2002, vigente na Guatemala, como mecanismos de representação das comunidades rurais frente aos referidos governos.

forma resumida, o motivo de estar lá. Tivemos várias conversas. Ele compartilhou comigo muitas histórias que tem anotado no seu livro, o qual trata com cuidado porque “*es lo mejor que dejaré de herencia a mis hijos*”, me disse. Na narrativa dele encontrei uma versão “menos romântica”, ou seja, mais crítica ou reflexiva, sobre os fatos vividos. Desde o início ele me disse que a comunidade cometeu alguns erros. Por exemplo, ainda que na sua comunidade as pessoas não sejam alfabetizadas, vivem “decentemente”. Isto remete a um valor, para eles importante, o valor do *respeito* ante si mesmo e o respeito ante os outros. Quem não se respeita, não tem respeito para com os outros, me explica. O respeito, segundo Julián, não se aprende na escola.

Ellos lo que llegaron a convencernos sobre el proyecto de la represa tenían estudios, eran formados de licenciados, ingenieros, pero lo que sí no tenían era respeto. Nuestra comunidad confió en ellos pensando que porque tenían altos estudios, también tenían respeto y eso fue un error (Julián)

Por isso, o engano referido por Julián na sua narrativa, é pensado como umas das formas de desrespeito à sua comunidade, por parte dos funcionários do projeto hidrelétrico. Depois, como veremos nas narrativas expostas neste capítulo, outras formas de desrespeito seriam vivenciadas pelos sujeitos, afetando sua honra e dignidade (HONNETH, 2003).

### 2.1.1. Dados gerais e antecedentes

Rio Chixoy ou Rio Negro é chamado assim, desde suas fontes no altiplano dos departamentos de “Huehuetenango” e “O Quiché”, até chegar à região onde foi construída a barragem do Chixoy. Sobre o significado do nome “Chixoy”, segundo os idiomas Maias locais da zona, pode se entender da seguinte maneira: 1) das vozes Maias “Chib” (salinas ou charco onde coaja a sal) e “Xoi (andar ao redor, rodear). 2) Rodear há arriba em K’iche’ “Chi” e “xoi”. 3) Frente aos bosques “Chixoi” silvestre. (ARRIOLA, 1973). Outros rios menores como o “Salamá” e o “Carchá” se unem ao percurso do rio Negro. Depois da barragem, o rio continua seu caminho por 56 km, para o norte, marcando os limites entre os departamentos de Alta Verapaz e O Quiché, até chegar à fronteira com o México. A partir da fronteira toma o nome de rio Salinas e continua marcando a fronteira por 113 km, até chegar à confluên-

cia com o Rio Paixão, formando o que se conhece como o Rio “Usumacinta”. Este é considerado como o rio mais caudaloso do México e Guatemala e se converte também na rede hidrológica mais complexa da área.<sup>99</sup>

Conforme os dados oficiais registrados na página web do INDE, a represa forma um lago artificial de 14 quilômetros quadrados e armazena 313 milhões de metros cúbicos de água. A hidrelétrica está localizada na zona norte – central e abrange os departamentos de Quiché, Baja e Alta Verapáz. A barragem alcança uma área de aproximadamente 50 km e tem 50 metros de profundidade. Um túnel de 26 km de comprimento leva a água do açude até a central elétrica na aldeia “*Pueblo Viejo, Quixal*”, no município de São Cristóvão, Alta Verapáz, onde se localiza a estrada oficial à zona da represa e aos setores técnico-administrativos. A placa que aparece na fotografia seguinte está colocada na estrada que conduz à central hidrelétrica.



Fotografia 5: O cartaz da estrada. Fonte: N. Murillo (2008).

Outros dados fornecidos pelos habitantes de Rio Negro dão conta de três acessos pela montanha, sendo mais transitado o que atravessa a aldeia Xococ, o que eu fiz com Rogelio, desde o município de Rabinal, num trajeto que dura, como disse no início, para eles, aproximadamente 5 horas a pé até chegar à beira da represa. Logo eles contam com suas próprias embarcações para atravessar o açude. Fazer o trajeto a estrada oficial implica muito gasto econômico para eles, pois tem que pagar um taxi particular e esta saída é por outra província.

<sup>99</sup>Como parte do chamado Plano Puebla e Panamá, já existe um acordo entre México e Guatemala para a construção de uma usina hidrelétrica aproveitando este rio Usumacinta. Ver a página do INDE, para saber sobre o Plano Puebla. Panamá: <http://www.inde.gob.gt/Portal/Home>. Aliás, novas grandes obras continuam sendo projetadas para a América Latina; por exemplo, já houve planos de acrescentar mais de 70 barragens somente no território brasileiro, nos degraus da parte mais oriental; a maior delas, (Usina Belo Monte) no rio Xingu, proposta em 1988 e recusada por diversos setores do movimento social. (Sevá Fo., 2001). Também pode-se ver: Ribeiro Gustavo Lins (1991) *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*, ANPOCS, editora Marco Zero. São Paulo.





Fotografia 6: “O caminho a pé”... Fonte: N. Murillo (2008).

De meus diálogos com Mario, pai de Rogelio, nesse dia que acompanharam meu primeiro ingressa a pé,<sup>100</sup> surge uma narrativa que, junto com a de Julián, são centrais e conduzem a escrita deste item. Este diálogo foi bastante representativo de todas as narrativas que escutei e, por isso, os identifiquei como “*os comunitários*” fora desta narrativa, às outras narrativas são identificadas com nomes individuais dos meus interlocutores, guardando a identidade só no caso que seja necessário

Nos vários registros históricos que tive oportunidade de consultar, se disse que o projeto Chixoy iniciou em junho de 1972, Em janeiro de 1975 o primeiro empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é assinado pelo governo militar do general Kjell Laugerud. O BM e o BID fizeram empréstimos de 350 milhões de dólares.<sup>101</sup> Estes bancos concederam os créditos iniciais sem nenhuma evidência de que o INDE tivesse o título da propriedade do local da obra. (JOHNSTON, 2005).<sup>102</sup> Logo após, mais fundos foram creditados pela

<sup>100</sup> Rogelio é o atual prefeito auxiliar da reassentada aldeia Panimá Rio Negro e Mario, dirigente da Associação Campesina Rio Negro 13 de Março Maia Achí – ASCRA.

<sup>101</sup> Segundo o COHRE (2004, p. 10): “El Gobierno de Estados Unidos, como principal estado con poder de decisión en los dos Bancos, tuvo un papel fundamental en la obtención de fondos para el proyecto de la hidroeléctrica. De hecho, las pruebas sugieren que, mediante la financiación de la represa del Chixoy, el Gobierno de Estados Unidos se saltó su negación pública de fondos al Gobierno de Guatemala de 1977 a 1981”.

<sup>102</sup> A construção iniciou em 1977 e levou sete anos (1977-1983).

agência bilateral italiana em favor da empresa Cogefar-Impresit, como um a ajuda de crédito para a manutenção da hidrelétrica.

Maria Fernanda Pinheiro (2007, p. 45), ao refletir sobre o reporte das inversões do BM na matéria de usinas hidrelétricas que foi feito pelo “World Commission on Dams WCD”<sup>103</sup> considera: que estes investimentos que se contam em trilhões de dólares despertam sempre o interesse de grandes empresas e grupos econômicos e financeiros que ali enxergam uma possibilidade de fazer fortuna. Assim, as atuações das empresas multinacionais que se movimentam com agilidade neste cenário, conformam um mercado da “indústria de barragens” no mundo todo. Pois, como bem o expressou Oswaldo Sevá (2005, p.4): “(...) o que vemos a partir de los anuncios de tales proyectos es la formación de poderosos “lobbies” que favorecen las alianzas de los capitalistas de afuera com los oportunistas e propietarios locales”. Sobre a participação do capital transnacional nestes empreendimentos, Gustavo Lins Ribeiro (1991) também assinala que as redes sociais, num projeto de grande escala como esta usina e as outras que continuam implantando no continente, operam em um ambiente institucionalizado; um ambiente no qual uma estrutura burocrático-institucional garante a continuação ininterrupta do projeto, de maneira relativamente independente da interação de grupos de poder situados em distintas posições hierárquicas (: 17). Afirma o autor que o cenário institucional do projeto hidrelétrico está constituído de corporações públicas, transnacionais e nacionais, que constituem um poderoso triângulo institucional, em intrincados e múltiplo processos de negociação, articulação e conflitos de poder.

No projeto hidrelétrico Chixoy, participaram 12 empresas estrangeiras, entre elas: o Consortium LAMI, formado pela Lahmeyer International da Alemanha, a Motor Columbus da Suíça e a International Engineering dos Estados Unidos. Também participaram a Mitsubishi do Japão, NELLOLTER de Estados Unidos, a SOREFOMER de Portugal, HOLCHTIEF da Alemanha, COFEGAR – IMPREGILO da Itália e LAVALIN do Canadá. (COLAJACOMO, (1999).<sup>104</sup> Nessa dinâmica se comprova a crescente interdependência das realidades internacional, nacional, regional e local e a distribuição de poder político e econômico,

---

<sup>103</sup> Em português: Comissão Mundial de Barragens (www.dams.org.)

<sup>104</sup> Quando se estudam os projetos hidrelétricos que têm sido implantados na América Latina, comprova-se a participação destas mesmas empresas e consórcios internacionais. (Ver o estudo “*Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*” Maria Fernanda Pinheiro. Campinas, SP: [s.n.], 2007)

entre outras questões, como o circuito migratório da mão de obra permanentemente vinculado a estes grandes projetos.

Assim, no caso particular da usina de Chixoy, o triângulo institucional que opera na indústria de barragens, esteve formado pelos grandes consórcios internacionais mencionados e, por parte do Estado, o INDE - naquele tempo, uma empresa estatal e, atualmente, funcionando com capital privado - se constituiu no operador e administrador local. Cabe então compreender que estes projetos são negócios bastante lucrativos e que para sua análise é necessário situá-los no contexto do que muitos autores chamam de processo de “*mundialização, globalização ou transnacionalização*”<sup>105</sup>. Lins Ribeiro (2001, p. 174), aporta para o entendimento desta lógica do poder, adentrando-se na dinâmica local para ver o global

Bajo las condiciones del capitalismo transnacional, flexible, las corporaciones pueden operar libres de sus eslabones más pesados con los Estados-naciones, a través de la mundialización del mercado financiero y de la fragmentación de los procesos productivos a escala global. Por eso el programa neoliberal de retracción del Estado, y por eso la consolidación del poder de las agencias multilaterales como el Fondo Monetario Internacional (FMI), el Banco Mundial y la Organización Mundial del Comercio (OMC), que disputan, con ventaja, con agentes que están involucrados en luchas por hegemonías definidas al nivel nacional.

No trabalho sobre a Usina Binacional Yaciretá, por exemplo, Lins Ribeiro (2001) mostra que populações diferentes com diferentes tradições,<sup>106</sup> são postas lado a lado numa mesma realidade social por um acontecimento diretamente ligado à dinâmica do sistema mundial e de uma política econômica nacional. (p.24). Experiências e preocupações em relação a esse assunto são colocadas também por Silvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke (Org. 2003); Maria José Reis e Neusa M. Bloemer, Org. (2001). O trabalho desenvolvido por estes autores mostra uma grande preocupação relacionada à execução de projetos hidrelétricos em territórios rurais e indígenas no sul de Brasil, estudos que permi-

<sup>105</sup> Ver: Alvarez, Dagnino e Escobar, (1998); Basualdo, Eduardo e Arceo, Enrique Comp. CLACSO, (2006); Canclini, Nestor G. (1995); Ribeiro, Gustavo (2001).

<sup>106</sup> Para ver sobre a população indígena Mbyá Guaraní, atingida pela Usina Yaciretá ver o trabalho da Marylin Rehnfeldt. Em: Silvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke, Org. (2003) *Hidrelétricas e Povos Indígenas*, Letras contemporâneas.

tem fazer comparações de uma mesma problemática, que se manifesta em dois contextos distintos, mas com muita similitude quanto aos efeitos que tem para os povos indígenas.

Conforme Silvio Coelho dos Santos e Aneliese Nacke, Org. (2003); Maria José Reis (2005) com Neusa M. Sens Bloemer, Org. (2001) estes projetos produzem profundas alterações em diferentes esferas que extrapolam aspectos meramente econômicos e técnicos,<sup>107</sup> pois “resultam de iniciativas complexas e multidimensionais (...) relacionados em um intrincado jogo de mútuas interações e condicionamentos. (...) e pelas suas dimensões, dependem de grandes movimentos de capital e mão de obra” (SANTOS, REIS, 1993, p. 2). As populações indígenas atingidas pela implantação destes projetos hidrelétricos não tiveram um tratamento diferenciado; seus direitos como populações originárias deveriam ter sido considerados ou pelo mesmo, ter especial cautela quando se trata de seus territórios, dada a avidez sempre existente e relacionada com interesses privados (ASPELIN, SANTOS, 1981). Assim, comprovou que “a construção das hidrelétricas Tacuruí, Balbina e Itaipú na década dos anos setenta, afetaram seriamente territórios indígenas provocando diversos impactos sociais, tais como processos de reassentamentos compulsivos com o consciente deterioro das condições de existência dos afetados” (SANTOS, NACKE, 2003a, p. 11).

Para Santos (2003), as ONGs ambientais e as instituições acadêmicas ou científicas deveriam assumir o compromisso ético e político na defesa dos direitos dos atingidos (: 14). Ele destaca que nas reuniões acadêmicas foram formuladas varias recomendações no sentido de assumir compromissos com as comunidades indígenas a serem atingidas. São estes: “... a necessidade de desenvolver estratégias para que as empresas estatais do setor elétrico assumam suas responsabilidades; a necessidade de assegurar aos potenciais atingidos e à sociedade civil, como um todo, o acesso às informações e à participação no processo decisório. E, sobretudo, a relevância e o significado dramático das perdas

---

<sup>107</sup> As grandes barragens construídas com fundos do Banco Mundial provocaram um impacto negativo no meio ambiente, destruíram florestas, mananciais, zonas de pesca, lugares habitados por espécies em vias de extinção e aumentaram a incidência de enfermidades originadas ou transmitidas pela água (...). Os danos ambientais e sociais provocados pelos projetos de grandes barragens fizeram com que aqueles que se viram obrigados abandonar suas casas, suas florestas e zonas de pesca, ou aqueles que padeceram de enfermidades, fossem, majoritariamente mulheres, membros de comunidades indígenas, grupos tribais e os mais pobres e marginalizados da sociedade. Este fenômeno contradiz o que o Banco tem dito até hoje: “o objetivo global é de aliviar a pobreza” (Declaração dos povos afetados pelas barragens financiadas pelo Banco Mundial, em revista da organização: *Guardiões dos rios*. Publicado por *International Rivers Network, Berkeley, CA USA ©2000.*)

dos níveis sócio-organizativos e culturais, que no caso das populações indígenas implicam na extinção de experiências civilizatórias alternativas que integram o patrimônio da humanidade” (p. 16).

Lamentavelmente, as usinas hidrelétricas na América Latina continuam sendo construídas particularmente em territórios indígenas, sem considerar resultados de consultas comunitárias que são expressão dos direitos contidos na Convenção 169, da OIT<sup>108</sup>.

2.1.2. Os nós do conflito, a resistência, os direitos humanos violados e as dimensões dos danos:

No caso da comunidade de Rio Negro, como veremos, também, em todo o processo de planificação e execução da obra, uma série de direitos gerais e direitos específicos dos Povos Indígenas foram violados. Existem dois importantíssimos documentos, que nos remetem aos processos de mobilização e luta levantada pela comunidade de Rio Negro, em função destes direitos. Um deles é o Resumo Executivo titulado: “Daños Emergentes y Reparaciones” elaborado por Barbara Rose Johnston para o Centro para a Ecologia Política (2005).<sup>109</sup> O outro foi elaborado em julho de 2003 pelo “Centre on Housing Rights and Evictions” Centro dos Direitos à Habitação e contra os desalojos –COHRE- associado com a “Rights Action” Ambos os estudos “facilitaram um transcendental processo no qual a Comunidade de Rio Negro, através da Associação de vítimas da Violência nas Verapaces, Maia Achi’: ADIVIMA (atual gestora política da COCAHICH) apresentou no dia 19 de Julho de 2005, ante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, CIDH, a denúncia sobre o caso de Rio Negro, com a expectativa de alcançar justiça.

Assim, após esgotar todos os recursos do sistema legal internacional, ADIVIMA apresentou, perante CIDH, denúncia contra o Estado guatemalteco. A resolução de admissibilidade do caso chegou finalmente 3 anos depois (5 de março de 2008). Este informe de admissibilidade

---

<sup>108</sup> Esta convenção promove a proteção dos direitos, os recursos naturais existentes nas terras indígenas, sua administração e conservação, Além de reconhecer a relação “especial” dos povos indígenas com a terra, enfatiza que não há futuro para o indígena sem este fundamental recurso.

<sup>109</sup> Este resumo é bastante substancioso; reúne dados pertinentes aos danos ocasionados pela implantação da usina hidrelétrica Chixoy. O estudo constitui uma avaliação “científica” independente que fora solicitada pela Associação Campesina Rio Negro 13 de Março Maia Achi (ASCRA). Rede Internacional dos Rios (REFORMAR) ao Banco Mundial – Itália, e Direitos em Ação.

está registrado como: No. 13/08, petição 844-05,<sup>110</sup> o qual, segundo os comunitários, marca um triunfo significativo nestas cruzadas de luta para que se reconheçam seus direitos humanos violados. Os motivos da denúncia estão claramente descritos neste informe: destruição, perseguição e eliminação da sua população, através de vários massacres executados pelo Exército da Guatemala e membros das Patrulhas de Autodefesa Civil “PAC”. Conforme a citação textual que segue,

Los peticionarios alegan que el Estado de Guatemala violó los artículos 4 (derecho a la vida), 5 (integridad personal), 11.1 (protección de la honra y la dignidad), 19 (derechos del niño), 24 (igualdad ante la ley), 8 (garantías judiciales), 25 (protección judicial) en relación con el artículo 1.1 (obligación de respetar los derechos) contemplados en la Convención Americana sobre Derechos Humanos (en adelante “la Convención” o la “Convención Americana”), en perjuicio de la Comunidad Indígena de Río Negro y sus miembros. Asimismo, alegan que violó el artículo 27.1 y 27.2 (suspensión de garantías) de la Convención en relación con los artículos 3 (derecho al reconocimiento de la personalidad jurídica), 4 (derecho a la vida), 5 (derecho a la integridad personal), 6 (prohibición de la esclavitud y servidumbre), 12 (libertad de conciencia y religión), 17 (protección a la familia), 18 (derecho al nombre), 20 (derecho a la nacionalidad). Además señalan, que el Estado desconoció la Declaración Universal de los Derechos Humanos (en adelante “la “Declaración Universal”) en sus artículos 1 a 10, en perjuicio de la Comunidad Indígena de Río Negro y sus miembros (...)<sup>111</sup>

Adicionalmente, a CIDH, no inciso No. 100, de seu informe, fizeram a seguinte observação:

---

<sup>110</sup> Para mais informação sobre o Sistema Interamericano de Direitos Humanos, ver: Comissão Interamericana de Direitos Humanos, <http://www.cidh.OEA.org> e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, <http://www.corteidh.or.cr>

<sup>111</sup> 26 A Convenção Americana de Direitos Humanos, Serie de Tratados da OEA, Número 36, 1144 U.N.T.S. 123 entrou em vigência 0 18 de julho 1978, reimpresso em Documentos pertinentes a direitos humanos no sistema interamericano, OEA/Ser. L.V/II. 82 documento. 6 rev.1 à página 25 (1992).

...la Comisión observa que los hechos narrados podrían caracterizar una violación a los artículos a) 16 en virtud de que durante años los miembros del pueblo indígena maya-Achí de la Comunidad de Río Negro no habrían podido organizarse de acuerdo a sus propios sistemas de organización social; b) 21, en relación con la pérdida de su propiedad, por ejemplo, las viviendas, los enseres, los animales, los cultivos de los miembros de la Comunidad de Río Negro, en relación de la exclusión de hecho de sus territorios tradicionales y como consecuencia de los actos de violencia de que fueron presuntamente víctimas y; c) 22, en relación con supuestas limitaciones impuestas a los miembros de la Comunidad en su derecho a la libre circulación y retorno de los sobrevivientes.

Segundo a análise jurídica de COHRE (2004, P. 23-24), sobre os danos e perdas da comunidade de Rio Negro e as outras comunidades atingidas pela hidrelétrica e as violências, há pelo menos quatro categorias diferentes de danos e perdas que o Estado guatemalteco deve assumir e reparar.

(1) A perda da propriedade tangível, incluindo casas e outros bens pessoais ou comunitários.

(2) A perda dos meios de vida e a deterioração das condições de vida da comunidade devido às condições inadequadas do lugar de reassentamento.

(3) As violações implícitas nos massacres, incluindo assassinatos extrajudiciais, sequestro como o propósito de servidão forçada e tortura, incluindo violência sexual às mulheres.

(4) As perdas econômicas, dos meios de subsistência, sofridas como resultado da perda de vidas e tortura durante as massacres.

Além disso, a COHRE menciona que devido a todas as violações anteriormente mencionadas, também existem outros danos não “pecuniários e punitivos” que são os perjúrios emocionais e as feridas morais sofridas pelas vítimas e suas famílias que causaram dor e sofrimento. Os danos não pecuniários não pretendem “restaurar” a situação original, como outras formas de restituição. Efetivamente, tantos abusos nunca se podem corrigir, mas a reparação a estes danos é uma forma para reconhecer as perdas não materiais ou quantificáveis e é uma maneira importante para que as cortes reconheçam as muito humanas implicações das violações aos direitos humanos. Os danos não pecuniários são essenciais

para desenhar uma estratégia de reparações integrais que seja justa e humana e onde se reconheça a dignidade humana fundamental das vítimas. (p. 25).

COHRE (2004, p. 27-28) considera: que o INDE, como a agência governamental, e por extensão, o governo de Guatemala, são responsáveis pelas violações aos direitos humanos, levando em conta que o Estado tinha o dever de respeitar e defender estes direitos violados, pois no ano 1982, quando ocorreram os fatos, Guatemala já fazia parte da Convenção Americana dos Direitos Humanos<sup>112</sup>.

Ora, conforme o resumo elaborado por B. Johnston (2005), a construção da hidrelétrica começou sem nenhuma notificação à população local, nem se realizou um censo geral das pessoas que seriam atingidas, muito menos se tinha a posse legal da terra que ia ser inundada pelo açude. A partir da leitura de Julián (líder COCODES) o que se deu foi um processo de imposições e enganões. No documento: *Memória da represa Chixoy Rio Negro* (IBOY et al, 2005, p. 12-13), se registra que o INDE elaborou os primeiros estudos para o reassentamento dos habitantes afetados pelo açude e declarou esse reassentamento como de emergência nacional. Assim, se iniciou os estudos socioeconômicos, através de um escritório criado para esse fim, conhecido por sua sigla - ORH. Segundo os comunitários, funcionários deste escritório, acompanhados por pessoal do Exército nacional pressionaram a população para que aceitasse os termos de reassentamento definidos unilateralmente por eles. Embora não estiveram de acordo, considerando injustos estes termos, várias comunidades assinaram o documento, por medo de represálias, pois o pessoal do escritório para o reassentamento humano (ORH) chegava com atitude ameaçante e intimidante,

... se aprovecharon porque llegaron con sus estudios y con papeles exigiendo que nuestros padres firmaran. Al darse cuenta que nuestros padres no querían firmar entonces abusaron de la ignorancia de nuestras madres. Un día aprovecharon que nuestros padres se habían ido a trabajar la tierra, entonces obligaron a las mujeres para que firmaran esos papeles. Las obligaron, entraban sin permiso hasta las cocinas donde las mujeres estaban cocinando y las hacían poner su huella digital en esos papeles. Eran unas actas donde decían que nosotros estábamos de acuerdo en dejar nuestra

---

<sup>112</sup> Guatemala ratificou a Convenção Americana de Direitos Humanos em 15 de maio de 1978.



comunidad. También dijeron que si firmaban íbamos a progresar y nada de eso pasó. (Julián)

Ángel, outro dos integrantes do COCODES de Rio Negro, explica,

Nosotros no sabíamos que era lo que el INDE quería hacer porque nunca nos avisaron. Inclusive las familias que habían firmado no tenían la información cierta, pues les engañaron ya que la mayoría tampoco sabe leer mucho menos escribir. Cuando nos dimos cuenta ellos estaban haciendo la represa, sin pedirnos permiso como comunidad. Recuerdo que entraron aquí en 1975, entraron y empezaron a hacer sus campamentos y nosotros sin saber. Cuando nos levantamos a manifestar nuestro descontento, empezaron a comprar a nuestros líderes individualmente, les compraron con engaños y ofreciéndoles trabajo. También nos decían que iban a comprar nuestras tierras, que nos iban a comprar otras fincas y que nos iban a dar buenas viviendas...

Os comunitários confirmam que sua Comunidade estava afiliada ao Comitê de Unidade Campesina (CUC)<sup>113</sup> e através desta organização exigiram termos mais justos de indenização. Iniciaram as negociações e o INDE fez várias propostas, que foram anotadas nos livros do comitê de Rio Negro. Contudo, a comunidade não chegou a nenhum acordo definitivo com o INDE, nem com a ORH. A comunidade de Rio Negro teve a possibilidade de se mudar para duas áreas, ambas muito distantes do seu território ancestral e com terras inférteis. A negativa ao plano de reassentamento exacerbou o conflito. As comunidades não quiseram abandonar suas terras e deixar aquele território *onde seus ancestres moraram desde o período pré-hispânico; e, onde eles têm enterrado*

---

<sup>113</sup> O Comitê de Unidade Indígena Campesina- CUC- foi desarticulado de forma violenta; assim, a opção pacífica de luta política se fechou. Assim, o CUC desaparece da vida pública porque o terror estatal definiria em parte o caminho de centos de camponeses indígenas, atores e lideranças do CUC, que no percurso da guerra naqueles anos, se unem à luta armada e convertem à organização em braço político militar insurgente. Portanto, tudo o movimento ou organização que tinha algum nexos passado ou presente com o CUC foram classificados como guerrilheiros. Foi a final dos anos oitenta que as lideranças sobreviventes do CUC decidem em condições políticas ainda difíceis, sair novamente a luz pública e re iniciar sua luta política novamente pela via pacífica que unida com outras organizações logram sustentar o movimento indígena campesino até hoje (VELÁSQUEZ, 2008, p, 108-114). Pode-se retornar ao capítulo 1, item 2.1.

*seus umbigos, os umbigos de seus filhos e os de seus netos.*<sup>114</sup> De modo que Rio Negro se manteve firme, contestando a saída e, exigiram temos mais justos de indenização. Por sua parte, o INDE não desistiu de seu plano, embora as instituições financeiras do projeto hidrelétrico (BM e FMI) tenham identificado esta falha, de reconhecer os interesses das populações. Em função disso, o INDE não tomou as medidas necessárias, que estas instituições recomendavam para evitar problemas maiores e assim, ficaram sistematicamente excluídos os interesses e necessidades dos residentes do vale Chixoy. (JOHNSTON, 2005).

No seu relatório, Barbara Johnston assinala que os financistas, quer dizer, o BM e FMI, identificaram que as necessidades e interesses das populações não estavam sendo respeitados. Em relação a isso, os bancos não estipularam nos contratos de crédito, os aspectos que o INDE teria que priorizar em relação aos atingidos. Contudo, isso não foi feito.<sup>115</sup> Atualmente os representantes do BM e o FMI não assumem suas responsabilidades com respeito ao caso de Rio Negro. Com isso, o BM tira toda a responsabilidade do INDE como contraparte administrativa do projeto e representante do Estado, nesse triângulo institucional do qual nos falava Lins Ribeiro (1991.). Pelo menos a pesquisa ou avaliação feita por Johnston foi categórica ao afirmar que os massacres realmente ocorreram, que os sobreviventes do massacre nunca foram adequadamente compensados e exigiram que as autoridades lhes oferecessem mais terra. Quando perguntei sobre isto a uma das lideranças, representante do movimento, ante uma mesa de negociações de “alto nível”, ele me disse,

Ciertamente el Banco Mundial hasta se negaba a ser parte de esta mesa de negociaciones donde estamos discutiendo sobre una agenda de reparaciones a través de un plan estratégico de desarrollo para todas las comunidades que fueron afectadas por la hidroeléctrica. O Banco Mundial no quiere responsabilizarse de nada y nosotros consideramos que ellos si tienen bastante responsabilidad en nuestro caso, porque por lo que sabemos, ellos nunca tuvieron interés de supervisar o preguñar-

<sup>114</sup> Da conversa com Carlos (Líder mais antigo). Trabalho de campo Janeiro 2008.

<sup>115</sup> As grandes barragens financiadas pelo Banco Mundial, desde 1948, desalojaram e usurpam a terra de cerca de 10 milhões de pessoas. O próprio BM admite em seu relatório de 1994 (“re-assentamento e desenvolvimento”) que fracassou várias vezes na execução ou aplicação de sua própria política de programas de re-assentamento forçado, adotada em 1980. E apesar das sucessivas tentativas de revisões de suas políticas, o banco não tem planos sérios para substituir seus pontos de vista acerca dos programas... (AGUIRRE, SWITKES, 2000)

nos directamente si el Estado estaba cumpliendo o no con los acuerdos que ellos dicen eran para beneficiarnos. Estos señores del BM quieren ahora ser los santos, cuando saben bien que no lo son pues sabiendo del daño que nos hacía el INDE y el Ejército no hicieron nada para parar el proyecto. La guerrilla empezó también a matar y robar en los campamentos del INDE, entonces que hicieron ellos, ¡nos mataron a nosotros! Primero fueron nuestros líderes los que cayeron en manos del ejército, les torturaron, y les mataron. (Angel, integrante COCODES).

Segundo os comunitários, a repressão foi injustificada, pois se deu em pleno processo de negociação e busca de acordos. Eles consideraram que sua oposição e negociação de forma organizada, através do CUC, foi motivo para que os qualificassem como já temos dito, de “guerrilheiros”. Conforme minha pesquisa de campo, o pensamento das lideranças de Rio Negro é que a guerrilha conseguiu que alguns homens da comunidade se identificassem com a luta dos grupos insurgentes. Mas a guerrilha, conforme a opinião de Angel, citado antes, os prejudicou.

La guerrilla al venirse por acá nos perjudicó. Nosotros con mi familia mejor nos desplazamos por otros lugares. Con el golpe de Estado que hubo estábamos más jodidos porque con ese general Ríos Mont<sup>116</sup> las cosas se iban a poner peor ya no teníamos que hacer aquí. Yo no aguanté y me fui, yo no me metí en ese asunto. ¡Por eso me salvé! Luego se calmó esto. Cuando terminó la violencia junto otra vez a la gente para que regresara a Pacux, nadie estaba ahí por la masacre. Una persona de nuestra comunidad era una amenaza. Rio negro no era guerrilla, pero los que se metieron con la guerrilla no llevaron bien el asunto. (Angel)

Julián (líder citado) considera que nem todos os dirigentes estiveram relacionados diretamente com a guerrilha; eram alguns e só por estes *não deviam ter matado todos*, afirma. . Aliás, Julio César Macías,

---

<sup>116</sup> De 1982 a 1986, aconteceram, por parte dos militares, dois golpes de estado, sendo que o liderado pelo General Efraín Ríos Mont (1982), foi considerado o mais cruel. Mont é apontado como o “maior genocida” do último período da guerra interna. (Revista Debate, No. 1, ano 1, 1996. Guatemala).

ex-comandante da guerrilha das FAR (MACIAS 1997, p. 39), em sua autobiografia, além de contar que a organização das FAR e o EGP tinham base social neste município (Rabinal) através das ligas camponesas que surgiram em torno à reforma agrária, afirma que, desde 1963, um grupo de indígenas Achí, atuava por si mesmos em nome do movimento insurgente 13 de novembro. Segundo ele, este foco guerrilheiro não teve maiores repercussões militar, mas sim políticas. Com efeito, durante a década de 70, o grupo guerrilheiro EGP retomou o trabalho que tinha desenvolvido na zona de Rabinal.<sup>117</sup> Na conversa com os comunitários, eles expõem,

Aquí había bulla de la guerrilla, en ese tiempo no se sabe de que se trata, empezaron clandestinamente, aquí empezaron a venir de noche, uno por uno, hicieron trabajo así individual, hablaban con uno y luego hablaban con otro hasta formar una red. La mayoría de gente no sabía qué era lo que estaba pasando y como la guerrilla decía que no contara nada. Ellos eran clandestinos y decían que luchaban contra los ricos.

O certo é, segundo os meus interlocutores, que nenhuma pessoa, nenhum líder de Rio Negro havia, antes dos massacres, integrado as filas insurgentes como combatentes; quer dizer, “pegaram em armas”, porém, alguns se integraram no individual, como parte dessa rede, somente, como *colaboradores*. Nas conversas com Angel e Julian, notei que efetivamente, eles acreditavam que antes dos massacres, alguns dos membros da comunidade estavam vinculados com a guerrilha, como seus informantes ou colaboradores e com isso colocariam em risco a toda a comunidade. Mas, quando o movimento nacional do CUC foi criminalizado e classificado como guerrilheiro, automaticamente os líderes de Rio Negro seriam os primeiros a serem condenados, rejeitados e culpados e, depois, toda a comunidade. Para mim, esta classificação e discurso generalizado sobre quem era ou não da guerrilha, conseguiu não só justificar socialmente as violências contra populações organizadas, mas também, depositar nelas a culpa e a responsabilidade de uma situação de vulnerabilidade e injustiça que, objetivamente, eles não tinham como evitar. Ao longo do tempo, esta situação tem gerado, no plano das relações internas, desconfianças e ressentimentos entre alguns dos líderes das organizações e tem contribuído para sua re-vitimização.

---

<sup>117</sup> Ver “*El Informador Guerrillero*”, Publicação do EGP, No. 4/ 16 de Fevereiro 1982 - 15 de Março de 1982, p. 1, e No. 5 / 16 de Março 1982 - 15 de Abril 1982, p. 2.

Segundo o Exército, os indígenas de Rio Negro estavam sendo “manipulados” pelo EGP, como se eles não tivessem capacidade de organizar, por si mesmos, sua própria luta de resistência à construção da hidrelétrica. Esse raciocínio está presente também hoje, quando se diz que a luta se constitui a partir dos ditames ou delineamentos de ativistas estrangeiros, da solidariedade, presentes de maneira individual ou em algumas ONGs financeiras que apóiam seus projetos. Para Irma Velásquez ((2008, p, 109-110) isto tem a ver com a consciência racista da oligarquia terratenente e do Exército, pois consideram que *os indígenas são brutos*, portanto objetos manipuláveis. (p, 109).<sup>118</sup>

... no los masacraron por ser guerrilleros, colaboradores o por evitar que se unieran en el futuro a un grupo guerrillero, sino por ser indios, dispuestos a mantener una insurrección continua, porque no cesaban de plantear demandas, no se doblegaron ante el despojo de las tierras (...). Por eso la única forma de acabarlos, era realizar actos de limpieza racial... (VELÁSQUEZ, 2008, p. 110).

Por isto, a identificação das comunidades indígenas com a guerrilha, foi segundo a Comisión da verdade *intencionalmente exagerada*. (CEH, 1999, p. 23).

Neste contexto bastante complexo, as outras comunidades que seriam ser atingidas, tiveram medo/receio de se envolver e mostrar sua resistência; só a população do Rio Negro decidiu permanecer na sua aldeia, mas isto, cada vez, segundo os comunitários, se tornou impossível. As explosões com dinamita para abrir brechas para os túneis e paredes do açude, colocavam a população em alto risco; além disso, nível do açude começava a subir: “*Nos vimos obligados a construir nuestros ranchos de emergencia encima de nuestra aldea, pues nuestras casas se estaban inundando*” relata Sebastian, presidente do COCODES, cuja família morava mais próxima do rio. Foi durante todo esse ano (1980) que a comunidade vivenciou uma séria e intensa situação de injustiças e fatos violentos, para que abandonassem sua aldeia. As autoridades começaram com ameaças, depois com o desaparecimento forçado de seus

---

<sup>118</sup> Alguns historiadores como Arturo Taracena, (1993) sustentam a hipótese de que esta década dos anos 80, representou uma mudança substancial na luta política dos indígenas na Guatemala, na medida em que, pela primeira vez, estes enfrentam o Estado, direta e frontalmente.

líderes e a apropriação indevida do título comunal de suas terras, até os assassinatos ou massacres.

Conforme relatam os comunitários,

Los de la ORH, junto con el capitán del Ejército que venía para reclamar el derecho de vía del INDE, recogieron el título comunal de esta finca *Los pajales* que compartíamos con la comunidad de Xococ de aquí de Rabinal y con los de Chicomán (Quiché). Dijeron que nos devolverían el título, querían saber si estábamos legales, si las tierras eran nuestras... Luego citaron a los directivos de nuestro comité pro mejoramiento a una reunión, les dijeron que llevaran los libros de actas. Pensamos que en esta reunión iban a entregarnos el título de la finca y también nos iban a ser una propuesta decorosa sobre nuestro reasentamiento, pero fue todo lo contrario. Valeriano y Evaristo Osorio Chen, directivos que se fueron a esta reunión fueron desaparecidos y al día siguiente de haber asistido, pues sabemos por un empleado del INDE que si llegaron a las oficinas del INDE de Pueblo Viejo, sus cuerpos aparecieron torturados e jamás volvimos a ver nuestros documentos.

Nestes documentos de caráter legal, se comprovou que as terras eram da comunidade. Conforme o estudo “Histórico cadastral, Registral e Geográfico...” das Comunidades atingidas pela usina hidrelétrica Chixoy, desenvolvido por Michelangelo Méndez e Max Martínez (2004), a área atingida está formada por um conjunto de 26 fazendas (granjas, chácaras) que totalizam aproximadamente umas “633 *cabalarias*” de terreno, cuja origem e status de propriedade remontam à época colonial. Os resultados deste estudo indicam que quase a totalidade delas tem inscrições registradas em nome de particulares, em alguns casos, constituem terras comunais e outras compartilham direitos com outros grupos habitantes do vale.<sup>119</sup>

---

<sup>119</sup> O regime comunal sobre a propriedade destas terras foi estabelecido pelas autoridades coloniais desde o século XVIII e abarcaram a maioria de comunidades inundadas pela represa, já que são mínimas as comunidades da região que são fazendas de propriedade privada, com título devidamente registrado. As terras foram legalizadas por Acordos governativos de 7 de julho de 1887, e 1889, de 21 de dezembro de 1910, e registradas no registro de propriedade sob

Assim, com base neste estudo, se revelou que todos os prédios afetados pelo açude da usina hidrelétrica Chixoy têm seus títulos devidamente registrados. A represa foi construída dentro da zona dos prédios registrados com os números 15 – 18, embora, só no prédio 18 aparece a nome do INDE. A comunidade de Rio Negro ficou no centro da zona submersa. Na ficha do registro cadastral, consta que as terras foram adjudicadas aos indígenas de Rabinal como composição ou acordo, em virtude do tempo imemorial que tinham de permanência no local. Em consequência, foi assinado pelo presidente do governo, naquela época, General Rafael Carrera, os acordos com data de 26 de fevereiro de 1871 e 13 de dezembro de 1872 (acordo 22-111872) (MÉNDEZ, MARTINEZ, 2004, p.32-33).

### Plano topográfico da área danificada

Neste plano topográfico, se distinguem, num retângulo em preto, os prédios e a zona que foi totalmente inundada. A linha de cor vermelha destaca a aldeia Panimá Rio Negro, que ficou no centro do açude. A área inundada foi de aproximadamente 3.870 quarteirões de terra de lavoura. Destas, a comunidade de Rio Negro foi a mais espoliada (primeiro lugar na perda), pois sua área era de pouco mais de 1.400 quarteirões. (GAITÁN, 1978, p. 22).



Mapa 4: Fonte: Barbara Rose Johnston (2005); Méndez, Martínez, (2004, p. 12) Fotografia tomada da versão eletrônica do documento; as marcações dentro do quadro são minhas.

(RIO NEGRO)

o número 19, 546, fôlios 35 e 209 dos livros 28 e 7º. de Baixa Verapáz e do Quiché. (GAITÁN, 1978, p. 17,19)



Fotografias 7 e 8. "Contraste" A primeira vista do vale e do rio Chixoy antes da construção da represa. Na segunda, o vale após a construção do açude. Fonte: foto 1 - Arquivo de ONG, Direitos em Ação, Guatemala; foto 2 – autoria de James Rodríguez, repórter fotográfico independente, (james@mimundo.org), com autorização do autor. (2009).

Segundo os comunitários, antes dessa última reunião com o INDE (no início do ano de 1980), dia no qual seus companheiros representantes foram seqüestrados e assassinados, as negociações estavam avançado e eles visualizavam uma saída honrada para o conflito. O INDE fez a eles vários oferecimentos que não foram cumpridos, afirmam. Por sua parte o INDE não aceitou dialogar com uma aldeia “manipulada por pessoas estrangeiras interessadas só em criar problemas ao projeto e ao governo”, pois eram suspeitas de relação com a guerrilha (ICHON et al, 1988, p.4). Assim sendo, sem consulta prévia, em 1979, o INDE finalizou a construção de umas cabanas de madeira e sem piso, quando o oferecimento, segundo os líderes do comitê tinha sido outro.

Casas de block con techo de lamina de zinc, agua potable y luz eléctrica gratis, tres manzanas de tierra fértil por familia, compensación en efectivo por cosechas perdidas, camión comunitario, lancha comunitaria, iglesia escuelas y centro de salud (Lideranças COCAHICH)

Porém, finalizado o confronto, o terreno que foi dado é infértil e não são os três quarteirões que eles tinham prometido. Além, dos pagos por serviços de luz e água, mesma que é dramaticamente escassa para os que moram especialmente no assentamento Pacux. As casas que o INDE fez em Pacux, segundo os comunitários, eram e continuam sendo de



qualidade deficiente, o tamanho de cada lote é pequeno (30 x 75 metros), não permitindo criar seus animais e gerando problema entre vizinhos pelo amontoamento a que eles não estavam nada acostumados.

Em suma, as condições encontradas no assentamento Pacux foram inferiores às promessas feitas inicialmente pelo INDE. Por isso, luta agora é para que o INDE e todos os responsáveis que tiveram a ver com o projeto, assumam seu compromisso em relação a um plano estratégico de reparação integral, me explica Faustino, diretivo dentro do COCODES.

Como nos resistimos lo que hicieron fue mandarnos las masacres. Por no querer salir de nuestra comunidad nos exterminaron. Todo empezó porque nuestros padres reclamaron nuestros derechos y antes no se podía reclamar nada de derechos porque mataban a la gente, solo que nosotros no sabíamos. Dijeron que nos mataron porque éramos guerrilleros je, no era cierto! Por eso, ahora el INDE, tiene el compromiso de cumplir con nosotros, porque ellos ya están aprovechando la luz de la hidroeléctrica que hicieron. Antes nos ofrecieron buenas casas. Ahora solo tenemos tablas que se están cayendo. Estamos pidiendo una reparación, una construcción completamente nueva para nuestras viviendas. Después del tiempo de la violencia ya nunca llegaron a comprobar si estaban buenas o malas estas casitas. Con el INDE queremos negociar un plan estratégico, que cumpla todo: vivienda, una buena casa en Pacux o aquí nuevamente en Rio Negro. Estamos peleando, hicimos una manifestación en la represa. Nos fuimos a la bocatoma para exigir que cumplan los acuerdos. La gente está enojada. Le obligamos para que cerrara la palanca mas esta persona no quiso. Nosotros reclamamos nuestro derecho. Nosotros no tenemos tierra para sembrar, no tenemos casas, nos ofrecieron taller de mecánica, camiones y no nos han dado nada.<sup>120</sup> (Faustino)

---

<sup>120</sup> Ver no anexo uma cópia da notícia divulgada nos meios de comunicação, sobre esta manifestação feita pela COCAHICH, criminalizada pelo governo, que depois permitiu formar-se uma mesa de negociação “de alto nível”. Nesta mesa, as comunidades atingidas pela usina hidrelétrica negociam atualmente este plano estratégico a *qual se* refere Faustino.

Aliás, sobre esta mobilização ou protesto social, que a comunidade de Rio Negro liderará muito tempo depois (2004), com o objetivo de pressionar o governo e a empresa INDE para negociar termos de uma reparação integral, a organização Anistia Internacional lançou uma ação urgente para protestar contra as medidas repressivas aplicadas aos ativistas.<sup>121</sup> Anistia informou que, depois de um protesto pacífico na usina hidrelétrica de Chixoy, se logrou um acordo entre as partes para iniciar negociações por uma compensação ou ressarcimento integral das populações atingidas e deslocadas pela represa Chixoy. Mas, o Estado, através do Ministério Público, apresentou cargos criminais contra nove líderes das comunidades indígenas participantes. Estas ações de protesta realizadas pela COCAHICH, tiveram seu impacto, já que o governo de viu obrigado a integrar uma mesa de diálogo, que era uma das exigências do movimento.

Em suma, em 1983, a represa Chixoy foi inaugurada e iniciou a produção comercial de energia. A barragem envolveu e inundou a ação do fundo do vale Chixoy, com o desaparecimento completo de 23 aldeias, e outras quatro semi-inundadas. 19 das comunidades são da etnia Maia Achí, entre elas, a de Rio Negro; cinco são Maia Poqomchí e três Maia K'iché.<sup>122</sup> No total, 8.650 foram atingidas; 45 sítios arqueológicos, áreas de cultivos e recursos naturais destruídos. Como mencionamos na introdução deste trabalho, as comunidades étnicas Maias compartilhavam este território do vale Chixoy desde o período pré-hispânico. Por isso, sítios arqueológicos, em particular a cidade de Kawinal representavam, para eles, um importante legado de seus ancestrais. Assim, o legado cultural material destes povos originários, que desde séculos tinha sido, de alguma maneira, conservado, foram substancialmente impactados<sup>123</sup>, com a construção da hidrelétrica.

---

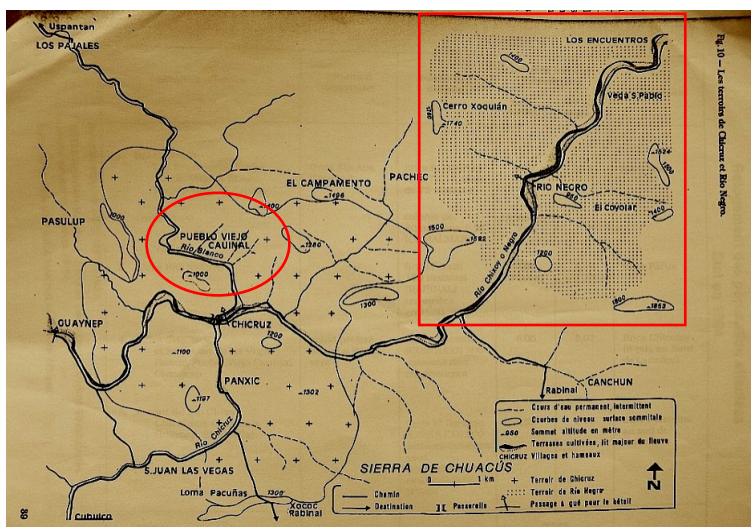
<sup>121</sup> Amnesty International, Guatemala: Human rights defenders at risk. AMR 34/019/2004.

<sup>122</sup> No anexo, apresento um quadro onde detalho com precisão os nomes destas aldeias e a comunidade étnica à qual pertencem as populações atingidas.

<sup>123</sup> Para saber sobre o legado cultural dos povos que vieram antes, no vale do Chixoy, particularmente sobre os 45 sítios arqueológicos que conformavam esse legado, pode-se consultar o estudo arqueológico e etnológico, desenvolvido pela Missão Científica Franco- Guatemalteca. Este estudo foi realizado entre 1977 e 1982, um ano antes da inauguração da represa e inundação do vale; foi publicado em espanhol sob o título: “*La Cuenca Del Rio Chixoy (Guatemala): Ocupación Prehispánica y problemas actuales*” (ICHON et al, 1988). A pesquisa arroja dados sobre o legado das culturas originárias do período “pré-hispânico” da região, que se estende desde o pré-clássico meio -730 A.C. como uma data mais antiga- até a conquista espanhola em 1524. Alain Ichon, afirma que nessa zona foram identificados os 15 primeiros povos que dariam origem (ano 800 A.C. – 100 D.C.) à geografia humana da zona. Os pesquisadores fizeram também uma tipologia dos sítios dos períodos seguintes de ocupação “pré-hispânica”, segundo o número das estruturas, sua organização geral e a existência de estruturas

Para ter uma idéia completa da zona geográfica física e sociocultural atingida pela construção da barragem e os massacres, apresento, a seguir, uma sequencia explicitada de imagens:

a) O Mapa da zona atingida, elaborado pela equipe de etnólogos e arqueólogos franceses, coordenados por Alain Ichón (ver pé de pag. 155). Eles mapearam meticulosamente a zona de 1977 a 1982, período de início e final da construção da barragem. (ICHON et al, 1988, p. 3-5). Neste mapa, ressalta-se com formas de cor vermelha, a zona onde aconteceram os cinco massacres de Rio Negro e a zona arqueológica Cauinal.



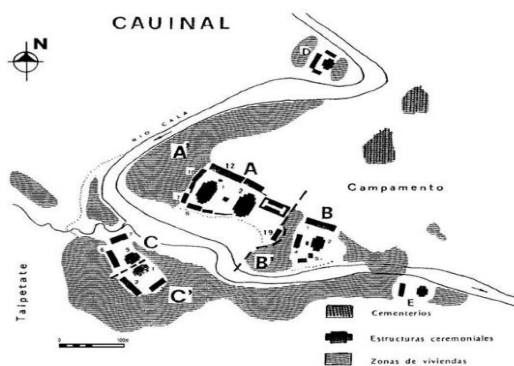
Mapa 5 O mapa da zona atingida. Fonte: Ichon et al.1988, p.39. A forma retangular circular corresponde à zona denominada pela fonte, como “terror do Rio Negro” porque foi a mais violentada e inundada. A Elipse, também de cor vermelha é a zona arqueológica que foi, também, seriamente danificada. Fonte. fotografia e composição minha.

b) Diagrama e fotografias do que foi o testemunho material do maior centro cívico-político até a chegada dos espanhóis (1524), denominada “grande cidade de Kawinal “(também escrito Cauinal). Cauinal,

não residenciais; destacam centros cerimoniais, que são as pirâmides construídas muito perto do rio Chixoy. Até o período 900 D.C., destaca-se a continuidade no trabalho com a cerâmica e no padrão de assentamento, o que fez com que Alain Ichón e sua equipe concluíssem que as populações assentadas posteriormente pertencem ao mesmo tronco “*etno-linguístico, maias Poqomchi*” e maia K’iché Achí.

segundo Marie Charlotte Arnauld<sup>124</sup>, se compara em importância com as grandes cidades maias de *Yucatán: Chichen Itza, Tikal*. Cauinal foi um importante centro político-religioso dos primeiros povos maias que ocuparam o vale do Chixoy no período pré-clássico médio -730 A.C.<sup>125</sup>

No diagrama seguinte, se mostra o complexo arquitetônico da cidade integrada por três grupos (A, B, C, D, E). No grupo A se destaca: em detalhe a estrutura da chamada Plaza Verapaz, uma das pirâmides, além de um campo para o jogo de pelota (na parte central); grupo “B” são estruturas cerimoniais e grupo C, as zonas de moradia. Todo este testemunho material do tempo ancestral foi profundamente afetado pela hidrelétrica.



Mapa 6. Fonte original: Ichon et al, I.(1988), aparece também no trabalho de Marie Arnauld. (1996, p. 131 132) e na foto reportagem de James Rodríguez (<http://www.mimundofotorreportajes.org/2009/03/gran-kawinal-la-ciudad-sumergida.html>).

Assim, inundada pelo açude durante mais de metade do ano, a grande Kawinal reaparece durante o verão guatemalteco (novembro a maio). É durante esta estação, quando o nível da água do reservatório desce consideravelmente, que vemos a dimensão do dano causado pela barragem às estruturas deste sitio arqueológico, devido à rápida erosão

<sup>124</sup> Arnauld, Marie-Charlotte. “Relaciones interregionales en el área Maya durante el Postclásico en base a datos arquitectónicos”. Em: *X Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala*, 1996 (editado por J.P. Laporte y H. Escobedo). Museo Nacional de Arqueología e Etnología, Guatemala. P. 125. ([www.asociaciontikal.com/pdf/11\\_96\\_-\\_Arnauld.pdf](http://www.asociaciontikal.com/pdf/11_96_-_Arnauld.pdf)).

<sup>125</sup> A extensa coleção de artefatos extraídos das escavações no Vale do Chixoy inclui jade, ouro, e um jaguar amassado em pedra. Este patrimônio material encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia na cidade da Guatemala.

que ocorre dentro d'água. As seguintes fotografias correspondem ao grupo “A”, segundo diagrama anterior.



Fotografias 9 e 10. Fonte: James Rodríguez, repórter fotográfico independente, (james@mimundo.org), com autorização do autor. (2009).



Fotografia 11. “Nas ruínas” Fonte: Arquivo Museu Comunitário Rabinal Achi

A comunidade de Rio Negro, além de ser massacrada e reassentada à força, suportou como temos falado perseguição política, militarização, execuções extrajudiciais, sequestro, tortura e desaparecimento forçado de seus líderes. Portanto, para os comunitários de Rio Negro, o que o governo e o INDE explicaram e ainda explicam sobre a Hidrelétrica Chixoy, é um conto mal contado!

## **2.2. A memória sobre a árvore que estava bem plantada: massacres deslocamento e assentamento forçado.**

El 4 de marzo dos hombres de Rio Negro fueron capturados por haber robado comida en la bodega de los trabajadores del INDE. Les retuvieron en la garita de Pueblo Viejo. Estos compañeros tenían esta costumbre de ir a pedir el desperdicio de la

comida del día a día, pero ese día no tuvieron suerte y los guardias les acusaron que habían robado frijoles, papas y otros alimentos. Después una comisión armada de dos soldados y un policía militar llegaron a la comunidad a buscar a las demás personas supuestamente en envueltas en este asunto. Al llegar a la comunidad ellos pidieron que la gente se reuniera en la iglesia. La gente no gustó de la reunión porque nos dijeron que éramos ladrones. La gente se enojó y decidió que esta comisión no iba a salir de la aldea, que quedaban detenidos hasta que soltaran a los compañeros que habían capturado injustamente. Se formó una comisión nuestra para que fuera a negociar la liberación de nuestros compañeros, pero los que fueron se tardaron mucho, era de noche y no regresaron, el ambiente se puso bastante tenso, pensamos que a los otros también los habían capturado. Nuestra gente empezó a amenazar a los detenidos y se armó un alboroto entonces ellos tiraron con sus armas indiscriminadamente hiriendo a varios y matando a siete. Murieron en el momento, la Máxima Chen, Francisco Tun Uscap, Calixto Chen Sánchez, Santos López Ixpatá, Justo Alvarado, Mateo Ixpatá; y el Mateo Uscap Chen, murió en el hospital como consecuencia de las heridas en el abdomen. Paso eso porque a nosotros se nos olvidó quitarles las armas porque no pensábamos que eso iba a pasar. En la confusión ellos lograron escaparse y la comunidad quedó abatida, violentada. La comunidad se enojó los hombres tomaron los machetes y palos y siguieron a los escapados. Lograron agarrar a dos en el río y los amarraron. Uno se logró escapar totalmente. A los que agarraron, la multitud furiosa les castigó, uno de tanto golpe murió y al otro la gente lo encerró en la capilla. El muerto fue metido en un costal y tirado al río. El que logró escapar fue a contar lo que pasó y entonces regresaron con 300 soldados y dos helicópteros. Así comenzó el martirio y la persecución en contra de nuestra gente. (Julián)

Esta primeira chacina, relatada acima por Julián, é qualificada pela CEH (1999) como o primeiro massacre de Rio Negro. Foi cometido pelos agentes da Polícia Militar Ambulante (PMA), estrutura militar

que, naquele tempo, cuidava do projeto hidrelétrico. O governo responsabilizou a comunidade por este acontecimento. Disseram que a comunidade tinha buscado o confronto já que a PMA só estava cumprindo suas funções. Depois deste fato, o governo justificou a total militarização da aldeia, o que, para a comunidade foi muito pior e gerou, segundo os comunitários, condições para as violências posteriores. Alberto (líder COCODES) considera que a acusação e captura de seus companheiros, assim como a visita desta comitiva de militares à sua aldeia, foi uma armadilha pela qual a comunidade também foi responsável, pois caiu na trama e os líderes não souberam manter o controle.

Os outros massacres seriam cometidos pelas Patrulhas de Autodefesa Cívica PAC- que como expliquei no capítulo 1, item 1.2.1, foram formadas pelo exército como parte da sua estratégia contra-insurgente- segundo consta no documento de denúncia da comunidade ante à Corte Interamericana (CIDH), e conforme está registrado no informe da Comissão de Esclarecimento Histórico (CEH, 1999). De acordo com o relatório da Oficina de Direitos Humanos do arcebispado da Guatemala (REMHI, 1998, tomo II, p. 216)<sup>126</sup>, antes de realizar as operações de “terra arrasada, o Exército preparava a tropa, ideológica e psicologicamente. Segundos testemunhos de integrantes das PAC, entrevistados pelo projeto REMHI, os oficiais militares a cargo das ações diziam “vamos a ir a un área, donde allí hay solo guerrilleros. Entonces todos son guerrilleros y a todos hay que matarlos” (REMHI, 1998, p. 216).0020.

Para pesquisar mais sobre as PAC, seria necessário um trabalho à parte, dada sua complexidade. Coloco aqui alguns pontos sobre as PAC da aldeia Xococ, vizinha de Rio Negro, que estão diretamente vinculadas com dois dos maiores dos cinco massacres de Rio Negro, acontecidas, uma em 13 de fevereiro e a outra, exatamente um mês depois, em 1982.

Assim, segundo os comunitários de Rio Negro, eles tinham, há tempos, problemas com esta comunidade vizinha de Xococ, principalmente por propriedade de terras, estabelecimentos de limites territoriais e direitos de passagem. Com este antecedente, no contexto da luta de Rio Negro por não desalojar suas terras e confrontar o projeto hidrelétrico, as PAC de Xococ aproveitariam para buscar vingança, no sentido de querer ajustar contas pendentes com os de Rio Negro. Para Tono, direti-

---

<sup>126</sup> Este extenso informe inclui alguns relatos de vitimários que seriam obrigados, pelas PAC a participar nas matanças.

vo do COCODES, as PAC de Xococ denunciaram ao chefe da zona militar do município, a presença da guerrilha na comunidade,

...poco antes de las masacres, vinieron unos de Xococ, aquí a nuestra aldea y vieron que aquí estaba descansando una cuadrilla de guerrilleros entonces nos fueron a chillar a la zona que esta comunidad era de la guerrilla, que éramos guerrilleros.

Conforme os líderes de Rio Negro, as PAC tinham um chefe de grupo que praticamente era como o “comissionado militar”, que eles reconheciam como o comissionado para matar. Conforme suas falas, tropas do Exército e a PMA, penteavam a zona seja por ar ou terra; nas patrulhas em terra, o Exército sempre se fez acompanhar dos membros das PAC de Xococ,

Por lo general, los patrulleros andaban delante de los soldados delatando y señalando a la población de ser mala gente. Entraban a las casas con una lista y si lo encontraban a uno lo mataban o se lo llevaban para o destacamento militar más próximo para sacarles alguna información e luego les torturaban hasta matarles. (Julián)

Nos documentos de denúncia que a comunidade de Rio Negro apresentou à CIDH e no processo judicial levado a cabo em 1994-1995, para conseguir julgamento e condenação dos responsáveis pelos massacres, está devidamente documentado que, certamente, muitos membros destes grupos (PAC) abusaram do poder que o Exército lhes concedeu, para saldar contas pendentes interpessoais ou mesmas pessoais. Assim, estes conflitos latentes na memória coletiva explicariam a atitude das PAC de Xococ contra Rio Negro e possivelmente o Exército se valeu desse antecedente entre ambas as comunidades para colocar diretamente os patrulheiros de Xococ como vitimários de Rio Negro. Mas, com certeza, todos os fatos de violências foram gerenciados pelo Exército, ainda que o governo tenha tentado alegar que os massacres e outros atos de violências cometidos contra a população civil não combatente foram responsabilidade destas organizações denominadas “para-militares”, ou seja, as PAC. Não obstante, as organizações de direitos humanos têm descoberto os fortes vínculos entre as autoridades governamentais e estes grupos. Anistia Internacional (2002) assinala que as PAC serviam como complemento civil ao Exército e foram treinadas a pedido do



próprio Exército e atuaram sob suas ordens.<sup>127</sup> Deste ponto de vista, as PAC obedeceram a um mandato superior; esta “obediência” talvez não fosse devida só ao medo, que geralmente se têm, das forças armadas, mas também, segundo os comunitários, respondesse aos sentimentos belicosos, gerados pelos conflitos persistentes entre ambas as comunidades (Rio Negro e Xococ). Aliás, Max Weber (1995: 128) diz que “as relações de poder são garantia de processos de dominação e subordinação, e a probabilidade de encontrar obediência a um determinado mandato, pode fundar-se em diferentes motivos de submissão” quer dizer, em uma constelação de interesses por parte daqueles que obedecem. Para esclarecer melhor sobre os motivos da submissão das PAC e as formas como levaram a cabo suas funções, com base em uma ordem que tinham que cumprir, seria necessário, como disse antes, outro estudo. Na minha percepção, a população em geral, tem internalizado e naturalizado, ao longo do tempo, a idéia de que a instituição militar e seus membros são “portadores” de um poder que está acima de tudo, um poder supremo, difícil ou até impossível de dismantelar. Razão pela qual, durante a guerra, era comum escutar: *aquí, não se move a folha de uma árvore sem a autorización ou conocimiento do comandante*. Agora, se disse que a “cúpula militar” é dizer, os altos mandos do Exército, *são os que estão acima das decisões do presidente*. Sendo assim, para a comunidade de Rio Negro, o Exército e as PAC, continuam sendo o maior fantasma ou a quadro-negro da impunidade ou da ausência de justiça, no país. Esta idéia pode ser percebida no depoimento de um dos líderes da COCAHICH,

No descansaremos hasta ver que los responsables de nuestro sufrimiento reciban su castigo. Hasta ahora no hemos podido meter a la cárcel al coronel José Antonio Solares, quien era el militar responsable de dar las órdenes por parte del Ejército. Nosotros hemos logrado la condena de 9 patrulleros de aquí de Xococ. Uno de ellos era comandante de la patrulla que mató a nuestra gente, este ya se murió en la cárcel. Los otros fueron capturados en el 2003. Yo tengo la esperanza de que se haga justicia como un ejemplo para los demás para que no se repitan estos hechos. Los familiares no podemos hacer justicia por nuestras propias manos, no podemos decir que si ellos nos mataron ahora

---

<sup>127</sup> Aliás, Michel Foucault (1980, p. 98), explica que o poder não funciona em forma de cadeia. Nunca é monopolizado por um centro. É desenvolvido e exercitado (ou exercido) na forma de uma organização de rede mais ou menos organizada com níveis de hierarquia e coordenação.

nosotros los vamos a matar, las cosas no son así porque para eso está la justicia legal y la lucha de nuestro movimiento es que ésta se cumpla. Nosotros tenemos que medir al Estado para ver si tienen la capacidad y voluntad de castigar a los responsables, sino vamos a acudir como lo hemos hecho para exigir resarcimiento, a otras instancias legales internacionales. Nosotros sabemos que para el Estado es más fácil capturar a los patrulleros que a los miembros del Ejército. El coronel Solares, que anda fugado de la justicia no lo han capturado porque no es un campesino y ahí es donde vemos el problema, porque él está bien protegido por su misma institución y aquí los del Estado se hacen los locos. Esto nos prueba que el sistema de justicia aquí en Guatemala es injusto y está comprado porque las capturas de los altos jefes militares no la pueden hacer porque es gente con poder. (Juan)

Para os líderes da COCAHICH, a fuga de Solares é uma prova da impunidade que prevalece no sistema penal guatemalteco. É uma prova de quem são os que ostentam o poder para estar acima das decisões judiciais, ADIVIMA tem feito as denúncias sobre o caso da fuga do coronel Solares, além de fazer uma campanha publicitária, que consiste em cartazes como o que vemos na fotografia seguinte, onde oferecem uma considerável recompensa a quem denuncie seu paradeiro.



Fotografia: 12. “Cartaz do fugitivo. / Fonte: N. Murillo (2008)

Este tipo de ações nunca havia sido feito na Guatemala e pelo que dizem os líderes da COCAHICH, com esta campanha o movimento é reforçado, pois é evidente o impacto na consciência individual e coletiva da comunidade e da população da zona de Rabinal. O processo penal e a campanha para recapturar o coronel Solares tem permitido que a “vítima” já não se sinta humilhada, perseguida; agora, quem se sente perseguido é o vitimario. A vítima agora demonstra que já tem força, que já tem advogados e apoios sociais, disse-me Juan, diretivo da Associação de Vítimas Achies das Verapaces ADIVIMA. Entretanto, este tipo de campanha é utilizado, segundo Juan, como argumento de alguns jornalistas, para dizer que tanto ADIVIMA como as “vítimas” teriam muito dinheiro e estariam assessoradas por ativistas estrangeiros, negando assim, novamente, a capacidade criativa e de agência dos sujeitos para delinear e desenvolver suas próprias ações e estratégias de luta, com impacto e incidência política. Para o imaginário social comum, as “vítimas” precisam que os “outros” atuem por e em nome delas.

Por sua vez, esta ação ou campanha de denúncia, serviu para deixar em evidência as falhas do sistema judiciário e a sua incapacidade política de dar resposta a casos em que, como neste, ficou demonstrada a implicação de pessoas e instituições do mais alto grau de poder. Tanto as análises feitas pelos autores já citados: REMHI (1998), CEH (1999), Jaroslava Colajacomo (1999), COHRE (2003), Barbara Johnston (2005), quanto as e o juízo das PAC de Xococ por parte da COCAHICH (2008), identificam pelo menos cinco autores sobre os quais recai a responsabilidade dos fatos de violências e demais violações aos direitos humanos da população atingida pela usina hidrelétrica e vitimada pelos massacres, na ordem que aparecem:

- Os elementos do Exército e as PAC que foram os diretamente responsáveis pelos massacres
- O governo da Guatemala, em particular o INDE
- O BID
- O BM, e
- Os governos representados na Junta de Diretores Executivos dos bancos citados.

Nos casos onde múltiplos ou vários autores estão envolvidos, a responsabilidade conjunta e individual se refere à responsabilidade compartilhada incorrida por autores conjuntos e múltiplas *que permite o complemento da sentença completa em contra de qualquer autor*. Neste contexto, é crítico observar que a primeira meta de restituição, dentro do direito internacional de direitos humanos é “*hacer la víctima integral*”

(COHRE, *ibidem*, p. 43) Sem dúvida, todos os autores citados compartilham um grau de responsabilidade legal pelos fatos cometidos.

Neste quadro das responsabilidades, *atores globais* como o BM e FMI, gozam de impunidade, como também gozam alguns autores locais. Menciono alguns porque até agora a possibilidade de escapar da justiça só favorece aos militares de postos médios e altos, e não a nenhum membro das PAC de Xococ, cuja responsabilidade tenha sido comprovada. O caso denunciado, sobre a fuga deste Coronel Solares, é uma luta da COCAHICH no plano jurídico, para conseguir as imputações legais e condenações contra os comandantes de médio e alto escalão do Exército guatemalteco pelos casos de genocídio. É um exemplo da impunidade ligada à desigualdade absoluta frente à Lei; esta não funciona nem é acessível a todos, igualmente.

Assim, há elementos nas narrativas dos líderes, que me levam a pensar que os padrões de desigualdade imperantes sob uma classificação das pessoas, segundo os fatores *raça, classe, gênero*, definem seu status social e *potencializam diferentes situações discriminatórias*, nos quais estes fatores se experimentam de forma simultânea e entrecruzada (RICH, 2002, p. 17); pois como bem analisam Lourdes Bandeira e Anália Soria Batista (1999; 2000; p. 120-121),

(...) No momento em que o poder público, através da elite política, parece desfavorecer ou favorecer determinados grupos identificados por sua etnia, raça, sexo, religião, etc., nega a legitimidade de existir e de se exprimir a muitos outros segmentos, deixando as portas abertas às práticas preconceituosas e discriminatórias. Em outras palavras, nega a possibilidade do outro (da diferença) de ter acesso seja ao arsenal jurídico de igualdade e de equidade como traço ideológico dominante, seja o reconhecimento e participação política.

Em outra perspectiva, Axel Honneth (2003, 148) teoriza sobre três esferas de reconhecimento – íntima social e jurídica - e os seus três princípios: o princípio do amor, o princípio da realização individual, o princípio da igualdade. Para poder sentir respeito por si, cada um precisa sentir os mesmos direitos que os outros, no quadro do princípio da igualdade na esfera jurídica, disse Honneth. Para ele, o reconhecimento pelo direito penetra a esfera da intimidade, e as relações jurídicas atuam como referência à formação de comunidade de valores (p. 278). Isso, porque a experiência de menosprezo ligada à negação do reconheci-

to jurídico, à disposição de direitos e exclusão, deprecia a integridade social do sujeito, menosprezando a sua autonomia pessoal o que faz emergir um concreto sentimento de vergonha social e de perda de respeito de si (auto vitimização).

Assim, o caminho percorrido pela comunidade de Rio Negro desde 1994, para a busca da incidência no plano jurídico tem sido longo, cheio de dificuldades e desvantagens. *“Tuvimos que aprender todo el funcionamiento del sistema de justicia que desconocíamos porque teníamos que llevar los casos y querellarlos”* expressa Lucas, dirigente de alta hierarquia, para referir-me uma das primeiras dificuldades enfrentadas pelo movimento. Todavia, a luta jurídica da COCAHICH como mostra o capítulo 3, têm frutos ou logros muito significativos. Pela primeira vez em muitos anos, o governo guatemalteco se viu na obrigação de dar respostas destinadas a atender o urgente reclamo de “Justiça” deste novo ator social ou sujeito político. Lutas que, no plano jurídico, conseguiram sentenças penais para patrulheiros das PAC e elementos do Exército responsáveis materiais dos cinco massacres, embora esta não tivesse sido totalmente efetivada para todos os por igual. Esta conquista tem aumentado a autoestima individual e coletiva da comunidade, como percebemos na fala da Paulina, uma das meninas (agora adulta) que ficou órfã pelos massacres,

Para nosotros era una vergüenza, una pena tener que ver casi todos los días a los nos hicieron daño, a los que mataron a nuestra gente, a nuestra familia. Cuando veíamos a alguien de Xocox, nos escondíamos, bajábamos la cabeza, ahora luego que se ha hecho un poco de justicia con nuestro caso, ya podemos caminar más tranquilos sin tener vergüenza ni pena y nos sentimos bien con nuestros hijos. Era como si nosotros fuéramos culpables o malos, y ¿cómo decir eso para nuestros hijos? ahora nuestros hijos ya no van a sentir vergüenza por nosotros, por saber que son de Rio Negro, al contrario van a sentir orgullo porque sus antepasados lucharon contra algo injusto.

No seu relato, Paulina dá conta do concreto sentimento de vergonha social e de perda de respeito que afeta a quem tem passado por essas experiências de desrespeito e menosprezo, além de mostrar o lugar que ocupa os processos de busca de justiça via a esfera jurídica, como um dos aspetos importantes na luta pelo reconhecimento. Como bem argu-

menta A. Honneth (2003) os três padrões de reconhecimento estão entrelaçados uns nos outros de maneira indistinta, permitindo a compensação moral que os sujeitos esperam

### 2.2.1. Narrativas dos massacres:

Até agora não se tem conhecido, na história humana, um grau de violência que tenha superado todo o previsível. *Os relatos dos sobreviventes causaram uma profunda impressão*, pela espantosa crueldade, que resultam insuficientes as palavras, para descrever aquelas experiências de violência cujos símbolos fazem parte de nossa própria história. (J. KEANE, 2000, p. 13; tradução nossa).

Embora Keane (2000) escreva para se referir às grandes guerras de final do século XX, e refletir sobre o problema de incivilidade das sociedades e estados modernos, sua reflexão nos permite introduzir aqui as narrativas dos sujeitos que sobreviveram ao genocídio (CEH, 1999); Conforme nossa interpretação da análise de Jonh Keane, o século XX, no caso de Guatemala, como relatado, apresentou situações de violências extrema aplicada pelo o Estado, como nunca antes, depois do período da conquista e colonização do país<sup>128</sup>. “A crueldade” com que foram cometidos os massacres nos mostrou o que Norberto Elias<sup>129</sup> disse sobre o “*extremamente perigoso do modelo pacificador do Estado*”, pois passa a concentrar os instrumentos e coordenar as instituições que podem usar as violências para fazer também a guerra, trazendo para o processo civilizador a onipresença das violências. Portanto, estas violências

---

<sup>128</sup> Nem no período da invasão e conquista espanhola, o povo Maia Achí tinham vivido “*tanta violência e brutalidade*” como a viveram outros povos indígenas maias, pois a conquista pacífica de seu território, encabeçada pelo Frey Bartolomeu das Casas, lhes salvaria dos tratamentos inumanos (brutais) comuns daquele período. Bartolomeu, segundo a história, se mostraria e manifestaria a favor de trato mais cristão para os indígenas, pelo que foi batizado com o apelido: “Defensor dos Índios” (Ver: BARRIOS, L., 1996. “Pueblos e historia em Baja Verapaz”, Revista: Estudos sociais No. 56 Universidade Rafael Landívar). “Ver também: “O Orientalismo Europeu” (WALLERSTEIN, M. 2007), Sérgio Luiz Fernandes Pires O aspecto jurídico da conquista da América pelos espanhóis e a inconformidade de Bartolomé de Las Casas” In; WOLKER, Antonio Carlos (Org.) “*Direito e Justiça na América Latina: da conquista à colonização*” Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

<sup>129</sup> O processo Civilizatório de Norberto Elias é amplamente debatido por Jonh Keane no seu texto: *Reflexões sobre a violência* (2000, p. 22-36), apresentada para o debate no seminário nº. 12 - “O Lugar da violência na sociedade contemporânea”, da disciplina “Antropologia das violências e dos conflitos” (PPGAS/ UFSC, 2007).

políticas expressadas com maior intensidade, nos anos 80 na Guatemala, destruíram a “civilidade” deixando que a “incivilidade” se apoderasse das relações sociais, em um clima onde os conflitos se agravaram, criando lamentáveis confrontos como aconteceu no caso de Rio Negro. Sobre esta perspectiva, as narrativas que seguem são sobre esse genocídio, no qual, como disse Keane, se percebe claramente “*a espantosa crueldade*” com que estes fatos foram cometidos, constituindo-se Rio Negro, num desses símbolos ou monumentos da memória social que não se pode esquecer porque, como bem expõem os comunitários,

El pasado es la base del futuro. Lo que nos ha pasado queremos que ya no vuelva a pasar, nos asusta pensar que nuestros hijos o nietos vivan algo semejante, porque es muy duro. Nosotros les contamos a nuestros hijos todo lo que pasamos, como es que se murieron nuestras familias e cómo es que muchos se quedaron huérfanos. Ellos tienen que saber para que respeten todo el sufrimiento que pasamos y como a pesar de lo que vivimos hemos logrado salir adelante, con muchas dificultades pero seguimos luchando. Sabemos que un día vamos a morir y ellos se van a quedar luchando por nosotros, porque el gobierno nos tiene que pagar todo el sufrimiento que nos causaron...Ahorita nos dio una ayuda económica por el resarcimiento pero eso no es suficiente porque eso no paga todo el daño, porque con dinero nuestros muertos no van a revivir. Estamos pidiendo que aparezcan los desaparecidos, estamos pidiendo que nos den la justicia, que nos den apoyo para vivir con tranquilidad, que haya trabajo para asegurar la comida y la escuela de nuestros hijos. (Carlos, líder COCAHICH)

Os aniquilamentos no vale do Chixoy, conforme lembram os meus interlocutores, iniciaram logo depois daquele infeliz dia de março de 1980 quando as tropas da PMA mataram às sete pessoas na comunidade. isto era o presságio do que estava por vir. Segundo a memória social, **o ano de 1982, foi ano de morte e deslocamento forçado**, pois a água do açude tinha coberto sua aldeia. Num cenário de confronto nacional, é de supor que qualquer ação militar no vale Chixoy não era estranha à sociedade local do município, que pouco sabia do que estava por acontecer com sua vizinha de Rio Negro, embora um ano

antes (1981), no parque central de Rabinal, o Exército tivesse cometido o primeiro massacre na região. Conforme a memória de Rio Negro, sobre este primeiro massacre,

El día siete de febrero de 1982, los militares, sorpresivamente, les quitaron sus cédulas de vecindad a los hombres de nuestra comunidad. En ese día les dijeron que si querían recuperar sus documentos tenían que presentarse nuevamente el trece de febrero. El 13 de febrero se presentaron setenta y cuatro personas entre ellos hombres y mujeres frente a la iglesia católica, lugar donde les serían entregados sus documentos pero esto no sucedió así, sino que los obligaron a desplazarse a una casa particular propiedad del señor Francisco Paz. Aquí les dijeron que eran guerrilleros y empezaron a golpearles con las culatas de las armas, les cortaron el cuerpo, la mayoría murió por las torturas. Ese día, los Patrulleros comenzaron a llevar los cadáveres de las personas fallecidas a un lugar llamado Chitón, a quienes tenían aun manos y pies los amarraron y cruzaron palos en sus extremidades para facilitar su traslado. Y los hombres que aún sobrevivieron a la tortura, fueron obligados a caminar hasta Chitón donde los ahorcaron con lazos y palos. Las mujeres y los niños fueron llevados a un costado de la casa de Francisco Paz, y allí los mataron. A Lorenzo Osorio Sic (niño de 14 años) le cortaron las orejas y las mejillas, diciéndole que era hijo de guerrillero. A Emilia Chen, una señora de ocho meses de embarazo, la violaron y le golpearon, violencia física que le provocó el parto y dio a luz, a quien también a pesar de su condición, la obligaron a caminar hasta Chitón donde la ahorcaron, estando muerta le colocaron el bebé en el pecho y a los dos los enterraron estando aún vivo el bebe (Murillo- CIDH)<sup>130</sup>.

Julián, que como já dissemos, tem registrada esta historia e memória social comunitária, refere que dias antes deste primeiro massacre, a comunidade foi rodeada por mais de 100 soldados e PAC. Eles, supos-

---

<sup>130</sup> Única narrativa feita a partir dos dados contéudos no informe de admissibilidade do caso Rio Negro, pela CIDH. No. 13/08, petição 844-05. Neste informe se encontra a narrativa completa do único sobrevivente deste massacre.



tamente procuravam um grupo de guerrilheiros que tinha ateadado fogo ao mercado de Xococ. Nos depoimentos, meus interlocutores afirmam que as PAC de Xococ fizeram uma falsa denúncia sobre a presença da guerrilha, o que foi considerado uma armadilha bem planejada com o chefe militar da zona. Assim, em 13 de fevereiro, das 64 pessoas, a maioria homens, que desceram a Xococ, só ficou um sobrevivente; os outros foram mortos. O testemunho deste sobrevivente foi peça chave para o processo judicial que foi aberto anos depois e que resultou na condenação dos vitimários.<sup>131</sup>

Um mês depois desta primeira matança aconteceria um segundo massacre, mesma que foi reconhecida posteriormente, no informe da Comissão da Verdade CEH (1999), como o maior massacre de Rio Negro. As vítimas foram 100 meninos e 77 mulheres, assassinados esta vez, no cerro Pocoxom, perto da sua aldeia. (ver no croqui mais adiante)

Com este massacre o que se queria era executar aqueles que não tinham se apresentado em Xococ, afirma Julián. Teodora, uma das três mulheres sobreviventes deste massacre, pondera que **as PAC se aborreceram porque não encontraram os homens,**

Llegaron a las seis de la mañana los del Ejército con las PAC de Xococ. Eran como 30 hombres, pocos eran del ejército. Vinieron y casa por casa iban preguntando donde estaban los hombres, pero la mayoría como dormía en el monte, por seguridad ya no estaba, solo estábamos nosotras y nuestros hijos, pensamos que solo a ellos los querían y a nosotros no nos iban a hacer nada. Nos trataron mal, se enojaron porque no encontraron a los hombres, entonces nos reunieron y salimos corriendo con nuestros patojos, nos pusieron en fila e dijeron que camináramos para arriba, hasta llegar al cerro Pacoxom, ahí empezó la matazón. Antes, los soldados se pusieron a bailar con las mujeres más jovencitas, las violaron, como yo y otras que somos viejas no nos hicieron nada, entonces mientras ellos se divertían, aproveché para tirarme entre el monte, me golpee mi espalda, mi cuerpo, estaba asustada, sentía dolor y miedo de que me buscaran y encontraran pero no se darían cuenta,

---

<sup>131</sup> Sobre este processo, pode-se ver a notícia: *Guatemala/ “Paramilitares pagaram por matanza de indígenas”*. Em 1982 /SIEC. Atualidade Étnica, 02/06/2008. Disponível em: [www.SERVINDI.org](http://www.SERVINDI.org). Fonte: Agência PULSAR e agências.

ahí me quedé quieta por mucho tiempo, escondida, logre salir hasta que amaneció, que ya todo estaba en silencio. Desde el lugar que estaba escondida, escuchaba los gritos de la gente.



Fotografías 13 e 14 “Símbolos da memória” desenhados pela comunidade Rio Negro. Estão localizados no cemitério de Rabinal, na estrada principal do casario de Pacux e é parte de outros murais que têm sido feitos pelo ADIVIMA, em um projeto de recuperação da memória e dignidade das vítimas massacradas. Fonte: N. Murillo (2008).

Sebastián considera que outro erro deles foi pensar que não matariam mulheres nem crianças e idosas; por isso, a maioria de homens saiu sem a família, se escondendo, depois do primeiro massacre. *“De saber que iban a matarles nosotros no les hubiéramos dejado solas, aquel día; no entendemos porque actuaron así de salvajes con nuestros patojos, nuestras mujeres y ancianos; ellos no tenían capacidad de defenderse”* reflete.

Felisa, que era uma menina naquele tempo, lembra a angústia daquele momento antes da morte e acha que **sua mãe estava grávida quando a mataram,**

Sacaron a mi mamá, dijo que no podía salir que le dolían sus pies, pero los soldados así la sacaron a la fuerza y la hicieron caminar, mi hermano se fue con ella, yo me iba ir, me puse mis caites pero mi tía me jaló para que me quedara. Mi hermano se fue con mi mamá llorando, caminaron mucho, más de dos kilómetros. Nosotras éramos niños, pero nos asustamos cuando escuchamos los disparos, empezamos a llorar... Mataron a varios de

mis hermanos en las masacres, creo que mi mamá estaba embarazada en el momento en que murió.

Nas palavras de Felisa, como nos outros relatos que estão sendo colocados, evidencia-se o ritual de tortura que foi aplicado pelos vitimários antes das matanças. Um ritual que tem por objetivo o desaparecimento físico das pessoas, mas antes é preciso degradá-las de sua condição humana. Isto é a aplicação, antes da morte física, de formas, igualmente violentas, de aniquilamento espiritual e moral. No contexto dos massacres, segundo é evidente nos relatos, foram aplicados às vítimas diversos tipos de torturas psicológicas e físicas, antes de matá-las. O estupro das mulheres, os maus-tratos físicos, a zombaria, o obrigá-las a escavar os buracos onde seus corpos já mortos seriam depositados, são algumas imagens da tortura sofrida. Por isso, *a tortura é uma viagem moral sem retorno*, disse Javier Ortiz (1966).<sup>132</sup> Porque, nesses atos de desrespeito, se fere a honra, a dignidade e se quebra, totalmente, o código ético, moral e social. A tortura, segundo Alfonso Huet (2008) pretende a humilhação, rebaixamento, espoliação das vítimas, da sua humanidade, da sua dignidade. Assim, a morte dos torturados significava concluir um processo de anulação moral, anulá-los moralmente até convertê-los em “coisas”, sem nenhum valor nem estima social. A anulação física só era o ponto culminante dos rituais de terror (FIGUEROA, 1991), que tem efeitos acumulativos e perduráveis. (CEH, 1999). Assim, segundo relata Carlos, líder citado, **Escarneciam deles antes de matá-los...**

El 13 de marzo no vamos olvidar porque nos mataron lo más valioso, a nuestras mujeres, a nuestros hijos... Al no encontrarnos a nosotros, ellas pagaron, nunca nos imaginamos que iban a matarles pues eran mujeres, niños y algunos de nuestros ancianos. Mi esposa estaba embarazada de 6 meses y así la mataron, también mi hija de 7 años, mi hijo de 5 años, mi suegra, cuñada, sobrinas y una hermana que tenía 9 meses de embarazo. A mi hermana le sacaron el hijo y los mataron. Toda mi familia murió, menos mi papá que todavía está vivo. Ese día, por las que sobrevivieron sabemos que se robaron todo lo que quisieron, se burlaron de ellos antes de matarlos porque les obligaron a bailar y violaron a las mujeres más jóvenes. A los niños más pequeños los somataron contra las pie-

<sup>132</sup> <http://www.javierortiz.net/ant/ortizestevez/Conferencias/tortura.html>

dras y los tiraron por la quebrada, ahí quedaron muertos en un hoyo, primero los niños después las mujeres, así les encontramos cuando se hizo la exhumación en 1993.

Por outro lado, as torturas objetivavam a generalização do medo considerando que uma população vitimada e atemorizada é uma população imobilizada, razão pela qual o medo seja um dos sentimentos extremamente arraigados no inconsciente coletivo da maioria das populações sobreviventes. O informe “Guatemala: Nunca Más” (REMHI, 1998) analisa que “la inhibición de la comunicación, desvinculación de los procesos organizativos, aislamiento social, cuestionamiento de valores, y desconfianza comunitaria” (p. 12), são os efeitos sociais do medo.<sup>133</sup> Porém o medo é uma experiência produtiva, no sentido de que constitui uma defesa essencial, uma garantia contra os perigos e um reflexo indispensável que permite ao organismo escapar provisoriamente à morte. (DELUMEAU, 1989). E foi isso mesmo que fizeram muitos sobreviventes, “escapar” para se proteger. Carlos era um dos jovens dirigentes da comunidade que, naquele tempo, fugiu para as montanhas. Ele relata que fugiu no início dos massacres, pois estava sendo ameaçado e tinha medo. Os PAC e o Exército os perseguiram sistematicamente. Ele considera que os dois primeiros massacres pegaram a comunidade de surpresa. Se soubessem, toda a comunidade teria fugido antes e sua família não estaria morta, disse. Sebastian, relata que fugiu com vários homens, e se esconderam na montanha. Ao amanhecer do dia 13 de março de 1982, de seu esconderijo, eles ouviram os gritos de suas esposas e filhos. Em seguida, ouviram tiros. E então, silêncio. Temendo o pior, aventurou-se a voltar à comunidade. Ele lembra,

Todo estaba silencioso. Encontramos ropas tiradas en el suelo, seguimos el rastro hasta llegar al barranco, ahí ellos habían tirado los cuerpos estaban con mal olor en el fondo de un hoyo y los zopilotes ya estaban rondando...

---

<sup>133</sup> Berinstain Carlos, e Riera Francesc, no seu estudo “*Afirmación y Resistencia, la Comunidad como apoyo*” (1993) mencionam os efeitos psicossociais da violência política, durante os conflitos armados do Salvador e Guatemala. Eles desenvolveram sua pesquisa com populações sobreviventes de massacres e explicam que o medo paralisou muitas famílias em relação a tomar precauções contra a agressão direta e violenta do Exército na sua contra. Esse medo gerou impotência e cólera. Assim, a impotência feriu a dignidade individual e coletiva; entre os efeitos dessa impotência, salienta-se a falta de credibilidade nos processos que buscam mudanças, pouca esperança no Sistema Judiciário e na luta contra a impunidade.



Fotografias: 15 e 16 “As exumações: A cor do sangue jamais se esquece. Fonte: Arquivo do Museu Comunitário e FAFG (1994).

Sebastián, disse que jamais esqueceu o lugar onde estes corpos foram depositados, o que foi importante, anos depois, quando puseram a denúncia deste massacre e no processo de exumação dos que foram massacrados. As fotografias abaixo documentam as primeiras exumações, realizadas em 1993 e 1994, com o apoio do Centro de Ação Legal dos Direitos Humanos, CALDH; e, pela equipe da Fundação de Antropologia Forense de Guatemala (FAFG).

Outros fatos acontecidos junto aos massacres foi o desaparecimento e sequestro de crianças.<sup>134</sup> Atualmente se sabe, por diversas pesquisas sobre o tema, que o fenômeno do desaparecimento e sequestro, como “mecanismo de contra-insurgência”, acompanhou todo este período de violências. As desapareições de crianças foram quase sempre massivas, conforme Lucas. No caso de Rio Negro, cerca de 20 crianças sobreviventes, foram levadas como escravas ou pelos membros das PAC durante os massacres.<sup>135</sup> Lucas refere que as crianças se salvaram por

<sup>134</sup> Mais de 80% dos casos de meninos desaparecidos durante a guerra interna se classificam como desaparecimentos forçados, porque se deram no contexto das operações militares ou paramilitares. Os autores, na maioria dos casos, são membros do Exército ou das PAC. Os meninos foram capturados depois dos massacres, na fuga para a montanha ou quando a família buscava refúgio nos países vizinhos. Em outros casos, foram capturados junto com seus pais nas ações militares de sequestros coletivos, dentro de suas comunidades, nas próprias moradias. (FERNÁNDEZ; MURILLO, ANLEU, 2000, p. 35.)

<sup>135</sup> Ver no informe da CEH, 1999, caso ilustrativo No. 10: “Masacre y eliminación de la Comunidad de Río Negro” e Caso Ilustrativo N° 14: “Traslado forzado de niños sobrevivientes de la masacre de Río Negro”

“puro milagre” entre elas menciona Efraín, Dominga, Isabel, Jesus e Paulina, quem vivenciaram, depois da morte de seus pais, desaparecimento forçado ou seqüestro de outros familiares. Alguns deles, como a Paulina, ainda não têm nenhuma notícia sobre seus irmãos desaparecidos.

No meu trabalho de campo, tive oportunidade de dialogar com estes órfãos; atualmente, três deles exercem liderança em alguns espaços organizativos da sua comunidade. Na sua narrativa sobre os fatos, Paulina, integrante de da Associação Campesina Rio Negro 13 de março Maia Achí, ASCRA e única sobrevivente de seu grupo familiar, descreve: *Esse dia os patrulheiros foram a matarnos,*

Quedé huérfana a los 9 años, me quedé con mis hermanitos. Primero mataron a mi mamá en la masacre de Río Negro y después mataron a mi papá, ahí en Los Encuentros. Lo mataron y me quedé con tres hermanitos, a uno lo mataron y a los otros dos se los llevaron en el helicóptero. Primero cuando mataron a mi mamá, fueron los soldados y las PAC de Xococ que llegaron sin avisar, juntaron a toda la gente y les dijeron que iban a ir a una reunión. Ellos fueron y a nosotros nos dejaron ahí enfrente de una escuela en Río Negro. Ese día los patrulleros fueron a matar y nosotros nos quedamos tristes, cuando regresamos a la casa sólo estaba la piedra de moler con la masa, esperando para tortear para el desayuno y ese desayuno ya no lo hicieron. Esa gente de las patrullas llegó y a mi hermana la amarraron su brazo atrás y le cortaron su carne; en ese tiempo a mi papá, todavía no se lo habían llevado. A mi mamá la sacaron con tres hermanos/as, a ellos lo mataron de una vez, nosotros sólo lo oímos cuando tiraban las bombas, las granadas. Luego dos masacres, ya no supe de mis hermanos, sólo vi a mi tío embrocado, muerto ahí en la champa donde estábamos. Luego supe que a mi papá lo torturaron antes de matarlo. Ya no tenemos casa y después de esto fuimos otra vez a Los Encuentros. Ahí nos fuimos con un Ese día mi tío estaba moliendo maíz y nosotros nos habíamos ido al río cuando llegaron a la casa los soldados y del otro lado del río tiraron la balacera, granadas y todo, entonces ya nosotros salimos corriendo entre la balacera.

Yo salí y la balacera salía de un lado a otro, gracias a Dios que no me pegó en cambio a la otra mi prima le pegaron en la pierna, pero gracias a Dios se salvó y está viva.<sup>136</sup> A los niños se los llevaron en helicóptero, dicen que echó como tres viajes, cargado sólo de niños, de seguro ahí se fueron mis hermanitos. A otro mi hermano lo mataron, lo encontraron muerto y a otra mi hermana María, también la mataron los chiquitos Carlos y Francisco se los llevaron pero no sé dónde estarán. Son los que ando buscando. Otro mi hermano, Daniel, salió huyendo pero separado, era más grande, tenía 15 años, cuando desapareció. Con Daniel ya no tengo esperanza de encontrarlo pero a los otros dos sí. Estaba chiquita y no sabía lo que estaba pasando, tantas cosas que yo no me recuerdo. Fue un gran dolor cuando desaparecieron, entonces no hay quien por uno.

Sobre o desaparecimento de seus irmãos, Paulina sente **uma dor, como um espinho ou cravo, no peito,**

Hace veinte años que nos dejamos con mis hermanos y eso me hace sentir un dolor, es un dolor como una espina, si les encuentro se me va a salir esa espina de mi pecho, me voy a sentir tranquila, pero ahora seguimos pensando si vamos a encontrar. Sueño mucho y me digo por qué sueño; pienso que tal vez lo vamos a encontrar porque sueño a mis hermanitos. A veces me enseña el sueño que un muchacho me habla y me dice que si estoy buscando a mi papá, le digo que no, que estoy buscando a mis hermanos; estoy necia con ese sueño. Ese muchacho que sueño tiene un diente de oro y estoy va de pensar, es como una señal siento que están vivos. Otra vez soñé a ellos, soñé que los encontré, pero me escondí, muchos sueños tengo de ellos. Esta vez que soñé, de una vez me levanté, entonces me fui a hablar con Carlos (líder mais antigo), para ver si sabía algo...

---

<sup>136</sup> Esta parte do relato de Paulina refere-se ao massacre massivo de 14 de maio, no lugar denominado *Água fria*, aonde chegaram os sobreviventes de Rio Negro que estavam na montanha, buscando refúgio

Na minha experiência de trabalho com familiares de meninos desaparecidos, sei do drama das famílias que andam na busca, na espera de saber alguma informação sobre o paradeiro de seus desaparecidos. A incerteza sobre se estão vivos ou mortos, causa muita ansiedade, além de se perguntar onde eles estariam agora. Em qualquer dos casos o problema é complexo porque não se tem, no país, um registro sobre as adoções de crianças neste período do CAI; se tem conhecimento que muitas das adoções foram ilegais. Também muitas dessas crianças, agora maiores, acreditam no que lhes foi dito, que foram abandonados pelos pais; outros, não sabem que não são filhos de seus captores (ex-PAC). Aliás, o luto alterado e a pergunta que golpeia o peito, sobre o destino dos desaparecidos, são comuns nos familiares que vivem esta situação, tampouco foram identificados todos os cadáveres encontrados ou exumados nos cemitérios clandestinos, para que as famílias façam os ritos próprios de exéquias, segundo seus costumes. Esta problemática gera nas famílias um sentimento de abandono e desesperança, entre outros efeitos na sua saúde mental e no plano moral (MURILLO, 2005).

Sendo assim, os que têm mais sorte, neste caso, foram os meninos que, como Paulina e outros, têm certeza que seus pais morreram nos massacres. Conforme Carlos, estes sobreviventes meninos e agora adultos, foram também aceitos como testemunhas-chave nos esforços para levar à Justiça os responsáveis pelas matanças. O testemunho de Jesús é o mais significativo dentro desta situação.

Quando falei com Jesús, que é diretor do projeto educativo Fundação Nova Esperança<sup>137</sup>, ele me disse, antes que eu lhe perguntasse qualquer coisa, *“mi testimonio lo puede encontrar completo en mi libro, lo escribí con la idea de no perder la memoria de nuestros seres queridos y por eso se llama “Memoria de las masacres de Rio Negro”*. Fiquei aliviada com esta reação de Jesus, já que antes de meu encontro com ele eu estava lendo seu livro; naquele momento, nosso encontro estava motivado por outras perguntas de minha pesquisa, mais pontuais, não necessariamente vinculadas à sua vivência pessoal nos massacres. Mas eu estava um pouco impaciente, com expectativas sobre como deveria agir frente a alguém como ele, que também ficou órfão aos 10 anos e fora sequestrado por muito tempo, além de ser um estadista com muita credibilidade, o que fez com que ganhasse o prêmio internacional *“Ree-*

---

<sup>137</sup> Jesús foi, junto com Lucas, precursores da luta social das vítimas sobreviventes das Verapaces e fundador de ADIVIMA. Depois, por problemas internos, se separou do movimento e decidiu criar sua própria fundação, de caráter educativo, que apóia jovens, principalmente de Rio Negro, com bolsas de estudos. A Fundação conta com seu próprio Instituto de Educação média e técnica, aprovado pelo Ministério de Educação.



*bok*” de Direitos Humanos. Aliás, o dinheiro recebido por este galardão, logo lhe permitiu abrir sua Fundação (Nova Esperança) e escrever seu livro. Honestamente, eu não queria tocar em nada que ele não quisesse dizer sobre esta experiência, que eu compreendi forte e dolorosa. Então, quando ele me disse, de saída, que não iria falar nada sobre este assunto e que para isso tinha escrito seu livro, me senti aliviada. Mas fiquei muito grata de me encontrar com um homem, simples, claro, honesto, sereno, e profundo nos seus juízos sobre esse trecho da história de luta que se iniciou depois dos massacres.

Em seu testemunho, Jesus (TECU, 2002) narra como sobreviveu, foi capturado e escravizado pela família de Pedro González Gomes, que fora membro das PAC de Xococ. Quase 8 anos depois, Jesús foi localizado por parentes e membros da comunidade, que o liberaram. Seus pais foram mortos no primeiro massacre (fevereiro 1982) e ele e seus três irmãos mais novos foram morar com suas irmãs mais velhas, casadas. No massacre do março, ele e seus irmãos foram levados para o cerro Pacoxom. Ele e outras crianças viram os soldados estuprarem as mulheres antes de matá-las. Muitas das crianças, incluindo seu irmão mais novo foram mortas ao serem jogadas contra as rochas. Jesus narra, em seu relato testemunhal, uma passagem que impressiona pelo grau de crueldade e fúria com que foram executadas as vítimas. Segundo esta passagem ficará impressa, para sempre, na sua memória.

A pesar de que la señora llevaba un bebe en la espalda luchaba por defenderse del violador. Agarró una piedra y se la lanzó, entonces el patrullero sacó el machete de la vaina que tenía en la cintura y le dio dos machetazos a la señora. (...) yo vi cuando cayó la mitad del bebe al suelo, la otra mitad quedó prendida en el perraje. (TECU, O. J. 2002, p. 92)

O caso de outra das órfãs é singular, mas reflete o acontecido com muitos meninos desaparecidos, perdidos ou sequestrados durante estas operações de terra arrasada. Ela se chamava Dominga. Agora se chama Denisse<sup>138</sup> e mora nos EE. UU, desde que foi adotada por uma família estadunidense.

---

<sup>138</sup> Denisse ou Dominga, desde que se re encontrou com sua comunidade, tem ajudado em projetos produtivos, na compra de lanchas ou barcas e atualmente ajuda no projeto de elaboração e comercialização de “tecidos” feitos pelas mulheres sobreviventes da comunidade de Rio Negro.

A su madre la agarraron los soldados, pero consiguió atar a la hermanita de la Dominga, de tan sólo nueve días, a la espalda de la propia Dominga y decirle que corriera para el monte y se escondiera. Dominga hizo caso y huyó y se escondió. Vio al comando compuesto por los soldados y las PAC, conducir a las mujeres y niños al cerro. Una hora después oyó centenares de disparos. No volvió a ver a su madre. Su hermanita murió de frío e hambre en la montaña y Dominga la enterró ella misma. En la montaña para sobrevivir comió raíces y pastos hasta que finalmente encontró a otros sobrevivientes del pueblo de Rabinal quienes al bajar al pueblo la dejaron con los curas. Ahí se la llevaron a un orfanato de la capital y luego fue adoptada por una familia gringa. Cuando “Lucas” se fue a los Estados Unidos a presentar nuestro caso y conseguir apoyo para nuestra comunidad, la Dominga lo escuchó, se puso en contacto con él y vino a Guatemala a encontrarse con su familia, tías y primos. Ella está muy cambiada, ya no es de aquí, ella habla inglés. Ella nos ha apoyado mucho, ayuda a las mujeres y dio su testimonio a la corte. (Julián)

Na revista de Direitos Humanos da Associação de Familiares de “detenidos desaparecidos” - FAMDEGUA,<sup>139</sup> eu me deparei com o depoimento de Dominga, feito, em uma entrevista coletiva, no dia em que voltou à Guatemala apoiada por ADIVIMA e organizações de Direitos Humanos para divulgar seu caso e exigir reparação integral.

Los primeros años en los Estados Unidos fueron muy difíciles para mí, fui alejada de todo lo que conocía. Poco a poco me fui acostumbrando a mi nueva vida, pero siempre guardaba en secreto el deseo de regresar a Guatemala, pero sin saber qué iba encontrar, o si algunos de mis familiares habían sobrevivido a la violencia. (...) Vine a Guatemala porque estoy buscando a mi familia, quiero entender mi pasado, vine porque estoy buscando paz en mi corazón y estoy buscando mi herencia histórica para compartirla con mis hijos. Me han

---

<sup>139</sup> Revista “Nunca Mas” No. 43, Año 7, Junho 2002, p.11. Guatemala.

preguntado muchas veces que quiero lograr con esta visita y estoy demandando públicamente al Banco Mundial y al Banco Interamericano de Desarrollo para que tomen responsabilidad por su negligencia, porque ellos financiaron el proyecto de la presa Chixoy, lo que resultó en la destrucción de mi aldea. A pesar de que la violencia militar fue utilizada para aniquilar la resistencia local a la pérdida de nuestra tierra, esas instituciones internacionales continuaron financiando dicho proyecto y deben ahora financiar lo que necesita mi comunidad para salir de la pobreza extrema en la que viven. (Dominga, estrato da entrevista).

Para la comunidade, Dominga é uma pessoa bem sucedida que pode ajudar muito ao movimento, seu retorno, significa oportunidade para a mobilização e ação política, além de todas as ajudas materiais que ela logra reunir e aportar a seus companheiros. Recentemente ela deu em doação um par das barcas que tanta utilidade tem para as famílias que agora moram na aldeia Panimá Rio Negro, à beira do açude.

Muitos meninos que ficaram órfãos pelos massacres, como Dominga, foram adotados por famílias estrangeiras; as famílias sobreviventes não sabem de seu paradeiro, muito menos os próprios meninos que, na sua maioria desapareceram antes dos 6 anos, como aconteceu com os irmãos de Paulina. Efraín, igualmente, ficou órfão aos 9 anos. Ele é um dos representantes do Comitê Oficial de Vítimas de Rio Negro;<sup>140</sup> no dizer de Axel Honneth (.) tanto a ele como aos outros que ficaram órfãos, lhes foi tirada uma das formas fundamentais de reconhecimento, nas relações primárias (amor e amizade) que se dão ou se expressam no cantinho do grupo familiar. Para A. Honneth (2003.) as formas de reconhecimento que se iniciam na família promovem a auto-realização positiva na qual o indivíduo pode referir-se a si mesmo como um sujeito no que cabem determinadas propriedades e capacidades (p.272-273). Nesse sentido, a perda da autoconfiança e auto-estima que vem destas formas de reconhecimento, discutidas por Honneth, coloca os sujeitos numa situação vulnerável de revitimização, perdendo sua condição de sujeitos para se tornar objetos de compaixão. O dano moral infringido nesta

---

<sup>140</sup> Este é um espaço organizativo de pouco impacto comunitário; foi formado pelo interesse governamental, de negociar seu plano de reparação para com as comunidades que foram vítimas das violências políticas durante o CAI. Sua implantação, porém, tem provocado problemas e divisões na comunidade de Rio Negro.

esfera primária de reconhecimento é irreversível e difícil de levar. Assim, no sentir de Efraín,

La situación para nosotros se hizo bastante difícil, Muchas fueron las veces en que nos hemos sentido despreciados, abandonados a nuestra suerte, o somos estigmatizadas pues siempre seremos los huérfanos. A pesar de tener más familia sabemos que nunca vamos encontrar en otras personas a nuestros padres. Sólo cuando formé mi propia familia, me sentí aliviado, el amor de la esposa y los hijos ayudan.

Paulina também encontrou refúgio e alívio ao formar seu próprio grupo familiar,

(...) No tengo a quien visitar, no hay nadie de mi familia de sangre, no tengo a mis hermanos para ir a visitarlos; cuando salimos a algún lado, siento a saber qué cosa, sólo me siento bien aquí con mi familia, porque no tengo otra más.

Por conseguinte, no seguimento dos relatos dos órfãos, se percebe um forte sentimento de orfandade, como uma sequela permanente. Assim, a *auto-vitimização* se faz visível. Depois de anos de espancamentos e outros maus-tratos, as famílias destas crianças lutaram para que elas regressassem com eles. Várias dessas crianças ainda continuam desaparecidas, outras conseguiram se reintegrar à comunidade, mas a vida tem sido muito madura para eles. No caso dos órfãos se percebe como diz Carlos Berinstain e Carlos, Riera (1993), uma dor profunda, uma culpa adormecida ante um fato trágico do qual foram expectadores e que puderam evitar. A partir de minha análise, considero que naquele contexto em que foram destruídas, nos termos de Honneth (op. cit., p. 211) as formas de reconhecimento, os sobreviventes ficaram à deriva, asilados e, sem respaldo daquele corpo social, que não reconheceu seus lugares como sujeitos portadores de direitos, pois não agiu ou manifestou-se solidário ante o desrespeito sofrido pela comunidade.

Ora, os meninos que foram testemunhas da morte de seus pais e conseguiram escapar, se vieram atrapalhados nas montanhas até serem encontrados pelos outros sobreviventes. A maioria desses sobreviventes fugiu, resistindo por um tempo no mato até que isso não fosse mais possível, desceram ao povoado e se entregaram ao Exército. Efraín não esqueceu **o sofrimento vivido na montanha...**

Nosotros nos quedamos huérfanos y con otros mis tres hermanos vivimos en carne propia todo lo que pasó. Vivimos escondidos 2 años en el monte. Nos enfermamos, comimos de todo, dormimos mal y siempre con mucho miedo. Para cuando hubo amnistía se nos da la oportunidad para que nos entregáramos. Bajamos a entregarnos voluntariamente al Ejército porque ya no aguantábamos la vida en la montaña. Cuando venimos acá, en Pacux, nos quedamos en la casa de mi papa, él tenía derecho a esta casa. Luego aquí fue bastante difícil al principio porque todo el control lo tenían los militares del destacamento. Cuando tenía 16 años en 1989, me reclutaron como soldado, así fui obligado a servir al Ejército hasta que salí en 1991, salí sin trabajo, sin nada, así que me regresé a Rio negro donde viví del 91 al 2001, hace cinco años estoy aquí nuevamente en Pacux. Nosotros somos con mi compañero Tono miembros del comité de resarcimiento de aquí de Rio Negro y también somos miembros del consejo de víctimas a nivel departamental.<sup>141</sup>

Isabela, outras das órfãs, agora presidente do comitê de mulheres fala também **sobre a perseguição militar e a sobrevivência na montanha,**

Fui la única sobreviviente de mi familia, todos murieron, horas después de la muerte de mi madre y mis hermanitos, llego mi abuelo a sacarnos de la casa, para ir a escondernos en las montañas, porque si quedábamos en las casas nos matarían, así que huimos para salvar nuestras vidas. Ahí dentro sufrimos mucho, a mi me dejaban escondida debajo de las hojas secas de palma, ya que no podía caminar mucho, cuando escuchábamos a un helicóptero yo ya sabía y rápido me escondía en las hojas de palma y en cuevitas. Aguanté estar en las fuertes lluvias y frío, ya que no tenía nada con que cobijarme, aguanté sed y hambre, ya no tenía nada de qué comer, lo único que preparaba mi abuela era cogollos de palma, hierbas sin sal, tie-

---

<sup>141</sup> Tanto o comitê de ressarcimento, quanto o Conselho departamental de vítimas, são estruturas do Programa Nacional governamental de ressarcimento, identificado por suas siglas PNR.

rra y piedrecillas que se podía masticar, me enfermé mucho por poco me iba a morir...

Conforme os comunitários, a vida na montanha esteve cheia de perigos e as dificuldades foram muitas, mas alguns preferiram morrer de fome, frio ou doenças antes que se entregar, pois sabiam que iam a correr a mesma sorte dos outros que se tinham entregado e foram torturados. A tortura se exercia no local do destacamento militar instalado na estrada principal do casario Pacux, a uns metros do centro deste. Neste destacamento, os capturados eram severamente interrogados e logo lhes aplicariam as piores torturas, segundo meus interlocutores. Assim, ninguém queria sair da montanha.

Los que sobrevivimos, en su mayoría, después de las masacres, nos refugiamos en la montaña. Pero no todos aguantaron porque el ejército peinaba la zona y ellos estaban con niños, tenían hambre, las lluvias, y no podían seguir así, por eso se entregaron por necesidad. Así como estaban era difícil. A la entrada de este asentamiento Pacux estaba un destacamento militar que controlaba totalmente a la población. Yo aguanté 9 años en la montaña porque hice mucha fuerza, luché, ¡comí de todo! Pero gracias a Dios no me morí. Ellos pensaron que iban a matarnos a todos, eso era lo que perseguían. Nos mataban y el problema para ellos se terminaba. Por eso cuando la gente llega a Pacux la siguen controlando y matando, por ejemplo a mi cuñado José Iboy ahí lo mataron en el destacamento y a mi hermano Francisco le torturaron. Todos los actuales líderes de Pacux y de rio Negro fueron torturados en ese destacamento. (Carlos)

Alguns se foram desesperando, especialmente as mulheres e crianças e alguns anciãos, então desciam para buscar refugio em aldeias vizinhas, mas não se salvaram. Na perseguição de Rio Negro, outras aldeias que lhes mostraram sua solidariedade seriam castigadas. Os posteriores massacres da pequena vila, Os *Encontros* e *Água Fria*.<sup>142</sup> são

---

<sup>142</sup> Ambos os lugares eram importantes “zona de contato” (HALL, 2006) ou centro comercial de troca e venda de bens e serviços; assim, centro de relações sociais e econômicas entre os diferentes povos e culturas indígenas que habitavam o vale do Chixoy, antes da construção da barragem (k’iches, Poqomames, Poqomchies, Achies). Além disso, constituía um espaço de

exemplos do objetivo da perseguição sistemática dos habitantes de Rio Negro. Por isso, eles acreditam que a finalidade era sua aniquilação, o que foi avaliado pela CEH, como uma verdade.

Sobre estes dois últimos massacres, acontecidos no mês de Maio (1982) a memória comunitária relata que uma patrulha militar chegou ao lugar ao amanhecer e junto com as PAC, rodearam as aldeias e obrigaram as famílias a reunir-se num prédio comunitário. Segundo os testemunhos dos sobreviventes destes massacres, ante a CIDH, *Acusáramos de pertencer à guerrilha, trancaram-nos, despejaram gasolina ao redor do local e atearam fogo*. As pessoas morreram calcinadas. Neste massacre morreram 12 pessoas e foram capturadas outras 48, levadas em três grupos num helicóptero militar, sem que até hoje se saiba do seu paradeiro. Segundo o informe da Memória da Represa Chixoy Rio Negro (IBOY; et al., 2005, p. 16) ,em seu deslocamento de uma aldeia a outra, “*os massacradores*” (soldados e patrulheiros) utilizaram um veículo tipo pick-up, da COGEFAR, a empresa italiana construtora da represa.<sup>143</sup>

Ora, os que ficaram nas montanhas, resistiram a anos de perseguição, **sobrevivendo em condições subumanas**.

Después de la muerte de mi familia, mi esposa, mis hijos, mis tíos, compadres, compadres, sobrinos, sobrinas, etc. Decidimos vivir en la montaña, salvando nuestras vidas con otros sobrevivientes, ancianos y huérfanos. Mucha gente murió de hambre, niños y ancianos, no podíamos hacer nada, todo estaba controlado, por tierra, aire, lavábamos sólo de noche, estuve cinco años defendiendo mi vida, intentamos sembrar milpa pero no conseguimos. Nos rodearon el ejército como en julio de 1985, muchos compañeros murieron, a mí me llegó una bala. El ejército cortó la milpa, todas nuestras siembras, mutilaron todo, para lograr que nosotros muriéramos de hambre. A veces conseguíamos maíz pero no podíamos hacer tortilla, por que controlaban el humo, no teníamos medicina, ropa, nada. Comíamos raíces de bijucos, semilla

---

cruzamento das fronteiras geográficas entre os três departamentos atingidos pela barragem (Quiché, Alta e Baixa Verapaz).

<sup>143</sup> Uma reportagem mais detalhada sobre o massacre do casario de Água Fria pode ser lido na revista: *Debate*. “Estado e sociedad Civil: una negociación necesaria” Centro para la Acción Legal en Derechos Humanos (CALDH). Numero 1, Año 1 Noviembre 1996 Guatemala.

de palma, cazamos animales como tacuazín, mapache, armadillo, con eso pasábamos la vida. Las noches bajamos bajo los palos y nos movíamos de lado a lado, no teníamos lugar seguro. (Sebastián, presidente do COCODES)

É importante fazer aqui um pequeno parêntese e dedicar umas linhas a um aspecto do qual ouvi muitas referências em todos os relatos, que se evidência no depoimento de Sebastián, e no trecho que segue, de Paulina. Refiro-me à relação que as comunidades indígenas têm com a planta de milho, assim foi recorrente escutar, “*nos quemaron nuestra siembra de maíz*”, “*no podíamos sembrar nuestro maíz*”, “*se quemó todo nuestro maíz*” “*sin tierra para sembrar nuestro maíz no tenemos futuro*”...

Nosotros llegamos a la casa, estamos llorando con mis hermanitos. Después llegó mi papá nos fue a recoger, salimos entre el monte, ya no se puede vivir. Luego llegaron otra vez y le echaron fuego a la casa; todo se quemó, se quemó tanto maíz, frijol, los animales... ¡Qué lástima!, Por eso ahora estamos sufriendo de verdad. Ese día se quemó tanto maíz, por eso la tierra está muy seca y no hay agua. Nosotros nos fuimos con mi papá, nos llevó, nos tuvo que meter entre el monte porque ya no hay donde... (Paulina)

A planta de milho, seus frutos e o que envolve seu cultivo e colheita são sagrados e vitais para todas as comunidades indígenas na Guatemala. Isto porque marca sua relação espiritual com a terra e porque o milho é alimento vital na dieta dos indígenas maias das diferentes etnias (PNUD, 2005).

Com uma história de origem cultural comum, sua maneira de compreender e reelaborar seus vínculos com a planta de milho é semelhante em todos os grupos. Seu sistema agrícola de “*milpa*” (planta de milho) é uma herança cultural de longa data, que funcionava mediante a rotação das parcelas e favorecia a dispersão geográfica. Antigamente, a produção do milho definia a organização social e política da sociedade. Este sistema mudou substancialmente com o processo da colonização. (TOVAR, 2001).





Fotografias 15 e 16: José, orgulhoso mostra-nos sua “*milpa*” ou plantação de milho. E, “*Los elotes de Feliciana*” da colheita do final de ano 2008. /Fonte: N. Murillo (2009).

Contudo, a produção agrícola atual continua centrada na “*milpa*” e ao redor dela se constrói significados e se organizam as relações espaciais com o ambiente humano e natural. No caso da população Maia Achi’ para o cultivo do milho fazem uma cerimônia onde pedem ao “*Ajaw*” (supremo criador) sua benção e sua autorização. Após todas as etapas de crescimento da planta e da colheita, fazem rituais ao “*Uk’u’x*” que é o espírito da abundância do milho (TOVAR e CHAVAJAY, 1999).

Na zona que compreende as comunidades atingidas pela construção da barragem, que têm uma superfície de 4.500 hectares de terra, quase a metade são dedicadas ao cultivo de milho, principalmente para o autoconsumo familiar (COCAHICH, 2008, p. 27-29). Durante este período de violências marcado pelo deslocamento forçado e a vida cigana nas montanhas, os ciclos de cultivo e colheita do milho foram substancialmente alterados ou anulados; para eles, isto realmente significou uma desgraça.

Aliás, Sebastián, líder principal na nova aldeia Panimá Rio negro, lembra que ante a falta de alimento na montanha se viram obrigados a comer abutres ou urubus. Ele relata que muitos dos sobreviventes das matanças se esconderam nos cerros. Ali montavam suas improvisadas barracas e comiam de tudo, mas nunca imaginou que um dia, por não ter o que comer e sem poder se movimentar, um dos homens encarregados do grupo saiu a caçar com sua “*honda*”<sup>144</sup> e retornou com uma ave de rapina. Um “*zopilote, negro, grande, de pescuezo extraño y algo alongado, que llamamos ave de la muerte*” me explica, para referir-se ao

<sup>144</sup> Instrumento básico, feito rusticamente de uma estaca de madeira e corda elástica, que se usa especialmente para caçar aves.

abutre ou urubu. Naqueles, perante a fome, jantaram o animal cujo cheiro é forte, mas a carne é gostosa como galinha, disse ele, até com certa saudade. Além disso, me explica que a sangue deste animal cura a doença da epilepsia, mas lamenta que alguns dos comunitários que estiveram por mais de cinco anos escondidos na montanha, morreram de desnutrição e desidratação.

Ora, outras famílias sobreviventes estiveram perambulando pelas várias aldeias, buscando refúgio com outros familiares ou vizinhos. Outras se deslocaram com ajuda da Igreja Católica para outros departamentos e municípios do território nacional. Assim, o trajeto percorrido pelas famílias sobreviventes nesses anos é significativo, pois denota essa **destruição e perseguição constante do Exército e desintegração forçada do coletivo, além dos efeitos físicos e psicológicos posteriores...**

Nosotros tuvimos que escondernos, yo no podía correr más porque estaba cansada, estaba bien gorda, lo que hice fue meterme en un gran hoyo, jalé monte y eché encima, y después pasaron debajo de mí los soldados. Por la gracia de Dios que no me vieron, si me hubieran visto no estoy aquí ahora, tal vez me hubieran matado... Antes, cuando quedamos entre el monte, aguantamos mucha hambre, no vimos maíz para hacer atol y hacer nuestras tortillas, no hay nada, sufrimos demasiado porque aguantamos hambre, pero no nos morimos. Ahora lo que tengo es un dolor de gastritis, un dolor que me sigue molestando, he tomado remedio pero no se me quita; cuando me enojo pienso mucho las cosas, me molesta mucho, siempre me molesta este dolor; este es un recuerdo que nos dejó la violencia, por tanto dolor que se quedó en nosotros. Siempre me recuerdo de las cosas tristes. A veces recuerdo a mis padres, me recuerdo y me da dolor. La guerra me dejó enfermedad, tristeza y la pobreza. (Paulina.)

A constante perseguição na montanha criou condições difíceis de agüentar, causando a morte de alguns. A vigilância por terra e ar era constante. Assim a fome, o frio foi fatal e gerou desespero, tiveram até que matar a seus perros e silenciar às crianças para evitar o barulho. Para os sobreviventes, naquelas condições, passar até dez anos à beirada o filo da morte e não morrer é um ato de valentia, uma ousadia; eles agradecem a Deus e acreditam que estão vivos porque ainda tem uma

missão para cumprir “*Por eso tengo esta misión de hablar sobre lo que nos pasó*” disse-me Carlos. É que ele não esqueceu o que sua esposa lhe disse, antes de fugir para a montanha,

Si vienen aquí, voy a rendirme con mis patojos, usted ¡váyase! porque nosotros no podemos acompañarlo; y si logra vivir vaya y cuente a todo el mundo lo que va a pasar aquí en Rio Negro!

Por isso, ele considera que seu papel de líder é uma grande responsabilidade e obrigação com a comunidade; é um compromisso para a vida toda, que sua falecida mulher lhe outorgou. Por seu lado, Jesus, outro dos líderes que fundaram o movimento COCAHICH, reconhece que a experiência vivida deixa nele a vontade de ajudar os órfãos e considera ter uma força moral para se sobrepor qualquer circunstancia ou problema difícil. Esta força é o que distingue hoje a comunidade sobrevivente de Rio Negro.

Conforme a narrativa de Julián e Carlos, ao estar muito mal na montanha a população sobrevivente da comunidade, decidiu sair aos poucos. Assim o primeiro grupo era integrado por seis famílias que aproveitaram um acordo enganador de anistia, outorgado em 1985, pelo governo de fato do general Carlos H. Mejia Victores. Este acordo ou decreto do governo, dirigido especialmente para os grupos que resistiam nas montanhas, permitiu ao exército re contar a população indígena que tinham sobrevivido à política de “Terra Arrasada” REMHI (1998). Como resultado, nesse ano, não só os sobreviventes de Rio Negro, mas também outros grupos ou comunidades indígenas saíram de seus refúgios nas montanhas, em condições miseráveis, física e mentalmente, para ser acolhidos por esta lei abusiva de anistia. Desceram até os destacamentos e foram recebidos como fugitivos da justiça, mas uma justiça militar que não teve piedade.

Conforme os comunitários lhes obrigaram a pedir perdão por serem guerrilheiros, assim lhes disseram através de um papel que tiveram que assinar ou colocar seu dedo com tinta porque a maioria, senão todos, nunca apreenderam a escrever. Pedir perdão! por quê? se perguntarem, se não cometeram nenhum delito! É o que os comunitários, ainda hoje ajuízam. “*Eso fué una humillación para nuestra gente*” disse Juan. Os sobreviventes, ao serem obrigados a se submeter a esta lei de anistia, reconheciam, tacitamente, ter tomado parte na insurgência, embora isso não tivesse acontecido. Assim, não tiveram outra saída, pois as condições de sobrevivência na montanha, naquele contexto de guerra se tor-

nariam cada vez mais difíceis. Para Francisco, o Decreto de Anistia serviu para enganar os sobreviventes e levá-los aos destacamentos militares, evitando, dessa maneira, procurá-los nas montanhas.

No inconsciente coletivo, porém, ficaria gravada o a mensagem dos militares: *os que descem da montanha são guerrilheiros que depõem as armas e aceitam o indulto que o governo generosamente lhes outorga*. A comunidade ainda carrega este estigma e isto permite que algumas pessoas, *principalmente não indígenas*,<sup>145</sup> os vejam com desconfiança, como ameaça e perigo<sup>146</sup>. Conforme a experiência pessoal de Julián,

Para muchas personas del pueblo, durante la guerra, nosotros fuimos de la guerrilla, por eso merecíamos tener ese castigo, algunos siguen tratándonos como culpables, como ex guerrilla. Miré yo mejor decidí venirme nuevamente aquí a vivir en Panimá Rio Negro porque no aguanté en Pacux, ni cortar leña podemos ahí porque tenemos problemas con la gente del pueblo, nos ven y nos tratan como ex guerrilla, como ladrones, como gente mala. Yo he tenido experiencias desagradables con gente del pueblo. Esto nos hace sentir que nuestra vida ¡no vale nada! La vida de nosotros solo vale para nosotros, para nadie más, eso es lo que yo les digo a mis hijos, aquí estamos con pobreza pero aun se consigue comer, estamos tranquilos, allá en el pueblo hasta nos matan.

A população de Rio Negro que descia da montanha para se entregar ao Exército era reassentada no casario Pacux, Porém Pacux funcionou como uma aldeia modelo para os de Rio Negro. Conforme os relatórios da CEH e o Informe do Projeto Arquidiocesano REMHI, 1998, Pacux foi uma cópia dos campos de concentração nazistas da 2ª guerra mundial, até a assinatura dos Acordos de Paz em 1996, esse calvário acabou. As aldeias representaram um novo tipo de organização territorial e até cultural. O exército podia exercer maior controle da população e

---

<sup>145</sup> A população ladina ou considerada e autodenominada “não indígena” em Rabinal é pouca, segundo dados municipais, menos de 20% do total o município, mas formam um grupo de elite, donos dos grandes comércios, hotéis, restaurantes e fazendas, além dos altos cargos ou de maior categoria ?? nas entidades governamentais.

<sup>146</sup> Em meu trabalho de campo, nos primeiros dias em Rabinal, comentei com a dona do hotel onde eu estava, uma mulher idosa, não indígena, que iria trabalhar em Pacux; ela me alertou que tivesse muito cuidado porque o pessoal de Rio Negro tinha sido guerrilheiro e que agora se dedicavam a roubar o povo e eram violentos.

levar a cabo seus programas de “re educação” sob uma forte coação psicológica. “*Vamos a perdonarles, ustedes se han equivocado de camino y se han dejado llevar por los guerrilleros*” “*Ustedes son gente con malas ideas, pero nosotros les perdonamos*”, eram as palavras dos militares, lembra o Faustino.

Mas Pacux, era o lugar que o INDE havia destinado para seu assentamento. Ali, na periferia, em condições de maior precariedade e controle militar, com mínima infra-estrutura, os sobreviventes de Rio Negro começariam escrever sua outra história. Não lhes levou muito tempo para entender que Pacux foi uma das armadilhas para submeter aos que tinham agüentado. Francisco, líder religioso que desceu para se aderir à lei de anistia, narra,

Nosotros sabíamos que Pacux era el lugar que el INDE había dispuesto para que viviéramos cuando la represa comenzara a inundarse. Ellos hicieron un techo mínimo aquí en Pacux y planearon que nos iban a trasladar a toda la gente de Rio Negro y también habían dicho que iban a dar una serie de cosas que nunca cumplieron. El traslado iba a ser cuando llenaran la represa pero en eso fue lo de la masacre. La gente apenas logró esa casa y en Pacux lo que se instaló fue un destacamento militar. Sabemos, está comprobado ,que ahí donde estaba el destacamento hay muchos muertos enterrados clandestinamente, en ese destacamento torturaron y mataron a mucha gente nuestra. Ahí mismo se han hecho cuatro exhumaciones y se han encontrado cadáveres.

Conforme os apontamentos de Francisco, no destacamento militar muitos dos que sofreram torturas, interrogatórios, continuam **desaparecidos. outros estão mortos**

Un día se entregaron a los soldados y patrulleros el señor Toribio Lajuj, el joven Demetrio Toj y algunas mujeres y niños. A don Toribio y Demetrio los separaron del grupo y los interrogó el oficial del ejército, mientras que las mujeres y niños fueron puestos entre los patrulleros. Toribio Lajuj fue acusado de haber sido líder del EGP (Ejército Guerrillero de los Pobres) y por eso lo torturaron. Después de la tortura, el oficial cortó un arbusto y

le hizo punta al tronco que había quedado. Tomó a don Toribio y lo empujó con toda su fuerza ensartándole el tronco en el trasero. Después fue decapitado. La muerte de don Toribio fue observada por su hijo que se había entregado con el grupo de mujeres. (Francisco).

Durante este tempo de controle militar, obrigaram as pessoas de Rio Negro a formar sua propria patrulha ou PAC e muitos jovens, como no caso de Efraim e Tono (atuais líderes do citado comitê oficial de vítimas) foram recrutados como soldados rasos pela lei de serviço militar obrigatório vigente naqueles anos.

Entonces nos llevaron en Pacux (...) y nos organizaron como patrulleros. Nos dijeron que si no hacíamos turno es porque tenemos conecte con la guerrilla. Entonces tuvimos que hacer turno, y por las noches así estamos, viéndonos, saber que estamos haciendo, bajo la lluvia, saber que estábamos cuidando entre nosotros. No teníamos comida, ropa, dinero, somos pobres y haciendo turno. A veces lloraba cuando estaba haciendo turno. (Tono)

Em 1986, os homens de Rio Negro, assentados em Pacux e obrigados a ser patrulheiro, tomariam a difícil decisão e arrojo de não continuar com a organização das PAC. Este fato histórico foi digno dos sobreviventes de Rio Negro, uma vez mais demonstravam sua valentia, coragem, porém rebeldia, ante uma política do Estado militarizado daqueles anos, pois para eles foi degradante e ofensivo tomar parte de uma estrutura paramilitar como esta, cujos membros tinham sido seus vitimários ou verdugos.

Esta resistência os colocaria novamente em situação de vulnerabilidade, pois provocou ira nos militares, acostumados a gerar medo e obediência. Passados dois meses da dissolução daquele grupo, chegaram vários homens desconhecidos. Levavam armas longas e tinham o rosto coberto com lenços. Dirigiram-se à casa de Tomás, um dos sobreviventes dos massacres, que se contrapôs, abertamente, à reorganização das PAC. Tomás foi sequestrado e assassinado. O cadáver apareceu depois de três dias na aldeia Sutún, do município de Cubulco, da província de Baja Verapaz.

Quando a situação torna-se mais calma, os que lograram resistir todo esse tempo na montanha, como Carlos, Julián e Angel, entre outras líderes atuais, saíram e se deslocaram clandestinamente ou ajudados pela Igreja Católica, para outros departamentos do país. A experiência de Carlos é simbólica neste sentido,

Luego en 1986 salimos de la montaña el grupo de 22 personas que estábamos escondidos y salimos para la catedral de Cobán, ahí estuvimos 3 meses, durante ese tiempo secuestraron a dos de mis compañeros, de ahí nos desplegamos, nos dividimos en dos grupos, un grupo se fueron para Izaabal, otro grupo se fue para Escuintla y yo con otras personas nos fuimos a San Felipe Retalhuleu. Eso no me gustó porque con el grupo dividido perdíamos fuerza. La idea era que los padres sólo nos dejaran aquí en la cumbre y cada quien buscara su camino. Pero yo les dije que me estaban persiguiendo que no me podían dejar ahí, entonces fui con las monjas en el hospital y ellas me hicieron una carta de recomendación para que los padres me llevaran hasta Retalhuleu.

Três anos antes que se assinassem os Acordos de Paz entre o governo e a guerrilha, em 1996, Carlos retornou clandestinamente a Rabinal, onde animou os sobreviventes não só para denunciar o massacre, mas também para apoiar diretamente na organização do comitê de viúvas e órfãos da guerra interna que deu origem à ADIVIMA. Posteriormente, como veremos no capítulo 3, esta instância junto com outras organizações e lideranças de Rio Negro, formariam uma rede<sup>147</sup> ou coordenadoria, reconhecida pela suas siglas COCAHICH, que é hoje o rosto de um novo movimento social (MELUCCI, 2001), reivindicativo dos direitos e da reparação integral das comunidades atingidas pela grande usina hidrelétrica de Chixoy e gravemente danificada pelos massacres.

A continuação se expõe um quadro de síntese, da **trajetória da fuga de lideranças de Rio Negro, logo após, do primeiro massacre.**

---

<sup>147</sup> Aliás, Théophilos Rifiotis retoma SIMMEL (1992) e HONNETH (1997; 2003) para pensar os conflitos como constitutivos do social. Rifiotis analisa que os conflitos podem conferir sentido a experiências de exclusão e de desrespeito social, na medida em que restituem o direito e a identidade violados ou negados, adquirindo, assim, uma positividade (RIFIOTIS, 1997), visto que expressam formas de relações sociais e propiciam a articulação de redes sociais para a ação.

NOME DOS DIRIGENTES OU LIDERANÇAS DE RIO NEGRO (Ordem ascendente, segundo lugar de importância nas relações políticas locais)	OS CAMINHOS DA FUGIDA	OS APOIOS RECEBIDOS NO TRAJETO
Líder I. Carlos	Montanha do vale Chixoy; Município de Cobán A.V.; Município de San Felipe Retalhuleu; Rabinal B.V.	Igreja católica e Organizações do Movimento social e ONGs pelos Direitos Humanos: CONAVIGUA e GAM, CALDH, Direitos em Ação
Sebastian	Montanha do vale Chixoy; Se acolheu à anistia e foi levado ao destacamento militar em Pacux, donde foi severamente torturado.	Igreja Católica.
Francisco	Montanha do vale Chixoy; Se acolheu à anistia e foi levado ao destacamento militar em Pacux, donde foi torturado.	
Julián	Montanha do vale Chixoy; Município de Cobán, A.V. Petén Retalhuleu, Rabinal.	Igreja Católica. Um ex coronel do Exército
Dominga	Montanha do vale Chixoy, Logra escapar à cidade capital de Guatemala, logo é adotada por uma família de Estados Unidos, onde vive desde que é adolescente. Retorna a Rabinal para ajudar a sua família e ao movimento. Atualmente vive em Estados Unidos desde onde mantêm o apoio a sua comunidade.	Igreja Católica. Família estrangeira ONG Direitos em Ação



Jesús	Montanha do vale Chixoy. Logo é capturado pelas PAC e junto com outros meninos são levados à aldeia Xococ em Rabinal onde vive em situação de escravo numa fazenda de uma família de Patrulheiro. Foi resgatado, anos depois pela comunidade. Atualmente mora em Pacux. Ele fez uma gira aos EE. UU. onde denunciou seu caso e também deu seu testemunho na CIDH em San José Costa Rica, o mesmo que foi chave no processo de condena de militares e ex-patrulheiros.	ONG Direitos em Ação CALDH pessoas particulares
Mario	Montanha do vale Chixoy, Município de Cobán A.V. Rabinal, Pacux.	Igreja Católica.
Angel	Montanha do vale Chixoy, Município de Cobán A.V. Izabal, cidade capital, Rabinal, Pacux.	Igreja Católica e pessoas particulares
Cristóbal	Montanha do vale Chixoy. Cobán A.V. e Rabinal.	

Quadro 1. Fonte: Elaboração própria. Com base na informação de campo.

No quadro anterior se percebe apoio da igreja católica a todos os líderes sobreviventes, sem este apoio penso, a comunidade não existisse agora nenhum sobrevivente. A igreja continua agora brindando sua ajuda através de projetos de saúde, apoio na alimentação das crianças, além de materiais para que a comunidade construísse suas vivendas logo de ter retornado a sua aldeia originária.

Finalmente, e como bem expressou Julián, historiador nativo, cuja narrativa foi central para fazer este item:

Todo cambio aquí, ¡todo! lo triste es que todo cambio para mal, mire yo hago mi comparación a un arbolito. El INDE nos sacó forzadamente de nuestro lugar de nacimiento. Éramos como un

árbol que estaba bien sembrado, y el gobierno con INDE lo arrancó y lo fue a trasplantar al otro lado. Nos sacaron de Rio Negro y nos sembraron en Pacux. Allá ya no agarramos nuestra raíz, porque no es ahí donde nacimos, nosotros, unos pocos que estamos aquí, que regresamos luchamos e buscamos ahora que el INDE, reconozca todo el daño que nos hicieron, que el gobierno nos pague por esos daños y que nos ayuden a re construir nuestra comunidad aquí en Rio Negro, aquí donde nacimos.

### **2.3 A comunidade dividida: Entre o paraíso perdido e o território imposto.**

Num de seus trabalhos, Ilka B. Leite (2000) analisa sobre o significado da terra para as comunidades quilombolas do Brasil e disse,

A terra (...) é crucial para a continuidade do grupo, do destino dado ao modo coletivo de vida destas populações, mas não é o elemento que exclusivamente o define. (...)... a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo. A terra é o que propicia condições de permanência, de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes, a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva (LEITE, 2000: 344-345).

O que Leite coloca me soa bastante similar à situação da comunidade de Rio Negro. É também um ponto de partida para refletir sobre a definição da identidade comunitária, a partir do território e da terra que habitavam e cultivavam, tanto no passado quanto no presente. A terra que lhes foi arrebatada não só era meio de sustento e sobrevivência, mas também, como veremos nos seguintes relatos, é o que lhes vincula ou identifica com o território.



Fotografia 17: Um herdeiro de Rio Negro apresenta-nos uma fotografia histórica da aldeia Panimá Rio Negro, antes da construção da barragem. Fonte: N. Murillo (2009).

Antes, nuestros abuelos vivían ahí, si ahí donde ahora solo hay agua... La tierra que ahora está bajo el agua es inmensa., la tierra que nos ha sido dada ahora es mucho menos y no es buena tierra, porque no ¡produce nada! No hay árboles, no hay agua, la gente no puede cultivar. Ellos nos prometieron un cambio de vida, mejores condiciones, pero la verdad es que nos dieron muerte e nos dejaron más pobres. (Mario, líder de ASCRA).

A associação terra e território são marcantes na auto-identificação do grupo e no sentimento de pertencimento e identificação sociocultural, que está ligado não só a esta associação (terra e território), mas também, a outros marcadores de diferencia interétnica,<sup>148</sup> como são: **a língua**, todos falam a língua maia Achí, que como observamos no mapa etnolinguístico da parte introdutória, a língua constitui um dos mais fortes marcadores de pertencimento diferença étnico-cultural da população, assim, as fronteiras etnolinguísticas, ainda são muito visíveis no país. Com a experiência do deslocamento forçado a zona urbana, muitos meninos e jovens, de Rio Negro, tendem falar mais em espanhol, pois nas

<sup>148</sup> Fredrik Barth (1969) e Roberto Cardoso de Oliveira (1976) entre outros estudiosos de grupos étnicos colocam que as questões étnicas estão relacionadas à territorialidade e que as fronteiras étnicas podem ou não ter contrapartidas territoriais. Além disso, na Guatemala, se identificam e percebem fronteiras linguísticas ligadas a territórios físicos ou geográficos; assim, toda a zona de Rabinal é classificada como maia Achí'. No caso do vale Chixoy, se tinha uma zona multiétnica, sendo Rio Negro, uma área etnicamente compacta, tradicional, que ainda se distingue porque todos seus habitantes se identificam como Achí..

escolas públicas ainda não se faz efetiva a Educação bilíngüe. Mas nas famílias a maioria do tempo se fala em Achí. Outro marcador de diferença interétnica é o uso da **vestimenta típica** que atualmente é usado mais pelas mulheres que por os homens. Os maias contemporâneos mostram muito orgulho pela preservação de suas vestimentas eles a consideram um elemento de resistência cultural contra os processos de “*ladinização*” ou mestiçagem (PICCIOTTO, 1992, p. 157) E parte dessa nova revitalização cultural, inclui ensinar às mulheres a tecer e usar suas próprias roupas, como era feito nos tempos pré-hispânicos<sup>149</sup>.

Assim, a arte de tecer é algo comum na comunidade. Por outro lado, as mulheres se organizam ou se reúnem em torno ao tecido, além de representar um pequeno ingresso familiar. Este representa uma das formas de estabelecer relações entre gerações de mulheres, pois as mais velhas ensinam às mais jovens. O traje ou vestimenta tradicional das mulheres Maias Achi’ se compõe por uma tela à que chamam “*corte*”: é um pedaço de tecido de três metros, confeccionada em telar de pé, com fios combinados de cor vermelho, verde e amarelo está é a saia que vai sujeita por uma faixa colorida tecida em telar de cintura. Na parte de cima, para completar o traje, usam o “*guipil*” ou “*huipil*” que é uma blusa feita em telar de cintura ou de “*palitos*” (agulhas de madeira), na parte do colo leva alguns desenhos bordados com as mãos. Para o cabelo usam o “*tocado*”, “*tocoyales*”, ou “*tuntunes*” que são cintas tecidas de fios coloridos e que no caso das mulheres casadas termina com duas elipses ou retângulos de cantos arredondados do mesmo tecido. Nesta cinta vai enrolado o longo cabelo, já que dentro da cultura indígena ainda hoje, não é bem visto que as mulheres cortem seus cabelos. Completando o vestuário se adornam o pescoço com vários fios de muitas cores com algumas moedas antigas de prata ou coral. No meu campo as mulheres de Rio Negro me contaram que o colar vermelho é o que usam permanentemente porque tem a crença que lhes protege contra o mal olhar.

Na seguinte fotografia se ilustra bem a vestimenta tradicional das mulheres Achí. É importante dizer que atualmente as que conservam a vestimenta tradicional são as mulheres mais anciãs. As jovens, já usam esta vestimenta combinada com a ropa comum ocidentais, por exemplo, o corte típico é combinado com uma blusa não típica. Segundo me explicaram as mulheres, é porque o “*guipil*” é uma peça de maior valor

---

<sup>149</sup> Para saber mais sobre tecidos, e indumentária dos maias na época pré-hispânica, pode ver o trabalho de Patricia Anawalt (1981) *Indian clothing before Cortés: Mesoamerican costumes from the codices*. Norman: University of Oklahoma Press.

econômico, além de que as jovens que moram principalmente na cidade, num processo lento vão deixando sua vestimenta e incorporando-se ao comum.



Fotografia: 18: Dona Benita, modela seu traje típico. Fonte: Museu Comunitário Rabinal Achi.



Fotografias 19 e 20: Narcisa tece em telar de cintura, enquanto Saira observa. Na seguinte fotografia: Rumualda nos mostra o produto de seu trabalho de tecido com o telar de cintura. Fonte: N. Murillo 2009

A tradição da comunidade étnica Achí, também se percebe em seus produtos culturais, sendo bastante reconhecido seu **artesanato em madeira, cerâmica, palma e pela elaboração de “jiçaras e guacales”**<sup>150</sup> atividade restringida a este município. Dentro deste conjunto de atividades Destaca-se a elaboração das máscaras em madeira, ofício muito antigo ou de tradição milenária que acompanha sua tradição pela dança. Nenhuma dança tradicional em Rabinal se faz sem as mascaras, estas são parte do figurino principal dos dançantes. Os homens mais velhos os que se dedicam ao talhado da madeira e converte-la no rosto de um personagem de alguma dança antiga, como a dança-drama “Rabinal Achí” ou “Xajooj Tun” que significa *Dança do Tambor*.<sup>151</sup> e que reconlhe o mito origem da etnia maia Achí ou Kiché Achí.



Fotografia 21: A benção das máscaras da -drama “Rabinal Achí” ou “Xajooj Tun que significa *Dança do Tambor*. As mascaras são elaboradas pelos artesãos mascareiros mais anciaos. Fonte: N. Murillo, 2009.

<sup>150</sup> Tradicionalmente são recipientes de uso doméstico, decorados com pinturas coloridas e pirograbados. Utilizam-se como pratos, copos, colheres. Os “*guacales*” ou “*tecomates*” os utilizam também como recipientes para guardar líquidos frios ou quentes: A matéria para a produção deste produto artesanal são os frutos da árvore conhecido na Guatemala como “*morro*” Esta atividade artesanal se remonta desde os tempos pré-hispânicos.

<sup>151</sup> Este drama representa o reclamo que os Rab’inaleb’ do século XIII fizeram aos kiches’ por ter destruído vários dos povos do vale. O guerreiro k’iche’ Achí’ é surpreendido, apresado e sancionado pela corte governante dos Rab’inaleb’, pelo que morre crucificado, depois de lhe conceder que se despida de seu povo. O drama adquire valores de honor militar comparável com a “Iliada” de Homero. A dança oferece dados interessantes sobre a cultura dos antigos habitantes da região. Nele misturam-se mitos da origem e as relações político-sociais do povo de Rabinal, atualmente é apresentada no mês de Janeiro quando celebra sua festa em honor a São Pablo, patrono do povo. Este drama sobreviveu na clandestinidade desde 1625 até 1856, até que o sacerdote francês Charles-Étienne Brasseur, procedeu à sua tradução. (GARCÍA Escobar, Carlos. 1989)

Ora, em todos os discursos que escutei e registrei, é visível que a terra é considerada como “um lugar próprio e diferenciado, na qual surge o território como uma realidade indivisa marcada por uma forma de organização política própria, investida de uma história e de um universo simbólico particular”. (LEITE, 1990, 1991b, 1996 e 2000).

Ahí estaba nuestra comunidad. Nosotros éramos unos niños cuando todo pasó. Todas las familias teníamos nuestros animalitos, nuestros cultivos, muchos árboles de frutas, nuestro río donde nuestras madres lavaban la ropa, nuestros padres pescaban para alimentarnos y nosotros jugábamos. ¡Todo era muy bonito...! En eso, un día el INDE se inventó hacer una gran tapada hasta allá abajo, donde le llaman Pueblo Viejo, hicieron una gran tapada para sacar la energía que es la luz, entonces a través de la tapada se vino creciendo el río, creció mucho hasta formar esta laguna que usted está viendo... Ahí se quedaron nuestras casitas, nuestros animales, Todo se quedó ahí debajo del agua. Se murieron nuestros palos de mango y de jocote. (Juan, integrante do COCODES da aldeia reassentada de Rio Negro).

A perda da terra e o conseqüente deslocamento forçado para outro lugar representam as duas situações que maiores mudanças socioculturais têm gerado na comunidade. Situações derivadas particularmente pela implantação da hidrelétrica além dos massacres por eles experimentados. O sentido de comunidade se alterou e a necessidade imperiosa que tiveram, sobretudo, os mais velhos, de voltar àquele território e recuperar suas terras para refundir sua aldeia e continuar com os fios da memória social, da tradição daquela comunidade “de antes”.

Entre a comunidade de antes e a de agora, colocam diferenças substantivas. Seus relatos nos situam nestes dois momentos, o antes e o depois da implantação da usina hidrelétrica e dos massacres. A mudança da paisagem como verá, se deu em todos os planos, mas o grupo autodefinido como comunidade não desapareceu. Porém algumas famílias que têm retornado a seu antigo lugar consideram que *viver em comunidade é viver juntos no mesmo lugar*.<sup>152</sup>

---

<sup>152</sup> Segundo o plano estratégico de desenvolvimento integral das comunidades atingidas pela barragem, o retorno das famílias de Rio Negro para sua antiga aldeia, as coloca em alto risco, pois estão se re assentando- acima cota da quota máxima de inundação do açude. As condições

Hace dos años que regresamos a Rio Negro, nosotros queremos vivir aquí, como era antes, en comunidad. Nos salimos de Pacux porque no nos acostumbramos, pasamos allá desde 1983 hasta 2006. Imagínese pasamos por todas las etapas de ese asentamiento, 20 años viviendo sin agua. Es bonito estar en el pueblo, cerca de muchas cosas que aquí no tenemos, pero es jodido porque no hay agua, y la que apenas llega no es agua potable. Aquí en Rio Negro, tenemos trabajo en nuestra propia tierra, tenemos nuestro poco maíz y sorgo. Tenemos sembrado para nuestro consumo. En Pacux no tenemos eso, la tierra que hay no es buena y es poca, no hay río para la pesca, no hay posibilidades de salir a cazar. En Pacux tenemos que trabajar para otras personas que no nos pagan bien el jornal. Mis hijos ya no quieren regresar, les gustó estar allá cerca del pueblo porque llegaron pequeños y se acostumbraron al ruido, tienen otros amigos y diversiones. Nos da miedo que ellos no regresen porque nos quedaremos aquí solos e viejos sin que nadie quiera continuar con el trabajo de la tierra, con el cuidado de los animales. (Ángel, integrante do COCODES da aldeia reassentada de Rio Negro).

O termo comunidade, naquele contexto anterior à barragem, era um conceito que remetia a uma unidade sociocultural e territorial, Tal como refere Jose M. Valcuende Del Rio (1998):

La comunidad es auto representación de una sociedad local, el discurso a partir del cual los individuos se identifican como miembros de determinado colectivo y se diferencian de otros colectivos. Las identificaciones se convierten en elementos estructurantes do funcionamiento del coletivo. Los discursos comunitarios unifican a los habitantes de una localidad de cara a los que no pertenecen a la misma, pero al mismo tiempo sirven para diferenciar en el seno de ésta a unos individuos en relación a otros, en función de su proximidad a la



definição “ideal” de ser habitante de... (p. 55-56).

A Comunidade como um paraíso perdido, mas não esse paraíso encarado de maneira funcionalista como adverte Zygmunt Bauman (2003; 2004)<sup>153</sup>, mas pensando e outorgando valor à maneira como os próprios sujeitos compreendem ou resignificam este conceito no presente (CARDOSO, 2008).

Valcuende Del Rio (1998) chama nossa atenção, ao referir que o “enramado social” onde interage os membros de uma sociedade local deve ser reconhecido a nível ideológico, deve ser representado duma ou outra forma por aqueles indivíduos e grupos que compartilham um mesmo espaço social (p. 56). Neste sentido, no decurso dos relatos, percebemos o que pensam e sentem quando se referem à “comunidade”. O discurso sobre a comunidade é colocado por eles, na idéia que eu coloco metaforicamente de “paraíso perdido” pensado na terra e o território e nas suas relações com esse entorno, no qual a vida era levada de uma maneira menos sofrida que a atual. por isso muitos deles gostariam de retornar.

Mi papá vendía ocote, cal, vinagre, incienso, petate y pescado. Era comerciante, venía a vender aquí al mercado de Rabinal. Él estaba trabajando por nosotros cuando lo mataron, no estaba pensando nada malo, no se imaginaba lo que iba a pasar. Todo el mundo conocía a mi papá, porque en Río Negro, ellos pusieron una cooperativa, cuando llegó el Ejército y la quemaron. Mi papá con otros señores de la aldea, puso esta cooperativa para hacer negocio o comercio, era para que la gente pudiera comprar las cosas que consumen que no había aquí en la aldea... En ese tiempo la vida era bonita. Antes era alegre, porque la verdad que mi papá tenía un sitio donde estaba sembrado de toda clase de fruta. Tiene jocote, naranjas, tamarindo. Cuando salía la cosecha él vendía la fruta. Tenía también siembra de maíz, frijol. La vida estaba bonita porque nosotros tenemos animales, tenemos vacas, ocho animales teníamos en ese tiempo,

---

<sup>153</sup> Este autor, ao analisar este conceito de comunidade como o paraíso perdido (BAUMAN, 2004) que não está a nosso alcance, alerta sobre o erro de significá-lo utopicamente como um sistema coerente, ordenado ou equilibrado. Para ele, devemos desaprender estes modelos de análise funcionalista, que percebem as comunidades como se fossem “pedaços da sociedade” (BAUMAN, 2003, p. 9)

pero ahora ¡nada! ... Me recuerdo de niña, íbamos a bañar a un río grande, todavía me recuerdo. Estaba cerca de nuestras casas. Este río se creció tanto después con la represa. Ahora ya no está igual, a mí me da pena ir y ver cómo está eso. En aquel tiempo era alegre cuando estábamos todos... (Paulina, integrante de ASCRA, citada ítem anterior.)

No relato de Paulina, se nota a saudade e melancolia pela vida que era bonita, porque estava dentro de sua paisagem, o rio! O rio Chixoy, ou rio Negro como foi chamado pelos povos indígenas que habitavam a zona, é um elemento fundamental e central na definição e identificação do grupo com o território do vale em geral, e seu entorno físico, em particular. Então, esse espaço habitado à beira do rio Negro ou rio Chixoy, era o símbolo mais importante da sociabilidade interna, além de determinar uma de suas atividades principais de subsistência, como era antes da construção da barragem: a pesca.



Fotografia 22: “O Rio Chixoy e os meninos de antes”. Fonte: Arquivo Museu Comunitário

O rio era o espelho onde se olhavam. A aldeia à beira do Rio não era qualquer lugar, era o lugar, seu lugar! Porém, a transformação dramática do vale em geral e do rio em particular, significou também transformações na dimensão sociocultural da comunidade. Valle sin río ya no es igual y la comunidad sin río tampoco. El agua de la represa es otra cosa diferente, no es lo mismo, ¡da tristeza! disse Maria, quem mora em Pacux.

Pero en Pacux no podemos vivir, unos se acostumbraron y otros no. Los que no nos acostumbramos y no nos conformamos de estar ahí, regresamos a nuestro lugar, aquí donde nacimos y donde nacieron nuestros padres y están enterrados nuestros abuelos (Tino, jefe de familia, morador da nova aldeia de Rio Negro).

Mas, “*El rio para nosotros está muerto, fue como que si nos hubieran arrancado una parte del cuerpo*”, disse Fidelia, da Associação de Mulheres tecedoras, que considera que a comunidade já se adaptou às novas circunstâncias e está aprendendo a viver novamente nesse entorno.

A profunda identificação com o rio simboliza sua forte adesão àquele território e a um entorno ecológico determinado, que permitiu seu surgimento como coletivo sociocultural distinto dos outros que habitavam o vale. Não se trata de um sentimento de domínio, mas de pertença e de integração da pessoa ao entorno no qual nasceu. Por isso é importante pensar no território como portador de uma história e memória social que tem sua continuidade ao longo do tempo. Assim, o sentimento de pertença se expressa territorialmente e a partir daí, a identidade comunitária se define apelando a uma memória e história comum. A comunidade de antes da represa, conforme o relato sentia-se prestigiada com o rio e seus frutos e a possibilidade de aproveitar e transformar as matérias primas do seu entorno. O território antigo lhes fornecia os recursos naturais para satisfazer suas principais necessidades, tanto materiais como espirituais. Naquele território se converteram em artesãos, em pescadores e comerciantes.

Um dos espaços de convergência que mais lembram os comunitários é o lugar denominado “**Los Encuentros**”<sup>154</sup>, importante zona de troca e relações inter-étnicas desaparecida no açude: Uma das mudanças importantes que eles destacam é a tradição artesanal que distinguia a comunidade que estava ligada à esta zona de troca e comércio do vale Chixoy. Nesta zona de encontro e relações inter-étnicas, a comunidade de Rio Negro se distinguia por sua vocação para a elaboração e o comércio de sua produção artesanal. Atualmente, as famílias que retornaram ao território antigo vivem isoladas, suas atividades comerciais e de troca com os outros grupos ou aldeias que estavam no vale, já não exist-

<sup>154</sup> Em um cruzamento de caminhos que conectava as várias aldeias do vale Chixoy, há lugar chamado “*Los Encuentros*”, onde todos os povos que habitavam o vale formavam uma importante zona de contato inter-étnico, através da troca e comércio de bens e serviços. Estes grupos ou comunidades vizinhas de antes, moram atualmente nos lugares onde foram reassentados, fora do vale Chixoy.

tem, porque todas estas aldeias vizinhas desapareceram da geografia física e sociocultural.

A produção artesanal feita a partir da palma (folha de palmeira)<sup>155</sup>, atividade que diferenciava os de Rio Negro no mercado local e gerava importante renda às famílias, quase se extinguiu. “*La represa acabo con la palma, ahora se nos hace difícil encontrarla, tenemos que caminar mucho, ir mais lejos para buscarla*” disse Juan, velho artesão da comunidade que, como a idosa Pascuala, se dedicavam exclusivamente a esta atividade artesanal. Com a palma, eles produziam vários tipos de artesanato, entre eles os famosos “petates” (tapetes) e “sombrieros” (um tipo de chapéu ou boné).



Fotografias 23 e 24: Pascuala e Juan, velhos artesãos da Palma, expondo produtos da sua criação. Fonte: N. Murillo (2009).

Por vezes, estes artesãos compram a matéria prima para fazer algum produto, mas ela é muito cara e eles não têm dinheiro para investir, dizem. Juan e Pascuala sobrevivem na pobreza no casario Pacux, a sua prosperidade ficou no passado. A anciã Pascuala mora atualmente com

<sup>155</sup> A palma serve para muitas coisas: as folhas para os tetos das vivendas; durante o tempo da violência, a gente que ficou escondida na montanha, comia a cabeça da palma como se fosse repolho, me contou Julián. Existem duas variedades de palma, a palma branca e o chamado, em idioma achi, “*qopalmayiiil* e “*resukater*” que se utiliza para fabricar o petate simples, entre outros variados produtos. O *qopalmayiiil* se utiliza para fabricar o petate doble e para chapéus são usadas as folhas secas.

um dos seus filhos e sua família, no casario Pacux. Ela expõe que desde que chegou a Pacux, começou a ficar doente “porque tenho muita tristeza”, me diz e lágrimas enchem seus olhos. Uma das suas noras comenta que ninguém sabe exatamente o que ela tem. Dona Pascuala e seu marido produziam uma quantidade considerável de “petates” e abasteciam os comércios do município de Rabinal. Com esse dinheiro compravam seus produtos básicos (sal, açúcar, azeite, etc.). *“Ahora mi marido está muerto, aquí ya no tenemos palma para trabajar, no tengo casa propia, estoy más vieja, más pobre y sin salud”* é a queixa de Pascuala. Assim, na minha conversa com estes artesãos, percebi um marcado sentimento de indefesa ou desamparo social, perante a situação de vida atual.

Aliás, outros artesãos que moram na nova aldeia Panimá Rio Negro substituíram a planta da “palma” pela planta de “maguey”<sup>156</sup>. Dela tiram fios que servem para fabricação de redes para a pesca e para o descanso e também “morrales” ou “matates” (sacolas de pita). Mas a “pita”, matéria prima desta planta, também devem comprá-la, pois já não se encontra no vale. Fidelia e toda sua família, moradores da nova Panimá Rio Negro, trabalham nesta atividade e ela me conta,

Ahora ya no hay maguey, nuestros abuelos sembraban antes. Compramos un cono de hilo nos cuesta 130.00 quetzales, lo compramos en Rabinal. Hacemos dos matares diarios. Sale en 24.00 quetzales cada uno. Descontando de la pita solo nos quedan 14.00 quetzales. A veces nos encargan hasta 50 docenas pero todavía no logramos llegar a esa cantidad. Todos hacemos algo en el proceso de elaboración. Los niños ayudan a trochar la pita para sacar los hijos, luego mi marido y yo los cocemos.

Assim, as lembranças sobre o trabalho, a terra, sobre a vida de antes, sobre a comunidade que já não está, são bastante valorizadas para ressaltar que a situação que eles vivem agora é diametralmente oposta: Embora afetados pelas condições gerais de pobreza tão comum nas áreas rurais de Guatemala, eles consideram que se respirava unidade e alegria de viver e ninguém passava fome, pois sempre se tinha peixes e terra em condições férteis para cultivar! Desde esta leitura deles é que eu

---

<sup>156</sup> O maguey, como a planta é conhecida localmente, não é um cacto, como já se acreditou, mas sim um agave, pertencente à espécie salmiana e à subespécie salmiana. Era tida como uma das plantas mais sagradas do antigo México, ocupando um lugar de destaque nos rituais religiosos e na indústria local mesoamericana. (ver. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pulque>)

coloco neste item o conceito de “paraíso” No relato de Sebastián, se compreende as diferenças de vida: a anterior à barragem e a vida presente.

Nosotros, estábamos unidos, a mayor parte de la tierra era comunal, había también propietarios individuales, porque siempre hay familias que pueden comprar individualmente su terrenito pero lo que predominaba para el cultivo eran los terrenos comunales y nuestros hijos reciben su herencia de esta forma, es decir ellos son los que reciben dentro do minifundio, su porción de tierra para cultivar. La distribución de la tierra que cada grupo familiar recibía era según el número de miembros de cada familia y cuando el padre deseaba tener más tierras en lo individual para dejarles más herencia a los hijos, pues compraba aquí, con otros propietarios de las aldeas vecinas. Más siempre hubo tierras para todos. En nuestra tierra de la montaña, cultivábamos una vez por año, aprovechando la estación lluviosa. Pero en la tierra que tenemos a la orilla del río, cultivábamos todo el año. Esta tierra era muy buena, nos daba dos cosechas de maíz. Pero siempre había hombres que tenían necesidad de salir a trabajar en los jornales del corte de caña o café, allá por la costa sur. Lo hacen para resolver sus necesidades de dinero para comprar sal, aceite, azúcar, y otros productos básicos que no teníamos aquí. (Sebastián, líder principal de Río Negro)

Sebastián se refere às terras re apropriadas onde se construíram a nova aldeia como espaço para moradia e a outra, localizada no outro lado do rio, registrada legalmente como Fazenda “Los Pajales” onde antes desenvolviam sua atividade tradicional e de subsistência principal: a agricultura. Nesta fazenda, eles cultivavam principalmente milho, feijão, amendoim, abóbora. Toda colheita era para o consumo interno. A propriedade da terra sempre foi coletiva e baseada nas relações de parentesco, com colaboração e ajuda mútua, mas distribuída em parcelas individuais. Assim, os interesses coletivos sobre a terra sempre foram reconhecidos como acima do interesse individual.

Importante é destacar que, conforme a cultura local, a mais significativa herança para os filhos é a terra. Isto é uma das características importantes dentro das famílias Achies em geral. Na tradição familiar,

os pais legam aos filhos varões a terra que também eles herdaram, já que só pelo fato de pertencer à comunidade, os homens tinham direito a uma parcela para cultivar. Por outro lado, as mulheres recebem outros tipos de bens domésticos e, se possível, pequenos terrenos. Esta lógica da organização social define e condiciona a mulher a ser dependente, economicamente, do homem sobre quem recai a responsabilidade maior da sobrevivência econômica do seu grupo familiar. (TELETOR, 1951; SÁNCHEZ, 1978; IBOY, et al, 2005). Por isso, *“un hombre sin herencia de tierra, según nuestra cultura, no está preparado para formar una familia”* me explica Juana, promotora social Achí, que trabalha numa das organizações de Rio Negro. Mas isso tem mudado muito, pois atualmente não há terra, não há herança; portanto, por esta lógica, não há futuro familiar. A família, conforme a análise de Juana é a instituição social mais importante, como meio legítimo para a reprodução. É em função disso que, no pensamento de Luisa, presidente do comitê de mulheres de Rio Negro, ter filhos é uma das principais finalidades da vida dos casais, *“Una se casa para tener hijos, sino para que nos vamos a casar sino para tener familia. Nuestros hijos van a aumentar la familia y así nuestra comunidad va a continuar”*.



Fotografia 25 Um grupo de moleques da nova aldeia Rio Negro. Fonte: N. Murillo (2008).

Os filhos garantiram a continuidade da comunidade e sua memória social. A família é a essência da comunidade e os filhos a essência das famílias. Portanto, é impossível pensar a comunidade sem crianças, elas asseguram a continuidade desse legado.

Após escutar os variados relatos sobre esse passado e as diferenças que encontram e vivenciam no seu presente, posso considerar as

representações e a dimensão de comunidade como um tecido de relações socioculturais, econômicas e políticas, situado naquele espaço físico (território) habitado e cuja coluna vertebral é a ligação de filiação entre sua população. Por conseguinte, sua organização social local se apresenta fortemente ancorada nas relações de parentesco, ou seja, pelas ligações de filiação, de irmandade e de aliança entre as várias unidades sociais ou linhagens. Isto se faz visível não só nas suas falas ao sublinhar sempre o “nós” para se referir aos que moram no casario Pacux, e aos que retornaram ao território antigo. Daí se compreende a importância dos matrimônio endogâmicos, a descendência patrilinear e a residência patrilocal, como características preferenciais da estrutura de relações comunitárias.<sup>157</sup>

A filiação determina a transmissão do parentesco e por sua vez, o parentesco define a linhagem ou unidades sociais, mesmo que se dividam em pequenos segmentos<sup>158</sup>. Assim, as genealogias são aproveitadas para fundamentar o discurso da continuidade histórica, da comunidade mítica que os vincula como descendentes de um passado ancestral.

Na comunidade de Rio Negro, se distingue como linhagens fundadoras os seguintes troncos patrilineares: Pá Chen; Pá Osório; Pá Sánchez e Pá Iboy. Depois, seriam formados outros segmentos, que com o tempo se transformaram em linhagens autônomas, sendo estas: Pá Tecú, Pá Lajuj, Pá Uscap, Pá Pérez, formações mais recente.

---

<sup>157</sup> Neste perfil preferencial tradicional, as mulheres ao se casar, se integram com seus pequenos bens, herança de seus pais, à linhagem ou agrupamento familiar do marido. Esta estrutura de parentesco, como se verá no decurso do trabalho, não foi reconhecida, sendo assim desrespeitado pelo Programa Nacional de Ressarcimento das vítimas do confronto armado (PNR), o que têm causado fortes conflitos e divisões intrafamiliares. No diálogo com meus interlocutores, recebi muitas queixas e percebi posturas divergentes, confusas, sobre os direitos individuais de “ressarcimento monetário” que foram oportunamente entregues por este programa e que tem sido causa de conflito entre parentes.

<sup>158</sup> A linhagem, segundo Marc Augé e Jean-Paul Colley (2004, p.34) “agrupa as pessoas que se consideram descendentes de um antepassado comum, podendo constituir a sua genealogia a partir desse antepassado”.





Fotografia 26: e Família nativa da primeira aldeia do Rio Negro, antes da construção da represa do Chixoy. Fonte: Arquivo do Museu Comunitário de Rabinal, B.V. Guatemala.

A antiguidade e o número de integrantes de cada unidade social ou linhagem; têm muita importância para marcar diferenças e estabelecer relações hierarquizadas, de autoridade e privilégios. Isto, como se verá no capítulo 3, vai aparecer também na estrutura organizativa do movimento (COCAHICH). Os chefes ou patriarcas da linhagem mais antiga são os que têm maior status e exercem sua autoridade nos diferentes espaços e estruturas organizativas, sejam estas de caráter político, social ou religioso.<sup>159</sup>

Os patriarcas principais, para explicar melhor, são como os presidentes dos organismos do Estado; estes assumem ou representam os poderes que regulam a vida política, social, e religiosa; e os chefes ou patriarcas “menores” de cada linhagem são como os ministros. Assim se estabelecem categorizações que respondem à ordem social local. Ora,. Nos cinco massacres, porém, estas linhagens ou unidades sociais foram desmanteladas, pois a maioria dos anciãos foi morta e, em alguns dos casos, todos os homens adultos de uma mesmo linhagem. Em vista dis-

---

<sup>159</sup>No capítulo 3, retomo este tema que tem imbricações com as hierarquias sociais e políticas da comunidade, em termos de definição de quem exercem a representatividade política local e dentro do movimento social que luta pelo reconhecimento. Quer dizer, a legitimidade dos líderes no exercício do seu papel local e dentro do movimento tem a ver com o poder das linhagens locais. Assim, as relações de poder e níveis de hierarquia entre os líderes, se definem segundo a linhagem que representam, sendo significativo o poder que se adquire segundo a antiguidade. Por exemplo, Carlos, que é o líder principal do Movimento, na hierarquia das relações de poder local, ele está colocado num status superior de autoridade com relação aos demais líderes, isto por pertencer a uma das linhagens mais extensas e fundadores da comunidade.

so, suas viúvas passaram a chefiar por um tempo as unidades familiares, mudando-se assim, a tradição das relações familiares chefiadas pelos homens<sup>160</sup>. Também, como se analisará no capítulo seguinte, estas mulheres que ficaram viúvas, passado o confronto, se organizam e dão origem à Associação para o Desenvolvimento Integral das Vítimas da Violência nas Verapaces Maia Achi: ADIVIMA, que se considera como a organização matriz da coordenadoria do movimento COCAHICH.

Assim, as relações de poder e níveis de hierarquia entre os líderes, se definem segundo a linhagem que representam, sendo significativo o poder que se adquire segundo a antiguidade. No tempo anterior aos massacres, não só se tinha a figura do “presidente da comunidade”, mas também funcionava um conselho de anciãos, que tinha a função de conselheiro e mediador na solução dos conflitos entre as unidades sociais. Isso mudou drasticamente. A figura do Conselho de anciãos praticamente desapareceu. Atualmente só funciona o Comitê da comunidade, chamado formalmente COCODES, que na realidade é uma mistura da organização tradicional e a organização exigida desde uma política para estatal. Assim, o COCODES de Rio Negro, vai além dos objetivos da política administrativa governamental e responde aos interesses e necessidades da comunidade, em função de organizar e ou administrar seu próprio espaço e relações sociais e políticas. Mas, em termos gerais, na atualidade, os níveis superiores de autoridade em ambos os espaços de moradia da população da comunidade (Pacux e Panimá Rio Negro), se distribuem entre três de suas lideranças mais antigas. Um deles tem a representatividade da comunidade nos espaços de relações políticas com os de fora, e os outros dois são os que ocupam os cargos de presidentes da comunidade, um em cada lugar de assentamento. É neste nível de interlocução política entre patriarcas ou lideranças superiores que se definem, discutem e negociam os assuntos essenciais da comunidade. Neste espaço, se definem os mecanismos políticos que regulam e/ou estabelecem distintas funções sociais, que permitem como bem nota José V. Del Rio (1998), “ordenar el desorden”, “establecer y justificar determinado orden social, en un escenario donde los distintos actores deben representar un papel que les es atribuido por los otros actores (...) (p.46).

Importante é explicar que, através das uniões conjugais, se tem estabelecido tradicionalmente os princípios reguladores da residência e

---

<sup>160</sup> Estas mulheres que ficaram viúvas, passado o confronto armado (CAI) se organizaram e deram origem à Associação para o Desenvolvimento Integral das Vítimas da Violência nas Verapaces Maia Achi: ADIVIMA, que se considera como a organização matriz da coordenadoria do movimento COCAHICH, que luta pelo reconhecimento.

do uso da terra. Assim, uma unidade familiar é estendida, regularmente, e se compõe de um par de casais com seus filhos, homens solteiros e casados com suas respectivas famílias. Todos moram na mesma área, pequenas casas ao redor ou perto da casa principal, dos pais. Outros segmentos da mesma ascendência moram ou se vão posicionando nos terrenos da mesma zona, delimitada coletivamente pela sua linhagem. Assim, se desenha em Rio Negro uma hierarquia e um padrão de assentamento que vêm de seus ancestrais e que respondem a seu sistema de parentesco. Mas com o deslocamento forçado ao casario Pacux, este modelo de residência “patrilocal” foi bruscamente alterado. A maneira como está definido o espaço físico, em Pacux, não permitiu dar continuidade ao mesmo padrão de assentamento anterior. Isso é um dos reclamos que os comunitários lhe fazem ao INDE, por o desrespeito a sua forma organização sociocultural.

Este padrão de reocupação do território que se observa na nova aldeia Panimá Rio Negro pode ser representado, desde a re leitura das famílias que ali retornaram, como uma árvore que da raiz e tronco se expande em ramagens. Para as famílias, a raiz comunitária está enterrada no açude. A raiz é a simbiose entre seus mortos e sua antiga aldeia, que representa sua identificação com o território e a memória que este carrega. É a memória dos que habitaram antes, de seus mortos, que em seu cosmo visão, não estão mortos, mas circulam naquele espaço habitado. Por isso, a cada 13 de março, todos em procissão sobem a Pacoxom (lugar onde foram massacrados e inumados os corpos), para celebrar um ritual especial de luto e comunicação, como vemos na fotografia.



Fotografia 27: Da procissão pelo caminho a “Pacoxom” Carlos, o principal líder, carrega a cruz, encabeçando o grupo. Fonte: James Rodriguez, (2007) com autorização do autor.

Conforme a fala dos líderes, estes rituais, que se fazem através do Aj Q'ij (sacerdote) e xamãs<sup>161</sup>, têm objetivos religioso, social e político, que os espíritos sigam o caminho marcado pelo “Ajau” ou “Ajaw”<sup>162</sup>, que a comunidade não esqueça a sua memória e continue compartilhando solidariedade frente ao luto, além de solicitar-lhes conselhos, curas, e bençãos<sup>163</sup>.

Ora, para se ter uma idéia mais clara deste modelo de organização do território, que se define a partir dessa raiz que ficou no fundo do açude, se apresenta na composição fotográfica abaixo, o croqui da nova aldeia Panimá Rio Negro. As modificações que aparecem neste mapeio cartográfico foram feitas por mim, baseadas na minha pesquisa de campo.

O croqui foi feito pelos alunos e pelo professor da unidade escolar que está localizada num dos espaços de uso comum, no centro da aldeia (ressaltado na formas amarela). Este permite compreender a importância da cartografia social para visualizar o papel que confere o espaço territorial e o universo de representação que abrange passado e presente, vistos por eles, como mesma temporalidade.<sup>164</sup>

---

<sup>161</sup> Para os maias Achí, estes personagens têm o dom de comunicar-se com o sagrado, com os espíritos que habitam o “inframundo” e “supra mundo”; são pessoas autorizadas pela comunidade para conduzir os rituais (...) (De minhas conversas com Juana, Ana e Isabela). Para conhecer mais sobre este tema, ver: Tovar, Marcela e Chavajay Miriam (Coord.) “*Más Allá de la Costumbre: Cosmos, Orden y equilibrio*”. SAQB'ICHIL-COPMAGUA, Guatemala, Segunda Edição, Maio 2000.

<sup>162</sup> São como as divindades, deuses, donos dos cerros e vales, de rios, dos dias, dos anos, são os espíritos ou “nawales” de cada pessoa, de cada ser. (SUAZO, 2002)

<sup>163</sup> Para eles, os sentimentos dos seus antepassados também estão relacionados com a conduta que seus sobreviventes tenham em relação a eles. “*Nuestros muertos esperan que les alimentemos, que les hagamos ceremonias, al no hacerlo nos pueden venir dolores, enfermedades y daños, en estas ceremonias tampoco dejamos de lado a los primeros que mataron, los más antiguos*” disse Juana. Por outro lado, conforme me explica José, o mais importante para o movimento, é a oportunidade para manter vigente o drama de Rio Negro na sociedade nacional e internacional, pois o ritual também serve de tribuna para expor sua situação, através dos meios de comunicação que são convidados a documentar o ritual.

<sup>164</sup> Ver informação sobre o projeto *Cartografia Social*, que vem sendo desenvolvido pelo Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas -NUER- PPGAS-UFSC Sites: [www.nuer.ufsc.br/cartografiasocial](http://www.nuer.ufsc.br/cartografiasocial). [www.novacartografiasocial.com.br](http://www.novacartografiasocial.com.br)



Composição gráfica 2: Croqui cartográfico do território que abrange a atual Panimá Rio Negro. Fotografia, composição ou elaboração, N. Murillo (2009).

Também dentro dos espaços de uso comum, está o salão comunitário, a pequena igreja católica, um campo de futebol e um pequeno cemitério para os mortos de agora, além de uma área onde funciona o que eles chamam de Centro Histórico Educativo (CHE).<sup>165</sup> Mas o que queremos destacar é a organização dos espaços para a moradia, que se divide em pequenos assentamentos; cada um remete a um grupo de parentes e, mais do que ser uma propriedade individual, é propriedade das famílias, porém propriedade comunal. Assim, destacamos com setas vermelhas, seis assentamentos, que correspondem a igual número de unidades ou linhagens. Dentro das 13 famílias que atualmente habitam a aldeia, há descendentes de quase todas as linhagens originárias, quer dizer, dos primeiros troncos familiares, cujas residências estão localizadas na estrada principal da aldeia (Pá Iboy e Pá Chen) que inicia embaixo, na beira do açude. Acima destes troncos familiares, como ramagens da grande árvore se entendem as outras unidades e segmentos que se foram formando com o tempo. Somente a seta de cor amarela que aparece embaixo, entre as setas vermelhas, se refere a uma unidade familiar pequena, cujo chefe, Juan, descende duma linhagem menos antiga, que foi arrasada pelo massacre. Ele ficou órfão e foi protegido por uma das famílias antigas, daí sua localização dentro desta área.

O espaço em forma de chave vermelha que se distingue acima, à direita, corresponde a um assentamento misto, onde moram os segmentos de duas unidades familiares. A localização dos segmentos compreende a zona mais alta, na periferia da aldeia. No local assinalado por um círculo vermelho, no alto, à direita, um tanto isolada dos outros segmentos, reside uma família, cujos casais romperam este padrão endogâmico de matrimônio, já que a mulher não pertence por seu parentesco consanguíneo, à comunidade de Rio Negro. O caso desta família é singular e é importante mencioná-lo porque ilustra o valor que ainda têm os matrimônios endogâmicos e o fato de que, para eles, representa o lugar de origem da mulher (esposa). Isto ilustra, em parte, como se definem os limites das relações. Assim, na minha conversa com Maria (que, ao perder recentemente seu marido, passou a chefiar a família) ela me contava que sempre se sentiu discriminada por parte das demais famílias e, inclusive, pelos líderes da comunidade que sempre olharam para ela como se fosse uma intrusa. Além disso, ela casou duas vezes, o que tampouco é comum nas mulheres de Rio Negro. Embora seu último

---

<sup>165</sup> Projeto de autogestão comunitária cujo objetivo é a promoção do chamado “ecoturismo cultural” promovido e executado com o apoio financeiro da Cooperação Alemã na Guatemala. Para saber mais sobre este projeto veja-se a seguinte página eletrônica: <http://www.riogreco.info/che/sitios.html>

marido fosse descendente de uma das linhagens tronco, a situação deles, segundo me explica, sempre foi diferente.

Aquí nosotros tenemos enemigos, envidias. Ellos (refiere-se particularmente a las familias dos líderes) no les gusta que progresemos. Yo no soy de aquí, yo soy de la aldea Xococ. Pero mis esposos si eran de aquí. Mis diez hijos si son de aquí, tienen derechos heredados de su padre (último esposo) y yo heredé derechos de tierra de mi primer esposo. Aquí vivo con mis 6 hijos más pequeños están grandes, viven en Pacux y trabajan en el pueblo de Rabinal. Aquí en mi familia todos trabajamos, sembramos maíz y cuidamos nuestras cabezas de ganado, también hacemos matates (sacolas tejidas de pita da planta do maguey). Nosotros casi no nos comunicamos con las familias que viven en el centro, es raro que bajemos allá, solamente cuando hay asambleas comunitarias que nos convocan entonces si vamos, nos trasladamos por lancha ya que hay una parte aquí de la represa que nos corta el camino principal. Yo tendría que participar más en las reuniones del comité ya que mi esposo murió y no tenemos quien nos represente, pero ellos no me avisan, hay un líder ahí que no me quiere, porque no soy de aquí y también porque a pesar de que mi esposo no está, nosotros hemos salido adelante, aunque algunos quieran vernos mal. Casi no me relaciono con nadie, las mujeres no me hablan, me ignoran y casi no me llaman para los trabajos del Centro Histórico e otros donde podría ganar un poco de dinero.

Maria, como se percebe também pela fala de um dos líderes, não é reconhecida como fazendo parte da comunidade, mas seus filhos sim. Também ela na sua fala, pode-se notar que não se sente parte deles. Ela se situa fora e eles alguns dos líderes o confirma. Considero que o reconhecimento dos filhos de Maria como integrantes legítimos da comunidade se percebe, sendo isso quica gerado pelo respeito pela descendência patrilínea, na qual os filhos da mulher se inserem na linha de parentesco do pai. Assim, Maria e sua família se percebem física (localização da sua moradia) e socialmente à margem do coletivo, com status social inferior com respeito aos outros integrantes. Mas o que determina a

exclusão de Maria não é necessariamente sua condição de ser chefe de família, tampouco sua condição de estrangeira num coletivo tradicionalmente fechado às uniões matrimoniais endogâmicos.<sup>166</sup> O problema é sua ascendência ou adesão de origem que é de Xococ. Xococ, como destacado no percurso deste trabalho, tem antigos conflitos com Rio Negro, por terras, além de ser a comunidade de seus agressores ou verdugos. As posturas de algumas lideranças é não estabelecer relações ou alianças com familiares ou parentes daqueles que eles reconhecem como seus algozes, nem com a comunidade deles.

Mas qualquer que seja a interpretação sobre o problema anterior, o nó central da realidade socioeconômica atualmente, tanto para os que moram no território antigo, quanto para os de Pacux, é a falta de terra.<sup>167</sup> Isso, para os líderes, é crucial na continuidade da tradição campesina familiar. Marcados pelo despojo de suas terras, os pais não conseguem prover sua subsistência como antes e, por conseguinte não podem deixar esta importante herança a seus filhos. No caso do casario Pacux, a situação é complexa já que os terrenos são pequenos, não permitindo que a parentela continue morando perto, como era costume. Tudo isso, tem gerado problemas em diferentes planos; um deles é a dificuldade de construir novas casas para as famílias que vão se formando quando os jovens se casam. Para eles, isto causa separações e desintegração familiar. Os filhos menores que vão casando têm que emigrar em busca de moradia em outros lugares, às vezes longe da comunidade. Perdem-se as “tradições e sua reprodução” e também o sentido de pertença.<sup>168</sup> Ainda assim, algumas unidades familiares conseguem morar juntos, mas em condições de amontoamento. A fotografia que segue, de uma das famílias no Casario Pacux, ilustram parcialmente a situação descrita.

---

<sup>166</sup> Atualmente algumas unidades familiares apresentam já outro tipo de padrão avesso ao tradicional (endogâmico e residência patrilocal), especialmente no casario de Pacux.

<sup>167</sup> Com a terra se herda a memória social comunitária, a memória geracional. Em função disso, a (falta de) terra é um dos problemas mais sentidos pela comunidade atualmente. O tema da terra se constitui numa das principais demandas colocadas na agenda do movimento das comunidades atingidas pela hidrelétrica (COCAHICH)

<sup>168</sup> A cultura é vista, pela comunidade, como as tradições antepassadas que se transmitem de geração em geração e são reproduzidas no espaço cotidiano comunitário.





Fotografía 28: Esta fotografía é um claro exemplo do amontoamento no casario Pacux. O que vemos são duas vivendas juntas para uma unidade familiar conformada por mais de 12 pessoas. A maioria são crianças que não tem lugar para brincar, habitualmente brincam na rua. Além disso, as famílias estão acostumadas a ter até 3 cachorros, criar muitos animais domésticos (aves, cavalos, porcos, etc.) e plantares arvores frutífera. Assim, a falta de espaço é uma queixa constante, além dos problemas que isso gera<sup>1</sup> / Fonte: Museu Comunitário Rabinal Achi.

Com relação às terras para lavoura, já não há em quantidade e qualidade como antes. Segundo os registros cadastrais apresentados antes e pelos testemunhos escutados, a comunidade era dona de duas “fincas” ou minifúndios, divididas pelo rio. Numa de “36 hectares, estava assentada sua aldeia (uso residencial) e a outra, Los Pajales” de 248 hectares era utilizada exclusivamente para a lavoura.

Nuestra tierra de aquí de la orilla del río era muy buena, nos daba dos cosechas de maíz por año. Ahora la tierra que nos dieron en Pacux no es buena para la siembra. Nos jodieron bien porque es poca tierra y no está buena, entonces ya no podemos heredar nada a los hijos. Hay algunas familias que no recibieron nada, nada de tierra, esas sí

que están peor de los que recibimos aunque sea un pedazo. (Mario, líder de ASCRA, mora em Pacux.)

Estas tierras, aquí donde retornamos corresponden a una escritura escriturada de forma comunitaria, Nuestros tatarabuelos e abuelos hicieron la lucha para conseguir ese terreno. Tenemos un cerro sólo para el cultivo. Nuestros abuelos lo compraron, es una finca 248 caballerías, colinda con otros departamentos, Salamá, Cobán, Quiche. Nuestros abuelos hicieron la lucha por esta tierra. La finca es grande pasan los linderos. Nosotros luchamos por esta tierra porque nuestros hijos se casan y tienen derecho a escoger donde hacer su casita. (Julián. Mora em Panimá Rio Negro).

Além disso, algumas famílias de Rio Negro compartilhavam outra “finca comunal” (tipo minifúndio) com outras famílias de outra aldeia denominada Água Fria, com quem eles tinham antigas relações de parentesco.

Nosotros no sólo disfrutábamos del uso de dos fincas comunales, además, compartíamos otras tierras con nuestros hermanos de Agua Fria y Los Encuentros. Nosotros tenemos familias allá con ellos, por eso entre nosotros comprábamos, vendíamos terrenos y también heredamos para nuestros hijos. (Sebastián, líder).

Com a construção da barragem não só perderam as terras de uso residencial, como também, seus direitos sobre as terras de “Los Pajales”. Estas terras estão sendo ilegalmente ocupadas por outras populações, que alegam direitos de propriedade, pois têm pagado os impostos que os de Rio Negro deixaram de pagar “ao abandoná-la” (MÉNDEZ; MARTINEZ, 2004; IBOY, et al, 2005.). Isto se complica, pois os ocupantes atuais iniciaram um processo de regularização de título de propriedade da terra, um processo jurídico amparado pelo Estado, onde os de Rio Negro não tem sido nem escutados. Sobre isso Juan (líder) disse:

Lo que nos ha perjudicado es que algunas tierras no las registramos legalmente por eso no tenemos papeles de todas, no tenemos los títulos. Los títulos de las tierras que eran comunales, nos los robó

el INDE. Es difícil para nosotros esta situación, pues todo lo que pasó no fue culpa nuestra y aquí hay una situación de conflicto jurídico con la gente que se aprovechó de eso.

Assim, as famílias que retornaram já não encontraram a total disponibilidade de suas antigas terras de lavoura e só podem plantar uma porção muito menor. “*Poco a poco salimos adelante, es difícil, tenemos un poco de tierra para cultivar, del otro lado del río e ahora perdimos un poco la siembra porque el agua del río se salió un poquito*”, comenta Maria, viúva que mora com seus filhos na nova aldeia de Rio Negro. Também Rogelio, prefeito auxiliar, fala sobre os problemas que derivam da falta de terra e que afeta ambos os agrupamentos

En Pacux estamos pagando a la municipalidad electricidad y agua - que ni llega. Y tampoco podemos tomar leña para cocinar porque no es tierra comunitaria. Nos culpan de ladrones por robar leña en los terrenos. Por eso nos venimos de vuelta. No nos acostumbramos a vivir en el asentamiento de Pacux, porque los terrenos para sembrar son muy pequeños (Manuel).

Acostumados ao trabalho agrícola e ante a crise econômica familiar por falta de terra própria, muitas das famílias de Pacux têm que alugar terra de grandes proprietários locais para plantar, pelo menos um período de milho no ano, mas o aluguel é cada vez mais caro. Além disso, aceitam trabalhos temporários na colheita de grandes cultivos, nas fazendas de latifundiários locais, que contratam até os meninos, com pagamentos e condições miseráveis. Tive a oportunidade de acompanhar um dia de trabalho numa das “fincas” locais, onde foram contratadas especialmente mulheres e meninos para a safra de “rosa de Jamaica”.<sup>169</sup> Para esta tarefa é preferível contratar mão de obra feminina e infantil, pois é um trabalho de colheita, considerado inferior, onde o que interessa é a quantidade e não a qualidade. Por cada quilo colhido, os meninos recebem 0,25 centavos de real, com a participação de 4 pessoas, consegue colher até 40 kg por jornada diária, o que equivale, na atualidade a 10,00 reais.

---

<sup>169</sup> Flor silvestre, de cor vermelha intenso, que se cultiva para a indústria de bebidas engarrafadas (refrigerante e vinho).

Nas seguintes fotografias, se ilustra o trabalho familiar na colheita de “rosa de jamaica” que dura um período aproximado de dois meses ao ano (outubro e novembro).



Fotografias 29 e 30: Jornadas de trabalho familiar na colheita da “rosa de jamaica” /  
Fonte: N. Murillo (2008).

Dada essa complexidade e a aguda situação a respeito da terra e do reassentamento, é preciso fazer um parêntesis para explicar, de maneira resumida, alguns aspectos, como segue:

O INDE negociou terras unicamente com 106 famílias sobreviventes, quando o registro oficial era de 150 famílias. Para este grupo de 106 famílias foram concedidas três pequenas fazendas de 68, 30 e 29 hectares, respectivamente, com o agravante de serem consideradas terras

inférteis ou sem vocação agrícola, só teria, segundo a informação da COCAHICH, uso meramente industrial.

O INDE não tomou em conta os aspectos socioculturais da população, sobretudo, o sentido comunitário de suas relações, e, a sua vocação agrícola. Assim, as terras, para lavoura não tiveram que ser negociadas individualmente senão comunitariamente. Posteriormente, o INDE e o Banco Mundial (BM) iniciaram um processo que chamaram “reajuste de terras” para terminar com seu plano de reassentamento. Este processo requereu a compra de terras adicionais, para completar as terras das famílias do grupo das 106, mencionadas acima. Porém o grupo de 44 famílias ficou sem receber nada. Uma das últimas fazendas adquirida é “Sahomax” que tem uma extensão de 5 hectares e está localizada no município de Chisec, na Alta Verapaz, a 190 km de Rabinal, fora dos limites geográficos e etno-linguísticos de origem da população de Rio Negro. Esta fazenda tem uma grande capacidade produtiva ao contrário das outras duas que, segundo os peritos, não servem para a agricultura nem para atividades florestais.

A seguinte tabela resume esta distribuição da terra, sua condição em termos da fertilidade, e a sua localização.

Nome das fazendas	Numero de famílias com direitos	Condições das fazendas	Localização
Corral Abaj	12 famílias	Terras inférteis	Rabinal, Baja Verapaz
Corral Velho	22 famílias	Terras inférteis	Igual ao anterior
Pantulul	14 famílias	Terras inférteis	Igual ao anterior
Sahomax	62 famílias	Terras férteis	Chisec, município de Alta Verapaz
Total de famílias com direitos	110 famílias		
Total de famílias que ficaram sem direitos o que não receberam terras.	44 famílias		

Quadro 2. Fonte: Elaboração própria com base nas informações de Abelina Iboy, et al. (2005 p.31-33).

No entanto, as famílias (106) que tem recebido estas terras não podem trabalhá-la, pois, como se observa na tabela, são, na sua maioria, terras inférteis, e as poucas terras férteis, que correspondem à fazenda Sahomax, tampouco podem ser aproveitadas, em função da distância. Isto implicaria uma forte divisão territorial da comunidade, pois as 62 famílias, possuidoras ou com direitos sobre Sahomax teriam que se deslocar a outro território etnolinguístico. Sobre este problema, Sebastián considera,

Muchas de nuestras familias no recibieron nada de tierra ni en Rabinal ni en Chisec, no tienen todavía nada. Las autoridades del gobierno deben darnos una solución, porque ellos crearon este problema. Nosotros no estamos pidiendo nada regalado, es lo tenemos derecho. Estamos pidiendo que nos regresen lo que perdimos, lo que era nuestro, que era mucho más de lo que nos han dado. Nosotros no queremos trasladarnos a otro lugar. Los que regresamos aquí, queremos permanecer aquí y los que están en Pacux quieren estar allá, pero eso no es problemas porque estamos cerca los dos grupos y nosotros tenemos casa allá en Pacux o allá están nuestros hijos. Siempre estamos comunicados. Ahora si nos mandan fuera de nuestro municipio (Rabinal), mejor nos morimos. El problema que tenemos es grande y nos viene a dividir.

Ao conversar com os líderes da COCAHICH, particularmente sobre a fazenda Sahomax, encontrei opiniões divergentes que marcam estes divisionismos referidos no depoimento de Sebastián.

Se dio esta finca Sahomax, pero está muy lejos, en otro departamento y se dio sin vivienda y sin condiciones para que la gente se pueda ir a vivir hasta allá. Estas personas viven en Pacux. Ya se logró un proyecto de ganadería ahí, de cuarenta cabezas de ganado de engorde. En este proyecto de invirtieron 300,000 quetzales. Este proyecto es parte de ASCRA, ellos lo manejan, aunque no todos son socios pero se sacó este proyecto, el cual es producto de la COCAHICH, se logró con los contactos que se logran hacer en la mesa de negociación ya que es un financiamiento que viene del Ministerio de Agricultura. Para cuidar del proyecto en el lugar se contrató a 4 personas que viven en esta

finca, esas cuatro personas son de Pacux y también son beneficiarios. La idea a largo plazo es que la gente beneficiada vaya a trabajar allá a su propia tierra en lugar de ir a trabajar como jornaleros en otras tierras”. (Juan)

Conforme Carlos,

El problema de la finca Sahomax en Chisec y de las otras tierras que el INDE es lo más delicado en las negociaciones de resarcimiento. Con esa finca es la que tenemos más problemas. Las familias que salieron beneficiadas no quieren salir a trabajar hasta allá. Hemos pensado que toda nuestra gente (comunidad) se vaya a vivir a esta finca, aunque está registrada sólo para el grupo de 62 familias. Las familias no quieren salir de aquí, porque aquí estamos juntos, estamos con nuestra gente y en nuestro lugar (territorio), allá es otra cosa, es un lugar muy lejos. Es bonito porque es un ambiente agradable y la tierra es productiva, es buena tierra, pero allí no es nuestro lugar. Nuestra gente está acostumbrada a vivir aquí. Esta nos ha dividido porque unos quieren venderla y repartir el dinero de la venta individualmente y otros no quieren venderla, quieren trabajarla pero sale caro estar viajando. Otros pocos están de acuerdo en trasladarse para allá pero la mayoría no. Por otro lado, las tierras que el INDE nos dio aquí no sirven para el cultivo. Aquí en Pacux no hay tierra para trabajar, la gente cuenta con poco terreno y otros alquilan tierra para sacar su cosecha de maíz. Ahorita no sabemos qué va a pasar, nosotros le estamos pidiendo al gobierno que nos resuelva este problema que ellos mismos causaron....

Para Francisco o problema principal é o sistema de propriedade,

Nuestra tierra era comunal, ahora nos cambiaron el sistema y por esto, ahora cada quien quisiera recibir su pedazo de tierra en lo individual. Lo que nosotros en la COCAHICH decimos es que el gobierno nos compre buena tierra aquí y no soltar la finca Sahomax, veríamos como ponerla a trabajar, con las familias que quisieran trasladarse, sino tendríamos que negociarla bien.

Além dos depoimentos das lideranças e suas divergências com respeito ao problema do uso produtivo das fazendas recebidas, e a equidade nos seus benefícios, se percebe, tanto nas famílias que moram em Pacux, quanto no grupo que retornou a Rio Negro, fortes divisões internas geradas por esta situação. Tono, que é um dos dois representantes da comunidade perante o comitê local oficial do Programa Nacional de Ressarcimento (PNR), comenta que muitas famílias que moram em Pacux, não estão de acordo com as decisões dos líderes da COCAHICH. Para ele, *“Las familias están cansadas de esperar resultados de la mesa de negociaciones, estamos perdiendo oportunidades de apoyo del Programa Nacional de Resarcimiento y lo que se ha logrado en las negociaciones de la COCAHICH solo beneficia a los líderes y a sus familiares”*<sup>170</sup>. Os líderes do movimento não querem vender a fazenda Sahoma, como deseja segundo um dos líderes, a maioria das 64 famílias sócias ou com direitos sobre esta fazenda.

Embora estas divisões internas ainda não sejam motivo suficiente para desestabilizar o movimento, as relações comunitárias se tornam tensas e se percebem conflitos, que se não forem resolvidos pelas lideranças principais, podem, sim, gerar condições para desestabilizar o processo das negociações e, porque não dizer, fraturar ainda mais a comunidade. Portanto, a problemática da terra, que é também uma problemática agrária, é considerada pelos líderes como um dos maiores problemas a serem resolvidos nesta mesa de diálogo entre a COCAHICH, as autoridades governamentais, o INDE e o Banco Mundial. A problemática é amplamente abordada no plano estratégico da COCAHICH (2008) onde se projeta o desenvolvimento das comunidades afetadas pela hidrelétrica Chixoy.

Ora, o sentido de comunidade entendido como um corpo solidamente amarrado, que não acontece no cotidiano, só se manifesta nas atuações políticas externas, nas negociações com o Estado ou outros interlocutores sociais. Na política interna ou local, cada unidade social apresenta diferenças em suas formas de pensar e atuar com respeito ao que deve ser feito e ao que deve dar prioridade, naqueles espaços de interlocução e luta. Em decorrência, os conflitos são comuns e parte constituinte da dinâmica das suas relações políticas internas.

Não obstante, distinguir-se como comunidade de parentes é fundamental, no sentido de pertença, de identidade coletiva e no sentido de

---

<sup>170</sup> Segundo documentos da COCAHICH, as várias tentativas de aproveitamento destas terras, como o projeto de cultivo do Cardamomo e a criação de gado, fracassaram por falta de assistência técnica e supervisão.



continuidade da memória social. Porém, o sentido de unidade, nas palavras de Jesús, está debilitado, atualmente. Para Jesús, uma das razões da falta de unidade, tanto nas famílias quanto na comunidade, se deve a que os chefes das famílias e as lideranças mais velhas, pretendem recuperar a tradição campesina familiar, ligada à agricultura e aos padrões socio-culturais tradicionais. Mas, para as gerações que cresceram no ambiente urbano e estão inseridas no mercado de trabalho não tradicional, esta mudança marcou um rumo diferente em suas vidas, sendo praticamente impossível que eles desejem trabalhar na agricultura e manter padrões e valores tradicionais da sua comunidade.

Tenemos un fuerte conflicto de intereses entre jóvenes e viejos. Los viejos les es difícil aceptar que la comunidad de antes no es más. La comunidad está ahora dividida en dos territorios distintos y eso marca una importante diferencia porque mientras unos están lejanos de todo lo urbano y dedicados a las actividades agrícolas, (se refiere a los que moran no Rio Negro) otros estamos aquí sobreviviendo en esta ciudad, trabajando en el área de servicios y estableciendo otras relaciones y eso muda todo, porque nuestros jóvenes gustan otras cosas, se insertan en otros espacios y adquieren otros valores, en fin, la tarea que tenemos es construir a unidad comunitaria desde otros parámetros y eso es difícil si nuestros líderes son cerrados. (Jesús)

Além disso, Jesús analisa que a guerra deixou divisão entre as famílias e conflitos muito complexos de resolver; um deles é a situação dos órfãos, que são muitos na comunidade, destaca,

Los huérfanos no están conformes porque los bienes de sus padres los perdieron, les robaron a los huérfanos su herencia. Entre hermanos hay separación total, unos viven lejos o entre la comunidad, ya no es lo mismo, ya no tiene sentido la unidad. Son huérfanos que han vivido en la pobreza y en la humillación y por eso manejan mucha cólera y resentimiento y esto permite que sean los más receptivos a vincularse con maras (ganges).

Com argumentação diversa da análise de Jesús, em relação à problemática atual dos órfãos e sua vinculação às gangues e violências em Pacux, Juan, líder da COCAHICH, disse,

En Pacux hay muchos jóvenes que se han involucrado en estas gangues, hay muchos jóvenes que están en la prisión y muchos también los han matado o se mataron entre ellos. Realmente es lamentable y no se puede decir que esto sea producto del conflicto armado, porque las víctimas del conflicto armado son madres de ellos que se quedaron solitas a cargo de sus hijos y no todos estos patojos son mareros por eso descartamos que este problema de las maras sea producto del conflicto y que digan que los mareros son sólo hijos de las víctimas, este es un fenómeno general en toda la sociedad y es producto, como ya lo dije, de la pobreza y la falta de oportunidades para la juventud.

Mas Jesús resume que a guerra interna não só é a causa do fenômeno das gangues e das violências atuais em Pacux, mas também da falta de continuidade da organização tradicional da comunidade, da quebra dos valores e princípios éticos morais e da falta de espiritualidade maia, na juventude. Na linha da análise de Jesús, se destaca a voz de Angel, que é um pai, como muitos que têm sua família dividida entre esse paraíso perdido e o território imposto. Ele não consegue assimilar estas mudanças no tempo e opina sobre as diferenças entre estas duas realidades da comunidade, atualmente,

... Aquí tenemos nuestros animales, no escuchamos nada de violencia. Yo les digo a mis hijos que aquí en Rio Negro, por lo menos tenemos agua, leña, podemos pescar un poco en la represa, podemos sembrar nuestro maíz y salir a cazar y aquí pueden hacer su casa y criar sus animales, en Pacux no se puede. En Pacux los jóvenes ya están metidos en maras (pandillas) y la violencia ya está dentro de Pacux. El año pasado mataron a un hijo a Pedro (familiar) y el año anterior también le mataron a otro. Por la violencia entre las maras en Rabinal. Es mejor vivir aquí porque tengo mis nietos aquí que están conmigo, sus papas trabajan en Guatemala y nosotros los cuidamos, aquí les estamos enseñando nuestras costumbres, ellos les

gusta aquí no les gusta irse a la casa con sus papas, porque mis hijos hasta ya perdieron la costumbre de comer lo que nosotros comemos aquí, ellos comen otras cosas. Mis dos hijos mayores no viven en Pacux, porque no encontraban trabajo, entonces se fueron a la capital, ahí si encontraron, ahora viven allá y les gusta, Creo que no van a regresar, piensan que aquí no hay nada. (Ventura COCODES da nova aldeia Rio Negro).

Dentro da sua argumentação, Angel destaca como fenômeno urbano “a violência”. “a perda dos costumes” e a “falta de emprego” Dona Maria, em situação similar à de Ventura, também comenta estes problemas, enfatizando sobre este ambiente que, para os mais velhos, fica difícil de aguentar:

Yo tengo mi casa en Pacux, pero no me gusta allá porque hay mucha bulla. Mucha gente que toma licor, mucho problema entre la gente, ya tomados buscan problemas entre los vecinos. En el pueblo nuestros hijos han aprendido cosas malas y por eso se unen a las maras (gangues).

Como percebemos nos relatos, a maioria, especialmente os que moram em Pacux, têm consciência de que esse paraíso anterior, ancorado ao território habitado e às tradições, não tem volta. Além do que, o retorno ao antigo território não é uma solução para as condições de pobreza e deterioração social que afeta a população, no seu conjunto. Por isso, na consideração de Jesús, o sentido de “comunidade” e seu futuro, deve se situar num passado que precisa ser reinventado no presente, com uma atitude aberta por parte dos chefes de família e dos atuais líderes. Neste processo, a comunidade deve ser pensada a partir de outros parâmetros, quer dizer, conforme a realidade de vida nos dois territórios geográficos habitados, em relação a todas as mudanças geradas pelos massacres: o deslocamento, o re-assentamento forçado e, sobretudo, levando em consideração o que pensam as novas gerações, as que nasceram ou chegaram pequenos ao casario Pacux, reflexiona Jesus.

Dado ao exposto, as diferenças notáveis entre estes dois territórios (casario de Pacux e nova aldeia Rio Negro) nos mostram sempre a mesma contradição entre duas dimensões da realidade, o urbano e o rural; duas formas de se pensar e situar no mundo, vistas como: o tradicional (antigo) e o moderno (o novo). Entre esses pólos, a comunidade sobrevive e vai construindo os novos sentidos de sua identidade, de sua

unidade que, por vezes, pode se pensar como unidade funcional, no sentido durkeimniano de “solidariedade social”. Mas a unidade, neste caso, não é sinônimo de equilíbrio, pelo contrário, a unidade do ponto de vista político, significa conflitos e luta interna para entrar em acordo e caminhar numa direção que seja abarcante e representativa dos interesses das famílias.

Portanto, o sentido de unidade da comunidade está sustentado nessa imbricação entre as relações de parentesco, principalmente, consanguíneo, e as relações políticas. Assim, o conteúdo político das relações se mostra bastante imbricado, em mutua convergência e por sua vez em mutua contradição. (relações políticas VRS relações de parentesco).

## **2.4 A Emergência de sujeitos de direitos: as vítimas e a construção de novos significados da identidade coletiva**

As imagens dos versos do poema musicado “Como la cigarra”, de Maria Elena Walsh,<sup>171</sup> interpretado pela cantora argentina recentemente falecida, Mercedes Sosa, me inspiraram para iniciar a análise desde item, considerando, em princípio, o significado do termo ‘ressuscitar’, que equivale também a ‘emergir’.

Tantas veces me mataron, tantas veces me morí,  
sin embargo estoy aquí resucitando. Gracias doy a  
la desgracia y a la mano con puñal, porque me  
mató tan mal, y seguí cantando. / Cantando al sol,  
como la cigarra, después de un año bajo la tierra,  
igual que sobreviviente que vuelve de la guerra.  
(...).Tantas veces te mataron, tantas resucitarás  
cuántas noches pasarás esperando. Y a la hora del  
naufragio y a la de la oscuridad, alguien te rescatará,  
para ir cantando. / Cantando al sol, como la  
cigarra (bis).

Emergir com a força necessária para continuar “cantando”, é precisamente a imagem que prevalece acima de tudo no movimento construído, ao longo destes últimos tempos, a comunidade indígena de Rio

---

<sup>171</sup>Poetisa, escritora, compositora, dramaturga e cantora argentina, considerada como uma das autoras mais importantes e emblemáticas de todos os tempos. Nasceu em 1930 e sofreu a repressão do período da ditadura militar neste país.

Negro. A imagem “emergir” ou “ressuscitar” para continuar “cantando”, pode ser lido uma metáfora da emergência de um novo sujeito social. Um coletivo politicamente fortalecido, que a partir dos fatos de violências sofridos “deu a volta por cima” e ressurgiu como a Ave Fênix, da parábola. Ou seja, tomaram consciência de sua capacidade de “agência” (ORTNER, 1997) para articular e protagonizar um movimento reivindicativo dos direitos que, como cidadãos, lhes é conferidos por uma sociedade ou sistema social que se pretende moderno, democrático e igualitário, porém violador desses direitos e valores ético- morais pelos quais se diz regido.

Marilena Chauí (1998) faz uma importante análise que nos permite explicar esta complexidade. Ela argumenta que na modernidade, ou seja, no contexto de uma ideologia neoliberal, na qual se proclama o “retorno à ética como panacéia general”, essa ética se transformou em “pura e simples ideologia”. E, como tal, é propícia para o exercício da violência, porque o sujeito ético ou sujeito de direitos está dividido em dois: de um lado, o sujeito “ético como vítima”, e do outro o “sujeito ético e compassivo que identifica o sofrimento e atua para apaziguá-lo”. Temos, pois, uma ética cada vez mais inseparável da figura do sujeito racional, livre, voluntário, responsável, porém, não como um ser humano, mas como uma coisa. Segundo Chauí, nessa divisão dos sujeitos (vítimas e não vítimas) são necessárias duas violências: a primeira, a fática, é a existência das vítimas; a segunda, o tratamento da outra pessoa como vítima passiva e inerte. Isso significa que, em verdade, a vitimização faz com que a ação seja concentrada nas mãos dos que “não sofrem”; estes têm o poder de trazer de fora aquilo que os outros precisam. Visto assim, as vítimas perdem sua condição de sujeitos para se tornarem objetos de compaixão. Assim a ética é entendida como “defesa humanitária dos direitos” humanos e as organizações tanto governamentais como não governamentais (ONGs), deixam de ser vistas e sentidas como entidades ligadas à cidadania para ver-se reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpável dos privilegiados. Com isso se explica o pânico ou alarma que acontece quando os considerados ou classificados como vítimas se mobilizam e se recusam a assumir a condição de vítima passiva, muda e inerte, rechaçando a compaixão dos outros. Uma típica ideologia invertida, que faz com que as vítimas sejam consideradas como sujeitos carentes de ética, como agentes da violência, portanto, sujeitos criminalizáveis.

É dentro deste marco referido acima que podemos analisar as vítimas e a construção de novos significados da identidade coletiva do movimento liderado pela comunidade de Rio Negro hoje e sua luta para

ser reconhecidos dentro dos sujeitos de direitos. Neste processo de transformação qualitativa de vítimas vitimizadas pelas violências políticas, a “sujeitos autônomos” que se recusam a ocupar o lugar a eles destinado pela ideologia ética dominante, se situa também a análise das violências e dos conflitos do ponto de vista de sua “produtividade”. Essa produtividade se refere à possibilidade de emergir dessas experiências negativas e se colocar em outro lugar, um lugar que questiona o comum a ela associada (RIFIOTIS, 2008), o que não implica negar o impacto negativo que as violências têm na vida das pessoas, como foi o caso dos massacres, porque este impacto negativo ninguém, nem os “vitimários” ousam negar.

O que temos visto na Guatemala é que os verdugos identificados, (membros do Exército e Patrulheiros), não negam os massacres e os outros fatos de violências; eles os justificam; o que negam é sua participação como vitimários. O que temos confirmado através da história de Rio Negro, é que, além do seu impacto negativo, os massacres e a implantação da hidrelétrica, abriram este processo positivo de mudanças na condição e identidades individuais e sociais. Nesse sentido, se compreende a análise de Theophilos Rifiotis, que retoma SIMMEL (1992) e HONNETH (1997; 2003) para pensar os conflitos e as “violências” como constitutivos do social, podendo mesmo, afirma Rifiotis, conferir sentido a experiências de exclusão, na medida em que restitui o direito e a identidade violados ou negados.

Neste contexto de auto-reflexão, como “vítimas vitimizadas”, Rio Negro configura uma nova identidade coletiva sob a categoria “vítima sobrevivente”, que neste estudo identifiquei como categoria nativa. Essa categoria é importante porque rompe e questiona a ética, o discurso e a prática mediática institucional do Estado, que classifica, codifica e impõe um status ou um lugar diferenciado para aquele que sofre, diretamente, os danos das ações políticas durante aqueles anos (ver item 1.3). Por isso, é fundamental refletir e complexificar a análise sobre o lugar das vítimas das violências, sua vitimização e, a ideologia que a sustenta, considerando que, tanto o discurso como o lugar onde este se produz, são importantes para analisar seu impacto na vida das sociedades e das pessoas (Michel Pêcheux (1988, p. 160). O discurso procura enquadrar, delimitar e neste movimento se torna evidente uma relação de poder que não pode se valer apenas da opressão econômica para se manter; se mantém através da construção discursiva sobre o outro, justificando o

controle, a opressão e a dominação”,<sup>172</sup> Assim, sair desse lugar de “vítimas vitimizadas” (VELÁSQUEZ, 2007; 2008) e, se posicionar e demandar direitos de reconhecimento, significou para Rio Negro, um processo lento e difícil que se refere não só à tomada de consciência sobre seus direitos sociais universais, seus direitos específicos de cidadania plena, como população indígena, mas também a desaprender formas antigas e bem internalizadas de se relacionar, submissamente, com o Estado e a sociedade (em relação a auto-estima, a auto-respeito), em suma, a consciência do que é exercer sua cidadania. Assim, no seu discurso e ações políticas, o movimento não só apela a seus direitos dentro de uma política de reparação integral por sua situação de população vitimada em seus direitos, mas também como “sobreviventes”, para que o Estado efetive o reconhecimento de sua cidadania política. Essa posição leva em conta a Constituição de 1985 que concebe uma Guatemala plural, multilíngue e multicultural, portanto, idealmente respeitosa e promotora dos direitos econômicos, sociais, políticos e culturais de toda sua população<sup>173</sup>.

Conforme Irma A. Velásquez Nimatuj (2007), este discurso vitimizante, que predomina na relação populações indígenas – Estado-sociedade guatemalteca, mostra-nos a ética racista e classista numa estrutura de relações sociais de poder que, desde sempre, tem restringido os sujeitos indígenas à condição de vítimas, e os identifica como massas

---

<sup>172</sup> Michel Foucault (2002) desenvolve em profundidade o conceito do discurso e de seu vínculo íntimo com as estruturas de poder e expõe a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Aliás, Edward Said (2001 p 22) disse que “o discurso envolve a construção de uma identidade para si a partir de uma caracterização do outro, num exercício de oposições dualistas que tem por objetivo classificar este “outro” para melhor controlá-lo.

<sup>173</sup> Esta mudança de um Estado mono-étnico a um estado multicultural na Constituição de 1985, tem sido legitimada com outros instrumentos jurídicos internacionais e nacionais, como a assinatura Acordo sobre Identidade e Direitos dos Povos Indígenas; em 1995; a assinatura e ratificação do Convenio 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes, da Organização Internacional do Trabalho OIT,<sup>173</sup> a Lei de Idiomas Nacionais, assim como a criação de instituições para o tratamento da situação dos indígenas, entre estas: a Academia de Línguas Maias (ALMG), o Fundo de Desenvolvimento Indígena (FODIGUA), a Defensoria da Mulher indígena (DEMI), a Comissão contra o Racismo e a Discriminação (CODISRA), entre outras. Na realidade, este reconhecimento jurídico não é efetivado. O informe da MINUGUA (2004) cita que os avanços e reformas jurídicas se tem dado mais na forma, pois no interior do aparelho estatal o que se evidencia é unicamente um incipiente debate sobre o racismo e a discriminação. Mas se reconhece que a realidade cotidiana da população indígena em geral tem mudado pouco e eles seguem sendo a população mais excluída, portanto, empobrecida. Para Demetrio Cojti (2005), a situação de sobrevivência dos povos indígenas é igual ou pior que antes dos massacres e as relações de poder continuam incólumes em meio a tantos direitos supostamente conquistados.

inertes voláteis e manipuláveis, material e ideologicamente.<sup>174</sup> Compreende-se assim, a sua vitimização como um fenômeno de longa data, produto do racismo, no qual se reproduz uma imagem enfraquecida dos indígenas que determina um estado de fragilidade imutável e de vulnerabilidade social, é uma tarefa que os líderes sabem não está ainda acabada.

Para as lideranças, sua base comunitária ainda não tem plena consciência desta situação, de ausência de reconhecimento e vitimização persistente e naturalizada. Lucas, líder máximo, explica sobre estas contradições na construção de sua identidade,

Hemos discutido sobre este punto de la victimización y nuestra posición política es que nosotros los que sobrevivimos nos quedamos en otra etapa. Nosotros pasamos a ser eso: sobrevivientes. Aunque es difícil, porque a veces nos sentimos que somos sobrevivientes pero muchas veces las políticas del gobierno, nos obligan a victimizarnos.

Segundo Jesús, a contradição se produz logicamente porque o movimento se defronta com o discurso e as políticas governamentais que os obriga a se situar nesse lugar de “vítimas vitimizadas”, para considerá-los objetos dos seus projetos de ressarcimento ou de caridade pública e beneficência privada,

Las Políticas buscan victimizar y buscan confrontar. Se nos obliga a victimizarnos, el Estado y algunas ONGs, nos victimizan y si nosotros decimos que somos sobrevivientes el Estado como que no nos toma en cuenta. Un ejemplo fue la indemnización a las patrullas de autodefensa civil PAC, quienes de declararon víctimas del Estado porque a muchos sabemos, se les obligó a participar. Ahí el gobierno buscaba la confrontación al

---

<sup>174</sup> No discurso oficial, com respeito aos indígenas em geral, construíram-se duas premissas dominantes: a) a imagem estereotipada que coloca o indígena como “pobríssimos eles” não têm capacidade nem vocação organizativa; ou colocam-nos como seres residuais de um passado milenar: símbolo da cultura ancestral, folclore e tradição. E, b) a imagem do indígena como ameaça, perigo, conflito. No primeiro discurso, o indígena representa atraso cultural e inferioridade social, objeto da exploração ou objeto exótico para mercadoria turística e também objeto da caridade pública e beneficência privada. E, sob a segunda premissa, o indígena é beligerante, portanto, insubordinado à ordem social, ou à margem da lei, sujeitos criminalizados. (MARTÍNEZ, 1994; CASSAUS, 2002, COJTI, 2005).



reconocer a los que fueron victimarios y no reconocernos a nosotros para este tipo de indemnizaciones, solo porque no nos queríamos definirnos como víctimas frente a nuestros adversarios. Mas también nosotros somos víctimas porque actualmente estamos siendo todavía afectados pela represa que se construyó en nuestro territorio e que nos dejó mucha miseria y pocas posibilidades...

É neste nível das lideranças que encontrei uma postura e um discurso mais “consciente”, mais elaborado, ou seja, mais trabalhado, politicamente, sobre o fenômeno da vitimização. A partir disso, o novo movimento de sobreviventes, tem questionado o programa dirigido ao atendimento das populações indígenas que foram vitimadas durante a guerra interna, além de organizar atividades de conscientização das bases comunitárias, para alertá-las da razão porque que não devem aceitar o que o governo lhes oferece, através deste Programa.

A opinião do movimento com respeito ao PNR percebe-se na análise de Juan, outro dos dirigentes e comissionado político do movimento para os diálogos com o governo e outras instâncias externas,

Sabemos que la victimización ha sido parte de la vida constante de nosotros los indígenas, es una forma de discriminarnos, nosotros vemos nuestra identidad de víctimas de otra manera, nosotros no queremos que nos victimicen porque esto no nos sirve, al contrario nos limita en nuestro objetivo de la reestructuración del tejido social, el cual creemos que ya se está dando porque la víctima ya no se siente el humillado, el perseguido, sino que ahora el que se siente perseguido es el victimario, porque la víctima ya tiene la fuerza, la víctima ya tiene abogados, apoyo social, tiene el movimiento que nos guía. Mire le doy ejemplo de actuación de estas “nuevas víctimas”<sup>175</sup>: Una vez cuando estábamos buscando a nuestros desaparecidos, fuimos a la zona militar de Cobán con el comandante Illescas, “mire señor comandante nosotros queremos que nos digan dónde fueron a dejar a nuestros hermanos de Río Negro que trajeron el 14 de mayo de 1982, desde Los Encuentros. Ustedes tienen

---

<sup>175</sup> Coloquei entre aspas, para destacar a diferença que ele fez sobre o significado desta nova configuração identitária.

una base de datos, por favor ¿díganos dónde están, si muertos díganos dónde les enterraron?” Así le hablamos ¡sin miedo! las víctimas organizadas ya no tenemos miedo. La imagen de víctimas estamos tratando de cambiarla. Es víctima, es sobreviviente pero con dignidad y una visión de encontrar o buscar la justicia. Por eso es que nosotros reivindicamos esa idea de víctimas sobrevivientes, frente al Estado. Nosotros en el Programa Nacional de Resarcimiento que tanto peleamos, demandamos ser reconocidos como víctimas, más también, como sobrevivientes del conflicto armado interno. ADIVIMA fue parte de esa negociación con el gobierno para que se implementara dicho programa, nosotros creamos con nuestras demandas y negociación ese programa de resarcimiento”, por eso, peleamos, peleamos para que nos respeten y nos miren como lo que somos.

Conforme Jesús,

Hay familias de nuestra comunidad que por su situación tan precaria está aceptando el PNR. Hasta formaron su propio comité de víctimas, que es exigencia del programa para que puedan recibir las ayudas. Ellos formaron su propio movimiento respaldados por el gobierno, aunque desde el movimiento se les dijera que no. Ellos están siendo utilizados, manipulados por el PNR, que busca dividirnos, por eso ahora tenemos una lucha interna, provocada por el mismo Estado. Y eso es lo que ha pasado también en otras comunidades que fueron víctimas de la guerra. El Estado siempre compra a la gente. Compró a las víctimas con el resarcimiento económico y con eso pensó que iba a desmovilizar la lucha pero no lo logró. Ahora el estado ante las demandas que se ha puesto en la Corte Interamericana, responde que ya nos dieron todo lo que estamos solicitando con esta demanda y no es así. Por eso nosotros no queremos acceder al PNR, porque es una burla para las víctimas, es como comprarnos. Ellos llaman a los de Río Negro de rebeldes porque no aceptamos organizarnos con ellos para trabajar su plan integral de resarcimiento Ellos están peleando de esa forma. Comprando a los líderes y dividiendo a la gente, for-

mando sus propias estructuras y así generan conflicto entre la propia gente, porque su intención es no ser condenados por la Corte Interamericana.

Assim, a emergência do sujeito de direitos se dá num cenário complexo e conflitivo, que gera divisões na comunidade, pois algumas famílias, por sua extrema precariedade econômica não querem rechaçar as ajudas e benefícios ou ganhos oferecidos pelo Programa Nacional de Ressarcimento- PNR, tal como preconizam os líderes da COCAHICH.. Assim, entram numa espécie de jogo e aceitam participar nesta revitimação, seguindo as regras que esta instância lhes impõe.

Em meu campo consegui dialogar com Tono e Efraín<sup>176</sup>, líderes deste comitê governamental de vítimas, e integrantes do Conselho de Vítimas ao nível departamental, ambas as estruturas da política governamental executada através do PNR. Minha intenção foi conhecer o que eles pensam sobre a sua participação dentro deste programa e o que isso implica na sua comunidade. Minha idéia, na conversa, era encontrar um ponto de contraste entre a da postura deles como sujeitos considerados vítimas, dentro da política governamental, e a do movimento da COCAHICH, avessa àquela. Conforme Tono,

Mire aquí al principio todos aceptaron el resarcimiento que daba el programa de renacimiento (PNR), todos querían recibir la medida económica, porque vimos que estaban pagándoles a los victimarios y a nosotros nada. A la mayoría no se le ha hecho dar esta medida económica pues perdieron todo con el desplazamiento y también hay muchas personas que no les creen que son “víctimas” y no les han querido dar su dinero. Solo se recibió la primera medida económica por los asesinados pero no las otras medidas. Van a mandar sicólogas para determinar la verdad porque hay gente aquí que quiere recibir más de lo que le corresponde. Por ejemplo, hay personas que fueron a recibir con los ex patrulleros y ahora el programa

---

<sup>176</sup> É importante destacar que ambos os líderes são jovens que ficaram órfãos com os massacres. Seu papel de lideranças não é legitimado por toda a comunidade nem pelo movimento liderado pelos mais velhos, das linhagens mais antigas. Assim, eles e as famílias que os seguem, conformam um grupo de dissidentes do movimento da COCAHICH. Curiosamente também, ambos os líderes, são pastores das duas pequenas igrejas evangélicas pentecostais que existem na comunidade e que causam divisionismos internos que merecem uma pesquisa à parte..

tiene problemas para saber quiénes son los que recibieron dinero ya porque no se les puede dar otra vez. Debido a eso nosotros nos metimos dentro del Programa de Resarcimiento, porque si no estamos organizados con ellos en comité, ellos no van a dar estas ayudas. Como comités nosotros somos los que vamos a coordinar las ayudas, vamos a encuestar a la gente para saber qué es lo que ha recibido y que es lo que estaría pendiente de recibir y porqué. Lo que nos está haciendo difícil es la asociación ADIVIMA, que está llevando un juicio en la corte interamericana de derechos humanos en Costa Rica. Esta demanda nos ha venido a dividir. Ellos ya van para cuatro años de llevar esta demanda y no logran nada. No se ha visto nada si habrá beneficio económico y reparación material. Nosotros somos una de las comunidades prioritarias para implementar el plan integral del gobierno. Esta medida es integral y no se puede ejecutar hasta que se una la gente, es requisito que exige el programa del gobierno. Nosotros vamos a empezar con poca gente, pero no queremos perder esta oportunidad que nos da el gobierno.

Conforme Efraín, urge enviar una carta ao presidente da Comissão de Ressarcimento, para que se lhes conceda aceder a uma vivenda porque, segundo eles é uma das questões mais urgentes para as vítimas e suas famílias. Mas para que isso seja considerado se precisa a unidade de todos, refere.

Es necesario que nos unamos para ser beneficiados. No es bueno quedarse fuera. Pero hay personas que no quieren perder su tiempo porque en el comité no se gana nada. Ahorita solamente cuatro miembros estamos participando activamente. Dificultades con el programa no hay. La gente no entiende. El dinero que se dio en Plan de Sánchez<sup>177</sup> fue mucho y la gente espera lo mismo, pero la gente no sabe que el caso de Rio Negro va a ser diferente. La gente cree que los comités ma-

---

<sup>177</sup> Plano de Sánchez é uma comunidade indígena, também massacrada, que há poucos anos ganhou um processo judicial, junto ao Estado guatemalteco, contra a CIDH, auxiliada pelo Centro de Ação Legal pelos Direitos Humanos – CALDH. Seguindo este exemplo, ADIVIMA deu início a um processo idêntico, em relação ao caso de Rio Negro.

nejamos dinero. Y por ahí dicen que nosotros nos estamos robando el dinero de las víctimas. La verdad es que nosotros en esta comunidad no hemos pedido dinero a nadie, trabajamos por nuestros propios medios. ADIVIMA, vienen y confunden porque le dicen a la gente que no deben llegar al PNR, que ya no tienen que participar, les amenazan, les prohíben de recibir medidas del programa porque está esta demanda de la corte. Y esta demanda se debilita si la gente recibe dinero o ayuda del PNR. E lo que pasa es que eso es un gran riesgo porque no sabemos ciertamente si este juicio va a salir y si no sale nos vamos a quedar fuera de todo. La verdad es que ellos saben lo que hacen, pero deben respetar a los que no estamos de acuerdo. Porque la gente está cansada de esperar. Ahora tenemos ese ofrecimiento y la voluntad política de este gobierno y tenemos que aprovechar porque no sabemos si el siguiente gobierno va a tener esta actitud con las víctimas. Además el programa ya va a finalizar. Creo que le quedan 7 años. Nosotros tenemos unas casas tan precarias ya se van a caer entonces no es correcto que nosotros no seamos beneficiados de esta política integral.

O relatado por Tono e Efraín, reflète o que Jesús e as outras lideranças da COCAHICH, têm analisado, sobre a imposição de uma estrutura organizativa governamental, leia-se, “comitê de vítimas”, através da qual não só se organiza e executa um plano de ressarcimento imposto. Assim, se segue institucionalizando e regularizando a identidade e status diferenciado dos sujeitos como “vítimas vitimizadas”, objetos “passivos e pacatos” da caridade pública e privada, nacional e internacional, grupos paralisados e manuseáveis...

Los que están metidos en ese comité son pocos, ellos no quieren esperar, quieren resultados independiente de la calidad de esos resultados, están en la lucha por la sobrevivencia y cualquiera puede ofrecerles cualquier cosa que ellos aceptan (Jesús)

Na entrevista que me foi concedida por Lucrecia Jerônimo<sup>178</sup>, coordenadora do PNR para o departamento de Baja Verapaz, município de Rabinal, ela coloca várias questões que me parecem importante citar, pois no permite ajuizar sobre a vitimização das vítimas por parte deste programa governamental. Sobre o processo para reconhecer quem é vítima e quem não é, e como se desenvolve a política e a relação com os sujeitos vitimados, ela disse:

Nosotros nos auxiliamos en los comités de víctimas para hacer este control de aquellos casos que nos surgen duda. Por eso pedimos a los comités de víctimas” que registren a las personas segundo el manual de víctimas que el PNR ha elaborado. Nosotros reconocemos bien cuando la gente es víctima y cuando no es. Lo reconocemos porque les entrevistamos y tenemos un equipo de psicólogas capacitadas para determinar si las personas están mintiendo o no. hay muchas personas que vienen a dar un falso testimonio, recitan algún testimonio y eso se descubre y detectar que testimonios presentan contradicciones y determinar si es verdadera o falsa. Claro, por la necesidad económica la gente viene a pesar de no ser víctimas y se hacen pasar por víctimas. Cuando no dudamos no hacemos investigación de campo, sólo confirmamos con los comités.<sup>179</sup>

Segundo Lucrecia o ressarcimento econômico individual ha gerado está situação polêmica do programa com as vítimas, atualmente disse, se têm estipulado quantidades específicas de dinheiro para os diversos tipos de violências sofridas.

La comisión aprobó resarcimiento económico para las muertes de ejecuciones extrajudiciales, las

---

<sup>178</sup> Lucrecia Jerônimo, indígena Maia Achí de Rabinal, foi proposta pelo “*Consejo Departamental de “víctimas”*” para ocupar este cargo governamental. Quando fiz a entrevista, ela estava no cargo há apenas 4 meses, por isso sua posição foi defensiva em relação a como tem funcionado o programa no município e as mudanças que o governo atual pensa em fazer para evitar ou reparar os erros que o governo anterior cometeu, em relação às vítimas e sua reparação.

<sup>179</sup> Conforme Isabel Falcão (2003) a re-vitimização se dá quando as vítimas são tratadas como se fossem responsáveis pela situação em que se encontram. Assim, além de terem de se confrontar com as consequências negativas provocadas pelo fenômeno que as vitimizou (vitimização primária, Brickman et al., (1982), são vitimizadas uma segunda vez (vitimização secundária) ao serem obrigadas a narrar sua experiência para ser considerada “objeto de ajuda”

muertes por desplazamiento, por torturas, por desaparición forzada, violaciones sexuales. Por eso es que tenemos que ser bien escrupulosos para saber quiénes son los que deben recibir dinero y quien no y quienes ya recibieron y quieren más. El trabajo es difícil y no se ha venido haciendo bien, se ha dado dinero sin tener mayor control y no puede ser así. Aquí nosotros miramos muy fácil las corrupciones. Han identificado que antes había corrupción que a las víctimas se les cobraba para juntar la papelería. Se llegó a descubrir hasta cobros de 5,000 quetzales para garantizarles el resarcimiento económico. Por eso nosotros tenemos el manual de víctimas y con base a este manual tenemos que controlar bien la situación. Todo esto ha sido re estructurado con el nuevo gobierno. Las víctimas reciben Q24, 000 por cada finado. El monto máximo es 44,000. Esto es para aquellos se les murieron todos y sufrieron todos. Las personas que ya recibieron esos 44,000 ya no pueden recibir más dinero. Este pago se hace según el nivel de parentesco. El significado del resarcimiento no es pago por el muerto como los de Río Negro han dicho. El programa sólo ayuda por la situación económica en que la gente quedó, ya que ese muerto representaba un ingreso familiar, deben verlo como un reconocimiento a la lucha de la persona. Si la víctima dejó esposa o esposo, primero se tendría que dar a la señora o el señor, si en dado caso se tendría que dar a los hijos, con cheques individuales donde está dividida la cantidad de la víctima. En un dado caso no hubiera el hijo ni el conyugue, se da a los padres o los hermanas o hermanas.

*O grande problema nosso com nossa gente é que não podemos obrigar-lhes a não receber o ressarcimento econômico individual, isso é uma consideração pessoal difícil, porque as famílias estão em extrema pobreza, me disse Juan, que, como dirigente está preocupado com a forma como as necessidades e situação econômica das comunidades vitimadas está sendo colocadas dentro da política governamental. Para ele, como para Carlos, o ressarcimento econômico é uma *faca de dois gumes*. Por um lado, qualquer família ou pessoa que está tão privado do material, vai receber o dinheiro, não se pode negar esta realidade. As*

personas aceptan ser victimizadas por su situación económica e o governo pensou que, con isso, a gente não ia organizar-se, Além disso, os líderes pensam que o que o governo está fazendo com seu programa, é uma humilhação, porque seus mortos não têm preço. Ellos creyeron que nosotros al recibir el resarcimiento de tipo económico, nos íbamos a quedar tranquilos, conformes y no íbamos a demandar justicia, ni reparación integral como sobrevivientes con derechos, comenta Lucas, líder principal, citado anteriormente:

Nuestra dignidad y nuestros muertos no tienen precio y nosotros no podemos caminar con tanta sangre como si nada hubiera pasado, porque significa aceptar que merecemos ser humillados e eso afecta a nuestros hijos porque ellos pueden pasar por lo mismo y eso es lo que no queremos. Queremos que nuestros hijos aprendan también que no merecen que se les humillen y que tienen derechos. No queremos que nuestros hijos sientan la vergüenza que nos ha provocado vivir humillaciones, ni que sientan la vergüenza de que nosotros no les hayamos defendido. Luchamos para que ellos puedan vivir mejor, para que sepan que nadie debe humillarles y que todo lo que pasamos no fue por nuestra culpa. (Carlos, líder).

Por esta postura digna e ousada dos líderes das diferentes estruturas organizativas que integram a COCAHICH, o PNR os acusa de problemáticos e de não quererem aproveitar as oportunidades da política de ressarcimento além de argumentar que o PNR, não poderia ajudar a Rio Negro, pois é uma comunidade que não cumpre com todos os requisitos estipulados para ser beneficiada.

Tenemos problemas con la comunidad de Rio Negro que fue una de las comunidades arrasadas. Nosotros teníamos a Rio Negro como prioridad. Pero luego nos dijeron los criterios para hacer este plan piloto. Las comunidades tenían que tener las condiciones de reparación, por ejemplo: las personas tenían que tener un pedazo de tierra o terreno propio para hacer la vivienda y luego presencia de instituciones y Rio Negro no tiene eso. Ellos fueron sacados de sus tierras, perdieron sus tierras por la represa. También el programa tiene que hacer la reparación o construcción de aquellas vi-



viendas que fueron quemadas y los de Rio Negro están viviendo en Pacux, ahí fueron dislocados, de eso nosotros no tenemos nada que ver, ahí sería el INDE. (Lucrecia, coordenadora CPR, Rabinal).

De acordo com essa visão governamental, expressada através da coordenadora do PNR, o problema da sobrevivência é: “vítimas vitimizadas” com direito de serem integradas a programas de ajuda governamental, ou, sujeitos políticos com possibilidades reais de serem criminalizados (LEITE, In: Rifiotis e Hyra. (Org.). 2008). De modo que a vitimização lhes nega o status de sujeito político e não colabora para a construção de cidadanias plenas.

A força de seu nascimento como novos sujeitos políticos se constrói, conforme Carlos, a partir da *memória de seus mortos*; na memória de todas aquelas vidas silenciadas descansa também a memória comunitária. Essa força se nutre da consciência que eles têm sobre as injustiças, ou seja, das experiências de desrespeito que humilharam sua moral individual e coletiva.

Quando pasó todo y luego nos fuimos reuniendo, porque habían muchos que se habían ido a esconder por otros lado y llegaron después, nos dimos cuenta que estamos vivos un poco más de la mitad y frente al dolor de haber perdido a muchos familiares, estaba también la alegría de haber sobrevivido, por eso nuestro lema es que estamos vivos y mientras eso vamos a seguir lucha (Sebastian, líder)

Assim, nas falas dos líderes, percebi seu nível de consciência ao de se pensar como sujeitos políticos que se posicionam frente a sua realidade social e sabem que o futuro depende das suas ações presentes. Na medida em que eles são capazes de protagonizar autonomamente sua luta, vão perdendo o medo. Medo que, nos versos do poeta guatemalteco Juan E. Álvarez (2000, p. 16) significa, “...echarse en la memoria / los gestos / el tormento / los gritos / los sueños / y la tarde completa de los muertos/ (...) Abrir los ojos / y tener miedo de cerrarlos”.<sup>180</sup> Também nesse processo de empoderamento, vão recuperando a sua dignidade, que nas palavras de Antonio Perez Lino (1995) consiste não apenas na garantia negativa de que a pessoa não será alvo de humilhações e ofen-

<sup>180</sup> Revista “Nunca Mas” No. 43, Ano 7, Junho 2002, p.11. Guatemala.

sas, mas também agrega a afirmação positiva do pleno desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo.

Portanto, “vítima sobrevivente”, coloca para nossa reflexão uma categoria emergente de identidade política<sup>181</sup>, que conforme leitura dos sobreviventes, potencializa sujeitos políticos que precisam reconhecer-se e serem reconhecidos como atores sociais, corajosos, que depois de tudo, seguem vivos e estão lutando. Assim, temos que, na dimensão, sobretudo moral do dano produzido (HONNETH, 2003), se encontra a explicação da emergência de uma nova consciência, a consciência de um sujeito de direitos ou “atores políticos” com capacidade de ir além de limitações de diferente ordem, para protagonizar, neste caso, processos que alteram ou extrapolam um modelo de classificação, que lhes põe num status social inferior. (ORTNER 1997).

---

<sup>181</sup> Manuel Castells (1998: 30-32), propõe uma interessante distinção entre as identidades. A primeira é a “identidade legitimadora, mediante a qual se trata de justificar o domínio das instituições, racionalizando a autoridade. A segunda é a identidade de resistência, que se opõe à moral dominante e luta contra os valores institucionais. Gera comunidades que resistem coletivamente à imposição oficial. A terceira é a identidade projeto, que constrói uma nova identidade, transformando a que está vigente e que produz pessoas capazes de reafirmar a si mesmo e de dar sentido à vida.

### CAPITULO 3: A LUTA PELO RECONHECIMENTO

No capítulo anterior, analisamos o processo de emergência dos sujeitos de direitos e o cenário no qual este se situa. Um cenário complexo, no qual a comunidade emerge se levanta sob uma nova identidade coletiva como “vítimas sobreviventes” para iniciar uma luta pelo reconhecimento, onde o interesse moral se antepõe como uma necessidade fundamental do grupo de sobreviventes, para sua reparação. Neste sentido, o conceito de “luta social” tem como ponto de partida os sentimentos morais de injustiça, em vez de constelações de interesses dados (HONNETH, 2003, p. 255).

Este interesse moral esteve focalizado na auto-compreensão dos danos sofridos, particularmente na morte da metade de população de Rio Negro (444 pessoas). Nessa compreensão dos fatos, a primeira etapa a superar era o sentimento de culpa, vergonha e medo, produto das humilhações e a experiência próxima da morte, além da sensação de impotência pelas condições de insegurança e impunidade que ainda prevaleciam depois da assinatura dos Acordos de Paz entre o Governo e as forças insurgentes da URNG (1996),

Sólo hasta que empezamos a tomar medidas de hecho, nos sentimos bien. Ya la gente de aquí del pueblo nos empieza a respetar, a ver de otra forma, antes teníamos miedo y vergüenza de salir, como si nosotros tuviéramos la culpa de lo que había pasado. (Marcos, comunitario).

Cuando llegó 1993, no se podía hablar de nada, estaban los patrulleros, ex militares, La inteligencia (G-2, comisionados, pero empezamos a luchar con los compañeros de Pacux. Me acuerdo cuando fuimos a hacer las primeras denuncias, La gente no quería, tenía miedo de hablar, pero les dije que era el momento de quitarnos el miedo por nuestra hermanos y hermanas que murieron y debíamos descubrir todo lo que pasó. Porque se dice que son guerrilleros los que murieron pero no fue así. Eran gente indefensa. Empezaron a tomar fuerzas las compañeras, las viudas asumieron el trabajo, empezaron a hablar (Carlos, líder)

Em seus depoimentos, relatam sua trajetória, na qual rompem o cerco do silêncio produzido pelo medo, portanto, “as lesões morais” obtêm visibilidade e legitimidade na esfera pública. Na medida em que estas eram visibilizadas, a luta e a moral da comunidade se iam fortalecendo.

Durante as violências políticas, deslocamento forçado e logo após, a vitimização - seguindo o modelo explicativo de Honneth (2003)-, foram violados duas formas de reconhecimento intersubjetivo, a) Do direito<sup>182</sup>, ou seja, as relações jurídicas, uma propriedade universal que faz do indivíduo uma pessoa de direito. A experiência de menoscabo, vinculada à negação do reconhecimento jurídico, à disposição de direitos e exclusão<sup>183</sup>, afeta a integridade social do sujeito, menoscabando sua autonomia pessoal, aflorando nele o sentimento de vergonha social e de perda do respeito de si (p. 145-146). A experiência do menosprezo à vida (genocídio), à sua cultura, aos seus bens materiais que garantiam sua reprodução, está vinculada à negação deste reconhecimento jurídico. E, b) Da forma de reconhecimento, que se expressa através da solidariedade social, implicando a valoração das capacidades, qualidades socialmente úteis para atingir os objetivos relacionais, num tempo e espaço determinado. Para poder sentir respeito por si, cada um precisa sentir que possui os mesmos direitos que os outros, no quadro do princípio da igualdade na esfera jurídica. Para Honneth, os propósitos individuais só se encontram ameaçados dentro das relações jurídicas e de solidariedade, ao ponto de motivar a resistência e constituir no germe de coletivos organizados.

Por conseguinte, a luta é social na medida em que “as lesões morais” que a motivam alcançam ou têm possibilidades de ser visibilizadas

---

<sup>182</sup> Nas palavras de Honneth (2007), são direitos: as pretensões individuais, tendo certeza da reciprocidade alheia; por isso, na preservação social de tais direitos se avalia se o sujeito tem condições de se perceber como membro plenamente aceitado por sua comunidade. (p.99)

<sup>183</sup> Direitos que tem a ver com o que a Nancy Fraser chama de “redistribution” In: “Redistribution or Recognition. (A Political-Philosophical Exchange. FRASER, N., HONNETH, A. 2006). Neste trabalho, que reúne a postura de ambos os autores (FRASER e HONNETH), Fraser incita o debate em torno à proposta de “reconhecimento” de Honneth, enquanto considera que nem a redistribuição por si só, nem o reconhecimento por si só podem ser suficientes para superar a injustiça; para tanto é necessário, de alguma maneira, reconciliar ambas e combiná-las. Assim, para esta autora, só levando em conta os enfoques integradores que unem a redistribuição e o reconhecimento se pode reunir as “quotas” requeridas para uma justiça igualitária. Ante esta provocação, Honneth argumenta que a luta dos grupos sociais para alcançar formas cada vez mais amplas de reconhecimento social, se converte em uma força estruturante do desenvolvimento moral da sociedade. Para ele, ao não conceber ou definir adequadamente a necessidade, vulnerabilidade e interdependência dos sujeitos, as teorias liberais interpretam erroneamente a justiça social

e legitimadas no cenário público (HONNETH, 2003, p.196), emergindo daí condições para o surgimento duma semântica coletiva que faz possível as ações de resistência. Um exemplo desta semântica coletiva que objetivou colocar o problema das comunidades atingidas pela hidrelétrica no cenário público, para legitimar sua luta, foi a manifestação realizada nas instalações técnico-administrativas da hidrelétrica Chixoy. Nesta mobilização, realizada em setembro de 2004, a Coordenadoria do movimento COCAHICH mostrou sua capacidade de convocação e obrigou o Estado a firmar um acordo político para iniciar o diálogo com as comunidades. Neste diálogo, que ainda se mantém, participam representantes do governo, do Instituto de Eletrificação- INDE e delegados da COCAHICH. A notícia da mobilização teve impacto imediato e circulou em todos os meios de comunicação, da qual a fotografia abaixo é uma mostra. (A reportagem completa se encontra no anexo).



Fotografia 31 Copyright © 2000 - 2007 Prensa Libre, S.A. Derechos Reservados Guatemala, quinta-feira, 09 de setembro de 2004. Foto Prensa Libre: Luis Echeverría

Noticia: Decenas de campesinos se observaron en las instalaciones de la represa de Chixoy, los ocupantes lograron comprometer a las autoridades a atender sus demandas de resarcimiento. (Eduardo Sam e Francisco González)

Ora, o conceito de "movimento social" remete ao desenvolvimento de ações que são concebidas e executadas por uma estrutura de participação. No caso de Rio Negro, eles conseguiram formar uma Coordenadoria de comunidades atingidas pela Hidrelétrica, que eles consideram

como sua melhor estratégia. Esta Coordenadoria é reconhecida pelas suas siglas: COCAHICH, já mencionada anteriormente.. A formação deste sistema de organizações foi uma proposta que nasce da “*Asociación para o Desarrollo Integral de las Víctimas de la Violencia en las Verapaces Maia Achí*” (ADIVIMA), a qual se integraram depois a “*Asociación de Desarrollo Integral “Nueva Unión” Maia Achí*” (ASDINUMA) e “*Asociación Campesina Rio Negro 13 de Março Maia Achí*”. ASCRA e ADIVIMA, associações da comunidade de Rio Negro. Somente ASDINUMA, é uma organização local da colônia “El Naranjo” que pertence ao município de “Cubulco” na mesma província de “Baja Verapaz” Mas as três são formadas por população Maia Achí, atingidas pela hidrelétrica do Chixoy e compõe a “COCAHICH”. É através desta coordenadoria que dão forma e estrutura sociopolítica ao movimento que luta pelo reconhecimento de direitos violados e reparação dos danos resultantes da construção da usina hidrelétrica. ADIVIMA pode-se considerar a organização matriz, pois é a mais antiga (1994) e promoveu o surgimento das outras associações.

Assim, neste trabalho, classificamos este modelo de participação – ação dentro do “paradigma”<sup>184</sup> denominado por vários autores, como “novo movimentos sociais”, a seguir identificados como NMS.

Aliás, sobre estes NMS, Maria da Gloria Gonh (1997, ‘p. 15) comenta,

O paradigma dos Novos Movimentos Sociais parte de explicações mais conjunturais, localizadas no âmbito político ou dos micro-processos da vida cotidiana, fazendo recortes na realidade para observar a política dos novos atores sociais. As categorias básicas de este paradigma são: cultura, identidade, autonomia, subjetividade, atores sociais, cotidiano, representações, interação política etc. Os conceitos e noções analíticas criados são: identidade coletiva, representações coletivas, micro-política do poder política de grupos sociais, solidariedade, redes sociais, impactos das interações políticas, etc.

Outros aspetos da análise de Gonh, sobre as teorias dos movimentos e lutas sociais da América Latina, dão conta dos dilemas e controvérsias na eleição de paradigmas (estruturalistas e integracionistas) e

---

<sup>184</sup> Para Gonh (1997) um paradigma é “um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social”. (: 13)

sobre o terreno onde se deslocam os movimentos sociais (ênfase nos fatores sociopolíticos ou político-econômicos). Os que se inclinam pelos fatores sociopolíticos, se filiam à corrente dos “Novos Movimentos Sociais” e destacam o processo de “construção da identidade política dos movimentos e seu potencial de resistência (cultural)” e os que enfatizam os fatores político-econômicos, segundo as concepções do paradigma marxista, afirma Gonh. A autora coloca também uma questão importante para a discussão do paradigma latino-americano e os movimentos e lutas sociais em nossos países: a necessidade de situar, na discussão, os problemas gerados pela globalização da economia, “em virtude das consequências que tem acarretado no cenário da organização da população em geral” (: 17). Como bem anota June Nash (2006, p. 26), “assistimos a uma mudança histórica nas relações entre indivíduos, grupos, o estado, e a economia, uma mudança que afeta os recursos simbólicos para a ação, disponíveis para as pessoas que nós, antropólogos, estudamos”. Assim, consideramos acertada a definição que propõe Alberto Melucci (2001, p. 23-24), para conceituar a luta de Rio Negro como um NMS. Para Melucci, os movimentos sociais,

São sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social. A identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores. Processos de mobilização, formas organizativas, modelos de liderança, ideologias e formas de comunicação são níveis de análises significativos para reconstruir internamente o sistema de ação que constitui o ator coletivo. Mas, também, as relações com o exterior (...) e, em particular, as respostas do sistema político e dos aparatos de controle social, definem um campo de oportunidades e de vínculos dentro do qual um ator coletivo se forma se mantém ou se modifica no tempo.

Dentro deste quadro interpretativo de Melucci, notamos como característica essencial a “ação social” ou coletiva, e a “identidade coletiva”, compreendida como um processo que se produz na inter-relação entre diversos atores. Conforme este autor, “as formas contemporâneas de ação coletiva são múltiplas, variáveis e atingem diversos níveis do sistema social. É necessário por isso, antes de tudo, distinguir o campo dos conflitos e o dos atores que os tornam visíveis” (capítulos 1 e 2). Os

movimentos contêm problemas e conflitos com raízes históricas diversas. Uma leitura de nossa realidade latino-americana nos faz compreender que muitas das formas emergentes de ação coletiva têm sua origem em fenômenos históricos precedentes (capítulo1). Assim, muitos dos “novos movimentos sociais” que lutam por questões de direitos no plano da identidade e igualdade ou autonomia cultural e política se mobilizam no marco de conflitos antigos próprios do passado colonial. Por exemplo, um dos temas que caracteriza hoje a situação da comunidade de Rio Negro, é a questão da terra e a problemática agrária que esta carrega, com raízes no passado colonial, quando os indígenas sofrem o primeiro e impactante despojamento de suas terras, com sua consequente derrota econômica e a exploração permanente de sua força de trabalho.

Ora, a identidade coletiva que emerge da categoria “*vítimas sobreviventes*” é construída e recriada pelos sujeitos na ação. Não é uma identidade “criada por “estruturas sociais que pré- configuram ou pressupõem certas características dos indivíduos” (Gohn, 1997, p.: 123), como acontece com o Programa Nacional de Ressarcimento (PNR) que tem uma pré configuração dos sujeitos vítimas. No caso de Rio Negro, ao reivindicar-se como “*vítimas sobreviventes*” os indivíduos se declaram avessos à identidade social criada e reproduzida pelo Estado par sustentar as suas políticas públicas dentro da PNR. De modo que, da perspectiva dos NMS, há dois conceitos que são de especial valor explicativo: primeiro, o fato de que a ação coletiva cria identidades constituintes de boa parte da coesão e integração dessas associações; e, segundo, a compreensão dos movimentos sociais como processos em permanente construção em que atuam distintas forças e interesses em negociação. O empiricamente referido como movimento, na verdade, contêm uma ampla gama de processos sociais, atores e formas de ação. (MELUCCI, 2001, p.42).

Dado o exposto, neste capítulo se descreve a dinâmica do novo movimento social, o que implica pontuar sobre o perfil das organizações que protagonizam o referido movimento, sua origem e trajetória organizativa, seus conflitos internos, sua interlocução com as bases e processo de negociação com o Estado, sobre suas conquistas, até hoje. Assim, delineamos esta resistência local que significou um caminho pela sobrevivência moral e material da comunidade, a qual se edifica sobre a idéia de recuperar o sentido da dignidade, integridade e justiça, valores que foram violentamente injuriados pelos massacres.

Antes, é importante destacar que minha leitura se dá a partir da observação participante nas bases comunitárias e com as lideranças das diversas estruturas organizativas, tanto os que moram em Pacux, quanto



os que retornaram a Panimá Rio Negro. Como já tinha explicado, na introdução, no início, planejei meu trabalho de campo diretamente com a ADIVIMA, (representatividade política da COCAHICH), mas na negociação, eles argumentaram que não tinham possibilidade de receber-me, mas que eu poderia fazer meu trabalho no espaço do Museu Comunitário Rabinal Achí<sup>185</sup>. Deste espaço, do museu, administrei minhas atividades de campo. O pessoal do Museu apadrinhou minha vinculação com os distintos setores e espaços sociais da comunidade. Além disso, minha permanência no local do Museu me possibilitou o acesso à variada informação histórica sobre o início da luta e do trabalho desenvolvido por ADIVIMA e COCAHICH. Por outro lado, morar no assentamento ou casario Pacux, gerou maior confiança deles para comigo e favoreceu encontros não planejados, particularmente com Juan e Carlos, lideranças representativas da COCAHICH e ADIVIMA, permitindo diálogos mais fluidos e até confidências que talvez eu não tivesse conseguido se minha observação se limitasse ao espaço de ADIVIMA.

### **3.1. O movimento social, e os fios que o tecem**

O retorno, ainda clandestino, de Carlos - e de outras lideranças, como Julián, Francisco, Cristóbal e Ángel - a Rabinal, em 1993, depois de quase 10 anos de deslocamento interno forçado, despontou como o início da luta pelo reconhecimento. Uma das condições externas favoráveis para preservar a vida dos líderes que deram início à luta foi o apoio recebido da Igreja Católica<sup>186</sup>, que naquele tempo estava organizando um projeto de Recuperação da Memória Histórica (REMHI), que culminou com o informe: “Guatemala, Nunca Más” (REMHI, 1998), referido na parte introdutória do capítulo 1. Esse apoio gerou, posteriormente, uma rede de organizações (ONGs, outros setores emergentes no movimento social), que contribuiu para efetivar as ações de denúncias sobre os massacres e os danos provocados pelo açúcar, ao nível nacional e internacional,

Quando retorne a Rabinal fue en 1993, venía con el respaldo del grupo de apoyo mutuo GAM, con la Coordinadora de viudas de Guatemala

---

<sup>185</sup> Nos anexos apresento a carta oficial do Museu, autorizando meu trabalho de campo.

<sup>186</sup> Como se explica também no capítulo anterior, no final do item 2.2.1. (ver quadro de deslocamento interno dos líderes).

CONAVIGUA,<sup>187</sup> ellas me trajeron en carro y entramos clandestinamente aquí en el pueblo. Estuve en la parroquia con el padre Melchor que ya se murió. Salí de la parroquia y todavía estuve un tiempo escondido hasta que logramos comunicarnos con mi hermano Francisco y con Jesús, quienes me ayudaron a poner la denuncia. Fue a través de la protección de la iglesia católica que logramos salir de la montaña e luego, años después, la gente de la iglesia nos ayudó a retornar.

O papel da Igreja Católica foi fundamental na sobrevivência das comunidades indígenas, durante a guerra interna na Guatemala. Muitas paróquias trabalhavam com as comunidades em programas de alfabetização, além de formar catequistas para o trabalho evangelizador sob a perspectiva ou Teologia da Libertação ou Cristianismo Libertário (BOFF, 1996; LOWY, 1999); muitos desses catequistas foram perseguidos, sequestrados e assassinados. Mesmo assim, a proteção que a Igreja Católica deu às lideranças de Rio Negro permitiu sua sobrevivência. Logo depois, do retorno das lideranças a Rabinal, a Igreja teve um papel importante na formação de uma rede de solidariedade que permitiu à comunidade de Rio Negro articular suas primeiras ações públicas.

Nesta primeira etapa da luta, esta rede de solidariedade, fortalece o papel de Carlos, como líder principal. Sua capacidade de agência é notável e se traduz em recursos materiais, financeiros e humanos, para empreender o que ele chama de: missão mais importante de sua vida, um compromisso “*sagrado*” encomendado por sua primeira esposa, morta numa dos massacres. Além da sua responsabilidade num processo de liderança que se transmite pelo parentesco<sup>188</sup>, e que lhe outorga certa autonomia para definir ações, tomar certas decisões sem consulta às bases, tudo em benefício de sua comunidade, disse. Assim, ele ainda é como um pai que responde pelos filhos, ou um Moisés (bíblico) no qual todos esperam e confiam na busca e retorno à terra prometida.

---

<sup>187</sup> Estas organizações sociais também emergem das violências políticas e são as primeiras a se formarem; no início, exigiram investigações para saber sobre o paradeiro de seus parentes seqüestrados e desaparecidos pelos regimes que governaram durante o conflito armado interno (CAI); além disso, estas organizações chegariam a formar parte da instância da sociedade civil que demandaria o diálogo entre a insurgência e o Estado, para colocar um ponto final ao CAI. Depois, passaram a lutar pelo cumprimento dos Acordos de Paz e para efetivar as recomendações da Comissão do Esclarecimento Histórica CEH, o que fazem até hoje.

<sup>188</sup> Antes dos massacres, Lucas já tinha assumido a tradição de liderança de seus antecessores. Proveniente de uma família tradicional e das mais antigas, sua posição é considerada pela comunidade, como “superior”.

Durante este período, da formação do Comitê de viúvas e órfãos de Rio Negro, Carlos assumiu diretamente sua direção política. Este Comitê foi produto do trabalho da Coordenadoria de Viúvas de Guatemala, CONAVIGUA, organização que reúne mulheres indígenas de todo o país, que perderam seus maridos na guerra. Assim que Carlos se inseriu nesta estrutura e a partir dela, inicia seu trabalho político, junto com os outros líderes,

Nuestro movimiento inició como un comité de viudas y huérfanos, luego este comité pasó a ser una coordinadora porque se unieron otras víctimas de otras masacres de Rabinal. La coordinadora emprende como primera tarea las exhumaciones de los muertos de las masacres, particularmente los de Río Negro. Luego la gente pensó que eso no podía quedar así, que no podemos quedar con las manos cruzadas de ver solamente a nuestros hermanos enterrados dignamente y ¿la justicia qué?, ¿los responsables dónde están? Buscamos apoyo para iniciar nuestra lucha por la justicia... (Carlos, líder)

Conforme Carlos, estas primeiras ações foram destinadas a romper o silêncio e denunciar a violação dos seus direitos fundamentais como a vida e os meios de subsistência e, por outro lado, para conseguir que o Estado desenvolvesse as investigações pertinentes para localizar os cemitérios clandestinos e, assim, poder exumar, identificar e dar um enterro digno aos seus mortos. Estas ações foram encaradas como assunto de urgência moral para as famílias, pois eles acreditam que o que está em jogo é a *dignidade de seus mortos*. Assim, dar a esses mortos as exéquias correspondentes e reparar a dor da perda, forma parte do processo de dignificação.<sup>189</sup>

Las viudas tomaron fuerza, las viudas de Pacux que todavía están en este comité de viudas, con

---

<sup>189</sup> Aliás, no trabalho terapêutico desenvolvido com as vítimas de repressão política, Elizabeth Lira; David Becker e M. Isabel Castillo (1989; 1991, p. 8-9) anotam, “En la muerte de un familiar aparece la pérdida, la tristeza, y el duelo, en un contexto político social, que tiende a poner durante años la responsabilidad del desenlace en la propia víctima, estigmatizando a sus familias, y constituyéndose dicha muerte no solo en un dolor privado, sino en una vulnerabilidad y amenaza constante de seguir la misma suerte, con lo cual el proceso del duelo se ve indudablemente alterado, y se hace imposible de elaborar incluso en el nivel privado. De esta manera la muerte asociada al quehacer político irrumpe como amenaza vital para el sujeto y como experiencia traumática para los familiares”

ellas empezamos todo, porque ellas eran nuestras madres y ellas, las que sobrevivieron no soportaron la tristeza de haber perdido a sus hijos, sus maridos, sus nietos. Después de 1994, las viudas ya no se callaron, después de que se hizo el primer monumento de las víctimas, ellas se llenaron de más fuerza, se movilizaron y se fueron al destacamento a protestar. De ahí, todos sentimos menos miedo y por eso el movimiento ha logrado llegar hasta donde está. Un solo movimiento con varias estructuras de organización e participación (Francisco, líder).

Mas não bastavam as inumações nem os monumentos,<sup>190</sup> a comunidade queria, também, levar a julgamento os responsáveis pelos massacres. Nas palavras de Honneth (2003), essa resistência é uma prática que objetiva procurar ou ampliar os conteúdos de reconhecimento e erradicar os sentimentos de humilhação, individualmente suportados, com vistas a uma nova auto-relação positiva (p.197, 198), ou seja, na medida em que começam ganhar um tipo de reparação moral pelos danos ocasionados, também aumenta sua auto-estima.

Logo após, se defrontariam com as primeiras dificuldades de se sentir objetos da intervenção social, de sentir-se “vítimas vitimizadas”, seja esta intervenção de caráter estatal ou privado; quer dizer, as agências de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento que, naqueles anos, se voltaram para ‘socorrer as vítimas’ com diversos projetos de curto prazo deram, posteriormente, suporte econômico para que os governos pudessem programar as medidas de reparação integral, recomendadas pela Comissão do Esclarecimento Histórico, conforme as palavras de um líder,

Estas ONGs, como CALDH, son para la Cooperación, las únicas que conocen y manejan toda la realidad, en este caso la realidad de las víctimas del conflicto armado interno (CAI) cosa que no es así. Muchas ONGs, solo se imaginan la realidad y lo que está sucediendo en las áreas que dicen atender.

---

<sup>190</sup> O primeiro reconhecimento se dá com a construção de monumentos de dignificação às vítimas dos massacres, seguido pelo reconhecimento dos fatos por parte da Comissão do Esclarecimento Histórico (CEH), cujo informe obriga o Estado, particularmente, a aceitar sua responsabilidade nas violências políticas; como consequência, o primeiro governo pós-conflito viu-se obrigado a “pedir perdão” publicamente às vítimas sobreviventes, comprometendo-se a programar um processo de reparação ou ressarcimento integral pelos danos ocasionados.

Assim, foi surgindo, gradualmente, a necessidade imperativa de sua independência e de atuar com autonomia (Honneth, 2003). Por isso, decidiram, em assembléia, dar esse salto qualitativo fundamental: deixar de ser um comitê de viúvas e órfãos, para formar uma coordenadoria e depois, uma Associação de vítimas.

Estuvimos como coordinadora durante 4 años antes de entrar a convertimos en asociación. En principio el grupo de apoyo mutuo GAM, nos dio el dinero para alquilar un inmueble y otros pequeños gastos para organizar nuestra oficina. Pero nos dimos cuenta que nos miraban como una filial (sucursal) del GAM y no como una coordinadora independiente como queríamos ser. Precisábamos de más recursos y nos sentimos como atados, era como que estar bajo los zapatos de ellos, limitados para llevar a cabo nuestras acciones. Pensamos que la lucha era nuestra, así que decidimos que era mejor buscar nuestra independencia. Y eso implicó urgentemente buscar nuestros propios fondos o fuentes de financiamiento y crecer como una organización independiente (Carlos, líder).

Em outras palavras, esta mudança significou assumir, de maneira mais consciente, uma nova configuração identitária coletiva, de “vítimas vitimizadas” a “vítimas sobreviventes”, identidade social que, como analisamos antes, as coloca no campo político, em termos de se pensar como sujeitos de direitos e não mais objeto da caridade ou de programas e projetos estatais de ajuda às “vítimas”.<sup>191</sup>

Nosotros no queremos intermediarios que decidan por nosotros o se enriquezcan con nuestra problemática. Cuando empezamos con nuestra lucha se nos acercaron muchas ONGs, para ofrecernos proyectos, después nos dimos cuenta que para ellos era muy importante ayudarnos y a nosotros

---

<sup>191</sup> Para discutir sobre as ONGs, me parecem interessantes as seguintes referências bibliográficas: James Petras (1996), que fez um diagnóstico sobre as ONGs e OGs, na economia de mercado, ajudando a entender este fenômeno como uma expressão da lógica imperialista de mediatizar os movimentos sociais, negociando direitos como objetos de consumo; e Carlos Gómez Gil, com seu livro *Las ONG en la globalización: Estrategias, cambios y transformaciones de las ONG en la sociedad global*. Icaria: Editorial, S.A. Cooperación y Desarrollo, [199-], onde faz uma importante investigação histórica desde o surgimento das ONGs, até nossos dias, além de apresentar uma classificação bastante interessante.

no. Nosotros no queríamos proyectos de esos solo para contentar a la gente, nosotros queremos que se nos haga justicia. (Mario)

Uma das características do caminho seguido foi a criação de estruturas organizativas próprias para legitimar as ações. Deram-se conta que criando estruturas, demonstravam seu poder de convocação, sua força. Isso porque a idéia de serem muitos continua sendo de grande valor na hora das negociações, além de canalizar recursos para sustentar o movimento e elaborar programas e projetos de benefício comunitário. Então, como se verá adiante, o movimento se constrói sobre um sistema de coordenação entre diversas estruturas ou expressões organizativas, principalmente da comunidade de Rio Negro.

Nosotros pensamos que una estrategia importante era crear estructuras para cada nivel de acción. Eso no sólo permite agenciarnos de más recursos para atender necesidades dos procesos sino también dar fuerza al movimiento y a las negociaciones de derechos con el Estado. (Juan, líder, COCAHICH)

A narrativa sobre este processo de passagem, de uma forma organizativa para outras, e as condições que geraram estas mudanças, é compartilhada por Carlos,

A través de Derechos en Acción (ONG) logré hacer un primer viaje a Estados Unidos. Ellos fueron los que nos apoyaron a gestionar nuestros primeros fondos, pero nos dimos cuenta que esta ayuda económica que logramos, tampoco la podíamos recibir ni manejar nosotros porque no estábamos constituidos legalmente en una Asociación. Así que esta aguda era administrada por la parroquia (Igreja Católica) y así tampoco funcionaba. Por eso decidimos que teníamos que convertirnos en Asociación, porque no nos gusta tener intermediarios, eso sabemos dificulta nuestro trabajo. Las agencias donantes piden este requisito, así que empezamos a buscar asesoría para conseguir nuestra personería jurídica.

O nascimento da Associação como figura jurídica foi, então, fruto de uma exigência das agências financeiras de desenvolvimento. No processo, as lideranças se deram conta que seria mais vantajoso traba-

lhar sem ONGs intermediárias, assim, converteram-se numa Associação Independente, hoje reconhecida só por sua sigla: ADIVIMA. Essa ação gerou conflitos com aquelas ONGs que já os apoiavam em alguns projetos. O conflito pela sua independência não só era financeiro, mas também pela própria visão do trabalho que estas ONGs desenvolvem. Segundo os líderes, as ONGs, não permitiam maior participação e por vezes, trabalham com projetos de pouco ou nada interesse comunitário.

Mas eles reconhecem que, sem o apoio de algumas ONGs, não teriam alcançado seus objetivos iniciais, nem conseguido o reconhecimento de outras pessoas e organizações, fora do país. Ou seja, as ONGs permitiram que o movimento ampliasse sua rede de solidariedade fora das fronteiras nacionais, apoio que as lideranças de ADIVIMA qualificam de essencial em sua trajetória. Por isso, na medida em que fortalecem essa rede de apoio, têm maior possibilidade de agência e impacto, como se verá adiante.

O trabalho organizativo precisou de recursos e de lideranças capacitadas a lidar com temas de justiça penal e, sobretudo, a administrar e gerenciar aqueles recursos. Este foi uns dos primeiros desafios para eles, pois a maioria sabe apenas escrever seus nomes. Sobre isso, Carlos, explica,

Comenzamos a llevar los casos de las exhumaciones e querrellar las denuncias en el sistema de justicia. Teníamos que aprender todo el funcionamiento de este sistema que desconocíamos. Para esto formamos un equipo. Al inicio se nos dificulto mucho por el financiamiento. Era una asociación fuera del círculo de las ONGs reconocidas por la Cooperación Internacional que centralizaban y siguen centralizando ciertos temas. Pero también hay otras organizaciones amigas que parecen ONGs, pero no lo son, como: GAM, CONAVIGUA, CONDEG, CONFREGUA, CALDH, GAM, CONAVIGUA, CONDEG, CONFREGUA, ADEPAC, que nos ayudaron al inicio porque nosotros pues campesinos y sin estudio necesitábamos asesoría y capacitaciones. APROSEC, por ejemplo, nos ayudó a fortalecer nuestra organización a través de sus capacitaciones. Los líderes teníamos que saber sobre cuestiones administrativas, cuestiones de negociación y sobre los aspectos jurídicos del país, ellos estuvieron un año con nosotros dándonos formación.

En ese tiempo aún no se tenía el Programa Nacional de Resarcimiento, pues no se habían firmado Los Acuerdos de Paz. Seguimos haciendo visitas a los Estados Unidos, denunciando y tocando puertas para conseguir apoyo y así logramos proyectos propios para socorrer a nuestra gente y paralelamente hacer el trabajo político.

Constitui-se, assim, a primeira Associação das próprias vítimas dos massacres em Rabinal, ADIVIMA. O fato de ADIVIMA ser uma associação que nasceu entre as próprias vítimas da comunidade de Rio Negro, de ser precursora de demandas pela justiça, e ter ganhado um processo legal bastante significativo no país, contra ex-PAC e militares; além de ser precursora de várias estruturas comunitárias, faz com que as populações atingidas pela Hidrelétrica Chixoy, a considerem legítima e lhe outorguem o poder suficiente para que seja a coordenadora e condutora política do movimento que funciona através da COCAHICH.

Mas antes de começar a delinear o perfil da ADIVIMA, como ator principal do movimento das “*vítimas sobreviventes*” é necessário descrever, de maneira geral, o que é a COCAHICH. Em princípio, esta coordenação de comunidades atingidas pela implantação da Hidrelétrica Chixoy, é considerada por ADIVIMA, como uma das suas estratégias mais bem formuladas e qualificadas dos últimos tempos. Esta estratégia funciona como um sistema de coordenação – ação, cuja eficácia está na possibilidade de construir propostas conjuntas entre as comunidades atingidas e gerar diálogos com diversos setores-chave do governo para que tais propostas sejam levadas a sério num processo de negociação política. Assim, uma agenda conjunta tem prioridade sobre qualquer mobilização e negociação; ou seja, a mobilização não é possível se seu objetivo não se enquadra em um ou vários pontos da agenda. Toda mobilização deve ter seu impacto político a curto e médio prazo para evitar desgastes do movimento e das bases. Privilegia-se o diálogo como o principal veículo para obter resultados e este diálogo deve sempre buscar as pessoas, estruturas e atores do Estado, que tenham a faculdade de decidir. Como expõe Juan, líder da COCAHICH,

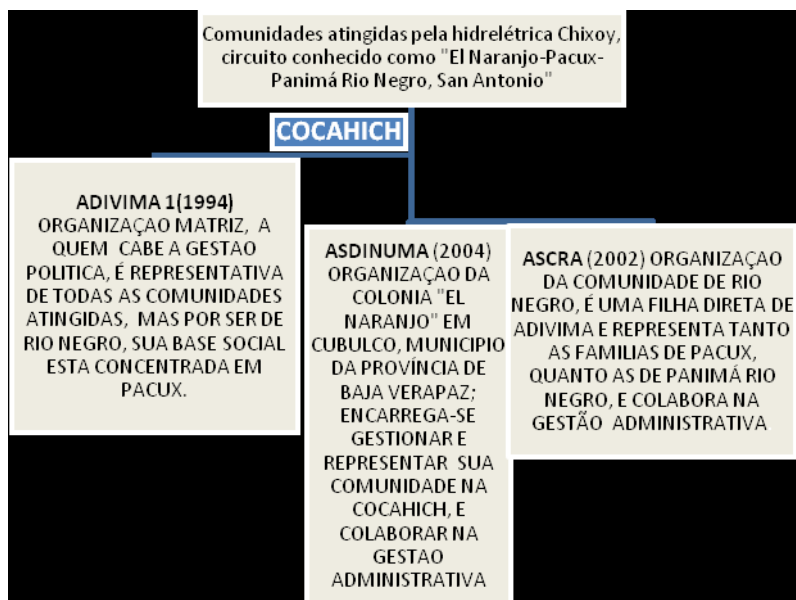
Nosotros nos interesa dialogar con los que tienen el poder y ese poder les falta para tomar decisiones, no queremos hablar con personas ni con instituciones del gobierno que sabemos que no tienen poder, porque perderíamos tiempo, sería un diálogo infértil. Por eso, buscamos hablar no con



los secretarios de los ministros, sino con los ministros y a veces exigimos que nos reciba el presidente y no el ministro. Por eso, nuestra gestión política, no la hacemos aquí en el municipio, la hacemos en la capital, aquí no nos sirve de nada porque sabemos que las instituciones aquí, no tienen poder de decidir sobre aquellos aspectos que nos interesan negociar. Aquí la representante del PNR (programa nacional de resarcimiento) se molesta porque no nos interesa hablar con ella, negociar con ella, nos interesa hablar con el jefe de ella que está en la capital. Mas eso no ha sido fácil, se requiere demostrar fuerza y eso es lo que tratamos de mostrar en nuestras movilizaciones, ¡fuerza!

As organizações que formam parte da COCAHICH têm suas funções bem delimitadas, como referimos acima, mas o esquema abaixo mostra com mais clareza como estas organizações se integram no sistema, sua hierarquia e as responsabilidades que competem a cada uma. A Coordenadoria se compõe de dois representantes - um titular e um suplente - de cada uma das organizações membros, que formam uma diretoria de coordenação, que discute a agenda e os processos, as ações, as estratégias. Aos representantes ou lideranças de ADIVIMA cabem a responsabilidade da gestão e protagonismo político na mesa de diálogo com o Estado, assim como as relações externas. Além disso, ADIVIMA também é a gestora administrativa, embora as outras organizações participem ou colaborem nas comissões de finanças e fiscalização.

### Organograma do Movimento COCAHICH



Organograma 1. Elaboração própria, conforme dados de campo.

A estrutura operativa da COCAHICH é considerada básica e em processo de formação. A COCAHICH como coordenadora deste novo movimento social amplo e profundo, dentro daquela sociedade, se torna um importante espaço de convergência e incidência política dos diferentes atores que dela participam. Por outro lado, na atualidade, a COCAHICH negocia um Plano Estratégico de Desenvolvimento Comunitário para todas as comunidades atingidas pela hidrelétrica. Caso este plano fosse aprovado, a COCAHICH passaria a coordená-lo, e, em função disso, teria uma relação direta com os Comitês Comunitários de Desenvolvimento: COCODES e o governo municipal. Este seria um dos temas mais polêmicos do movimento, o que a colocaria numa posição política inédita, pois seria a primeira vez, na Guatemala, que um movimento social assume diretamente a responsabilidade da coordenação e execução de uma política social de desenvolvimento na sua área de influência. E, em coordenação direta com a administração municipal e com as estruturas próprias de uma política de descentralização do Estado.

### 3.2. ADIVIMA, ator coletivo principal e os atores coletivos secundários.

Segundo consta nos diversos documentos internos, a Associação para o Desenvolvimento Integral das Vítimas da Violência, nas Verapaces Maia Achí (ADIVIMA) surge no ano de 1994 como uma associação de vítimas e direitos humanos para o desenvolvimento integral de caráter popular e comunitário, sem fins lucrativos. Seus fundadores principais são o Comitê de Viúvas e Órfãos da comunidade de Rio Negro, sendo Jesús e Carlos, duas lideranças reconhecidas como gestoras principais desta associação e do movimento que na atualidade lidera a Associação.



Fotografia 32: Placa comemorativa. Fonte N. Murillo 2008

Contam com reconhecimento jurídico, ou seja, um corpo de estatutos que lhe dão legalidade. Compõe-se de uma junta diretiva eleita em assembléia, que deve ser eleita ou confirmada em seus cargos a cada ano. Na prática não é assim que acontece. Os cargos de Diretoria ou Gerência Técnico-Administrativa e a presidência da Junta Diretiva não são negociáveis e pode se disser que sejam vitalícios, embora isto não esteja escrito em nenhum documento, mas percebi que isso acontece pela fala meus interlocutores. ADIVIMA tem uma considerável base social que a sustenta e legitima. O seu plano estratégico menciona que **sua visão é: a busca de soluções dos problemas sociais, econômicos, educativos e políticos que afetam as vítimas sobreviventes do conflito**

*armado interno nos anos 80*. Para isso, seus esforços estão encaminhados para:

a) Zelar pelo cumprimento dos Acordos de Paz,<sup>192</sup> assim como pelas determinações contidas nos informes de CEH e REMHI; ambos os informes definem as linhas das ações sociais e políticas, pois se manifestam a favor da recomposição do tecido social, que sofreu uma profunda ruptura durante a guerra. Assinam que a base de uma verdadeira reconciliação passa pela referida recomposição, o que implica em conhecer a verdade e aplicar a justiça aos responsáveis pelo genocídio. No discurso dos seus líderes prevalece a idéia que, sem um julgamento que responsabilize os autores dos delitos, será muito difícil uma reconciliação e nem sequer se poderá falar de ressarcimento ou reparação integral.

b) Apresentar soluções dos problemas sociais, econômicos, educativos e políticos que atingem as viúvas e órfãos sobreviventes e vítimas do conflito armado interno nos anos 1980;

d) Realização de exumações e inumações;

e) Construção de monumentos em memória das vítimas mortas nos massacres;

f) Comemoração das datas dos massacres nas diversas comunidades (campanha contra o esquecimento) e,

g) Facilitar os processos de reflexão, sensibilização e capacitação para que as mesmas comunidades possam intervir nas instâncias estatais e sociais e na satisfação de suas próprias necessidades.

Para programar seu plano estratégico, a ADIVIMA organiza seu trabalho em três comissões: 1. Direitos Humanos: é a que dá o caráter político à organização. 2. Socioeconômica: é sua face humanitária, pois os projetos que essa comissão executa são de atendimento às necessidades básicas. 3. Organização e Formação: é uma comissão que responde pela elaboração de processos formativos, de treinamento, educação cidadã e fortalecimento interno. Cada uma destas comissões desenvolve uma série de projetos dirigidos exclusivamente para as vítimas sobreviventes das comunidades que foram massacradas, sendo que sua identidade - ou seja, seu caráter político e comunitário - é dado pelas comissões de Direitos Humanos e Organização - Formação. Seu estatuto menciona claramente que a organização não recebe nem atende solicitações de pessoas, grupos ou comunidades que se aliaram ao exército e se constituiriam nos algozes de sua própria gente ou comunidades vizinhas.

---

<sup>192</sup> Lembrando que os Acordos de Paz foram firmados pelo governo guatemalteco e a força da insurgência reunida na Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca - URNG-, no mês de Dezembro 1996.

Refere-se, concretamente a ex-patrolheiros da autodefesa civil (PAC) e seus descendentes. Essa postura é qualificada de “radical” por diversos atores externos (outras ONGs) e internos, como Jesús, líder que fazia parte de Junta Diretiva de ADIVIMA no seu início, e outras organizações de Cooperação e governo representadas no município. Esta posição também tem ocasionado algumas rupturas internas, das quais um exemplo é o caso do “Bufete Jurídico”, projeto que nasceu na ADIVIMA, mas que depois se separou.

A crítica argumenta que a posição radical da ADIVIMA não contribui para a reconciliação no município. ADIVIMA contra-argumenta e diz que não pode haver reconciliação sem justiça, porque o perdão não significa esquecer o sangue de seus irmãos mortos e fazer silêncio ante as injustiças cometidas com a implantação da Hidrelétrica. Por isso, eles pleiteiam processos judiciais contra os vitimários, aqueles que conceberam, planejaram e executaram os fatos violentos. Jesús contra argumenta para justificar sua postura *conciliadora*, que muitos dos integrantes das PAC foram obrigados a participar das matanças ou tiveram que fugir. A maioria que ficou em suas terras se converteu em aliados ou prestaram algum tipo de colaboração ao exército, para salvaguardar suas vidas e bens materiais como a terra, que é seu principal recurso. Negar tal colaboração significava morte, desaparecimento ou deslocamento, o que aconteceu para muitos. Assim, devido à política do recrutamento e serviço militar forçado, muitas famílias se viram divididas entre as duas facções os dois bandos: Exército e guerrilha. Por isso, os temas que tratam dos processos penais contra as PAC e da reconciliação, são temas delicados, complexos e sensíveis no país, disse-me Jesús.

Entretanto, até agora ADIVIMA, continua firme nos seus princípios. Os programas e projetos são para as vítimas e seus descendentes, isso é categórico. Eles têm bem identificados quem são seus adversários, ou seja, os vitimários ou verdugos, sabem seus nomes e os nomes de seus descendentes e a eles, aos autores dos massacres, só querem vê-los julgados, porque *não é possível que estas pessoas andem pela rua, contentes, como se nada tivesse acontecido*, disse-me Juan<sup>193</sup>, diretor da ADIVIMA há vários anos. Conforme Juan, os patrolheiros que partici-

---

<sup>193</sup> Dentro da organização auto-identificada etnicamente como Achí, Juan é o único indígena que pertence a outro grupo étnico (Cakchiquel) e também o único com grau acadêmico. Juan sempre se mostra orgulhoso por ser um indígena graduado como “Licenciado em Auditoria e administração de Empresas”. Ele ingressou na ADIVIMA quando estabeleceu relações de parentesco com o líder fundador, já que se casou com a sobrinha deste. Aliás, todas as pessoas que trabalham na execução dos projetos da ADIVIMA têm laços de parentesco com o líder ou dirigente fundador.

param dos massacres do Rio Negro, embora estivessem executando ordens, atuaram de forma *selvagem, cheios de crueldade*, já que antes de matarem, *humilharam e torturaram as vítimas e fizeram denúncias falsas contra a população. Isso provocou o desprestígio da comunidade, que só quis se defender*, afirma. O estigma criado sobre eles, ainda acompanha as “vítimas sobreviventes”, pessoas, sobretudo ladinas (não indígenas) do povo (Rabinal), os vêem como ex-membros da guerrilha e se referem a eles de forma preconceituosa.

Por outro lado, manifestam sua diferença das ONGs, embora a figura jurídica seja a mesma. Para eles, esta distinção é importante, pois eles não são “*prestadores de serviços*” como as definem. Na entrevista com Juan, ele disse,

Las ONGs, sólo gerencia el financiamiento que viene de la Cooperación Internacional o del Estado. Estos recursos ya vienen etiquetados para financiar temas específicos de atención social que son previamente definidos por los que dan el dinero sin la participación de las comunidades. Los beneficiarios son objeto de estos servicios. Los servicios se dan de manera condicionada, de acuerdo a los intereses de estas ONGs y los intereses de los que ellos representan.

Portanto, eles manifestam ter diferenças substantivas em relação às ONGs, pois se consideram uma organização legítima das vítimas: definem os temas, planejam atividades segundo seus próprios interesses; buscam os recursos sem aceitar condicionamentos a interesses particulares; gerenciam estes recursos sem intermediários, respondendo às demandas de suas bases. Em seu discurso, expressam que não querem ser objeto da caridade pública. Consideram que sua luta é por reconhecimento de demandas e direitos legítimos, como populações que foram atingidas e severamente violentadas em seus direitos fundamentais. Consideram esta luta de caráter político, porque também exigem direitos historicamente negados aos povos indígenas. Referem que todo o dinheiro que recebem vai para o movimento. Mas devido à situação de pobreza extrema da comunidade, investem também em projetos de atenção imediata de necessidades pontuais, derivadas dessa situação de marginalidade que, quando atendidas, melhoram as condições para a participação das bases no movimento, embora os comunitários saibam que a Associação não foi criada para esses fins.

Dentro dos projetos de atenção imediata, estão créditos rotativos, apoio à melhoria habitacional e projetos de geração de trabalho e renda.

As atividades, segundo as duas principais linhas das comissões de trabalho da ADIVIMA estão resumidas no quadro abaixo. Após, estão listadas as conquistas mais significativas dos últimos tempos.

<b>Comissão de Direitos Humanos</b>	<b>Comissão de Organização e Formação</b>
Gestão técnico-política. permite o acompanhamento dos processos das exumações e inumações dos corpos encontrados nos cemitérios clandestinos.	Todas as atividades de formação estão orientadas para gerar, nas bases comunitárias, consciência para a sua participação e mobilização política; pode-se dizer que é a partir é destes processos de formação que se desenvolvem os critérios politico-ideológicos do movimento.
Construção de monumentos em memória das vítimas assassinadas	Auditoria social
Encaminhar os processos legais contra os responsáveis dos massacres	Participação cidadã.
Buscar Justiça em relação à cadeia de danos e prejuízos ocasionados às comunidades, particularmente no caso de Rio Negro, com a implantação da usina hidrelétrica	Projeto de publicações.
Recuperação de documentos e da memória coletiva das comunidades atingidas e massacradas	
Buscar alternativas para exigir o ressarcimento para a reparação integral.	

Fonte: Elaboração própria com base na informação documental interna.

### **As conquistas mais significativas:**

- Intervir na política pública municipal como gestores de uma proposta de um plano estratégico de inversão municipal e de uma agenda mínima, para atender as populações consideradas mais vulneráveis (mulheres, jovens e crianças). Com a elaboração deste plano estratégico, se pretende que o governo municipal inclua em seu orçamento os recursos para programar os projetos recomendados. (ver nos anexos, fotografias destes documentos)
- Criou uma estratégia de negociação legítima, frente ao Estado, sem intermediários e baseada numa estrutura de organização compacta

que integra todas as comunidades atingidas pela usina hidrelétrica. ou seja, a COCAHICH.

- Criou estruturas organizativas funcionais nas comunidades que se constituem na base do movimento e garantem a mobilização política das vítimas em geral, naquela região.
- Divulgou o caso de Rio Negro na mídia a nível internacional e conseguiu importantes apoios políticos e econômicos para trabalhar em prol deste caso, em particular.
- Mobilizou importantes recursos financeiros da Cooperação Internacional para o desenvolvimento de projetos e programas para a população rural do departamento das Verapaces.
- Publicou uma série de documentos úteis para o programa de Formação- Organização, além dos outros materiais de divulgação das atividades da ADIVIMA, inclusive uma série de cartazes com conteúdos de educação cívico-cidadã, com o objetivo de promover a participação política e o conhecimento de direitos civis, nas comunidades
- Manutenção da página web da Associação.
- Encaminhou e realizou os processos de cinco importantes exumações coletivas em cemitérios clandestinos.

#### As conquistas no plano da luta jurídica são:

- Obtiveram a sentença de 230 anos de prisão para as PAC de Xococ, vitimários da Comunidade de Rio Negro.
- Realizaram uma campanha a nível nacional e internacional, para a captura do coronel do Exército guatemalteco, José Antonio Solares, que deu aos patrulheiros ordens para cometer os massacres, e ainda hoje é um foragido da Justiça. Sobre isso, referem,

Nosotros tenemos que luchar aquí para medir al Estado para ver si tiene la capacidad y la voluntad de castigar a los responsables, sino tenemos que acudir siempre a otras instancias como la corte internacional (CIDH). Nosotros sabemos que para el Estado es más fácil capturar a los patrulleros pero el Coronel que no es campesino anda fugado y ahí es donde vemos el problema porque él está bien protegido por su misma institución y ahí es donde el Estado se hacen los locos. (Juan).

- Outra conquista foi conseguir ingressar com o caso de Rio Negro na Corte Interamericana de Derechos Humanos CIDH, que no ano passado finalmente o admitiu para julgamento.



- Formou uma equipe de juristas estrangeiros que apóiam e assessoram ao quadro jurídico da ADIVIMA, não só para acompanhar o caso na CIDH, mas também para auxiliar na mesa de negociações com o Estado.

Uma mobilização que para eles é muito emblemática e que transpassou positivamente a sua luta, foi realizada em Rabinal, no dia da exumação dos restos das 70 vítimas massacradas, no mesmo dia em que o ex-candidato presidencial do partido político Frente Republicano Guatemalteco (FRG), o General do exército Efraín Rios Mont, chegou à cidade para realizar uma concentração política de seu partido. Para eles, esta visita e a atividade partidária eram uma provocação aos familiares das vítimas, uma falta de consideração, respeito e uma hipocrisia, pois este personagem é reconhecido como um dos militares genocidas que atuou na guerra interna no país.

Neste dia da mobilização, as organizações e associações e familiares das vítimas fizeram uma passeata pela cidade, com os caixões de seus mortos, antes de dar-lhes sepultura. Eles não podiam tolerar a presença deste homem que foi prevenido para suspender sua atividade partidária, pois esse era um dia especial para as comunidades de Rabinal. A população sobrevivente se enfureceu e caminhou até a praça central onde desbaratou concentração política, atirando centenas de pedras no general, que saiu correndo do local. Conforme as lembranças de meus interlocutores, nesse dia as vítimas sobreviventes ganharam dignidade e auto-estima. Os protagonistas desse episódio asseguram que, nesse dia, mudaram o panorama político na sua região e no país em geral, pois ganharam mais respeito da sociedade local e nacional.

### **ADIVIMA um capital importante acumulado...**

Uma das coisas da qual os líderes da Associação sentem orgulho é o capital social e político que eles têm acumulado em todos estes anos, produto do que qualificam como excelente direção e gestão administrativa. Sobre esta capacidade de gerenciamento da Associação, Carlos, reconhece,

Nosotros no fuimos a la escuela, nuestra gente apenas sabe leer y escribir y necesitábamos aquí gente preparada, pero no cualquier persona, sino gente nuestra (indígena) que tuviera esa capacidad que nosotros no teníamos e que también nos enseñara y respetara. Tuvimos suerte de conocer a Juan y lo contratamos como director. De ahí empezó él a hacer y ganar los proyectos hasta dejar

de depender de otras organizaciones, entonces las agencias de financiamiento evaluaron que nosotros teníamos más impacto y empezaron a apoyarnos. Nosotros tenemos nuestros proyectos independientes porque si hacemos los proyectos con otras organizaciones, se tiene que dividir el presupuesto, sacan de su presupuesto y nos dan un poquito. ADIVIMA, entonces ya trabaja a nivel internacional y a nivel regional. Empezamos con las víctimas de Rio Negro luego vinieron las otras comunidades que también sufrieron masacres en sus comunidades y así hemos ido creciendo, pero mucho de lo que hemos avanzado es porque contamos con el trabajo de Juan.

A solvência econômica não é comum nos movimentos e nas organizações sociais, sobretudo as dependentes do financiamento internacional. Quando entrevistei com Juan, Diretor de ADIVIMA que recebe todo o apoio das lideranças mais antigas de Rio Negro, ele me disse que, *ao contrário de outras associações, eles podem continuar com seu trabalho por mais cinco anos sem necessitar do financiamento das agências de cooperação internacional, mantendo o mesmo orçamento e os mesmos programas. Seu orçamento é grande, como são seus projetos.* Nos documentos internos aos quais tive acesso, consta que são atendidas 2000 pessoas entre viúvas e órfãos das 23 comunidades atingidas pelas violências políticas nas Verapaces, sendo, logicamente, a população de Rio Negro, a mais beneficiada. ADIVIMA, nestes 15 anos de trabalho conseguiu acumular substanciais recursos materiais: 3 veículos e sede própria, ou seja, um escritório, localizada na cabeceira municipal, em Rabinal. Como parte da autogestão, aluga dois espaços para o funcionamento de escritórios de outras organizações sociais, pois o terreno de sua propriedade o permite. Além disso, ADIVIMA serve como intermediária ou administradora de projetos que beneficiam às populações ou comunidades rurais da sua área de influência. Estes projetos são solicitados pelos Comitês de desenvolvimento comunitário, COCODES, que, como não têm personalidade jurídica, precisam de intermediários para receber o dinheiro. Conforme me explicaram, fazem este trabalho gratuitamente, como uma forma de apoio a outros grupos. que, como eles, precisaram de intermediários. A diferença é que eles não vivem disso, de ser intermediários, como o é para as ONGs, cujo pessoal vive dessa dinâmica de intermediação.

Esta intermediação faz com que ADIVIMA ganhasse o respeito e a confiança não só das Agências de Cooperação, mas também das autoridades do governo municipal, pois os COCODES constituem seu braço direito e é parte de sua dinâmica de descentralização administrativa para o desenvolvimento das comunidades rurais. Contar com auditoria social e pagar impostos lhes deu solvência moral ante o processo de negociação com o Estado, como representantes políticos da COCAHICH e outros interlocutores sociais com os quais eles mantêm importantes relações. Porém, a Junta Diretiva da ADIVIMA, é criticada ou questionada por algumas pessoas da comunidade (Rio Negro) pelo nepotismo na contratação do pessoal que trabalha na Associação; por outro lado, alguns consideram que as famílias das lideranças têm feito do tema dos massacres e da problemática do ressarcimento ou reparação seu “ganha-pão”.

Contrário a o que pensam as lideranças de ADIVIMA, alguns integrantes do COCODES da aldeia reassentada de Panimá Rio Negro, não gostam da mediação ou intermediação de ADIVIMA, pois consideram que lhes do poder para sua ingerência administrativa nos projetos, mas também no político, no sentido de se mexer nos assuntos internos que atingem aos comunitários beneficiados por estas doações. Além disso, suspeitam há pouca transparência na administração dos recursos e que estas intermediações estariam gerando alguma ganância pessoal por parte dos dirigentes da ADIVIMA e suas famílias. Porém, os COCODES de Panimá Rio têm o desejo de se converter também numa Associação, ou seja, renunciar a seu status de comitê e buscar personalidade que lhes permita receber e administrar doações. Assim, o que esta problemática nos mostra é uma comunidade que não só foi dividida geograficamente, mas está sendo dividida, ainda, pela disputa dos recursos econômicos que vêm das agências de cooperação internacional: O depoimento de Julian Sánchez, tesoureiro do comitê de Rio Negro, nos mostra precisamente isso:

Queremos independencia para manejar nuestros propios fondos. Actualmente sin podemos manejar pocos fondos, por ejemplo, hemos manejado hasta 70,000 quetzales. (Setenta mil quetzales). Los de ADIVIMA han recibido dineral a nombre de Rio Negro y de ese dinero nosotros no vemos nada. Ellos ganan dinero a nombre de nosotros.

Esta situação me parece fundamental para analisar a tendência, cada vez mais crescente e complexa, da “oenigização” e institucionali-

zação dos movimentos e relações sociais, e o que isto representa para as evidentes mutações ou modificações das dinâmicas sociais organizativas na atualidade. (FISCHER, 2004; GÓMEZ, 2004:), sobretudo porque essa ‘oenegização’ provoca fragmentação do movimento social e sua dependência cada vez maior de financiamentos para levar a cabo sua ação política (PETRAS,1996).

Até o momento, não se pode comprovar nenhum caso de corrupção na ADIVIMA; ao contrário as ONGS e agências financeiras têm respeito pela sua administração e por sua capacidade de poupança. Vêem, em ADIVIMA, uma organização sólida e com capacidade repetido propositiva. Um exemplo desta confiança se deu recentemente, durante meu trabalho de campo, em dezembro de 2008. Uma entidade internacional que organizou o apoio a algumas comunidades fora do município, afetadas por um desastre natural, pediu que ADIVIMA administrasse e coordenasse essa ajuda. Esse tipo de atividade faz com que o trabalho da ADIVIMA se desloque para outros espaços e níveis de ação que seriam alheios os seus objetivos; entretanto, seus dirigentes pensam que isto lhes dá mais status e credibilidade política, que é importante para a luta, além do reconhecimento seu trabalho, como organização. As bases comunitárias, por outro lado, pensam que ADIVIMA estase desviando de seus objetivos e prostituindo-se com estas agências de cooperação, tudo para obter apoio financeiro. Também um ponto de discórdia e crítica há ADIVIMA, é a centralização e concentração do poder numa só pessoa, as atitudes autocráticas e egocêntricas nas relações da ADIVIMA com as outras organizações menores da comunidade e, a falta de promoção de espaços para que as lideranças jovens possam se manifestem.

Enfim, todas estas questões que foram observadas em meu campo devem ser lidas no contexto daquelas tensões de caráter interno e externo que transpassam o movimento das vítimas sobreviventes, e na qual ADIVIMA, como organização matriz e mais antiga de todas, desempenha um papel crucial.

### **As estratégias de ação política**

ADIVIMA, como responsável pela gestão política da COCAHICH, aproveita este status, para se integrar ao conselho municipal de desenvolvimento COMUDE, em Rabinal. O COMUDE é uma instância da participação da sociedade civil nas políticas públicas, neste caso, as políticas municipais em prol do desenvolvimento do município e seus habitantes. Essa participação se dá, sem dúvida, junto às autoridades municipais que têm sido eleitas dentro do marco da democracia nacional, isto é, através de eleições populares. A integração da

ADIVIMA no COMUDE se constitui numa importante estratégia política, porque a associação ganha um respeitável espaço de interlocução política no município. Nesse contexto de participação no COMUDE, ADIVIMA tem desenvolvido várias iniciativas; uma delas é um processo de diagnóstico participativo de necessidades, com mulheres e jovens cujas famílias foram afetadas pelo massacres, incluindo, logicamente, aquelas atingidas pela usina hidrelétrica.

Por outro lado, segundo observei, eu acredito que ADIVIMA recolhe, nestes últimos anos, os frutos de seu longo trabalho. É uma organização que conseguiu manter uma linha definida de trabalho social e político, com uma forte base social e é reconhecida no âmbito nacional e internacional, pois dois de seus líderes receberam importantes prêmios e reconhecimento. Em consequência, se tem beneficiado dos apoios de uma rede de organizações de Direitos Humanos, entre outras. A mais importante é uma firma estrangeira de advogados que os apóiam diretamente em processos jurídicos contra o Estado, em relação ao genocídio, assessorando-os na mesa de negociação em demandas de reparação integral pelos danos ocasionados pela usina hidrelétrica. Estes dois últimos processos são parte da agenda política da COCAHICH. Contudo, é difícil, nestas circunstâncias, delimitar o trabalho próprio da ADIVIMA e o trabalho da COCAHICH, pois ambos estão imbricados.

Assim, como coordenadoria da COCAHICH, os membros da ADIVIMA conseguiram criar uma mesa de negociação de alto nível para resolver o caso dos danos causados pela represa de Chixoy às comunidades da área de influência da represa. Esta conquista é considerada, para eles, peça-chave na sua negociação com o Estado, pois dialogam diretamente com os donos do poder ou, ao menos, com os que estão mais pertos desse poder. Mais perto, enfim, dos representantes do Banco Mundial, do presidente da república, da OEA, e da empresa nacional de eletrificação, INDE, que agora está dominada pelo capital privado. A partir desta conquista, se sentem mais seguros e dizem que, muita gente das organizações se surpreendeu porque não é nada comum que dirigentes indígenas sejam ouvidos diretamente pelo presidente e ministros de governo.

Uma das estratégias que caracterizam ADIVIMA é a criação de organizações que, ao longo deste tempo, dão suporte social e político a seus projetos e ao movimento em geral. Estes atores, que chamo de secundários são:

**ASCRA**, uma das organizações de Rio Negro, está estabelecida em Pacux. está representada na COCAHICH. Eles dizem *zelar pela promoção do desenvolvimento local e, nos últimos tempos, seus dirigen-*

*tes têm se interessado pela procura de novos sistemas de agricultura. Integram-se em várias comissões de trabalho: Desenvolvimento, Terra, Habitação, Juventude, Ressarcimento, Mulher e Terceira Idade. É uma associação que não tem muita presença na comunidade e suas estruturas organizativas são fracas, além de não contar com fundos econômicos suficientes para levar a cabo seus próprios projetos. Têm uma relação de dependência com ADIVIMA.*

**El Bufete Jurídico Popular** é outra das entidades fundadas por ADIVIMA e outras organizações locais; junto com o pároco da igreja Católica do município. Tiveram idéia que fora uma organização que dera apoio aos camponeses com problemas de acesso e propriedade da terra. Sua missão principal é *solucionar juridicamente os problemas comunais de terras. Além da promoção dos Direitos Humanos e o seguimento dos temas do Projeto de Recuperação da Memória Histórica.* Mas a realidade do município os levou a trabalhar também com o tema das violências no âmbito doméstico ou intrafamiliar. Atualmente, contam com um pequeno escritório, na cidade de Rabinal, e sua equipe é composta por 25 promotores jurídicos, especialistas em resolução de conflitos. Entre seus pontos fortes se destaca seu compromisso social e sua atitude reconciliadora. O diretor do Bufete é Jesús, líder de Rio Negro, cujo trabalho é bastante respeitado no local. Lamentavelmente, Jesús era parte de ADIVIMA, mas por problemas internos com as outras lideranças decidiu deixá-la e dedicar-se ao Bufete e à outra das organizações da qual ele é fundador. Refiro-me à **Fundação Nova Esperança**, que, por sua vez, apóia os jovens para que continuem seus estudos no ensino médio, a través da distribuição de bolsas de estudo. A Fundação Nova Esperança, trabalha em aspectos mais amplos como “*Educação para uma cultura de Paz*” que é um projeto apoiado pela UNESCO. A Fundação conta com uma boa infra-estrutura na estrada principal do município, que por sua vez, é um Instituto de ensino médio, autorizado pelo Ministério de Educação (MINEDUC).

Ora, as diferenças entre ADIVIMA, Bufete Jurídico e a Fundação Nova Esperança, são mais de tipo ideológico. Enquanto ADIVIMA nega rotundamente seu apoio aos filhos e outros familiares dos PAC; as outras instancias, não restringem o acesso destas pessoas a seus projetos. Exemplo disso, é a Fundação Nova Esperança que têm alunos e trabalha, segundo me informaram recentemente, no só com filhos das “vítimas sobreviventes” senão também, com os filhos de ex-patrolheiros (filhos dos vitimarios dos massacres na Região) e por isto, as relações com ADIVIMA são distantes.

Outra organização filha de ADIVIMA é o **Museu Comunitário Rabinal Achí**, que foi criado num processo que eles chamam de dignificação da memória dos seus mortos: é um lugar para preservar e divulgar a memória da guerra interna e seus efeitos em Rabinal. Assim, se identifica como um museu das “vítimas”. O Museu, gerido por uma Junta Diretiva e um administrador técnico e financeiro, faz parte de uma rede mesoamericana de Museus Comunitários e entre seus projetos estão: a capacitação de agentes comunitários para planejar a criação de museus comunitários com o objetivo de promover a identidade cultural dos povos indígenas. Também tem projetos de promoção do ecoturismo, de artes e ofícios tradicionais e produção de material audiovisual.

O museu recebe financiamento internacional para desenvolver seus propósitos. Este financiamento é principalmente parte dos frutos do trabalho de ADIVIMA, na sua política de gestão de recursos. Mas esta cooperação tem estado basicamente condicionada pela intervenção direta de cooperantes (profissionais estrangeiros, entre eles, estudantes estagiários, antropólogos) que, entre outros) que fazem do museu seu lócus para desenvolver ou apoiar projetos cuja temática principal é “o resgate histórico cultural da comunidade indígena maia Achí. ou seja, tudo o que tem a ver com avigorar a consciência comunitária sobre a identidade étnica. Tema que eles, consideram essencial dentro dos propósitos de um museu. Assim, dentro de um dos objetivos que se pranteia em um dos projetos destes cooperantes, que tive oportunidade de examinar, se lê,

El proyecto contribuye a los esfuerzos nacionales de eliminación por parte de organizaciones indígenas de cualquier forma de exclusión por motivos de pertenencia a una etnia indígena. El proyecto se concentra en la formación y concienciación de la población maya Achí de Rabinal y específicamente los jóvenes, para fomentar el conocimiento de los elementos histórico-culturales que constituyen su identidad y herencia cultural, fortaleciendo de tal manera su autoestima e incidencia política-social contra la exclusión o discriminación étnica en su país. (Projeto: *Apoyo ao Processo de Fortalecimento da Identidade Indígena Achí*, VOLENS / ITINERANS - R3P5, doc, eletrônico de consulta interna).

Estes projectos que desenvolvem os cooperantes estrangeiros, logicamente, são financiados pela chamada “Cooperação internacional” que na sua maioria, para o caso do museu, são representadas por ONGs estrangeiras ou as suas embaixadas, refiro-me a Alemanha, Holanda e Suíça.

O trabalho do museu é reconhecido no âmbito nacional, já que é o primeiro desta natureza na Guatemala. Além disso, o museu se tem convertido num centro de promoção para a conformação de mais museus comunitários no país. Conta com seu próprio local e se compõe de três salões ou salas principais: uma tradicional ou chamada “*sala da cultura*”, onde se expõe objetos rústicos de tempos passados, artesanato local tradicional, destacando-se a exposição de máscaras de madeira. A sala central, que é o maior dos salões, tem uma exposição de fotografias, em tamanho grande, dos massacrados na comunidade de Rio Negro e Plan de Sánchez. Em seu interior tem um altar no qual os familiares dos mortos, que assim o desejem, podem fazer cerimônias, rituais simples, ou acender velas. Na última sala funciona uma pequena biblioteca com serviço de internet.



Figura: 42: “A sala da memória”. do Museu Comunitário Rabinal Achí Fonte: N. Murillo 2008.

É importante dizer que as lideranças da ADIVIMA são também dirigentes deste Museu, assim também, tem ingerência em as outras organizações das quais eles são fundadores. Desta maneira eles assegu-



ram continuidade e maior alcance dos objetivos e filosofia de ADIVIMA, além de sustentas seu movimento. Isso se pode compreender nas palavras de um dos líderes,

Tenemos que estar vigilantes para que las organizaciones que hemos criado não se desviem do caminho. Ya nos sucedió con otros dos proyectos que fueron criados por ADIVIMA, e que fueron tergiversados los objetivos, uno de ellos es el Museo Comunitario que tenemos que hacer que vuelva a hacer lo que fue al inicio, y el otro é la oficina o Bufete jurídico al cual ya no es posible rescatar. (Juan)

Ora, o museu comunitário, para a população de vítimas sobreviventes dos massacres, em Rabinal, es visto principalmente como um lugar para guardar a memoria de seus mortos. Sendo assim, a “sala da memoria“ se considera uma especie de capela, onde todos os familiares tem um espaço considerado por eles “sagrado“ pois lhes permite expressar de forma ritualizada, sua dor ante a perda.

### **3.4. As tensões e os conflitos entre líderes e as organizações do movimento.**

ADIVIMA está no centro das atenções de muitos atores, tanto dos que a apóiam, quanto dos que não gostam dela, da maneira como ela é conduzida. A partir disto, acredito que a dinâmica de relações internas e o trabalho político no movimento não podem ser compreendidos sem levar em conta os aspectos sociais e simbólicos que permeiam a vida das pessoas neles envolvidas.

Assim as tensões e os conflitos, são parte do processo de crescimento da organização e o mesmo processo político de negociação e conflito entre as vítimas sobreviventes, que ADIVIMA representa. Muitos destas tensões e conflitos, já têm sido colocados ao longo deste capítulo. Mas, pontuarei sobre os aspetos que me parecem forma os mais ressaltados pelos meus interlocutores. Sendo assim, uma dos aspetos mais referidos pelas bases do movimento é o *nepotismo*, problema bastante notório nas organizações que conformam a COCAHICH. Todas estas organizações empregam ou outorgam benefícios, de maneira particular a seus familiares, assim, a maioria das pessoas que trabalham para estas organizações é familiar (“cunhados” tios, tias, sobrinhas e sobri-

nhos, das lideranças). além disso, todos os líderes entre si, tem laços de parentesco. Isso se explica porque Rio Negro é uma comunidade principalmente de familiares, além de que as lideranças por tradição pertencem aos troncos de origem mais antigos. Sempre se decidiram assim as lideranças, segundo a antiguidade das linhagens que representavam; assim era seu status e assim se definia também seu espaço social de ação. Atualmente isso mudou, com a divisão da população em dois espaços sociais e físicos diferentes. Agora, já não existe mais a figura de um só líder principal, nem existe o conselho de anciãos. Mas, o papel de líder principal do movimento, exercido por Juan, quem é parente de Carlos, um dos líderes mais antigos e emblemáticos do movimento, como temos dito, gera alguns problemas nos outros líderes. Juan é visto como um líder tipo imperial ou autoritário, que esta por trás das decisões e estratégias políticas da ADIVIMA em geral e da COCAHICH em particular. Embora seja assim, as diferenças que isto gera só são abordadas nos espaços internos das estruturas organizativas membros do movimento. Essas diferenças ou problemas tendem a provocar pequenas rebeliões que são prontamente abafadas. Por outro lado, as lideranças atuais ocupam espaços sociais específicos de representação interna e externa e este espaço é reconhecido por todos. Juan, por exemplo, tem uma representação de caráter externo, porque os espaços de representação interna seguem ainda a tradição, ou seja, é propriamente expressão da tradição comunitária. Ou seja, os que se consideram cabeças da comunidade, tem a função social geral de manter os laços da tradição, dos costumes dos antepassados no presente, de motivar para a prática dos valores morais espirituais tradicionais que dão sentido de pertença, de identidade, de familiaridade e permitem a continuidade do grupo como tal. Esta responsabilidade só pode ser assumida por aquelas pessoas que reúnem certos requisitos culturais, como já tínhamos dito: em primeiro lugar ser ou descender de uma linhagem antiga ou originária, ser competente na arte de falar bem e principalmente no idioma achí; ter uma conduta exemplar, apegada aos valores tradicionais, que é uma atitude de defesa da comunidade ante os outros, os estranhos.

Nos discursos, as lideranças colocam sua legitimidade no cargo através de expressões fixas, que são reconhecidas pelo seu coletivo. Algumas delas remetem a um mandato divino; outras se referem à relação de continuidade cultural entre o presente e o passado. Em todos os casos, as práticas e discursos resguardados por uma tradição compartilhada são o pano de fundo sobre o qual as chefias se constroem a si mesmas, como líderes legítimos. O lugar social do líder é experimentado como um espaço autônomo. Assim, na direção política do movimen-

to, emergem outros líderes que conformam uma comissão coletiva, que são os delegados das diversas estruturas organizativas integradas ao sistema e também os representantes ou delegados dos dois espaços habitados pela comunidade. A existência destes três tipos de lideranças (líderes principais, representantes das organizações e delegados dos assentamentos Pacux e aldeia Panimá Rio Negro), adquire importância num movimento que se sustenta na coordenação e relação entre as lideranças. O representante político (ADIVIMA) tem adquirido, através dos anos, a função específica de mediar às relações da comunidade com as autoridades do Estado municipal, provincial e nacional.

As competências e habilidades necessárias para ascender ao cargo de representante político externo se concentram nos seguintes pontos: conhecimentos burocráticos e legais, coragem para falar com as autoridades do governo, saber ler e escrever (melhor se tiver um grau acadêmico técnico ou universitário), capacidade de mobilizar a própria comunidade, habilidade para transmitir e distribuir a informação. Estas competências devem ser completadas com critérios mais tradicionais de acesso. Por um lado, este representante tem laços de parentesco com algum das principais chefias, o que lhe facilita o acesso ao cargo, sempre que este chefe confirme publicamente suas funções. Este é o caso de Juan<sup>194</sup>, líder da COCAHICH, delegado político nas negociações, cujo papel é legitimado por Carlos, o chefe antigo, o patriarca comunitário que está percebendo as mudanças de maneira tranquila, que percebe a necessidade de delegar poder aos outros porque este se exerce em grupo, já não individualmente. A necessidade de promover a cidadania, gerando condições de participação, de exercício de responsabilidades, de maior abertura nas discussões para tomar decisões mais compartilhadas, é um dos temas que, desde meu ponto de vista, o movimento terá que assumir para sua discussão no breve prazo.

Nessas mudanças todas, se faz necessário pensar na cidadania das mulheres, a tão trilhada igualdade de gênero, porque no exercício da cidadania, as mulheres têm pouco espaço para exercer ou se desenvolver como líderes, espaços culturalmente outorgados pelas mulheres e domi-

---

<sup>194</sup> Ele passou a ser parte de Rio Negro quando se casou com a sobrinha de Carlos, o dirigente maior. Isto faz que ele tenha, dentro do movimento organizativo das vítimas, um status de privilégio e que seja respeitado nos outros espaços de mediação e negociação política, dentro e fora das comunidades afetadas pela usina hidrelétrica. É importante dizer que nos quadros altos e médios das organizações que formam o movimento, a maioria não tem formação acadêmica nem básica (7<sup>o</sup>-10<sup>o</sup> grau), muito menos superior; isso favorece o “empoderamento” de Juan frente a outros líderes, sobretudo em suas relações externas, por exemplo, na gestão do financiamento internacional para o movimento, e particularmente para os fins da Associação ADIVIMA.

nados pelos homens, embora no discurso se expresse que a organização promove sua participação política (das mulheres). Esta participação existe somente nos espaços intermediários, mas não nos altos níveis das decisões políticas do movimento. Tampouco as mulheres estão visivelmente preocupadas com esta situação de desigualdade no exercício da sua cidadania que se traduz em invisibilidade política. Assim, existe uma aceitação mútua e silenciosa das diferenças no exercício da cidadania de homens e mulheres, cada um no seu canto, legitimando-se mutuamente, fortalecendo papéis passivos e ativos. “Não sei por que é assim, porque se aceita que seja assim, não sei por que não pode ser de outra maneira.” (entre aspas meu), será que elas se perguntam?...

Em suma, os espaços e as agendas estão mais setorizados, fragmentados, as mulheres seguem participando e decidindo o desenvolvimento de sua comunidade desde a cozinha ou em silêncio, nas reuniões coletivas, aonde a primeira e última palavra, lhes chega como um som desconhecido. Assim Fidelia, Juana, Paulina, Margarita e Isabela, esperam todas as tardes, no quintal de suas casas, que chegue o financiamento para o projeto de fabricação de tecidos ou tecelagem ou para o projeto de criação de galinhas, enquanto, longe, numa rua sem vento, Carlos, Juan, Rogelio, Lucas, Mario, Cristóbal, Jesús, Julián... assumem la única e crucial responsabilidade de definir o futuro deles, delas e de seus filhos.

Gostaria de terminar este capítulo, com o discurso de Juan, sobre a Coordenação interinstitucional e as alianças da COCAHICH, com outros movimentos sociais, Juan mostra-nos o espírito da luta pelo reconhecimento e delinea um pouco os valores e os princípios que estão estruturando este novo movimento,

No queremos ser parte de un movimiento de lucha de sectores, no queremos ser parte de ese tipo de movimientos o por tener una etiqueta, o por identificarnos que somos de ese grupo. Por eso nosotros nos hemos alejado de muchas instancias. Por eso no continuamos en el movimiento nacional por los derechos humanos, porque nos dimos cuenta que todos se fueron y al final sólo quedan unas personas y no organizaciones comprometidas y así no se puede trabajar. Tampoco nos gustan las peleas que se dan dentro de los grupos ahí representados, nosotros no queremos ser parte de disputas ni problemas. Por eso nos hemos declarado organizaciones independientes de víctimas sobre-

vivientes del Conflicto Armado Interno. Independientes porque no queremos ser parte ni de la Instancia Nacional de coordinación de las víctimas, ni de CORPUMA (coordinadora de Pueblos mayas). Ahora si nos dicen hagamos una lucha, entonces ahí hablamos, nos reunimos y luchamos juntos. Hacemos alianzas estratégicas, pero no nos unimos definitivamente o nos incorporamos como parte de otras estructuras. Nosotros tenemos nuestras propias estructuras y no queremos depender de otras, ni que otras se luzcan con lo que hacemos ni nosotros presumir con sombrero ajeno. Estamos demostrando con trabajo que se pueden hacer las cosas de otra manera, de manera honesta y con el coraje que nos da la razón. No precisamos de la caridad sino del respeto y reconocimiento de todos a nuestra lucha, una lucha legítima, una lucha que se levanta desde una historia de dolor, pero que se desarrolla con alegría, con voluntad y confianza y con la dignidad que nos enseñaron nuestros muertos.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No longo desta dissertação procurei discutir duas grandes questões: A primeira refere-se à consideração de Rio Negro, como um caso paradigmático de genocídio (CEH, 1999). Assim, um acontecimento que expressa, em toda sua magnitude, a aplicação da política militar contra-insurgente chamada de “terra arrasada”, além das outras formas de violências políticas, que pretendiam sim, a aniquilação de toda a população que foi criminalizada sob a classificação de “inimiga interna”. Rio Negro permite analisar os efeitos do horror, da militarização, da impunidade com que tem atuado as forças de seguridade do Estado. Neste sentido, um caso que nos permite olhar sobre as violências como instrumento ou condição, para sustentar, impor e perpetuar um modelo social, acima de qualquer outro.

Rio Negro é um exemplo de como o Estado guatemalteco violou um conjunto de Direitos Humanos fundamentais, e específicos dos Povos Indígenas, ao favorecer os interesses de determinados grupos de poder no país, que ligados ao capital transnacional, foram substancialmente beneficiados com a construção da hidrelétrica Chixoy. Por outro lado, ele serve para analisar o impacto social, econômico, político, ambiental, cultural da implantação destes projetos hidrelétricos; presta-se também para entender/compreender o funcionamento do sistema de justiça. Pois até hoje, as “vítimas sobreviventes” lutam por reconhecimento o que implica necessariamente resolver o tema da reparação e ressarcimento integral, além de fazer justiça penal contra os que foram responsáveis material e intelectualmente, pelos massacres.

Assim, no capítulo 1. discorremos sobre o que se oculta por trás desta definição preconceituosa de “inimigo interno”, como categoria criada e que reforça este estigma a partir da qual se delineou as violências políticas, principalmente, contra as comunidades indígenas. Dentro desse discurso de “inimigo interno”, a lógica racista esteve entrelaçada com o discurso classista, porque classismo e racismo são as duas faces duma mesma moeda, que persiste no estabelecimento de hierarquias. Diferenças de raça, classe e gênero constituem a base principal de uma classificação social que impregnou historicamente as culturas dos povos, estabelecendo diferentes categorias de pessoas, hierarquicamente dispostas em seus respectivos “lugares” (RICH 2002:17). Assim o Estado, nomeou claramente suas vítimas baseado, principalmente, no critério étnico-racial. (CEH, 1999). Por isso, a frase pejorativa de *índio que só*

*serve para agricultural batatas.*<sup>195</sup> seja uma frase, ainda, tão significativa para exemplificar o caráter das relações sociais no país.

Portanto, em minha análise do caso do Rio Negro, considero, com base na discussão levantada por A. Gomez (2005), que operaram cruzadamente duas correntes ou paradigmas teórico-ideológicos, mesmos que sustentaram os discursos e as ações violentas naquele período. **A tese sócio-biologista:** apoiada na ideologia racista e justifica o extermínio dos “índios” porque os considera racialmente inferiores. Desta tese se deriva as políticas indigenistas que se classificam em três tipos: extermínio, segregação e etnocentrismo. As políticas segregacionistas julgam às culturas indígenas insuficientemente civilizadas ou desenvolvidas. Cometeu-se genocídio contra a população do Rio Negro porque era um obstáculo para o projeto da usina e por não aceitar seu deslocamento a um assentamento urbano marginal, cuja estrutura física não considerava a condição humana nem cultural das pessoas. **A tese civilizatória** ou evolucionista, nega as identidades coletivas e diferenciais. Trata aos cidadãos como “individualidades” que compartilhem uns mesmos direitos. evita ou nega as diferenças de etnia e classe, propícias ao desaparecimento da personalidade jurídica e a extensão territorial legal das comunidades indígenas, além da anulação dos velhos direitos de propriedade comunal que estes povos conquistados ainda mantinham. O maior problema dos sobreviventes do Rio Negro foi, assim, o deslocamento forçado do seu território e o não reconhecimento comunal da propriedade das terras. Atualmente, este fato se constitui no foco da negociação com o Estado. Eles reclamam sua condição de proprietários legítimos das terras apanhadas e uma indenização pelo longo tempo sem terra para cultivar o que gera a pobreza na qual se encontram.

Por outro lado, esta dissertação não somente apresenta este contexto que produz os sujeitos vítimas, mas também ressalta a partir do capítulo 2, a função essencial que tem a memória social ou coletiva, na construção da sua história (HALVATS, 1990). a memória coletiva é o fundamento de tudo o que permite a existência da comunidade e sua continuidade no tempo. o capital testemunhal acumulado tem sido essencial para ativar o passado no presente, romper o cerco de silêncio imposto e legitimar no cenário público, suas próprias versões dos fatos. Assim, Rio Negro, a través de suas narrativas, se nos revela como uma comunidade impunemente agravada, desrespeitada, menosprezada, violentada material, espiritual e moralmente. Porém, uma comunidade

---

<sup>195</sup> Frase compartilhada por Juan, um dos líderes do movimento, ao narrar uma experiência vivenciada de discriminação racio-cultural na sua contra.



consciente dos efeitos duradouros das violências vivenciadas e do significado de lutar para que estes efeitos se transformem em oportunidades e seu caso, não pereça na injustiça.

Rio Negro se nos revela também, uma comunidade indignada, lutadora, organizada e autocrítica; cuja grande fortaleza é precisamente sua longa tradição comunitária, Tradição que se expressa em um acumulado de significativas referências, como seu forte vínculo com a terra e com o território, seu forte vínculo emocional e familiar, derivado de suas relações de parentesco. Um forte respeito pela memória dos que consideram seus ancestrs, os avôs, bisavôs e tataravôs, o que permite um profundo orgulho de suas raízes culturais e forte sentido de pertença. Sua vocação pela agricultura e a vivência de sua espiritualidade, são aspectos desta tradição, que eles sentem bastante agredida pelas violências e o deslocamento forçado, mas insistem em dar continuidade. Em suma, é esta longa tradição comunitária que lhes permite ainda manter uma ancoragem mais ou menos estável, para continuar compartilhando interesses e manter vivo o sentido de fazer comunidade.

Por outro lado, esta memória da guerra, do deslocamento forçado, do despojamento da terra, da fragmentação física do grupo, que se encontra em qualquer espaço das suas falas, é o que atualmente contribui ao processo de re invenção identitária e mobilização política. Assim, no meu campo, percebi que estas narrativas sobre as experiências de violências e sobre a resistência em condições difíceis, têm grande significado no relacionamento deles com os outros, tanto os que chegamos de fora, quanto os próximos. Auto definir-se como “vítimas sobreviventes. é uma maneira de se distinguir, de situar-se na realidade atual e demarcar uma diferença necessária. Seu auto-reconhecimento e o reconhecimento dos outros como “*vítimas sobreviventes*” determina o campo de suas relações e define sua luta pelo reconhecimento. A memória apresenta-se assim, através de um discurso político sobre o passado, fundamentando-se na realidade do presente.

Nesse quadro explicativo, os fatos de violências políticas são marcantes na história da comunidade, não só pelo substantivo retrocesso em todos os aspectos do desenvolvimento, como também por ser o começo de uma nova história: a luta organizada e legítima pelo reconhecimento. No decurso deste trabalho, desejei demonstrar a dimensão moral que tem esta luta. Dimensão que se constitui na força matriz que gera as condições subjetivas para a mobilização e ação coletiva dos sujeitos. (HONNETH, 2003).

Conforme as palavras emotivas de Carlos, seu líder de maior destaque, eles estão lutando com plena convicção de que depois da sobreviver à experiência da morte, tudo pode ser possível, mas,

Nadie podrá regresar el tiempo perdido, ni devolver la vida de nuestros familiares muertos por la violencia; nadie nos devolverá nuestra tierra, donde nacieron nuestros abuelos, donde nacimos e donde queríamos seguir... Nadie puede pagar todos los daños que la hidroeléctrica nos ha causado. Porque ninguna suma de dinero, compensa el tiempo de miseria que estamos viviendo. Nadie puede imaginar ni pagar tanto daño, tanta tristeza, ni tanta vergüenza ¡Nadie pude hacer posible nada, a no ser nosotros! ¡Sólo nosotros! Porque estamos claros que a nadie más le interesa, más que a nosotros, se los decimos a nuestros hijos para que lo entiendan: luchar significa recuperar la dignidad, no es lo mismo morir sin dignidad que morir con dignidad, exigiendo que nos cumplan lo que nos deben y lo que tenemos derecho.<sup>196</sup>

É nessa dimensão da dignidade que os sujeitos de Rio Negro, têm construído sua luta e resistência, dimensão moral que deve ser reparada para lograr a reconciliação social da comunidade com a sociedade nacional e o Estado. O forte sentido da dignidade expressada na declaração de Carlos é significativo nos relatos dos sobreviventes. Para eles sua luta é pela dignidade de seus mortos que é também a dignidade deles, os que lograram sobreviver das violências.

O sentido da dignidade, conforme A. Honneth (2003), amplia as fronteiras de solidariedade e se afirma em um profundo sentido de justiça. Penso que as experiências de vida familiar e as relações comunitárias de antes, permitiram que os sujeitos adquirissem este sentido de dignidade, pois as formas de reconhecimento definidas por Honneth, como primárias (amor e amizade), dadas nos espaços íntimos de convivência social, ajudaram a formar, no caso de Rio Negro, certos “dispositivos de proteção intersubjetivos” (p. 274). Os mesmos permitem que eles tenham a força emocional e moral para reagir em contra daqueles fatos que consideraram injustos ou que lhes trazem prejuízos. Por este processo se pode entender porque nem todas as “vítimas vitimizadas” podem

---

<sup>196</sup> Resumem do discurso de Carlos, numa cerimônia maia, pelo aniversário do Museu Comunitário Rabinal Achí, (Caderno de campo; Janeiro 2009).

ter a mesma força ou vontade de emergir desse lugar de vítimas, ou seja, ter pleno convencimento de que a injúria, a degradação e as relações de desrespeito, não têm justificativas, não devem ser permitidas e, muito menos, naturalizadas. Como bem analisa A. Honneth (2003), a edificação desse sentido subjetivo da dignidade possíveis pelas experiências de reconhecimento assume uma importância essencial, visto que a valorização negativa de determinados indivíduos e grupos converte-se em problemas de integração social a uma comunidade política que deve lhe assegurar um tratamento digno na sua existência concreta, pois só na arena pública os sujeitos encontram sua auto-realização.

Este sentido da dignidade permitiu que a comunidade de Rio Negro se mostrasse rebelde ou avessa à implantação da Hidrelétrica. o que implicou vivenciar as nefastas conseqüências. Rebeldia que não permitiu, posteriormente, aceitar um plano de ressarcimento que violava seus interesses comunitários e que lhes deixara fora de uma política governamental encaminhada para as “vítimas vitimizadas”. Essa mesma rebeldia lhes permite, atualmente, definir estratégias de luta e conformar um novo movimento, exemplo de dignidade e coragem. Sobretudo, considerando que um simples movimento local, abrolhado numa pequena comunidade rural, tradicional e indígena, que no caso de Guatemala, um país povoado de vítimas, significa muito, mostra que é possível alterar ou concebido inalterável; ou seja, mudar a ordem das coisas. Porque ao final de contas, como se há dito, escrito ou cantado por muitos, a história finalmente, a escrevem os povos. Mas, a experiência de ter sido uma comunidade isolada do Estado e da urbanidade, por não dizer “modernidade” pode ter sido elemento favorável, em função de sua demonstrada força sobrevivente.

Uma mostra de sua capacidade de se colocar como um movimento politicamente forte, são os vários resultados alcançados em um período relativamente curto (10 anos), o que até agora nenhum outro movimento tinha conseguido. Dentre esses resultados, destaco por sua importância, o processo de dialogo de “alto nível” capaz de negociar e demandar direitos, fazendo que o governo tenha subscrito um acordo político para desenvolver um plano Estratégico de desenvolvimento Integral para todas as comunidades atingidas pela Hidrelétrica Chixoy (COCAHICH, 2008); além disso, interpôs uma ação judicial contra o Estado ante a Corte Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH). Sendo a ação mais transcendente destes últimos tempos, o juízo e sentença ou condenação de militares e paramilitares responsáveis pelos casos de genocídio.

Por outro lado, a ação política da COCAHICH, se vê delimitada, porém dinamizada em um processo de negociação complexa entre atores com interesses antagônicos (governo, a elite da burguesia empresarial e o capital transnacional e comunidades indígenas). Assim, neste espaço de diálogo, a correlação de forças e os níveis de poder se visibilizam para controlar e capitalizar dito espaço, onde todos coincidem em um só objetivo: resolver um velho e agudo conflito, sem que isso signifique risco ou perda de controle da situação e de imagem política frente à sociedade nacional e comunidade internacional.

Assim sendo, Rio Negro se nos revela como sujeitos que compreendem o que significa o lugar do sujeito de direitos, sujeitos atores políticos com capacidade de agência, nos termos de Sherry Ortner (1997). Competência tão importante na primeira etapa de sua organização, que permitiu sua independência econômica e autonomia política para atuar. A autonomia é precisamente um resultado da auto-relação positiva, produto do reconhecimento que os sujeitos vão alcançando na esfera pública, disse Honneth (2003). Assim, na medida em que iam se relacionando com os outros atores externos, nessa mesma medida sentiam-se reconhecidos. As ações de denúncias das violências políticas sofridas, no plano nacional e internacional e, o que estas ações provocaram, mostram os planos de reconhecimento que foram conquistando e a influência das relações intersubjetivas que se formou nessa rede de solidariedade em torno a seu caso. Por conseguinte, o reconhecimento social da sua problemática fortaleceu sua luta, gerando maior confiança e respeito por si mesmos, quer dizer, favoreceu sua auto-estima coletiva; e, propiciou essa articulação de redes sociais para a ação (RIFIOTIS, 2008). No longo deste tempo estas redes sociais ultrapassaram o nível local e o nacional, o que favoreceu o impacto político do movimento.

Tendo em vista todo o exposto até aqui, considero que esse nexos entre o surgimento de movimentos sociais e a experiência moral de desrespeito que Honneth procura estabelecer, no caso estudado fica evidente, como também é evidente que as categorias “redistribuição e reconhecimento” (FRASER, Nancy; HONNETH, Axel, (2006) são inseparáveis. Igualmente, a reparação moral implica necessariamente a reparação de tipo econômico, pois o que está em questionamento é o sentido dado ao conceito de “justiça social”, pelos Estados que se qualificam como de modernos e democráticos.

A segunda questão que tratei de mostrar e problematizar nesta dissertação é sobre a identidade coletiva dos sujeitos, que no caso de Rio Negro, distingui como “*vítimas sobreviventes*” a qual identifiquei como categoria nativa. Mesma que é elaborada pelos sujeitos políticos emer-

gentes, num longo processo de construção identitária. que inicia a partir de condições morais e materiais difíceis. Nesse sentido o trabalho enfatiza o imperativo de analisar as “vítimas”, a partir de suas resistências e mobilização política, precisamente para re significar o lugar a elas associado. Quer dizer a compreensão da vítima, como sujeito (s) que não foi (foram) desmobilizado (s). Dessa forma torna-se primordial estudar os processos onde os sujeitos conseguem reverter práticas discursivas que os colocam em situação de assimetria frente a outras pessoas e grupos, e logram na ação, construir uma identidade avessa à moral e ética oficial que se impõe.

Esse processo de formação de identidade, que precisa ser visto como um empreendimento político, de obter reconhecimento como “sujeitos de direitos”, é analisado por Marilena Chauí (1998), considerando o contexto de uma ideologia neoliberal, na qual se proclama o “retorno à ética como panacéia general”, essa ética se transformando em “pura e simples ideologia”. Como tal, é propícia ao exercício da violência, porque o sujeito ético ou sujeito de direitos está dividido em dois, refere Chauí: de um lado, o sujeito “ético como vítima”, e do outro o “sujeito ético e compassivo que identifica o sofrimento e atua para apaziguá-lo”. Temos, pois, uma ética cada vez mais inseparável da figura do sujeito racional, livre, voluntário, responsável, porém, não mais como um ser humano, mas como uma coisa, um objeto, Segundo Chauí, nessa divisão dos sujeitos (vítimas e não vítimas) são necessárias duas violências: a primeira, fática, é a existência das vítimas; a segunda, o tratamento do outra como vítima passiva e inerte. Isso significa que, em verdade, a vitimização faz com que a ação seja concentrada nas mãos dos que “não sofrem”; estes têm o poder de trazer de fora aquilo de que os outros precisam. Dessa maneira, quando as vítimas perdem sua condição de sujeitos para se tornarem objetos de compaixão, a ética é entendida como “defesa humanitária dos direitos” humanos. Neste contexto, as organizações tanto governamentais como não governamentais (ONGs), deixam de ser vistas e sentidas como entidades ligadas à cidadania para ver-se reduzidas à condição assistencial que a imagem das vítimas impõe à consciência culpável dos privilegiados. Com isso se explica o medo ou receio que se manifesta, quando os considerados ou classificados como vítimas se mobilizam, recusando-se a assumir a condição de vítima passiva, muda e inerte, rechaçando a compaixão dos outros.

Dentro desta análise de Chauí (1998) obviamente os princípios éticos da “dignidade humana” assim como “a igualdade” não existem. Mesmos que sejam substanciais nas relações de reconhecimento dos

sujeitos de direitos que o mesmo Estado democrático. no seu discurso, promove. Assim, os princípios de dignidade e igualdade, como afirmação constante de reconhecimento intersubjetivo e de visibilidade pública, com esta divisão do “sujeito ético como vítima”, e pelo outro o “sujeito ético e compassivo, não vítima.” são princípios violados pelo Estado moderno, cuja ideologia faz com que se seja o primeiro vitimário ou verdugo destes novos sujeitos de direitos, que o mesmo sistema já classificou como sujeitos vítimas, ao legitimar ou naturalizar sua vulnerabilidade social.

Por outro lado, a Constituição política da Guatemala contém um conjunto de Direitos especiais e específicos, para as populações indígenas “tutelados” pelo Estado,<sup>197</sup> além dos convênios internacionais de proteção das populações originárias, dos quais o Estado, também assume o compromisso de seu cumprimento e sua verificação. Sem aprofundar nesta longa lista dos direitos específicos para as populações indígenas, mas com a inquietude de problematizar, a primeira coisa que me pergunto é: não será que distinguindo e /ou “legalizando juridicamente”<sup>198</sup> este conjunto detalhado e extensivo diferenciado de direitos, os “Estados Democráticos” enfatizam, aceitam ou legitimam a situação vulnerável dos sujeitos indígenas? Assumindo os “como os outros diferentes” ao resto? que só podem existir como esse sujeito que Marilena Chauí (1998) define como: “sujeito ético vítima”. Sendo que estes sistemas são reprodutores das condições de exclusão e discriminação que nega ou viola estes direitos, dos quais é mesmo juridicamente signatário, quer dizer, promotor e protetor? Assim, as “aporias do conflito entre direito positivo e direito natural (ALVES, 2001), parece ser uma das características distintivas dos sistemas modernos ou “democráticos” na atualidade.<sup>199</sup>

---

<sup>197</sup> Entre eles: *Direito à Identidade Cultural*, entendendo esta identidade como as formas de vida particular destas comunidades étnicas. *Direito de propriedade de terras* comunais, particularmente se refere àquelas que historicamente lhes pertencem e que tradicionalmente tem administrado. *Direito à consulta* para não prejudicar os interesses dos indígenas, antes de empreender ou autorizar qualquer projeto de exploração dos recursos existentes nas suas terras. *Direito de participação política; Direito a decidir su desenvolvimento; Direitos a no ser discriminado por motivo de raça ou origem étnico; Direito de proteção contra o genocídio e etnocídio*, entre outros direitos (SACALXOT, M., CUPIL, A., 2004, p. 30-35).

<sup>198</sup> Aliás, Théophilos Rifiotis, aborda sobre o problema da “Judiciarização das relações sociais” e coloca no debate as modalidades de negociação e reconhecimento de direitos humanos; e as “aporias” que se apresentam nestes processos; assim como “o risco de gerar uma espécie de “moeda de troca”, e produzir um fundamentalismo jurídico ou um populismo legislativo” disse Rifiotis. (2007b; 2006; 2007a; 2007b.)

<sup>199</sup> Uma interessante análise sobre as aporias e o direito moderno e os direitos humanos, se apresenta na seguinte referencia: ALVES, Roseli Teresinha Michaloski. Aporias do conflito

Nessa linha da análise, Theophilos Rifiotis, no seu ensaio “Sujeito de direitos e direitos do sujeito”<sup>200</sup> aporta sobre este ênfase ou tendência crescente dos últimos anos, de nossos sistemas sociais, em proteger ou ressarcir às “vítimas” outorgando-lhes uma série de Direitos Humanos, e sua tradução jurídica. Isso se traduz em reforçar o pensamento dos direitos do sujeito vítima na configuração do sujeito contemporâneo. O qual, segundo Rifiotis, esta relacionada com o fenômeno da “judicialização e a institucionalização dos movimentos sociais”, -como bem anotei no pé de pag. 198- (Rifiotis, 2004; 2006; 2007a; 2007b). O trabalho de Rifiotis destaca este “discurso domesticado que enfatiza a ideologia de um sujeito-vítima, espectador da sua condição, deixando para segundo plano o sujeito-agente”. Esse lugar do sujeito vítima esta implícito nos discursos de práticas dos Direitos Humanos. Portanto, “se faz necessário debater sobre o lugar do sujeito, pensado como protagonismo social” reflete Rifiotis. (2007b)

As idéias expressadas por Marilena Chauí (1998); Theóphilos Rifiotis (2004; 2006; 2007a; 2007b) e, Ricardo Falla (1992), -quem faz alusão ao conceito “vítimas em resistência” para evita a vitimização dos indígenas sobreviventes da guerra na Guatemala- convoca-nos a complexificar a leitura do lugar social, do qual hoje estão emergindo os sujeitos de direitos, neste caso, o lugar social, onde as *vítimas sobreviventes* constroem sua identidade. Isso porque estamos frente a um modelo de relações sociais que não é compatível com as lutas pelo reconhecimento que se dão dentro de uma “gramática moral” da qual o modelo de relações jurídicas e sociais modernas está desvinculado (HONNETH, 2003). E, de fato, as liberdades legalmente instituídas e os recursos materiais não abrangem todas as condições requeridas para proteger a autonomia que deve prevalecer nos sujeitos de direitos. “(...) só graças à aquisição cumulativa de autoconfiança, auto-respeito e auto-estima, como garante sucessivamente as experiências das três formas de reconhecimento, o sujeito social é capaz de se conceber de modo irrestrito como um ser autônomo e individualizado e de se identificar com seus objetivos e seus desejos. (HONNETH, 2003, p. 266).

---

entre direito positivo e direito natural: Considerações sobre uma teoria crítica do direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2464>>.

<sup>200</sup> Refere o autor, que este texto foi elaborado a partir de estudos realizados como membro da Comissão de Direitos Humanos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 1998-2000 e 2004-2006, e como coordenador do Projeto "Educação em e para os Direitos Humanos em Santa Catarina" no âmbito do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos em 2006. em artigo no livro “Educação e Direitos Humanos” (2008).

Em suma, o que se constata na prática cotidiana é a permanência e reprodução das condições de invisibilidade pública e humilhação social de uma alta porcentagem de sujeitos, condições necessárias para a permanência do sistema moderno neoliberal, que não poderia acontecer sem a existência dos sujeitos vítimas e seu reverso, pois nessa relação binária pareceria que se mantêm um equilíbrio.

Mas a “vítima vitimizada” hoje é uma figura emblemática, um lugar no imaginário. O lugar político da construção do sujeito de direitos é o lugar coletivo, ou seja, os sujeitos políticos já não são mais os indivíduos, mas as organizações sociais que estes indivíduos constroem com sua luta, ou seja, o lugar dos sujeitos de direitos, seu protagonismo está nas organizações sociais que são aglutinadoras dos interesses dos indivíduos que representam.

A partir destes lugares, se constroem espaços de representatividade e de exercício da cidadania individual. Neste caso resulta interessante para estudar sobre o tipo de relações que se produzem nestes espaços de representatividade, que por sua vez, podem sim, reproduzir relações de poder “vitimizantes”. Assim “vítimas sobreviventes” é uma identidade coletiva que os representa ante o Estado, como uma unidade social. Por isso, uma das estratégias dos governos na atualidade, perante esta insurreição organizada de populações vítimas, é a midiaticização, criminalização (LEITE, 2008) ou oenegização ou institucionalização (RIFIOTIS, 2007a) destes novos atores políticos. Além da tendência, de socavar ou debilitar as lutas através de processos de diálogos burocráticos, longos e inconsistentes, no qual não há garantias de que o Estado ou governos realmente cumpram o que seja acordado

O caso do Programa Nacional de Ressarcimento (PNR) é um exemplo. Através deste programa governamental, o Estado, “promove”, “capacita”, “favorece”, enfim, a “participação social” das vítimas, através da formação de suas próprias estruturas organizativas. Quer dizer, a “organização livre e voluntária das vítimas”; porém, organizados através das mesmas estruturas que o PNR, exige. Assim o PNR consegue manter seu controle e prever uma emergência de sujeitos de direitos.

Portanto, com a estratégia de conformação de estruturas comunitárias sob a figura de “comitês de vítimas” delineados pela PNR, se bloqueia o surgimento de organizações autônomas dos próprios afetados e atingidos pelos fatos de violências. Porém o empreendimento político de Rio Negro, sob a identidade de “vítimas sobreviventes”, identidade que recusa à vitimização e emerge como sujeito de direitos, ator político, coloca para nossa reflexão, a moral e ética política no qual se funda



nossos chamados “Estados democráticos” e o exercício da cidadania nestes contextos predominantemente “vitimizantes”.

Por último, como provocação, deixando aberta a porta para um possível debate sobre o apresentado nestes parágrafos finais, gostaria de levantar a seguinte questão: Será que a construção desse sujeito político, sujeito agente, sujeito protagonista, sujeito de direitos, teria que passar necessariamente pela desconstrução do “sujeito vítima”? ou, a emergência do sujeito de direitos, implica necessariamente ter sido sujeito vitimizado?



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AKKEREN, Ruud Van. *La visión indígena de la Conquista Guatemala*: Serviprensa, 2007.

ALMGT (Academia de lenguas mayas de Guatemala. Guatemala) *Toponimias maya achi*  
*Dirección Lingüística y cultural Programa de Estudios culturales*. Guatemala: Comunidad lingüística Achi, 2001.

ÁLVARES, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs). *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos*, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000, p. 17-21, 45-48. 538p.

ÁLVAREZ, Enrique. El proceso de Negociación para la Construcción de la Paz en Guatemala. In: *Revista de Solidaridad, Cooperación, Debate, Análisis y Cultura Internacional*, n.º.31 Guatemala, Sodepaz, 2000. p. 18-27.

ALVES da Silva, Cleube. Interpretando mundos: contactos entre os Akwen e os conquistadores luso-brasileiros em Goiás (1794-1811) In: ATHIAS, Renato; PINTO, Regina Pahim. (Orgs.). *Estudos indígenas: Comparações, interpretações e políticas*. São Paulo: Contexto, 2008. (Série justiça e desenvolvimento).

ALVES, Roseli Teresinha Michaloski. Aporias do conflito entre direito positivo e direito natural: Considerações sobre uma teoria crítica do direito. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=2464>>. Acesso em: 05 ago. 2010.

AMNISTÍA INTERNACIONAL. *El resurgimiento de las Patrullas de Autodefensa Civil*. Guatemala: [s.n.], 2002. Documento fotocopiado.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1970; 1994.

ARMON, Jeremie *et. al.* *Guatemala 1983-1997 ¿Hacia donde vá la transición?* Guatemala: Conciliation Resources/FLACSO, 1997.126p.

ARRIOLA, Jorge Luis. *El libro de las Geonomías de Guatemala*. Seminario de Integración Social Guatemalteca. Guatemala, 1973.

BA' Tiul, Máximo Pueblos Indígenas, Democracia y Partidos Políticos en el continente de Abya Yala. In: *Izquierdas y construcción de orden democrático en Guatemala: Una aproximación a las elecciones de 2007*. ÁLVAREZ Aragón, Virgilio, SÁENZ Tejada, Ricardo (compiladores). Guatemala: Fundación Friedrich Ebert Stiftung, 2008. (Editorial de Ciencias Sociales). 196 p.

BALANDIER, Georges. *Antropología política*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1969. p. 57.

BANDEIRA, L.; BATISDA A. *Preconceito e discriminação como expressões de violência*. *Revista Estudos Feministas*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão. v.7, (1999)- Editada pela UFRJ. (CFH/CCE/UFSC Vol. 10 n. 1, 2002).

BARTH, Fredrik. Introdução. In: *Los grupos étnicos y sus fronteras. La organización social de las diferencias culturales*. México: Fondo de cultura económica, 1976 [1969].

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BERISTAÍN, C.; MARTÍN C. *Justicia y reconciliación: El papel de la verdad y la justicia en la reconstrucción de sociedades fracturadas por al violencia*. HEGOA. Instituto Universitario, Universidad País Vasco, 1999. Cuadernos de Trabajo 27.

\_\_\_\_\_. *Reconstruir el Tejido Social*. Colección Icaria Antrazyt. Primera Edición, Barcelona España. Nov. 1999. 287p.

BOOFF, Leonardo. As bodas de prata da igreja com os pobres: a Teologia da Libertação. In: BOFF, L. ; RAMOS, J.; BOFFF, C. (Orgs.). *A Teologia da Libertação*. São Paulo: Ática, 1996.

BOOTH, John A.; RICHARD, Patricia Bayer. A formação do capital social na América Central: violência política, repressão, dor e perda. *Opini3n. Publica*, Campinas, v. 7, n. 1, 2001. Acesso em: 3 out. 2008, <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-)>

BRIGGS, C.L. *Learning How to Ask: A Sociolinguistic Appraisal of the Role of the Interview in Social Science*. New York: Cambridge University Press. 1986.

CALDH (Centro de A3o Legal para os Direitos Humanos). De Agua Fría a Rabinal: El recuerdo de una masacre. *Revista Debate*, Guatemala, n. 1, Ano 1, nov. 1996.

CAMBRANES, Julio. *Introducci3n a la Historia Agraria de Guatemala 1500-1900*. Guatemala: Serviprensa Centroamericana, 1982; 1986.

\_\_\_\_\_. El clamor por la tierra, el clamor por una vida mejor, el clamor por la reforma agraria. In: CAMBRANES, J. (Ed.). *500 Años de Lucha por la Tierra*. Guatemala: FLACSO, 1992. Tomo II. p. 263-348.

CARDOSO, Luis. *A Constitui3o Local: direito e territ3rio quilombola na Comunidade de Bairro Alto, Ilha de Maraj3, Par3*. 2008. [Tese] Doutorado em Antropologia Social - Universidade Federal de Santa Catarina PPGAS/UFSC.

CARDOSO de Oliveira, Roberto. Tempo e tradi3o: interpretando a Antropologia. In: Cardoso de Oliveira, Roberto. *Sobre o pensamento antropol3gico*. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/CNPq, 1988, 13-25.

CARDOZA y Aragón, Luis. *La revolución Guatemalteca*. Guatemala: Editorial Del Pensativo, 1994. 238 p.

CARRILLO, José Domingo. Pensar la guerra desde la historia: mujeres y guerrilla en Guatemala, 1960-1996. In: RUBIO, María Amalia. *Rompiendo diques*. Hacia una construcción de la equidad de género. México: Universidad Autónoma de Aguascalientes, 2006. p. 231-251.

CASAUS, Arzú Marta. *La metamorfosis del racismo en Guatemala*. Guatemala: Cholsamaj, 1999- 2002.

\_\_\_\_\_. *Linaje y racismo*. San José: Costa Rica. 1992.

CASHMORE, ELLIS. *Dicionário de Relações étnicas e raciais*. (Tradução: Dinah Kleve). São Paulo: Selo Negro, 2000.

CASTANEDA, JORGE. *Utopia desarmada: Intrigas dilemas e promessas da esquerda Latino-Americana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CASTELLS, Manuel. *El Poder de la Identidad: La era de la Información Economía, sociedad y cultura*. Madrid.:Alianza Editorial, 1998. vol. 2.

CASTRO, Eduardo V.; ANDRADE, L. *Hidrelétricas do Xingu: o Estado contra as sociedades indígenas*. In: SANTOS, L. e ANDRADE, L. (Orgs.) *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*. São Paulo: [s.n.], 1988.

CARVALHO Isabel Cristina Moura. *Universidade Luterana do Brasil – Brasil. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica* Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 9, n. 19, p. 283-302, jul. 2003.

CEG (Centro Ecu­mé­ni­co de Gua­te­ma­la, Docu­men­to). In: REUNIÓN CON FORO DE ONGS INTERNACIONALES. *Análisis Global, Situación en Seguridad y Justicia*. Gua­te­ma­la, 2007.

CEH, Comisión para el Esclarecimiento Histórico. *Gua­te­ma­la: memoria del silencio*. Informe de la Comisión para el Esclarecimiento Histórico de Gua­te­ma­la. Tomos I-XII. Ver: Tomo IV, Casos Especiales, 1ª Edición. Gua­te­ma­la: Diseño Servigráficos, 1999.

\_\_\_\_\_. Conclusiones y recomendaciones del Informe. Gua­te­ma­la: [s.n.]. 1999.

CHACACH, Martín. *Achi Idioma o variante Del K'iche*. In: Identidade Achi Suplemento informativo. Gua­te­ma­la: Diá­rio Prensa Libre, 1995. n. 2, p. 6-8.

CIEDEG (Conferencia de Iglesias Evangélicas de Gua­te­ma­la). *Autoridades Mayas: Nuevos caminos de participación, desde las antiguas raíces* Departamento de Comunicaciones. Editorial Kamar, Gua­te­ma­la. 1999. 98p.

CIEPAC (Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria). No seas presa de las represas. San Cristóbal de las Casas, 1995.

CLOC (Coordenadora Latino americana de Organizações Camponesas). *Memória*. In: CONGRESSO CONTINENTAL DA GUATEMALA, 4. Gua­te­ma­la, Out. 2005.

CNOC (Coordenadora Nacional de Organizaciones Campesinas de Gua­te­ma­la). *Propuesta de Reforma Agraria Integral*. Gua­te­ma­la: Magna terra Editores, 2005. 104p.

COHRE (Centre on Housing Rights and Evictions). *Continuando la Lucha por la Justicia y la Responsabilidad en Guatemala*. Informe de la Misión investigativa del Programa Américas del COHRE. Mar. 2004:

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: S.A., 1982. p. 139.

CLIFFORD, James. Sobre la autoridad etnográfica In: GERRTZ, C; CLIFFORD, J. et al (Orgs.). *El Surgimiento de la Antropología pós-moderna*. Barcelona: Gedisa, 2003.

\_\_\_\_\_. A experiência etnográfica In: GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). *Antropologia e literatura no século XX*. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

COJTI, Demetrio. *La difícil transición al Estado Multinacional*. Guatemala: Editorial Cholsamaj, 2005.

\_\_\_\_\_. *Ri Maya' moloj pa iximulew*. Guatemala: Cholsamaj, 1997.

COLAJACOMO, Jaroslava Chen. *The Chixoy Dam: The Maya Achi: Genocide. The Story of Forced Resettlement*. Prepared for Thematic Review I.2: Dams, Indigenous People and vulnerable ethnic minorities, World Commission on Dams, December, 1999.

COLOM, Yolanda. *Mujeres en la alborada: Guerrilla y participación femenina en Guatemala. 1973-1978*. Guatemala: Editorial Artemis Edinter, 2000.

CONTI, Irn, *Human Rights Dammed Off at Three Gorges*. An investigation of resettlement and human rights problems in the Three Gorges dam project. International Rivers Network, 2003. [S.l.]:Letras Contemporâneas, 2003.

COSTELLO, Patrik. Contexto Histórico. In: ARMON, Jeremie *et. al* *.Guatemala 1983-1997 ¿Hacia donde vá la transición?* Guatemala: Conciliation Resources/FLACSO, 1997.



CRAPANZANO, V. El dilema de Hermes: Desde el documento de lo oculto al oculto documento. In: CLIFFORD, J.; MARCUS, G.E., (Eds.). *Retóricas de la antropología*. Júcar: Gijón, 1991. p. 92.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. São Paulo: EDUSC, 2002.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Antropologia do Brasil: Mito, História e Etnicidade*. São Paulo: EDUSP/Brasiliense, 1986.

CUNHA, Olivia. *Reflexões sobre Bio-poder e Pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault*. [S.l.]: Mana, 2002. v.8(1), p. 149-163.

DAS, Veena. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. New Delhi: University Press, 1995.

DAVIS, Shelton H.. Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas. *Mana* [online]. 2008, vol.14, n.2, p. 571-585.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DOBLES, Ignacio Oropeza. Contornos de la verdad: un análisis Comparativo. Revista eletrônica *LIBERACCIÓN*. Acesso em: 20 set. 2008, <<http://www.liber-accion.org/articulos/3/124>>..

ECKERT, C.. Questões em torno do uso de relatos e narrativas biográficas na experiência etnográfica. *Revista Instituto de Filosofia e Ciências Humanas*, Porto Alegre, ano 94-97.

EQUIPO DE ANTROPOLOGÍA FORENSE DE GUATEMALA (EAFG). *Las Masacres en Rabinal: Estudio Histórico Antropológico de las Masacres de Plan de Sánchez, Chichupac y Río Negro*. Guatemala, 1997.

ESQUIT, Edgar. *Caminando hacia la utopía: la lucha política de las organizaciones mayas y el Estado en Guatemala*. Guatemala: Universi-

dad de San Carlos de Guatemala, Instituto de Estudios Interétnicos, 2003. Cuadernos Reflexiones 4, año 4 , n. 4.

\_\_\_\_\_. Relaciones Interétnicas en Guatemala: de la Dominación a la Democracia Multicultural. In: DE LA PEÑA, Guillermo; DARI, Claudia (Comp.). *La construcción de la nación y la representación ciudadana en México*. Guatemala, Perú, Ecuador y Bolivia: FLACSO Guatemala, 1998.

FALCÃO, Isabel Correia. *Concertos e Desconcertos na Procura de um Mundo Concertado: Crença no mundo justo, inocência da vítima e vitimização secundária*. Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia. [S.l.s.n.], 2003.

FALLA, Ricardo. *Masacres de la selva: Ixcán, Guatemala (1975-1982)*. Guatemala: Universidad de San Carlos de Guatemala, (USAC), 1992. (Colección 500 anos).

FERNÁNDEZ, J.M. *El Comité de Unidad Campesina: Origen y Desarrollo*. CERCA, Guatemala, Cuaderno 2, 1988.

FIGUEROA IBARRA, Carlos. *El recurso del miedo*. Ensayo sobre el Estado y el terror en Guatemala. 1ª edición. Programa Centroamericana de Investigaciones. Guatemala: Editorial Universitaria centroamericana - EDUCA, 1991. p. 25.

\_\_\_\_\_. *Los que siempre estarán en ninguna parte: la desaparición forzada en Guatemala*. Grupo de Apoyo Mutuo GAM y Centro Internacional para Investigaciones en Derechos Humanos – CIIDH. México: [s.n.], 1999.

\_\_\_\_\_. *El contenido burgués reaccionario del Golpe de Estado*. Guatemala: Polêmica 1982, p. 4-5.

FISCHER, M.. Da antropologia interpretativa à antropologia crítica. *Anuário Antropológico* 83, Brasília, 1985.

FONSECA, Andrea Lissett Perez. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. *O sentido de ser guerrilheiro: uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia*. Florianópolis, 2008. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

FOUCAULT, Michel. *Historia de la sexualidad: la voluntad del saber*. México: Siglo XXI editores, 1980.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo Loyola, 2002.

FRASER, N. y HONNETH, A. *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*, Morata, Madrid, 2006.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural para a Liberdade*. Paz e Terra: São Paulo, 1986.

GAITAN, Gustavo. Las Comunidades de la Cuenca del Rio Negro o Chixoy. *Informe para el Comité de Reconstrucción Nacional*. Gobierno de Guatemala. Febrero 1978.

GALTUN, Johan. *Tras la Violencia 3R: reconstrucción, reconciliación, resolución*. Gernika: Gogoratuz, 1998.

por el conflicto armado interno en Guatemala. In: *Informe de investigación*. Guatemala: Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala y Fundación SKIP, 2000. 206p.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1989. p. 13-41.

\_\_\_\_\_. Do ponto de vista do nativo: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local*, novos ensaios de antropologia interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1997; 1999 p.85-107.

\_\_\_\_\_. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

\_\_\_\_\_. *Nova Luz sobre Antropologia*, In: ZAHAR, Jorge, (Ed.). Rio de Janeiro: UERJ, 2001. cap. 2. p. 30-46.

\_\_\_\_\_. Anti anti-relativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1999. n°8, vol.3.

GILROY, Paul. *Entre Campos, nações culturas e o fascínio da Raça*. São Paulo: Annablume. 2007

\_\_\_\_\_. *O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34. 2001.

GOHN, Maria da Gloria. *Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GÓMEZ Águeda S.. *Revista de Antropología Iberoamericana*, n. 41, Mayo-Jun. 2005.

GÓMEZ Gil Carlos. *Las ONG en la globalización: Estrategias, cambios y transformaciones de las ONG en la sociedad global*. Icaria: Editorial, S.A. Cooperación y Desarrollo,[199-].

GUZMÁN B. Carlos. *Guatemala: Una interpretación histórico social*. México: Siglo XXI, 1970.

GUZMÁN, B.Carlos; JEAN-LOUP, Herbert. *Guatemala: una interpretación histórica social*. 6ª edición. Guatemala: Editorial Cholsamaj, 1995.

HALL, Stuart. *A Identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

\_\_\_\_\_. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*, Belo Horizonte. Editora. UFMG, 2003.

HALE, Charles R.. El protagonismo indígena, las políticas estatales y el nuevo racismo en la época del indio permitido. In: MINUGUA (Org.). *Ponencia para la conferencia construyendo la paz: Guatemala desde un enfoque comparado*. Guatemala: [s.n.], 2004.

\_\_\_\_\_. El discurso ladino del racismo al revés en Guatemala. In: *¿Racismo en Guatemala? Abriendo el debate sobre un tema tabú*. Guatemala: AVANCSO, 1998.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34. 2003.

HUET, Alfonso. *Nos Salvó la Sagrada Selva: La Memoria de Veinte Comunidades Queqchi'es que sobrevivieron al Genocidio ADICI*, Cobán Alta Verapaz. Guatemala: Maya Na'oj, 2008.

HURTADO, Juan José Paz. Elementos de la historia del movimiento revolucionario guatemalteco. In: *Guatemala: por un nuevo rumbo*, Cuadernos África-América Latina, n. 31, [S.l.]:SODEPAZ, 2000, p. 5-17.

ICHON, Alain et. Al. *La Vallee Moyenne Du Río Chixoy La cuenca del Río Chixoy*. Informe Resume de trabajo arqueológico e Etnológico . Equipe Franco Guatemalteco. 1988.

INCIDE (Fundación Iniciativa Civil para la Democracia). Proyecto Alternativo en la Lucha por la Democracia en Guatemala. In: *Guatemala: por un nuevo rumbo*, Cuadernos África-América Latina, n. 31, [S.l.]:SODEPAZ, 2000. Guatemala, n.31., p. 29-42.

ITZEP, Manuel A. *Acercamiento etnográfico a una zona de Rabinal*. Trabalho de pesquisa da Escola de História. [S.l.]: USAC, 2003. p. 45.

IVIC, Matilde de M. *Etnohistoria de Baja Verapaz*. In: *Identidad Achi* Suplemento informativo. n. 2, Guatemala: Diálogo Prensa Libre, 1995. p. 4-5.

JANSSENS, Bert; BIESEMANS, Elizabeth. *Identidad*. Museo Comunitario Rabinal Achí. Rabinal Baja Verapaz, Guatemala, C.A. Proyecto Solidaridad. Glifo, 2005.

JOHNSTON, B. R. *Chixoy Dam Legacy Issues Document Review: Chronology of Relevant Events and Actions*. California: Center for Political Ecology, 2005.

KEANE, Jonh. *Reflexiones sobre la violencia*. [S.l.]: Alianza Editorial, 1996.

LABURTHE-TOLRA, Philippe. WARNIER, Jean-Pierre. *Etnologia, Antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LEITE, Ilka B. *Terra, território e territorialidade: três dimensões necessárias ao entendimento da cidadania do negro no Brasil*. In: SEMINÁRIO AMÉRICA, 500 anos de dominação. Museu de antropologia da UFSC, 1990.

\_\_\_\_\_. *O Legado do Testamento: A comunidade de Casca em perícia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

\_\_\_\_\_. *Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade*. Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1996.

\_\_\_\_\_. *Território Negro em área Rural e Urbana: algumas questões*. Textos e Debates n.2. Florianópolis: NUER/UFSC, 1991b.

\_\_\_\_\_. *Produzir o texto, polir o olhar*. In: Ética e Estética na Antropologia. Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, 1998.

LIEBIG, Michael. O Ocidente e o fim da subalternidade dos outros. Revista eletrônica do Movimento de Solidariedade *Ibero-americana* (MSIa) 2009. Acesso em: 13 mar. 2009 < <http://www.msia.org.br/cartas-do-reno---cartas-desde-el-rin/813.html> >

LIRA, Elizabeth; BECKER, David; CASTILLO, M. Isabel. Psicoterapia de víctimas de Represión Política bajo dictadura: un Desafío Terapéutico, Teórico y Político. *Derechos humanos: todo es según el dolor con que se mira*. Santiago Chile: ILAS, 1989. Esta es una versión revisada en 1991.

MACHADO, J. P. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 3ª. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.

MACÍAS, Julio César. *La guerrilla fue mi camino*. Guatemala: Piedra Santa, 1997.

MARQUES, João Filipe. O estilhaçar do espelho. Da raça enquanto princípio de compreensão do social a uma compreensão sociológica do racismo. In: *Ethnologia*, publicação quadrimestral, Nova Série, n. 3, Mai-Out 1995. p. 39-57.

MARTÍNEZ, Horacio. *La cuenca media del río Chixoy: Dos décadas después*. En XVI Simposio de Investigaciones Arqueológicas en Guatemala, 2002. (editado por LAPORTE *et.al.* Museo Nacional de Arqueología y Etnología, Guatemala. Acesso em 26 nov. 2009: <[www.asociaciontikal.com/pdf/73.02%20-%20Horacio%20Martinez%20-%20en%20PDF.pdf](http://www.asociaciontikal.com/pdf/73.02%20-%20Horacio%20Martinez%20-%20en%20PDF.pdf)>.

MARTÍNEZ Severo. *La Patria del Criollo*: Ensayo de interpretación de la realidad guatemalteca Decimo cuarta edición. México: Ediciones en Marcha, 1994.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: Movimentos Sociais nas sociedades complexas*. São Paulo: Vozes, 2001.

MEMMI Albert, *Retrato do colonizador: Retrato do colonizado*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MÉNDEZ, Michelangelo Martínez; MARTÍNEZ, Max Estrada. *Estudio Histórico, Catastral, Registral y Geográfico de las comunidades afectadas por la inundación provocada por la Presa Pueblo Viejo-Quixal, Sobre El Río Negro O Chixoy*. Guatemala: Junio, 2004.

MONTI, Aguirre; SWITKES, Glenn. *Os rios de América*: Publicado por International Rivers Network, Berkeley, CA USA 2000.

MURILLO, Nora. A voz en grito: testimonios de familiares de niñez desaparecida. Liga Guatemalteca de Higiene Mental. 1ª edición. Guatemala: [s.n], 2003. 164p.

\_\_\_\_\_. *Niñez Desaparecida durante el conflicto armado interno en Guatemala*: Posibilidades y limitaciones que condicionan los procesos de su búsqueda, reencuentro y reintegración. Tesis de grado. Guatemala: Universidad de San Carlos –USAC, 2005.

NASH, June. *Visiones mayas: o problema de la autonomía en la era de la globalización*. 2ª. ed. Buenos Aires: Antropofagia, 2006.

OIT (Organização Internacional do Trabalho). *Convenio 169*: Sobre os direitos dos povos indígenas. Artículo 1.1b 37.

OJ K', Aslik. *Estamos Vivos*: Recuperación de la Memoria Histórica de Rabinal (1944-1996). Guatemala: Museo Comunitario Rabinal Achi. Rabinal, 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. *Um sementeiro da antropologia*: os antropólogos como nativos e seus ritos. Mana [online]. 2008, vol.14, n.2, p. 587-596.



OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

\_\_\_\_\_. La politización de la identidad y el movimiento indígena. In: FRANCH, José Alcina (Comp.). *Indianismo e indigenismo en América Latina*. Madrid: Alianza Universidad, 1990. p. 145-161.

ORTIZ Javier. Tortura y doble moral. Intervención en las Jornadas: Diez años contra la Tortura, In: ASOCIACIÓN CONTRA LA TORTURA.(Org.). Madrid: Centro Cultural Conde Duque, 1996. Acceso em: 4 dez. 2009  
<<http://www.javierortiz.net/ant/ortizestevez/Conferencias/tortura.html>> .

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. [S.l.]:Editora brasiliense, 2006.

ORTNER, Sherry B. *Theory in Anthropology since the sixties*. In: COMPARATIVE STUDIES IN SOCIETY AND HISTORY, Jan. 1984. vol.26, n.1, p.126-166.

\_\_\_\_\_. *Making gender: The politics and erotic's of culture*. NY: Beacon Press, 1997.

OXHORN; SORIANO; MERKE. Pensamento Próprio. *Revista de Ciências Sociais do Grande Caribe*. Nueva Época 15, año 7, jan./jun. 2002.

PALENCIA, Tania. Entre los Hilos de la Nueva Cultura. In: ARMON, Jeremie *et. al* .*Guatemala 1983-1997 ¿Hacia donde vá la transición?* Guatemala: Conciliation Resources/FLACSO, 1997. p. 89-102

PALMA, Gustavo Murga. El Acuerdo Socioeconómico y Situación Agraria y la Problemática de la Tierra en Guatemala. In: ARMON, Jeremie *et. al* .*Guatemala 1983-1997 ¿Hacia donde vá la transición?* Guatemala: Conciliation Resources/FLACSO, 1997. p. 73-86.

PAYERAS, Mario. Los fusiles de octubre. *Ensayos y artículos militares sobre la revolución guatemalteca 1985-1988*, México: Juan Pablos Editor, 1991. p.199-200.

\_\_\_\_\_. *Los días de la selva*. Guatemala: Editorial Piedra Santa, 1998. p. 63.

\_\_\_\_\_. *Los pueblos indígenas y la revolución Guatemalteca: Ensayos étnicos*. Guatemala: Magna Terra, 1997.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PÉREZ, Luño .E. *Derechos humanos, Estado de Derecho y Constitución*. Madrid: Tecnos, 1984.

\_\_\_\_\_. *Derechos Humanos, Estado de Derecho y Constitución*. 5 ed. Madrid: Tecnos, 1995.

PETRAS, James. Os intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas. In: *Revista Plural* Florianópolis, UFSC, 1996. n.8, – Ano 5 – jul/dez, p.32 – 52.

PICCIOTTO, Brenda. *Mujer Maya, Tejido e Identidad ética: un Ensayo Histórico* In: La indumentaria e o Tejido Maya a través del Tempo. Guatemala: Ediciones Museu Ixchel del traje indígena de Guatemala, 1992. P. 157-168.

PINHEIRO, Maria Fernanda Bacile .*Problemas sociais e institucionais na implantação dehidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. Campinas: [s.n.], 2007.

PINTO, Julio César Soria. *El debate sobre la cuestión étnica en Guatemala (1944-1970)*. Guatemala: MINEDUC, 2003. Cuadernos Pedagógicos, n.27.

PNUD (Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo Humano) *Diversidad étnico-cultural y el Desarrollo Humano: La ciudadanía en un Estado Plural*. Informe nacional de desarrollo humano. Guatemala. 2005.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF, Jocelyne F. *Teorias da Etnicidade*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

RAMÍREZ, Chiqui, *La guerra de 36 años vista con ojos de mujer de izquierda*. Guatemala: Editorial Oscar de León Palacios, 2001.

REIS, Maria José; BLOEMER, Neusa M. S. (Orgs.). *Hidrelétricas e Populações Locais*. Florianópolis: Editora Cidade Futura, 2001.

\_\_\_\_\_. Memória, territorialidade e migração compulsória: a reação dos agricultores à instalação da hidrelétrica Itá. In: REIS, Maria José; RADOVICH, Juan Carlos; BALAZOTE, Juan Carlos (Orgs.). *Disputas territoriales y conflictos interétnicos em Brasil y Argentina*. Córdoba (AR): Ferreyra Ed., 2005.

REMHI (Proyecto de Recuperación de la Memoria Histórica). *Informe Guatemala: Nunca Más*. Oficina de Derechos Humanos del Arzobispado de Guatemala (ODHAG), Guatemala: [s.n.], 1998. 408 p.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Empresas Transnacionais: Um grande projeto por dentro*. São Paulo: Marco Zero, 1991.

RICH, Adrienne. Notas para uma política da localização. In MACEDO, Ana Gabriela (Org.). *Gênero, desejo e identidade*. Lisboa: Cotovia, 2002.

RICHARD, Michel. *Atlas Lingüístico de Guatemala*. Guatemala: Instituto de Lingüística y Educación, 2003.

RICOEUR Paul. *O conflito das interpretações*. Rio de Janeiro: Imago, 1978.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo I). São Paulo: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo II). São Paulo: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. *Tempo e narrativa* (tomo III). São Paulo: Papyrus, 1997.

RIFIOTIS, Theophilos. *Nos campos da violência: diferença e positividade*. In: Coleção Antropologia em Primeira Mão. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1997.

\_\_\_\_\_. Direitos Humanos e outros direitos: aporias sobre processos de judicialização e institucionalização de movimentos sociais. In: ISLA, A. (Comp.) *En los márgenes de la ley. Inseguridad y violencia en el Cono Sur*. Buenos Aires, Barcelona, México, Paidós, 2007a. pp. 229-250.

\_\_\_\_\_. Repensando as estratégias de reconhecimento social dos Direitos Humanos. IN: VIVARTA, V. (Coord.) *Mídia e Direitos Humanos*. ANDI - Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: UNESCO, 2006a.

\_\_\_\_\_. *As delegacias especiais de proteção à mulher no Brasil e a 'judicialização' dos conflitos conjugais* In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL RED & GEDIM/UNESCO, 19. Rio de Janeiro, 2003. *Anais ...* (Republicado na Revista Estado e Sociedade. UnB, 2004).

\_\_\_\_\_. Violência e poder: avesso do avesso? In: NOBRE, Renarde F. (Org.). *O poder no pensamento social: dissonâncias do mesmo tema*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

- ROSALDO, Renato. *Cultura y verdad: Nueva propuesta de análisis social*. México: Grijalbo, 1991.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SÁNCHEZ, Gonzalo. *Guerra memória e historia Medellín: La carreta histórica*, 2006.
- SANTOS, Silvio Coelho dos. *Ensaio Oportunos*. Florianópolis: Academia Catarinense de Letras e Nova Letra, 2007.
- SANTOS, Silvio Coelho dos; NACKE, Aneliese. (Orgs.). *Hidrelétricas e Povos Indígenas*. Florianópolis: Editora Letras Contemporâneas, 2003. 178 p.
- SCHLESINGER; KINZER. *Fruta amarga: la CIA en Guatemala 1982*. Guatemala b (documento fotocopiado).
- SEBASTIÃO, Ana Angélica. *Feminismo negro e suas práticas: algumas implicações na construção do simbólico* In: CARVALHO, Pinto M. de; PAHIM Pinto, R. (Orgs.). *Mulheres e Desigualdade de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2008. v.4, p.128. (Série Justiça e Desenvolvimento).
- SEVÁ, F. A. O. *No limite dos riscos e da dominação: a politização dos investimentos industriais de grande porte*. Tese de Livre-Docência. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências. Campinas, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Ecologia ou Política no Xingu?* Coleção Documentos, série Ciências Ambientais, n.4, São Paulo: IEA /USP, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Energia Elétrica: Novo desafio para a América Latina*. IV Jornada científica da Associação Universitária Grupo Montevideo sobre Meio Ambiente. Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org). *Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*, International Rivers Network, São Paulo, 2005. Acesso em 15 jan. 2009 < [www.fem.unicamp.br/~seva](http://www.fem.unicamp.br/~seva) >. Also available at [www.irn.org](http://www.irn.org)>.

SIEDER, Rachel. Cooperación y fortalecimiento institucional: la reconstrucción de postguerra de Guatemala. In: AGUIRRE, Tamara Osorio y Mariano. (Coord.). *Después de la guerra*. Barcelona: Icaria, 2000. p. 105-141.

SMITH, Antony D. *A identidade Nacional*. Gradiva: Trajetos, 1997.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. In: MORAES, E. (Org.). *Simmel: sociologia*. São Paulo: Editora Ática, 1983.

SOARES, Luis Eduardo; BILL, M.V.; ATHAYDE, Celso. *Cabeça de Porco*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

SORIANO, Silvia Hernández. *Mujeres y guerra en Guatemala y Chiapas*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2006. p.21-22.

SOTO, Gustavo. CIEPAC, A.C. 2005. Acesso em: 17 de maio 2009<<http://www.ciepac.org/>>

SOUZA, Jessé (Org.). *A Invisibilidade da Desigualdade Brasileira*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SUAZO, Fernando. *La Cultura Maya ante la Muerte: Daño y Duelo en la Comunidad Achí de Rabinal*. Equipo Comunitario de Atención Psicosocial -ECAP-. Editores Siglo Veintiuno, Proyecto PNUD. Primera Edición. 2002.

TAYLOR, Charles, *El multiculturalismo y "la política del reconocimiento"* trad. de Mónica Utrilla de Neira, México, Fondo de Cultura Económica. 1993. p. 43

TARACENA, Arturo. *Etnicidad, Estado y Nación en Guatemala, 1808-1944*. Guatemala: CIRMA. 2002. v1.

TELETOR, Celso. *Apuntes para una monografía de Rabinal*. (B.V.) Guatemala: Editorial do Ministério de Educación Pública, 1955. Colección Monografías 3.

TOVAR, Marcela; CHAVAJAY, Miriam (Coord.). *Más Allá de La Costumbre: Cosmos, Orden y Equilibrio*. 2ª Edición. Guatemala: Mayp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Perfil de los pueblos Maya, Garífuna y Xinca*. Proyecto de Asistencia Técnica Regional (RUTA) Banco Mundial y Ministerio de Cultura e Deportes (MICUDE). Guatemala: Editorial Serviprensa, 2001.

TURNER, V.; BRUNER, E. (Ed.) Ethnography as narrative. In: *The anthropology of experience*. Chicago: Illinois UniversiPress, 1986. p. 139-155.

VALCUENDE, José M. Del Rio. *Zalamea la Real: La tierra y la mina. Cambios socioeconómicos, relaciones de poder y representaciones colectivas*. Diputación Provincial de Huelva: Exema, 1998. Colección Investigación, (Serie Antropología).

VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. *Filosofía da Práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, 2ª. ed p. 374.

VELASQUEZ, Irma A. Nimatuj. *Pueblos indígenas, estado y lucha por tierra en Guatemala: Estrategias de sobrevivencia y negociación ante la desigualdad globalizada*. Guatemala: AVANCSO, Abr. 2008. n. 17.

\_\_\_\_\_. *Derechos de los Pueblos Indígenas, Diversidad Étnica Cultural y Cohesión Social en Centroamérica*. Documento ponencia, Antigua Guatemala, jul. 2007.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (Org.). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VINAR, M. *La memoria y el porvenir: el impacto del terror político en la mente y la memoria colectiva*. Coloquio sobre el campo de concentración y el mundo feliz. 1995.

VIVEIROS, Eduardo. O nativo relativo. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2002, p. 113-148.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O universalismo europeu: a retórica do poder*. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILSON, Richard. Verdades violentas: Las Políticas de recordar el pasado en Guatemala. In: ARMON, Jeremie *et. al*. *Guatemala 1983-1997 ¿Hacia donde vá la transición?* Guatemala: Conciliation Resources/FLACSO, 1997.

WOLF, Eric. *Antropologia e Poder*. São Paulo: Unicamp, 2003.

WEBER, Max (1995) *Economie et Société* vol 1-2 Paris. Folhas fotocopiadas: sobre Os três tipos puros de dominação legítima. In: COHN, Gabriel (org.). *Weber – Sociologia*. Coleção *Grandes Cientistas Sociais*. 7a Ed. São Paulo: Ática, 2000.

CARDOSO, Vânia Z. *Narrar o mundo: estórias do povo da rua e a narração do imprevisível*. In: **Mana**, 2007.

#### REFERÊNCIAS DE SITES OU PÁGINAS CONSULTADAS:

< <http://www.world-gazetteer.com> >

< <http://www.mimundo-fotorreportajes.org> >

< <http://www.cuc.org.gt> >

< <http://www.cnoc.org.gt> >

< <http://www.liber-accion.org/articulos> >



<<http://www.envio.org.ni/articulo/935>>

<<http://www.juridicas.unam.mx/publica/librev/ver/boletin/cont/106/art/art6/.pdf>>

<<http://www.edualter.org/material/guatemala/segnovmemoria.htm>>

<<http://www.elmundo.es/elmundo/1999/febrero/26/internacional/guatemala.html>>.

<<http://shr.aaas.org/guatemala/ceh/report/spanish/conc2.html#2>>

<<http://mimundo-jamesrodriguez-esp.blogspot.com/2008/04/monseor-gerardi-10-aos-de-su-martirio.html>>

<<http://www.cohre.org/store/attachments/>>

<<http://newmedia.ufm.edu/bonisterremotoguatemala>>

<<http://www.abc.es/20090528/internacional-iberoamerica/terremoto1976-200905281226>>

<<http://www.prensalibre.com/pl/2008/mayo/29/241181.html>>

<<http://www.nopppculturadepaz.blogspot.com>>

<[http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos\\_detalhes.uc](http://www.cfemea.org.br/publicacoes/artigos_detalhes.uc)>



**ANEXOS:**

## CARTA DE AUTORIZACIÓN DO CAMPO



### Museo Comunitario "Rabinal Achi"

Rabinal Baja Verapaz, 18 de noviembre de 2008.

A: NORA EPIFANIA MURILLO ESTRADA.  
Estudiante de Post-Graduación en  
Antropología Social.  
Universidad Federal de Santa Catarina.

Estimada Licenciada:

Cordialmente le deseamos lo mejor y saludarle de manera atenta.

El objetivo de la presente es para comunicarle que: La Asociación Museo Comunitario "Rabinal Achi" acepta que usted realice su proyecto de investigación social en relación a sus estudios que realiza en la universidad.

Por lo cual no hay ningún inconveniente de extenderle la presente **CARTA DE ACEPTACIÓN.**

Y para los usos legales que a la interesada convenga se sella y firma la presente en una hoja carta membretada en la ciudad de Rabinal Baja Verapaz a los dieciocho días del mes de noviembre de dos mil ocho.

Carlos Chen Osorio.  
Presidente Junta Directiva



Joaquina Cajón Uscap.  
Administrador.



Museo Comunitario "Rabinal Achi"  
2a Calle y 4a Avenida, Z 3  
C.P. 15003 Rabinal, Baja Verapaz, Guatemala, C.A.  
e-mail: [museorabinal@gmail.com](mailto:museorabinal@gmail.com) [museoachi@hotmail.com](mailto:museoachi@hotmail.com)  
[www.museorabinal.org](http://www.museorabinal.org)  
Tels.: 7938-8721, 5311-1536, 5959-4476.

## MAPA POLÍTICO ADMINISTRATIVO DA REPÚBLICA DE GUATEMALA.



**QUADRO 1: Os massacres registrados pela Comissão do Esclarecimento Histórico CEH, no município de Rabinal, província de Alta Verapaz, Guatemala.**

No. Local	Data	No. de vítimas	Verdugos	No. de Caso no informe da CEH
1. Chuateguá	01/08/81	25	Ejército	C.883
2. Rabinal	15/09/81	205	Ejército, judiciales y comisionados	C.9160
3. Panaca	20/09/81	21	Ejército	C.2269
4. Nimacabaj	22/09/81	24	Ejército	C.9223
5. Chipuerta	01/12/81	10	Ejército	C.9463
6. Pacanal	04/12/81	58	Ejército	C.9253/C.2269 11,289
7. Rabinal	02/01/82	18	Ejército	C.9306
8. Pichec	02/01/82	32 a 100	Ejército	C.9256/C.16,186
9. Chichupac	15/01/82	32	Ejército y comisionados	C.9307/9095
10. Xococ	13/02/82	77	Ejército y patrulleros	C.9098
11. Río Negro	13/03/82	177	Ejército y patrulleros	C.9156
12. Los Encuentros	14/05/82	94	Ejército y patrulleros	C.9156
13. Plan de Sánchez	18/07/82	268	Ejército, judiciales, comisionados	C.9075
14. Agua Fría	13/09/82	97	Ejército y patrulleros	C.9099
15. Vegas de Santo Do-	25/10/82	5		C.9345

mingo				
16. Vegas de Santo Domingo	11/11/82	10 a 21	Comisionados	C.9252
17. Rabinal	14/11/82	40		C.864
18. Xococ	26/11/82	9		C.13,001
19. Chitucan	07/01/83	6	Ejército	C.12,202
20. Xeabaj	02/03/83	8		C.13,002

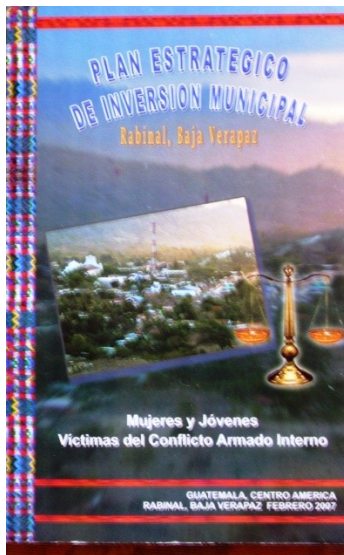
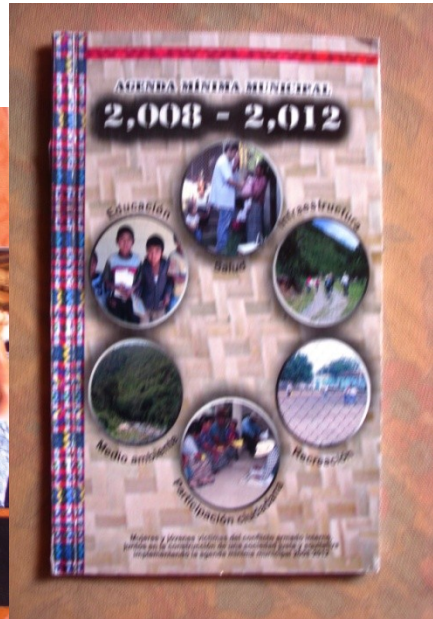
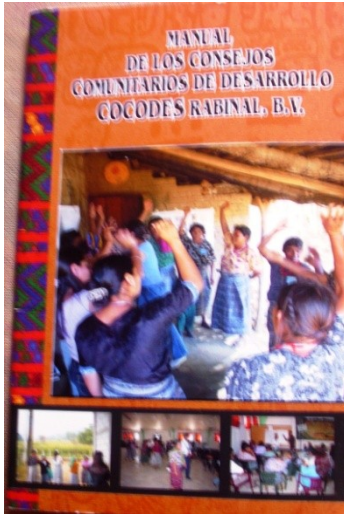
Fonte: Informe: "Guatemala, Memoria del Silencio", Comisión de Esclarecimiento Histórico, UNOPS, junio de 1999, pp. 360-377, parágrafos: 3362-3431.

### QUADRO 2: Povoados e/ou comunidades atingidas pela construção da hidrelétrica Chixoy.

Departamento	Município	Povoados atingidos	População total atingida
BAJA VERAPAZ (ETNIA MAIA ACHÍ)	Cubulco	El Naranjo, Los Pajales, Chibaquito, Pachijul, Patuy Xinacatí II, Patzulup, Chicruz, Chirramos, Chitomax, San Juan Las Vegas, Chicuxtín, Guanep, Pichal	5.303 habitantes
	Rabinal	Canchún e Río Negro"	1.162 habitantes
	San Miguel Chicaj	Camalmapa	90 habitantes
ALTA VERAPAZ (ETNIA MAIA POQOMCHI)	Santa Cruz	Rosario Italia, San Antonio Panec, El Zapote"	851 habitantes
	San Cristóbal	"Água Blanca" e "Panquix"	377 habitantes
EL QUICHE (ETNIA MAIA K'ICHÉ)	Chicamán	"Plan Grande", "Pancul" e "La Campana"	881 habitantes

Fonte: elaboração própria com base em informações do "Plan Estratégico de Desarrollo Integral para las Comunidades Afectadas por la construcción de la Hidroeléctrica de Chixoy" (COCAHICH: 2008 / Guatemala.).

# PUBLICAÇÕES DE ADIVIMA





## NOTICIA DE PRENSA SOBRE TOMA DE CHIXOY

Guatemala, jueves 09 de septiembre de 2004

### DESALOJARON CHIXOY CAMPESINOS SE RETIRAN TRAS DIALOGAR CON COMISIÓN ESTATAL

Decenas de campesinos se observaron en las instalaciones de la represa de Chixoy, los ocupantes lograron comprometer a las autoridades a atender sus demandas de resarcimiento. Foto Prensa Libre: Luis Echeverría.

**Por: [Eduardo Sam Chun](#), Francisco González Arrecis**

Después de 27 horas de ocupación y tensión, la normalidad regresó ayer a la hidroeléctrica Chixoy, Alta Verapaz. Mediadores de la PDH lograron que el grupo de campesinos y autoridades del INDE llegaran a un acuerdo conciliatorio.

“Se logró firmar un acta en la que quedan establecidos los compromisos de cada parte para solucionar el conflicto”, señaló Germán López, delegado de la Procuraduría de los Derechos Humanos (PDH) en Alta Verapaz, que medió en la negociación. Ayer por la mañana se empezaba a observar desesperación en el rostro de buena parte de los campesinos, mientras esperaban la llegada del delegado de la PDH y autoridades del Instituto Nacional de Electrificación (INDE). Finalmente, a eso de la 11 horas, se dio inicio a la revisión de los puntos acordados, y luego se procedió a la ratificación del consenso obtenido en la negociación. Los campesinos dejaron la hidroeléctrica satisfechos por las promesas. “Logramos que las autoridades del INDE aceptaran revisar con nosotros el acuerdo de resarcir los daños y perjuicios provocados a 18 comunidades tras la construcción de la hidroeléctrica, y por eso nos vamos”, expresó Carlos Chen, líder del movimiento. “Estamos en la disposición de cumplir lo acordado y de encontrar una solución para ellos y los intereses del país”, aseguró Juan Luis Guzmán, gerente de Generación del INDE.

Los campesinos, al momento de tomar Chixoy, llegaron en 10 autobuses, con raciones de alimentos para resistir el tiempo que duraría la toma de la represa. El grupo negó pertenecer al Ejército o partido político. Sus dirigentes aseguraron que la medida obedece a la necesidad de resarcir a 18 poblaciones afectadas con la construcción de Chixoy.

#### **Consenso: Principales aspectos del acuerdo**

Estas son algunas acciones que acordaron los campesinos y las autoridades del INDE. Se revisará el compromiso de resarcimiento a comunidades afectadas por la construcción de la hidroeléctrica. Se integrará una plataforma de negociación, con participación de un delegado del presidente Óscar Berger, uno del ministro de Energía y Minas, del Banco Mundial, Banco Interamericano de Desarrollo y del INDE. La PDH mediará en el proceso de negociación, el cual debe comenzar el próximo 16 de septiembre.



#### **Detalles: “Bien organizados”**

Mantas, pintas y restos de comida quedaron en las instalaciones de la bocatoma de Pueblo Viejo, en la represa de Chixoy, al terminar la ocupación de los campesinos. Truchas que se crían en el embalse de la hidroeléctrica y una sopa de pescado prepararon algunas mujeres para los líderes del movimiento.

Los organizadores de la toma no dejaron pasar detalles, y crearon comisiones de transporte, alimentación y seguridad; incluso una de audio.

Pequeñas plantas eléctricas se utilizaron para dar luz a los campesinos durante la toma y se hicieron pintas para dejar plasmadas sus demandas en las paredes rústicas del muro que circula la represa. Ni integrantes del Ejército ni de la Policía Nacional Civil estuvieron cerca de la represa, pese a que los campesinos amenazaron y mantuvieron el control de la compuerta que permite el paso de agua por el túnel que alimenta la turbina de la casa de máquinas. Cerrar ese paso hubiera provocado la interrupción del 35 por ciento de generación eléctrica nacional.